



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "C" AO Nº 210 TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - PMDB (62,68) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (62,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (137) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - PT (115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,100) Inácio Arruda (90,94,117,128) Marcelo Crivella (36,120,127) Líder do PT - 14 Humberto Costa (115,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,28,93) Anibal Diniz (27,103) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,100) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,89,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,94,117,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,77) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 17 Líder Wilder Moraes - DEM (97,112,118,130) Vice-Líderes Mário Couto (32,61,122) Jayme Campos (26,106,110,124) Líder do PSDB - 13 Aloysio Nunes Ferreira (6,64,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (72) Paulo Bauer (7,31,74,80) Ruben Figueiró (133) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11 Líder Gim - PTB (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,70) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 3 Alfredo Nascimento (41,70) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,76,131) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira (137) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PSB - 4 Líder Lídice da Mata - PSB (29,38,82,129,134) Vice-Líder João Capiberibe (135)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL	
1.1.1 – Comissão Interna destinada a estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166/2010, que reforma o Código de Processo Civil	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de novembro e 4 de dezembro de 2014.....	004
1.1.2 – Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2013	013
Ata da 9ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2014.....	040
Ata da 10ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2014.....	064
1.1.3 – Comissão Interna destinada a debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil	
Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 de abril de 2014	067
Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2014	088
Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2014.....	106
Ata da 8ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2014.....	123
Ata da 9ª Reunião, realizada em 18 de dezembro de 2014	140

**COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ESTUDAR O SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010, QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2014, às dez horas e oito minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que, sob a Presidência do Senador **José Pimentel (PT/CE)**, e a presença dos Senhores (as) Senadores (as) membros: **Vital do Rego, Blairo Maggi, João Durval, Valdir Raupp e Anibal Diniz** e Senador não membro **Flexa Ribeiro**. Também estava presente na reunião o **Deputado Paulo Teixeira**. Foi lido o relatório apresentado pelo Senador Vital do Rêgo sobre as emendas apresentadas perante a Comissão Temporária do Código de Processo Civil que cuida da análise do Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD 166/2010. Após, foi aberta vista coletiva. Após sua aprovação, a presente ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária destinada a estudar o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação as Atas das 1ª e 2ª Reuniões da Comissão, dispensando as respectivas leituras.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião foi agendada para apreciação do relatório sobre as emendas apresentadas perante esta Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil, que cuida da análise do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 166, de 2010.

Aproveito para registrar a presença do Jurista Oscar Valente Cardoso, Juiz Federal integrante da Comissão de Acompanhamento das Reformas da Legislação Processual Civil da nossa Ajufe e também integra o grupo de juristas.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador José Pimentel; meu caro, querido, dileto Líder Senador João Durval, aqui presente; senhoras e senhores Senadores; profissionais da imprensa; autoridades do mundo jurídico brasileiro, que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a V. Exª, que tem conduzido, desde os primórdios do entendimento do Senado Federal, para a necessária efetivação desta reunião, que culmina com a aprovação do Código de Processo Civil nos próximos dias, por nossa Casa, V. Exª foi um dos entusiastas desta ideia. Tenho acompanhado o esforço hercúleo de sua agenda para dar conta de tantas atividades proeminentes, na condição de Líder do Governo no Congresso Nacional, com toda responsabilidade de liderar o processo de votações, de emendas, de medidas provisórias, de comissões especiais, de comissões mistas.

Estamos aqui, Sr. Presidente, para apresentar o nosso relatório, que passo a ler de forma preliminar.

O Planeta ardia, inflamado pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, após a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, em 1º de setembro de 1939. Abaixo da Linha do Equador, o Brasil vivia o regime de exceção do Estado Novo, sob a batuta de Getúlio Vargas, que, amparado no uso da força, tentava apaziguar o ambiente belicoso que impregnava a primeira metade do século 20. Nesse contexto ditatorial nasceu o Código de Processo Civil de 1939, de 18 de setembro.

Em 1973, a Terra continuava agitada pelo impasse entre a ideologia vermelha e a capitalista. O Brasil atravessava uma das fases mais ditatoriais de todos os tempos, sob o cetro do General Emílio Garrastazu Médici. Foi ao sopro desses ares de pouca participação popular que veio a lume o Código de Processo Civil de 1973, obra do talento de Alfredo Buzaid, Jurista que emprestou seu nome a esse código, conhecido como o Código Buzaid.

Hoje, estamos trabalhando no parto do primeiro Código de Processo Civil nascido em um regime efetivamente democrático, colorido pela Constituição Cidadã, fruto da participação vasta de todos os setores da sociedade civil. O Congresso Nacional atua como a maternidade do diploma que poderá ser conhecido como o Código do Processo Civil Cidadão.

O Novo Código de Processo Civil está sendo por nós Parlamentares costurado com as linhas fornecidas por vários setores da sociedade, que, por meio das diversas vias abertas de participação popular, ofereceram suas preocupações e inquietações em relação a esse indispensável instrumento de concretização de direitos fundamentais, que é o Direito Processual Civil.

Ora, é por meio do processo que o direito da personalidade, o direito de propriedade, o direito da dignidade da pessoa humana e outros tantos direitos fundamentais deixam o plano das ideias para ingressar no

mundo real. O processo é a ponte através da qual os injustiçados podem atravessar para encontrar a concretização da Justiça.

A obra legislativa que ora chega à sua fase derradeira reúne as mais avançadas experiências processuais em redução de conflitos e em tratamento de demandas repetitivas e outros extraordinários avanços.

O respeito aos precedentes jurisprudenciais é uma das marcas do futuro Código, o que reduzirá o grau de imprevisibilidade jurídica que impera sobre os atores da vida civil.

Igualmente, com o aprimoramento da disciplina dos recursos especial e extraordinário repetitivos e com a criação de um mecanismo de tratamento coletivo de demandas nos tribunais locais e regionais – o “incidente de resolução de demandas repetitivas” –, o novo Codex garantirá maior celeridade na entrega da Justiça aos que dele querem se desdessar.

Meu querido Deputado Paulo, que prazer estar com o senhor aqui neste dia tão importante para o Senado, para o Congresso, já que o senhor é um dos gêneses da formação desse Diploma Legal.

Os prazos processuais serão mais humanos. Serão suspensos nos períodos de conagração típico do fim e do início do ano. Levarão em conta apenas os dias úteis, o que é um outro ato de respeito ao direito das partes em se manifestarem nos autos.

A boa-fé processual, o respeito à dignidade humana não passaram despercebidos; atapetam cada passo do processo civil, com *status* nobre nesse diploma legal.

O fato é que o Congresso Nacional entregará à sociedade brasileira o que chamamos de um monumento legislativo em matéria processual. Não temos a pretensão de que isso seja a solução definitiva do problema da sobrecarga de processos, até porque tal patologia não encontra sua cura exclusivamente nas leis, mas, sobretudo, nos valores da própria sociedade.

Mas – é certo – o novo Código de Processo Civil dará aos indivíduos um processo cidadão, assentado em seguras raízes democráticas e deitado no leito da doutrina mais avançada, e será importante ferramenta na obtenção da duração razoável do processo.

Antes de avançar para o exame da proposição, não podem passar em branco os merecidos elogios e agradecimentos que devem ser rendidos a todos aqueles que, com elevado espírito colaborativo, participaram da tramitação da matéria desde o seu início.

Mesmo sabendo que a citação de nomes pode gerar injustiças por conta de omissões que o pouco espaço para registros escritos impõe, mencionamos alguns célebres juristas e relevantes entidades que atuaram, oficial e extraoficialmente, na construção desse novo Código e em nome de quem todos os demais colaboradores devem sentir-se homenageados.

Deputado Paulo Teixeira, os membros da Comissão de Juristas, criada pelo Ato nº 379, de 2009, do Presidente José Sarney, presidida por um dos ideólogos desse processo, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux; e também composta pelos Doutores Adroaldo Furtado Fabrício, Bruno Dantas, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União; Elpidio Donizetti Nunes; Humberto Theodoro Júnior, Jansen Fialho de Almeida, José Miguel Garcia Medina, José Roberto dos Santos Bedaque, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Paulo César Pinheiro Carneiro; a Professora Teresa Arruda Alvim Wambier, entre tantos juristas que, em nome destes, podem-se sentir mencionados e homenageados; os Jurista Alexandre Freire, Antonio Carlos Marcato, Arruda Alvim, Dierle Nunes, Fredie Didier, Leonardo Carneiro da Cunha, Luiz Henrique Volpe Camargo e Paulo Henrique dos Santos Lucon são outros Juristas que tiveram importância fundamental na elaboração desse novo Código. Todas essas digitais estão presentes em cada página deste relatório, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil (Fenojus), o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), a Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS).

Portanto, após mais de quatro anos de intensos debates legislativos, quer no Senado ou na Câmara dos Deputados, audiências públicas, inúmeras sugestões de juristas e entidades ligadas ao Direito, chega à sua etapa derradeira o projeto do novo Código de Processo Civil.

Dentre as inovações introduzidas pela Câmara dos Deputados, através do seu substitutivo, cuja representação aqui se encontra, Deputado Paulo Teixeira, em nome de quem saúdo os meus colegas Deputados Federais pelo extraordinário trabalho. Quero destacar diversas novas incorporações trazidas pelo substitutivo de V. Exª:

1. Previsão de honorários de sucumbência para advogados públicos, nos termos de lei a ser editada (art. 86, §19);
2. Suspensão dos prazos processuais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano;

3. Estímulo à autocomposição por intermédio da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos;
4. A previsão expressa da tutela antecipada satisfativa, possibilitando a formulação de requerimento de medidas de urgência nesse sentido;
5. A cooperação das partes no saneamento e organização do processo, conferindo-se-lhes o direito de pedir esclarecimentos a respeito do saneamento ou solicitar ajustes, assim como apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito sobre as quais recairá a atividade probatória, com a possibilidade de o saneamento ser feito com a cooperação direta das partes, em audiência designada especialmente para esse fim;
6. A limitação da remessa necessária, que não mais será cabível quando sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, ou que tiver julgado procedentes os embargos à execução fiscal;
7. Os regramentos especiais voltados à solução consensual no âmbito das ações de família;
8. A reintrodução da ação monitória, com possibilidade de expedição imediata de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer;
9. A possibilidade de sustentação oral nos tribunais por videoconferência, nos casos em que o advogado tenha escritório em cidade diversa daquela onde esteja sediado o tribunal;
10. A criação do incidente de assunção de competência, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de causa de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em diversos processos;
11. Maior efetividade das decisões proferidas no âmbito do incidente de resolução de demandas repetitivas, um avanço extraordinário, com a previsão de que, quando esse incidente tiver por objeto questão relativa à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento seja comunicado ao órgão ou à agência reguladora competente para fiscalização do efetivo cumprimento da decisão por parte dos entes sujeitos a regulação;
12. O fim do agravo de admissão que tenha por exclusiva finalidade reformar a decisão que não tiver admitido recurso extraordinário e
13. A previsão da Usucapião Administrativa, permitindo, assim, o reconhecimento extrajudicial da Usucapião a ser processado perante o cartório de registro de imóveis.

Em geral, adotamos essas novidades e buscamos aprimorar sua redação dentro dos estritos limites regimentais. Estimulamos as soluções extrajudiciais de impasse como forma de redução dos inchaços do Poder Judiciário.

Há, todavia, aspectos trazidos pelo texto da Câmara que estamos discutindo e haveremos de continuar discutindo, por exemplo, a conversão da ação individual em ação coletiva, e outros interesses do Substitutivo da Câmara dos Deputados que haveremos de continuar discutindo no Congresso Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, convém esclarecer que, nesta etapa do processo legislativo, por conta das severas restrições de ordem regimental, compete a esta Casa, tão somente, apreciar o texto do Substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados da seguinte forma: aprová-lo integralmente; rejeitá-lo integralmente com o restabelecimento do texto do Senado; rejeitá-lo parcialmente, com o restabelecimento de texto correlato do Senado; restabelecer o texto do Senado suprimido pela Câmara ou oferecer emenda de redação, sem alteração do mérito.

Calçado nesses parâmetros regimentais e no mais elevado espírito de oferecer à sociedade um instrumento de realização da Justiça no mais avançado que podemos conceber diante do equilíbrio a ser mantido entre a celeridade e a segurança jurídica, oferecemos este parecer.

Encerro a minha fala registrando a minha elevada admiração pelo trabalho da nossa Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Quero nominar, nas pessoas dos juristas e Consultores, Carlos Eduardo e Roberto Sampaio e dizer do meu mais agradecido testemunho aos meus anjos da guarda durante esse processo, que, como de costume, uniu todos os esforços e talentos com o nosso objetivo de concluir este vasto trabalho de burilar o presente projeto do novo Código de Processo Civil Cidadão.

Averbo também minhas homenagens à minha laboriosa equipe, a do meu gabinete, na pessoa da Dr^a Sílvia Lígia, que sempre revela inegável dedicação funcional.

Por fim, informo aos nobres Senadores que, no momento do fechamento do relatório, encontramos pequenas falhas redacionais que devem ser tidas por retificadas. São elas: nas fls. 39 e 204, substituir “princípios” por “normas”, no texto do art. 1º, por uma questão de coerência; na fl. 172, substituir “§5º” por “§3º” na remissão

feita ao “§4º” do art. 994 do substitutivo da Câmara dos Deputados – trata-se de uma mera retificação redacional para atualizar a remissão –; na fl. 176, supressão do Capítulo 2.3.2.221, porque a alteração nele contida já está presente no Capítulo 2.3.2.214; na fl. 177, supressão do Capítulo 2.3.2.222, visto que, na discussão com juristas acerca das propostas recebidas, verificamos que inexistiam problemas na aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas aos Juizados Especiais – o relatório não rejeitou essa opção do substitutivo da Câmara; não há inconstitucionalidade alguma na extensão dessa aplicação das demandas repetitivas aos Juizados Especiais, porque os tribunais locais e regionais possuem competência para dizer o direito nos Estados e nas Regiões –; na fl. 487, atualizar a numeração dos incisos no art. 295; na fl. 511, incluir a alínea “a” no art. 999 no substitutivo da Câmara dos Deputados.

São 1070 artigos. O filho está para nascer!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero parabenizar o nosso Senador Vital do Rêgo pela qualidade e pelo conteúdo do seu relatório. Foi feita uma síntese de mais de...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero passar às mãos de V. Exª o relatório completo, com todos os arrazoados, todas as emendas, o comentário de todas as emendas atendidas e não atendidas.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Agradeço o recebimento.

Foi dado como lido todo o relatório.

Eu queria registrar que todas as vezes em que, nesta Casa, seja na Câmara, seja no Senado Federal, nós queremos ter a conclusão de um processo muito trabalhoso, temos alguns Congressistas que têm essas características, e são aqueles que têm mais demanda. Todas as vezes em que se quer dar conta, como foi feito na Câmara Federal, com Paulo Teixeira sendo o nosso Relator; aqui no Senado, Vital do Rêgo também cumpriu essa tarefa. Exatamente por isso, nosso Vital, em nome dos nossos Congressistas, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, pela capacidade de ouvir, tal qual Paulo Teixeira, na Câmara. É evidente que lá tivemos um pouco mais de trabalho, por conta do aprimoramento do conteúdo que tinha sido aprovado aqui no Senado Federal em 2010. E, agora, o nosso nobre companheiro faz o arremate conclusivo desse processo.

Quero passar a palavra para o nosso Deputado Paulo Teixeira, para que ele possa fazer as suas considerações e, em seguida, para os demais pares, registrando que a Mesa vai conceder vista coletiva. Portanto, não vamos encerrar a discussão hoje. E, na próxima quinta-feira, às 9h30, espero que, com as bênçãos do Padre Cícero e do nosso Criador, possamos concluir a discussão e votar, até porque o nosso Relator vai assumir outra tarefa, ainda, se for possível, neste final de 2014, e nós queremos reservar terça e quarta-feira para fazer toda a parte regimental, para que possa o seu nome ir à Câmara e, de lá, para o Tribunal de Contas da União, com muito louvor e muita competência.

Tem a palavra o nosso Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Bom dia, Presidente José Pimentel; bom dia, Senador Vital do Rêgo, Relator deste importante trabalho aqui no Senado e meu amigo, com quem pude compartilhar momentos importantes aqui no Congresso Nacional; quero cumprimentar também os demais Senadores e todos que acompanham esta reunião.

Inicialmente, quero parabenizá-lo, Senador Vital do Rêgo Filho, pela entrega do seu relatório, porque V. Exª é um Senador assoberbado, mas que tem conseguido realizar os trabalhos que lhe são propostos. Assim, quero parabenizá-lo. O senhor deu notícia ontem desse relatório, entregou-o hoje e o leu. Portanto, parabeno-o porque sei que isso demanda uma articulação muito grande, demanda uma dedicação, demanda uma forte concentração.

Em segundo lugar, pelo conhecimento que V. Exª deu do relatório, V. Exª manteve muitas conquistas que esse processo proporcionou. Isto é, V. Exª relatou inúmeras conquistas que, na minha forma de ver, vão ajudar muito o Poder Judiciário. Nós podemos, depois, refletir sobre a aplicação do Código de Processo Civil, mas creio eu que nós estamos dando aqui contribuições muito expressivas para o avanço do novo Código de Processo Civil.

Em terceiro lugar, quero aqui dizer que nós conseguimos fazer, na Câmara, um processo muito rico. Foram três anos de debates, de construções com a sociedade; e, no processo, no Senado, nós temos um tempo muito apertado para análise do seu relatório. O Senador José Pimentel disse-me, ontem, que o objetivo era vista coletiva hoje e votar na quinta-feira que vem.

O que eu queria trazer para reflexão de V. Exª e também do Senador José Pimentel é que, tendo em vista a missão que V. Exª vai assumir proximamente, missão nobre e que torço para que V. Exª consiga a indicação, eu também vou à sua posse...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Aqui no Senado é candidato único.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – É candidato único? Então, não tem jeito. Portanto, é certo que V. Exª vai cumprir nova missão. Mas o que eu queria pedir é, sem interferir nesse calendário apertado, se a Comissão concordaria com um debate entre terça e quinta-feira. Por quê? Porque eu creio que esse debate tenha um único objetivo: o de, num estudo mais minucioso do relatório, apontar eventuais questões que, no entendimento de V. Exªs poderiam aperfeiçoar o projeto. O que quero dizer é que, se a gente puder, entre terça e quinta-feira ou na quarta, possivelmente, ter uma pequena reunião, nós podemos fazer uma avaliação desse projeto. Isso porque eu gostaria de apontar uma omissão aqui, que não é com V. Exª, é com o grupo de juristas que trabalhou.

Existe hoje um problema na Justiça brasileira, que é o seguinte: quando o juiz se depara com uma causa individual, um autor de uma causa, que propõe uma ação individual, e o juiz se depara com o seguinte fato: essa ação aqui tem uma repercussão para além daquela pessoa. Por exemplo, um acionista de uma empresa que quer anular uma assembleia, e o juiz se depara: “Bom, mas isso não é um direito só daquele acionista; ele diz respeito ao conjunto dos acionistas”. Ou uma pessoa que se depara com um problema de uma poluição, seja do ar ou de um córrego, e um autor individual propõe uma ação e o juiz se depara com um interesse coletivo. Nós tínhamos proposto uma ação de conversão daquela ação individual numa ação coletiva e o grupo de juristas, não consensualmente – na minha opinião, prevaleceu uma visão ainda do processo individualista –, retirou esse instrumento da Câmara.

Esse é só um tema. Deve haver outros temas, dois ou três, que nós queríamos levar à reflexão. Levar a essa reflexão informalmente nós não temos conseguido, nós não temos conseguido reunir o conjunto das pessoas num momento que o Senado está vivendo, muito intenso, de fim de ano – não é? –, e também face à nomeação de V. Exª, Relator deste Código, para o Tribunal de Contas da União.

Então, o que eu peço? Eu gostaria de pedir, se fosse possível, um momento, na quarta-feira, para que nós pudessemos oferecer essas reflexões à Comissão e ao conjunto dos Senadores para que, na quinta-feira, pelo menos, na votação, os Srs. Senadores pudessem ter a dimensão do que ficou de fora, para fazer a opção final.

Portanto, o que eu quero solicitar é se nós poderíamos ter um momento formal na quarta-feira, que nós fizéssemos o estudo do relatório, que, com certeza, é um relatório muito bem estudado, para que V. Exª pudesse ter, sob o nosso juízo, o que de importante tenha sido alterado ou tenha sido retirado, para que os Srs. Senadores pudessem ter essa consciência: “Olha, esse instrumento foi retirado; ele é bom ou ele é ruim”.

Enfim, o que eu queria é dar uma contribuição. Não tenho nenhuma crítica, até porque eu não posso fazer aquela postura de não li e não gostei. Está certo? (*Risos.*)

Eu tenho que ler e fazer uma avaliação profunda, para que esse processo que os juristas contribuíram e toda a comissão técnica contribuiu pudesse ter uma avaliação de natureza política de por que aqueles instrumentos foram colocados e, eventualmente, por que foram modificados e por que foram retirados.

Então, essa é a contribuição que quero dar para o processo até quinta-feira, sem mudar o cronograma proposto por V. Exªs, que têm um objetivo: aprovar, ainda na presença do Senador Vital do Rêgo Filho no Senado Federal, o novo Código de Processo Civil.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo árduo trabalho, pela sua dedicação, pela sua capacidade de trabalhar duro. Certamente sua passagem no Senado vai ser vista como aquela de alguém que trabalhou intensamente, duramente, fortemente. E quero dar essa contribuição apenas por conta de um processo que possa ser, nessa reta final, aperfeiçoado no cronograma proposto por V. Exªs. Eu não estou querendo mexer, atrapalhar e fazer uma condição diferente. Se for impossível, estaremos quinta-feira aqui para acompanhar a presença. Mas rogo se podíamos ainda ter esse momento na própria terça ou na própria quarta-feira, que permitisse ainda uma reflexão que visa apenas ajudar a aperfeiçoar o processo legislativo.

Agradeço as menções. Agradeço também todo o carinho que V. Exª teve para conosco e espero fazer em forma de homenagem no momento em que a aprovação se verificar ou na oportunidade que tiver tanto na Câmara quanto no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Deputado Paulo Teixeira, nós estamos iniciando a discussão hoje, vamos suspender e retomar na quinta-feira a discussão, e espero concluí-la na quinta-feira. Portanto, temos um período razoável para acolher uma série de sugestões, uma série de itens, e o nosso Relator está aberto para esse debate, mas nós temos uma questão de calendário. Na terça-feira, está sendo reservado sessão no Congresso Nacional para votar vetos e votar trinta e poucos créditos suplementares. Então, na terça-feira, nós deveremos entrar pela noite nessa agenda que está começando. A previsão é meia-noite, ou seja, chegando e já entrando todos nesse debate. Na quarta-feira, nós temos três reuniões: da CPMI, duas, e, da CPI, uma, em que o nosso Relator é o Presidente e eu sou o Relator de uma delas, e vamos ter, além de ouvi-lo nesse período aí de terça, na quarta, esperamos votá-lo em Plenário.

Então, as agendas no final do ano ficam muito apertadas. Isso não tem nenhum prejuízo de ter um diálogo, sem ser audiência pública, em um determinado momento, com as sugestões, e, na quinta-feira, nós faríamos o aprimoramento das sugestões, das adequações que forem necessárias e que o Plenário vier acordar.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Senador José Pimentel, apenas perguntar quando poderia ser esse diálogo? É algo que estou procurando, assim, pessoalmente, tenho procurado intensamente, e sei que não é por dificuldade de vontade política, mas de calendário. Apenas se pudessem, porque, como depende de mobilizar gente do Brasil inteirinho, três, quatro, cinco pessoas que viriam de vários lugares...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pode ser na terça-feira, às 14 horas?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pode, pode. Eu tenho uma reunião com o Presidente às 15, porque ele vai fazer uma sessão igual lá, às 15 horas, na terça.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Lá em São Paulo?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, aqui. Aqui na Câmara.

Às 14 horas. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E se nós fizéssemos uma reunião almoço?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pode ser na quarta essa reunião almoço?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Tem CPI. Tem três CPIs na quarta, três reuniões. É melhor ...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Na tarde da quarta... Não tem em nenhum momento?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pode ser.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – *(Fora do microfone.)* – Tem CPMI às 14 horas e 30 minutos.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Às 14 horas na quarta está bom?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Tem CPMI às 14 horas e 30 minutos.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Depois da CPMI.

A que horas seria? Às 16?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu acho que... Vamos marcar...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – *(Fora do microfone.)* – Depois da CPMI. Ninguém sabe a hora que termina.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Depois da CPMI, onde seria?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – *(Fora do microfone.)* – Aqui.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Aqui? Tá bom. Aqui no plenário...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Se estiver ocupado aqui, nós faremos na sala de apoio.

Vamos marcar na Liderança do Governo do Senado, que tem um espaço melhor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Liderança do Governo do Senado, às 16 horas.

Eu vou marcar, porque a CPMI começa às 14h30 – não é isso? –, então eu vou marcar às 15h30 para todo mundo esperar, porque eu vou chamar pessoas e chamar um ou dois Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas deixo claro que pode haver uma pequena tolerância.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ...porque vai depender do ambiente lá da CPMI.

Então, fica marcado esse diálogo quarta-feira a partir das 15h30, na Liderança do Governo do Senado Federal.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo, Deputado Paulo Teixeira, demais Parlamentares aqui presente, eu gostaria, Senador Vital, de cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, falar do meu orgulho de ter convivido com V. Ex^a, digamos, tão intensamente nesses últimos dois anos, na condição de Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que V. Ex^a é o Presidente. Devo dizer que aprendi muito nesse período, exatamente por conviver com uma pessoa tão dedicada, tão capaz de fazer o calendário se tornar sempre possível, porque está sempre realizando muitas coisas e nem por isso a nossa pauta da CCJ fica encalhada. Ela está sempre avançando e avançando a passos largos. A produção na CCJ tem

sido muito intensa na gestão de V. Ex^a. E esse relatório, ora lido por V. Ex^a, é mais uma prova da eficiência e da versatilidade da competência de V. Ex^a.

Então, eu quero aqui cumprimentá-lo.

Não tive oportunidade de ler o relatório. Estou entrando hoje nesta Comissão, mas fico na obrigação de cumprimentá-lo por isso e dizer que, da mesma forma como V. Ex^a se portou ao longo da sua vida pública tanto como Deputado quanto agora como Senador certamente terá também muito sucesso na sua nova missão. E eu fico na total torcida, pedindo a Deus bênçãos infinitas sobre a sua vida, para que possa continuar prestando bem o seu serviço e tendo o reconhecimento do povo brasileiro como tem a partir dessa sua ação aqui no Senado.

Então, parabéns e vamos em frente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – *(Fora do microfone.)* Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Devolvo a palavra para o nosso Relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, meus caros colegas Senadores, meu caro Deputado Paulo Teixeira, palavras derradeiras de agradecimento pelas manifestações de carinho e de solidariedade, todas suspeitas em razão da amizade que nos une. Eu e Paulo marchamos juntos em diversas missões como membros da Câmara dos Deputados, eu tive esse prazer, e aí nasceu uma amizade que supera os limites partidários e as conveniências políticas

Com os meus colegas de Parlamento, no Senado, uma relação diária. Essa nossa agenda não é apenas a minha agenda, é a agenda de todos nós, Senador Pimentel, Senador Anibal, Senador João Durval, são agendas que nos acumulam de trabalho, tarefas e desafios que nós, pela impetuosidade do nosso espírito e pela força dos nossos compromissos políticos assumidos em cada um dos Estados que representamos, fazem com que tenhamos sempre a necessidade de estarmos em dia com as obrigações.

Eu disse que muito desse sucesso que o Governo tem hoje à frente de resultados com comissões especiais é, sem dúvida alguma, ação do Presidente Pimentel, na condição de Líder do Governo.

Posso testemunhar, Senador Anibal, que nossa relação pessoal e nossa relação institucional à frente da Comissão de Comissão, Justiça e Cidadania nos dão o direito de, ao deitarmos, no final do dia termos a certeza do dever cumprido.

Eu não consegui fazer sozinho essa tarefa. Pelo contrário. Eu tive um Vice-Presidente que me substituiu em todos os momentos em que a pauta da CCJ se achava necessitando da presença da Presidência para tocar com celeridade e eficiência. A sua presença é muito, muito querida por todos nós. O senhor soube, ao longo destes quatro anos em que convivemos, granjear, convergir em torno de si amizades que serão eternas.

Muito obrigado a todos.

Fica marcado para quarta-feira o nosso encontro e, na quinta-feira, o final deste processo, para que possamos ir todos juntos ao plenário.

Quero manifestar, Sr. Presidente, um compromisso que o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, tem com este assunto. Este assunto surgiu pelas mãos de um homem ao qual vamos prestar uma homenagem especial: o Presidente José Sarney, que está nos deixando e constituiu a Comissão de Juristas do Senado, para que pudéssemos ter aqui um projeto desta magnitude. E agora, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, S. Ex^a quer encerrar este ano com a última votação emblemática deste ano, o nascimento do Código de Processo Civil Cidadão, para orgulho e honra do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 4 de dezembro de 2014, às 9 horas e 30 minutos.

Declaro suspensas esta reunião e a discussão da presente reunião. Portanto, dia 4 para dar continuidade à discussão da matéria e, se a encerrarmos, procedermos à votação da matéria.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Havendo número regimental, dou continuidade à 3ª Reunião da Comissão Temporária destinada a estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil. Daremos continuidade à reunião para apreciação do relatório sobre as emendas apresentadas perante esta Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil e ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 166, de 2010. Quero, inicialmente, registrar que os Congressistas, particularmente os Senadores, as 4 manhã, deram quórum na sessão que tratava do projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e este Senador saiu daqui às 5:10 de hoje. O nosso nobre relator, nos o liberamos um pouquinho mais cedo, por volta de 2 para 3 da manhã, para que ele pudesse concluir as tratativas sobre o que aqui estamos debatendo, sobre as adequações, as alterações do seu

parecer apresentado na semana passada. Por isso, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Vital do Rêgo, para dar continuidade ao seu voto, às suas conclusões, até porque são reuniões, reuniões e mais reuniões que são solicitadas sobre esse tema.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Meu caro Senador insone, Senador Pimentel, Presidente desta Comissão, todos nós nos cumprimentamos com um bom-dia, mas, efetivamente, já nos demos durante a madrugada deste dia, que foi um dia de afirmação do Congresso Nacional na democracia plena existente. Não há vencedores ou vencidos nas votações. Há ideias que, por maioria, vencem e esse é o espírito do Congresso Nacional e da democracia reinante, plena, do povo brasileiro. Eu concluo a avaliação do nosso relatório não mudando a face do mesmo, mas apresentando resultados de um entendimento que fizemos durante o dia de ontem, atendendo à solicitação do eminente Relator, Deputado Paulo Teixeira, em nome da Câmara dos Deputados, que apresentou um excelente substitutivo à matéria. Nós temos a satisfação de poder ter convergido quase que totalmente entre os poderes Câmara e Senado. As comissões de juristas do Senado aqui estão representadas, para nossa satisfação, pelo jurista, pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, um homem da Casa, que nós cedemos ao TCU e que, ao longo do processo de elaboração desse novo Código de Processo Civil, funcionou como um permanente elo entre a Comissão dos Juristas, presidida pelo Exmº Sr. Ministro Luiz Fux, e os homens públicos que compõem o Senado e a Câmara dos Deputados. O Ministro Bruno Dantas atendeu a um convite para que, formalmente, participasse desta reunião, que é a primeira do processo decisório. Ontem, eu estava com os nossos companheiros discutindo, Senador Pimentel, dizendo que nós teremos, a partir de hoje, um novo espaço para oferecimento de destaques, já que a matéria está pautada unicamente na próxima quarta-feira. Será um dia memorável para o Congresso Nacional votar o novo Código de Processo Civil. E esta relatoria, inobstante o esforço já feito para tentar dirimir todas as dúvidas, também se mostrará sensível, até a próxima quarta-feira, e durante o dia de quarta-feira, a quaisquer outras alterações que se façam necessárias em nome desse diploma legal, que, sem dúvida alguma, é o grande passo da codificação nacional do País, com a plenitude democrática que vive. Na semana passada, tivemos a oportunidade de apresentar o nosso relatório. Em razão da elevada dimensão de um projeto de um Novo Código, foi concedida vista coletiva, a fim de que todos os nobres Senadores pudessem se inteirar da matéria e indicar pontos do relatório que merecessem aprimoramento. Nesse interregno, diversos juristas que estão acompanhando a elaboração desse Novo Código também tiveram a oportunidade de oferecer a sua colaboração. Igualmente, não deixamos de ouvir ilustres representantes da sociedade civil, assim como do Poder Executivo da União, por intermédio da sua Advocacia-Geral. Tudo isso é necessário em razão de o novo Código estar sendo construído de forma amplamente democrática e voltado para os legítimos anseios que a sociedade alimenta em favor de um Judiciário célere, efetivo e justo. De posse de todas as contribuições feitas ao longo dessa semana, procedemos aos seguintes ajustes, que foram incorporados ao texto que ora apresentamos. Em suma, os ajustes são os seguintes:

- 1) arts. 314, VII, 529, X, e 530, III, do SCD: foram mantidos, por prestigiarem os Tribunais Marítimos.
- 2) Art. 85, §11, do SCD: foi mantido, por impedir que, em causas vultosas contra a Fazenda Pública, os honorários advocatícios cheguem à casa de 25% do valor da condenação.
- 3) Art. 1.022, §1º, do SCD: buscamos deixar clara a necessidade de o apelante manifestar-se a respeito da insurgência apresentada em contrarrazões contra decisões interlocutórias.
- 4) Art. 1.060 do SCD: suprimimos esse dispositivo, por se remeter a publicação de editais em Diário de Justiça Eletrônico, quando o novo Código não se utilizará mais desse meio de publicação de editais. Outras alterações também foram feitas – estas de índole meramente redacional –, abrangendo os seguintes dispositivos do texto final consolidado no relatório anteriormente apresentado:
 - Art. 76, §2º
 - Art. 104, §1º
 - Art. 138, §1º
 - Art. 207, §2º
 - Art. 285, *caput*
 - Capítulo I, que agrega os arts. 298 e seguintes, com renumeração dos demais capítulos
 - Art. 311, VII
 - Art. 364, §2º
 - Art. 372, *caput*
 - Art. 378, II. Esses serão renumerados.
 - Art. 388, parágrafo único
 - Art. 430

- Art. 494, parágrafo único
- Art. 512, X
- Art. 513, III
- Art. 521, §2º
- Art. 531, *caput*
- Art. 672, *caput*
- Art. 693, §3º
- Art. 695, *caput* e parágrafo único
- Art. 700, §4º
- Art. 730
- Art. 825, §1º
- Art. 876
- Art. 887, *caput*
- Art. 935, §4º
- Art. 1.006, §1º

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu quero parabenizar o nobre Relator, Senador Vital do Rêgo, meu companheiro de caminhada, da Região Nordeste, e registrar que já aprovamos o seu nome por unanimidade para ser nosso próximo Ministro do Tribunal de Contas da União. Esperamos, na próxima semana, concluir essa votação na Câmara Federal. Ali, todos os Líderes, a exemplo do Senado Federal, estão encaminhando favoravelmente ao seu nome, e nós temos certeza de que vamos aprová-lo. E queria registrar a presença, já aqui registrada pelo nosso Relator, do hoje Ministro do TCU, Bruno Dantas, e, ao mesmo tempo, perguntá-lo como ele vivenciou todo esse processo aqui, na Câmara, e se ele pretende fazer uso da palavra.

O SR. BRUNO DANTAS – Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel, e Senador Vital do Rêgo, Relator do projeto do novo Código de Processo Civil, eu lhes agradeço. Presidente Pimentel, sei que não é praxe na Casa que a palavra seja franqueada para quem não é Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É uma deferência de todos nós.

O SR. BRUNO DANTAS – Eu agradeço. Eu me sinto lisonjeado pela oportunidade. Eu gostaria apenas de cumprimentar o Congresso Nacional e, agora, nesta última etapa, o Senado Federal pela aula de democracia que vêm oferecendo ao Brasil, com a possibilidade de participação de tantos setores da sociedade, de tantos setores de operadores do Direito – Magistratura, Advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública – e de servidores do Poder Judiciário durante a elaboração do anteprojeto. Eu me refiro aqui a 2009. Nós, sob a Presidência do Ministro Luiz Fux – eu integrei aquela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto original –, tivemos a oportunidade de realizar diversas audiências públicas e, naquela oportunidade, pudemos viver um pouco daquilo que V. Ex^{as}, o senhor e o Senador Vital do Rêgo, vivem agora, justamente com essa sociedade pulsante querendo justiça. Essa sociedade está ávida por transformações, e essa é uma transformação muito importante para a sociedade brasileira, que foi inaugurada pela reforma do Judiciário, com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Nós vemos se aproximar o desfecho de um passo importantíssimo que é a reforma do primeiro grande Código desde a reforma do Judiciário. Eu participei aqui como assessor, como consultor da Casa, da reforma do Judiciário e pude ver, em todas as discussões, as afirmações de que, na realidade, não se completaria a reforma do Judiciário sem a renovação dos Códigos de Processo, justamente porque de nada adiantaria alterar as normas constitucionais, estabelecendo disposições que exigissem, por exemplo, a razoável duração do processo, se nada fosse feito na legislação infraconstitucional que pudesse traduzir esse anseio da sociedade em realidade no âmbito do processo judicial. Eu gostaria de cumprimentar o eminente Senador Vital do Rêgo, que tem sido um equilibrista na função de conciliar tantas opiniões. Nós sabemos que o Direito Processual Civil, no Brasil, tem sido, principalmente nos últimos 20 anos, tema de grandes estudos. Está aqui, ao meu lado, a ex-Presidente da OAB do Distrito Federal e representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que é doutora em Processo Civil. Há diversos estudiosos em Processo Civil no Brasil. E o Senador Vital do Rêgo teve a oportunidade de experimentar muitas teses divergentes, com a habilidade que Deus lhe deu para equilibrar todas essas opiniões em um texto coerente, um texto que, sem a menor dúvida, vai proporcionar ao Brasil, ao povo brasileiro, o que há de mais moderno em legislação processual no mundo, porque é o que fomos buscar. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal estão concretizando isso, buscando experiências exitosas em países importantes que têm histórico de boa administração da Justiça, como a Alemanha, como a Inglaterra e como os Estados Unidos. Esses marcos caracterizam o projeto que está sendo hoje submetido à votação na Comissão Especial e que, se Deus quiser, irá à votação em plenário.

Ele consegue consolidar todos esses avanços. Nós não temos dúvida de que, após a aprovação, a sanção presidencial e o decurso da *vacatio legis*, o Congresso Nacional entregará ao povo brasileiro, como eu disse, uma legislação moderna, uma legislação que possa saciar a sede do povo brasileiro por justiça, não uma justiça a qualquer tempo, mas, sim, uma justiça célere, porque, como já afirmou Rui Barbosa, justiça tardia é injustiça manifesta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão. Quero registrar a presença do juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e da nobre advogada Dr^a Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros que aqui representa a nossa gloriosa OAB. Coloco em votação o relatório do Senador Vital do Rêgo. Aqueles que se manifestam pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. Coloco em votação a ata da presente reunião. Requeiro a dispensa da sua leitura. Os Srs. Parlamentares que concordam com a presente ata queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Reaberta às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 2 minutos.)

Senador **José Pimentel**, Presidente.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião da Comissão, realizada em 10 de dezembro de 2013, às nove horas e cinquenta e nove minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB/PB)** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa (PT/PE)**, **Cícero Lucena (PSDB/PB)** e **Oswaldo Sobrinho (PTB-MT)**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Paulo Davim (PV/RN)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)**. Na ocasião foi apresentado o Balanço das Obras de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco pelo **Ministro Francisco José Coelho Teixeira**, do Ministério da Integração Nacional, bem como foi aprovada a Ata da 7ª Reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecido como Transposição do São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Conforme convite, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença do Sr. Ministro Francisco José Coelho Teixeira, do Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de realizar uma apresentação e balanço das obras de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Quero, por oportuno, agradecer ao Sr. Ministro que atendeu a esta Presidência na semana passada e, de forma muito solidária com o Senado Federal e com esta Comissão, mesmo sem nenhum convite oficial, se dispôs a vir participar desta reunião.

Por força do nosso tempo cada vez mais curto, antes do recesso parlamentar, temos diversas comissões especiais, temporárias, permanentes no mesmo horário, e os Srs. Senadores já estão com o conhecimento da presença do Sr. Ministro na Casa e estão se dirigindo a esta Comissão. Há também Senadores da Comissão que justificadamente, cumprindo missão oficial, estão fora do País, representando o Congresso Nacional. Mas, em nome dos companheiros aqui presentes, queremos agradecer ao Sr. Ministro pela vinda a esta Casa, para apresentação desse balanço que fecha o ano de trabalho da Comissão Parlamentar de Acompanhamento das Obras de Integração da Bacia do Rio São Francisco. Certamente teremos, com a exposição do Sr. Ministro, os horizontes a percorrer no próximo ano.

Esta Comissão, por determinação da Mesa Diretora do Senado Federal, acompanhando o sentimento de todos que a compõem, solicitou da Presidência da Casa a prorrogação dos seus trabalhos para, no exercício do acompanhamento das obras de integração de bacias, funcionar com uma palavra do Congresso Nacional, do Senado Federal, no fim a ser conseguido por todos, que é a conclusão dessa obra extraordinária que é a re-

denção do Nordeste Setentrional e, especialmente, dos Estados da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

Com a palavra, o Sr. Ministro.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Quero aqui dar o meu bom dia e cumprimentar o Sr. Senador Vital do Rêgo, que preside esta Comissão tão importante que acompanha o projeto de integração do Rio São Francisco, representante de um Estado simbólico da seca, assim como é o Ceará, e que será um dos grandes beneficiados com o projeto de integração do São Francisco e, com certeza, aquele que mais depende desse grande empreendimento, porque a Paraíba é, de todos os Estados do Nordeste, do Nordeste Setentrional, o que tem o menor *per capita* de reserva hídrica. É um Estado muito pobre em recursos hídricos e a questão da água tem realmente afetado seu desenvolvimento econômico, assim como o de outros Estados. Mas a Paraíba é muito especial neste assunto.

Quero dizer, Senador, que eu tenho essa visão e entendo a sua preocupação e dos outros representantes do Estado da Paraíba no Congresso, que tanto lutaram para que esse empreendimento saísse.

Devemos esse empreendimento a muita gente, mas acho que especialmente aos representantes da Paraíba, inclusive o ex-Deputado Federal Marcondes Gadelha. Lembro-me muito de seus discursos em apoio ao Projeto de Integração do São Francisco, e de outros mais representantes paraibanos.

Quero cumprimentar os colegas do Ministério da Integração que estão aqui presentes, os funcionários do Senado, servidores, assessores.

Para que possamos deixar espaço para o debate, vamos, rapidamente, dar uma posição de como se encontra hoje o Projeto de Integração do São Francisco.

Por favor.

Todo mundo conhece o projeto, que beneficia essa região do Nordeste brasileiro, o chamado Nordeste Setentrional, acima do Rio São Francisco, representado pelos quatro Estados: Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Passe, por favor.

Vou começar a apresentação relembrando, rapidamente, o termo de compromisso que foi firmado ainda em 2005 e regulamentado em decreto, em 2006, pela União, com base no acordo feito entre os representantes da União e dos Estados.

Naquela ocasião ficou definido que à União competia implantar integralmente as obras do projeto de captação e adução do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf), formalizar também uma proposta de entidade operadora federal responsável pela operação, manutenção do empreendimento futuro.

Hoje queremos dizer que está colocado, estamos na iminência de receber o decreto assinado pela Presidente da República estabelecendo a Codevasf como órgão operador do São Francisco. Hoje, por portaria ministerial, ela já se responsabiliza pela pré-operação. E, para isso, a Codevasf está sendo reestruturada e vai ter uma diretoria especial para cuidar especificamente do Projeto São Francisco.

Outro ponto importante desse termo de compromisso é constatar a situação de segurança dos reservatórios interligados ao Pisf e realizar eventuais obras de recuperação se necessárias. São aqueles açudes, reservatórios implantados pelo DNOCS que vão receber a água do Projeto de Integração do São Francisco. Por exemplo, o Coremas-Mãe D'água não vai receber, mas, vamos dizer, vai ter uma integração e poderá receber, com a nova ideia de puxar um ramal para o Alto Piancó. Mas, na Paraíba, há outros açudes, como Epitácio Pessoa, açudes importantes que receberão água do São Francisco: Poções e outros como Armando Ribeiro, no Rio Grande do Norte; Orós, no Ceará; Castanhão. Então, são 23 açudes que serão recuperados. Hoje, estamos em fase de recuperação do açude Poço da Cruz, em Pernambuco. E o DNOCS deverá licitar em breve as obras de recuperação do açude em Engenheiro Ávidos, na Paraíba. E outros projetos estão em fase de contratação para, em cada projeto que for feito, a gente licitar as obras através das coordenações estaduais do DNOCS, recuperando cada açude desse.

Após recuperado esse açude, a ideia é ter... O termo de compromisso estabelecia a delegação aos Estados da operação e manutenção. Em conversa com os Estados, o que foi decidido é seguir o modelo que já é adotado no Ceará e, em parte, também pela própria Paraíba – falta ainda no Rio Grande do Norte e em Pernambuco estabelecer essa proposta –, e aprofundar a parceria que já existe hoje com o DNOCS através de um termo de cooperação firmado entre a Agência Nacional de Águas, DNOCS e os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais. A ideia é a seguinte: a ANA é a dona da água, o DNOCS é o dono da estrutura do reservatório e a água vai beneficiar a sociedade local. Então, faz-se um termo de gestão compartilhada e todo mundo tem alguma responsabilidade sobre a operação e a manutenção do reservatório. Isso já é feito no Ceará e, em parte, na Paraíba. A ideia é fazer junto com a ANA; e os Estados aprofundarem essa parceria. E a gente atende àquele requisito de ter uma operação, manutenção e gestão adequada dos reservatórios que vão receber água do São Francisco.

Um outro ponto muito importante, talvez o mais importante – isso foi muito discutido na época –, era priorizar. A União teria que priorizar recursos alocados no Orçamento Geral da União para colaborar com os Estados por meio dos órgãos aos quais são vinculados, ou seja, DNOCS, Codevasf, em apoio à implementação de projetos de infraestrutura hídrica na área beneficiada pelo Pisf. Ou seja, o Pisf se compõe de dois grandes eixos, o Eixo Norte e o Eixo Leste, mas nós teríamos que levar a água aos 390 Municípios que seriam beneficiados. E para isso teríamos que ter infraestrutura hídrica para distribuir essa água, para dar capilaridade à água do São Francisco nos mais diversos Municípios que serão beneficiados.

Pode passar, por favor.

Aí está o Eixo Norte.

Pode passar, Cícero.

Eixo Leste.

São 260km o Norte, e 217, o Leste; cerca de 480km os canais.

Para iniciar, estão aquelas obras complementares ao Pisf, as principais, as maiores, que vão permitir que a água chegue às regiões, às bacias hidrográficas e àqueles Municípios que serão beneficiados.

Eu poderia aqui citar – clique aqui no Eixão das Águas, no Ceará, Cícero, lá em cima –, por exemplo, esse eixo que hoje já está pronto. A água do São Francisco, chegando à Bacia do Rio Salgado, no Ceará, vai cair no Castanhão. E o Castanhão, desde maio do ano passado, de 2012 – serão dois anos completos em maio do próximo ano, se a seca continuar e não chover até lá –, atende Fortaleza.

E o que acontece? Está aí a lógica importante do São Francisco. Se o Castanhão não pegar alguma água para o ano, mesmo sendo um grande reservatório, em 2015, nós vamos ter que fazer como outros Estados já estão fazendo, mesmo nos seus açudes maiores, como é o caso da Paraíba em relação ao Coremas-Mãe D'Água para as várzeas de Souza. Vamos ter que optar entre a água para abastecimento humano e a água para o setor da agricultura. O Castanhão hoje ainda está garantindo água, com o Orós, para abastecer a irrigação no Vale do Jaguaribe e abastecer a grande Fortaleza. Então, quando a água do São Francisco chegar, essa água já pode chegar a Fortaleza via Castanhão e Eixão das Águas. A estrutura para levar água para mais de três milhões de pessoas, daqueles doze milhões que serão beneficiados, já está pronta. O que o São Francisco vai fazer, nesse caso e nos outros, é jogar água no Castanhão para aumentar a garantia para os diversos usos.

Pode passar.

E aí a gente pode falar, ainda no Ceará, que no Cinturão das Águas, o CAC, já se iniciaram as obras, o que vai levar água para a principal região do interior do Ceará, ou seja, depois de Fortaleza, aquela mais povoada, que é o Cariri cearense, o polo Crato, Juazeiro, Barbalha, e uma infinidade de cidades. Já se considera essa uma região metropolitana. Aí há algo em torno de 600 mil pessoas só de população urbana. Então, nesse eixo, já se iniciaram as obras pelo governo do Estado do Ceará, com apoio da União, segundo rege o decreto.

Pode passar.

Lá está o Canal das Vertentes Litorâneas, na Paraíba. Aí nós estamos com o Canal das Vertentes Litorâneas que está em fase de execução acelerada e que também está sendo feito pelo governo do Estado da Paraíba, com apoio da União, e que vai levar água da ponta do Rio Paraíba, lá na Barragem de Acauã, reforçada pela vazão do São Francisco, para a região do Brejo paraibano.

Pode passar.

Temos o Ramal do Agreste. Pode colocar ali, por favor, Cícero, o Ramal do Agreste. Nós estamos preparando o edital. Isso esteve entre ir para Pernambuco e voltar para a gente. Mas nós assumimos de vez. Estamos concluindo a elaboração do edital e devemos, com certeza – devemos, não, com certeza, estaremos lançando em janeiro em RDC integrado. Agora, até por experiência do passado, Senador, nós não queremos mais contratar as grandes obras do São Francisco pelo regime da Lei nº 8.666 em preços unitários, porque é uma obra muito grande para se trabalhar. Então, vamos fazer contratação integrada dentro do Regime Diferenciado de Contratação. Estamos preparando, é a primeira experiência nossa, uma obra nova, que vai começar do zero. Vamos usar uma modalidade de licitação nova.

Pode passar.

O Ramal de Entremontes, que vai levar água para o extremo oeste de Pernambuco, é outro cuja licitação devemos lançar em janeiro, em regime de RDC integrado. Também já estamos nos últimos detalhes de confecção do edital.

Pode passar.

A Adutora do Agreste está em obras, vai receber água do Ramal do Agreste e distribuir para dois milhões de habitantes do Agreste pernambucano. Também é outra obra apoiada pelo Ministério da Integração Nacional, com execução do Governo de Pernambuco.

Pode passar.

Nós temos o Ramal do Apodi, lá em cima. Deveremos, no início do próximo ano, por volta de março – o projeto já está sendo concluído, também em regime de RDC integrado –, licitar a obra para poder chegar na Bacia do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Pode passar, por favor.

E em Azul, lá no Rio Grande do Norte – Cícero, por favor –, a água vai chegar ao Armando Ribeiro Gonçalves. Hoje a Paraíba já tem um conjunto de adutoras que leva água para as mais diversas cidades do Sertão do interior do Rio Grande do Norte. O que o projeto do São Francisco vai fazer é reforçar o suprimento hídrico dos sistemas hoje existentes. Então – pode voltar ao mapa geral, Cícero –, o que eu quero dizer é o seguinte: a própria Paraíba, Senador, a gente pode ali no Cariri, no Boqueirão – ali, Cícero; não sabe onde é o Açude Boqueirão até hoje, João? Você está há 15 anos no São Francisco –, aí há uma infinidade de adutoras, que já existem e que vão ter reforçado o seu suprimento hídrico pelo São Francisco. Então, o projeto tem esse espírito de levar mais do que água em quantidade, mas garantia para os mananciais e, conseqüentemente, para os sistemas de adutoras e distribuição de água existentes.

Vamos para a frente, Cícero.

Aí são os açudes de que já falei. Pode passar. Alguns estão sendo recuperados e outros em projeto para recuperação.

Aí, só para resumir, está o sistema de gestão estabelecido pelo decreto. Temos um Conselho Gestor do Projeto São Francisco, a ANA é o órgão regulador; temos o operador federal definido, que será a Codevasf, através de uma diretoria especial sua; o Conselho Gestor aprova plano de gestão anual. É bom que se diga que isso é um projeto muito dinâmico. A obra física é estável, mas as vazões aduzidas ano a ano e alocadas a cada Estado podem variar; é um processo de negociação. Vai depender da realidade hídrica de cada Estado naquele momento. A chuva, no Semiárido, mesmo na seca, tendo uniformidade, quando chove, a irregularidade espacial e temporal é muito grande. Podemos ter Estados em que os reservatórios receberam uma recarga maior e Estados que não receberam recarga nenhuma. Haverá uma negociação anual para saber quem recebe quanto, ou seja, o que cada Estado vai receber. Isso dentro de uma cota variável. E pode-se assumir uma cota fixa. Esse Conselho Gestor que tem uma representação de Ministérios da União, Ministério da Integração, Ministério de Minas e Energia, MMA, Casa Civil da Presidência da República, que está sendo ampliado e tem representantes dos quatro Estados, vai aprovar plano de gestão anual, que vai definir a alocação da água. Cada Estado vai ter que ter sua estrutura para receber essa água e alocar conforme a realidade de cada Estado. Em Pernambuco, os canais vão cortar o território pernambucano. Pernambuco vai definir, vai priorizar, vai alocar a água, aquela sua cota, dentro do seu território. Ceará, a mesma coisa, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Pode passar, por favor.

Aqui, já foi dito antes, são os valores atualizados até o ano passado. Para ter uma noção do custo, isso será aperfeiçoado com o operador, mas é para ter só uma noção básica do que representa o valor dessa água alocada para cada Estado, dentro de uma proporcionalidade, de acordo com a população beneficiada de cada um. Mas isso aí é o que eu já disse: é dinâmico. Vamos supor: cada Estado teria uma cota fixa relativa ao seu contingente populacional atendido. Mas há uma variável, pode variar de Estado para Estado, ou um Estado pode passar a sua cota fixa de um determinado ano para outro se ele não precisar da água, e o outro precisar. Isso é um processo de negociação anual. E o que se pode ver é que a representação dentro da receita fiscal do Estado é muito pequena. Ou seja, numa seca como esta, se faltar água no Distrito Industrial de Maracanaú, em Pecém, no Ceará, isso poderá representar perda bastante significativa do PIB do Estado. Imagine num Estado com siderúrgica, com refinaria faltar água! Se você analisar o que se pode perder em termos de PIB com esse valor que você vai pagar para segurança, é melhor apostar na segurança. É como seguro de carro. Você não faz seguro para bater o carro, mas você tem que ter um seguro, porque, se bater, o prejuízo é menor. Assim é o São Francisco.

Pode passar.

Já entrando na implantação do empreendimento em si, a gente pode mostrar a lei em termos gerais. A obra está avaliada em 8,2 bilhões. Foram desembolsados já 4,2 bilhões, 50% do empreendimento. E ali estão as obras civis também, como é que estão avançando. A gente licitou, do ano passado para cá, muitas obras civis. Nós temos ali 3 bilhões para investir em obras civis, que é o que nós contratamos. Esses foram os contratos que nós efetivamente desenvolvemos do final do ano passado para este ano. Está tudo com ordem de serviço e todas as frentes de serviço estão sendo atacadas.

A eletromecânica representa um valor razoável. Destaco a parte ambiental. Talvez seja difícil você encontrar no Brasil um empreendimento de grande porte, mesmo no setor hidrelétrico, que tenha um componente ambiental tão forte, de R\$1 bilhão, o que está mudando a realidade na área de implantação da obra, da cultura, no trato da questão ambiental, do conhecimento da Caatinga e do conhecimento da Antropologia, da Arque-

ologia na região, beneficiando universidades, com destaque maior para a Universidade do Vale do São Francisco, em Petrolina, que tem recebido aporte de recursos e implantado estruturas interessantes que vão conferir alavancagem ao conhecimento da região, tanto da fauna, da flora, como da própria história e pré-história da nossa região. Também destaco a Urca (Universidade Regional do Vale do Cariri), no Ceará; o Inapas, uma fundação que trabalha com instituições ligadas à questão arqueológica e paleontológica, vinculada à Serra da Capivara, ao Museu do Homem Americano. Então, toda essa parte é coordenada pela Profª Niède Guidon, no que diz respeito aos resgates de bens arqueológicos e paleontológicos. Então, é um programa muito interessante. Não é só a obra, mas o Projeto do São Francisco está mudando essa realidade do conhecimento na região.

Pode passar.

Hoje, diferentemente do passado, estamos acompanhando a obra pelo indicador financeiro e também pelo indicador físico. Isto é um índice físico que é calculado com pesos, com base numa ponderação utilizando pesos em função da complexidade de cada obra.

O Eixo Leste está com 54,8% implantado; o Eixo Norte, 48,8; o Pisf, como um todo, hoje, está com 51,3%. Ou seja, quebramos a barreira dos 50%. Isso vem muito em função da celeridade que a obra tomou nos últimos meses, três, quatro, seis meses. Vocês vão ver num gráfico de alocação de mão de obra.

Pode passar.

Aí temos o avanço físico por meta. O projeto foi replanejado – todos sabem – em seis metas. No Eixo Norte, a Meta 1 é a mais avançada, com 55%. E aí a gente já começa a ver a mobilização. A Meta 1 é aquela que sai de Cabrobó e chega a Jati, no Ceará, no Eixo Norte. Era para ter mostrado as metas primeiro para relembrar aos Srs. Senadores no mapa. Mas, depois, agente volta lá.

A Meta 1N é essa que sai do Eixo Norte, de Cabrobó, Pernambuco, Rio São Francisco, até Jati, na divisa de Ceará com Pernambuco. A Meta 2N, aquela em amarelo, é um conjunto de seis barragens, mais uma sétima que vai ampliada, no interior do Ceará. A Meta 3N é essa que faz a água chegar ao Engenheiro Ávidos na Paraíba. A 3L é a pequeninha, que chega só até o reservatório de Areias. A 2L chega ao reservatório Barro Branco, que é um ponto de derivação para o ramal do agreste, e a 3L a açude Poções na Paraíba.

Volta lá para aquele quadro.

Hoje nós estamos nessa situação. No Eixo Norte, estamos na 1N – estou falando de mão de obra que está trabalhando exclusivamente no campo e com mão de obra de construtoras e supervisoras – com 3.615 pessoas, ou seja, entre Cabrobó e Jati, Ceará, hoje, tem 3.615 mil pessoas trabalhando. Na 2N, que é dentro do Ceará, nos Municípios de Brejo Santo e Mauriti, especialmente, há 1.233 pessoas trabalhando. Na 3N, uma para a qual, diga-se passagem, foi dada a ordem de serviço – Robson, foi em setembro a ordem de serviço da 3N, não foi? Foi em setembro –, estamos já com 872 pessoas trabalhando. A 3L foi a última a ser mobilizada, mas, na 1L, nós estamos com 376 pessoas, que é aquela pequeninha, com cerca de 16km. Na 2L, 323 pessoas; e, na 3L, 699, quase 700. Houve uma aceleração muito grande nos últimos três meses da mão de obra dessa meta, desse Eixo Leste e vai continuar.

Mão de obra são as mais diversas, desde um simples servente, que trabalha ali ajudando no revestimento dos canais, com concreto, com alvenaria, até mão de obra mais sofisticada, falando de operário mesmo, operador de máquinas, eletricitas, porque já estamos em fase de montagem de algumas estações de bombeamento, como vou mostrar a vocês. E pessoal especializado em montagem mecânica, especialmente, e construção civil.

Pode passar.

Estamos já quase retornando ao patamar de mão de obra que essa obra teve por volta de 2009, início de 2010. Nós estamos hoje com 7.763 pessoas, considerando todo o total geral de supervisores, projetistas e os operários da obra. Devemos ultrapassar o ano com 8 mil, quebrando a barreira dos 8 mil. Vamos continuar nesse processo de aceleração até o próximo ano, chegando ao meio do ano, segundo semestre do próximo ano.

Alguns contratos, os mais antigos, vão se encerrar até o meio do ano, deixando o objeto pronto, mas os contratos principais, obras que foram contratadas de junho de 2012 para cá, ainda vão continuar até o final de 2015.

Pode passar, por favor.

Aí é só para terem uma ideia. O gerenciamento da obra melhorou muito porque nós chegamos a ter a gestão de 60 contratos nessa obra, dos quais 14 eram de obras. Nós temos ainda alguns contratos antigos. Vocês podem ver pela data, principalmente na Meta 1N, aqueles contratos de 2007, 2008, que puderam ser reaproveitados, mas, a partir de 2011, começaram a ser licitados e desenvolvidos novos contratos, em 2011, 2012, 2013.

Na Meta 3N, temos ainda um contrato de 2008, o do túnel, que foi daquele consórcio que permaneceu na obra o tempo todo e parou um dia só. Mas contratamos, agora, recentemente, a construtora Queiroz Galvão na 3N, em 2013; o Consórcio São Francisco Leste, que é formado pela S/A Paulista e Somague, de Portugal, em 2013; e para a 2L e 3L, a construtora Mendes Júnior, que é um contrato antigo que foi reaproveitado, deve ser

concluído no primeiro semestre do próximo ano; e a S/A Paulista Construções é um contrato novo, de 2013. Então muita coisa foi recontratada ou algo novo foi contratado, porque não tinha sido contratado antes, nesses últimos 12 meses.

Pode passar, por favor. Pode passar. Aí são as metas. Passe aí, por favor. Mostre as fotos. Aí nós temos as fotos. Pode passar. Pode passar. Pronto.

Aí eu quero mostrar a estação de bombeamento que vai captar água lá no Rio São Francisco, em Cabrobó, a estação do Eixo Norte. Já está com a parte de poços de sucção pronta. Ali vocês podem ver aí os pilares subindo, e já o ponto para receber a montagem de bombas nesses furos que estão aí.

Pode passar.

A estação já atingindo as cotas mais altas, também lá no Rio São Francisco.

Aí estão começando a montagem das tubulações de recalque das bombas na estação também do Eixo Norte.

Pode passar.

Aí era do Eixo Leste. Depois de remobilizado, o começo das montagens, montagem de equipamentos e ponte rolante do Eixo Leste.

Ali era a barragem já pronta, o revestimento de canal.

Aí barragem pronta, com o canal pronto. Há trechos prontos já, muitos trechos prontos.

Pode passar. Pode passar.

Serviços. Aí o canal, as vilas, aquedutos prontos.

Pode passar.

O túnel, que está muito bem encaminhado, na divisa do Ceará com a Paraíba, o túnel Cuncas, já está em processo de revestimento.

Aí são obras já do Eixo Leste que foram reiniciadas, recomeçadas. A Estação aí EBV2. São seis estações no Eixo Leste. Iniciada a parte de montagem.

Volta ali, Cícero.

Aí estão começando a solda de montagem de tubulações.

Passe.

Montagem de equipamentos também da estação do Eixo Leste, lá na margem do rio, e ponte rolante.

Pode passar.

Aí é a Estação EB2 sendo atacada.

Pode passar. Pronto.

Eu queria mostrar aqui um perfil, só para a gente entender melhor o avanço. Pronto. Volte ao começo. Esse eixo aí é o Eixo Norte. A gente pode enxergar os trechos de metas que vemos lá na planta em mapas, em perfil. Assim a gente começa a entender melhor a complexidade das obras. Aí estão simbolizadas todas as obras. Nós temos aí o Rio São Francisco, temos a Estação de Bombeamento 1, são três estações de bombeamento no Eixo Norte. Aí vocês podem ver barragens e o reservatório de Tucutu, que já está pronto, aquedutos que estão ficando prontos, concluindo. Em azul são os trechos em canais. Concluindo os aquedutos, esses reservatórios, a gente chega à EB2, que também já está em obra. Essa estação de bombeamento também já está sendo executada. Depois há uma terceira estação de bombeamento.

Ali a derivação por ramal do Entremontes, que eu mostrei em planta. Ou seja, a Meta 1N chega até aí, a divisa.

Ali está representada a divisa entre Pernambuco e o Ceará, a Meta 1N. Para concluir a Meta 1N, onde há mais de 3,1 mil pessoas trabalhando, nós temos todas essas obras que estão hoje atacadas, essas três estações de bombeamento. A ideia é que a gente, nesses 106,4km de canal, consiga concluir isso até dezembro do próximo ano, dezembro de 2014. Então, em dezembro de 2014, nós deveremos estar com essas três estações de bombeamento já em fase operacional, prontas, chegando a esse reservatório Milagres. A gente não chega ao Ceará porque existe esse túnel Milagres que, embora pequeno, é de grande complexidade para fazer, porque ele vai precisar ser, na maior parte, revestido. Então, o túnel Milagres simboliza a passagem da água de Pernambuco para o Ceará.

Pode passar.

Aí está a divisa. Hoje, há esse conjunto de barragens – barragem Jati, barragem Atalho, que existe e vai ser alteada, e todos esses reservatórios, que são barragens também – relativos à Meta 2N, onde há hoje mais de 1.200 pessoas trabalhando.

Pode passar.

E aí está a Meta 3N, que começa ali depois desse reservatório Boi II. Ainda há obras no Ceará. A Queiroz Galvão foi a última contratada na 3N. Já está com aquele contingente de pessoal trabalhando de que eu falei.

Ela está trabalhando nessa Meta 3N juntamente com o consórcio anterior, que está já do meio para o fim para concluir o túnel Cuncas I e Cuncas II, uma obra que nunca parou e está bastante avançada. Não é mais caminho crítico para a água chegar à Paraíba. E aí a gente chega até a 3N, em 2015.

O túnel, que era a grande obra crítica, fica pronto para o ano já. Com isso, a obra chega ao reservatório Caiçara e ao reservatório Ávidos. Todos os dois já podem derivar a água para o açude Engenheiro Ávidos, tanto o Boa Vista, como o Caiçara.

Pode passar.

Vai para o 3L, por favor, Cícero. O 3L é um canal que, apesar de ser menor do que o Norte, mais complexo porque tem seis estações de bombeamento, a Estação de Bombeamento 1 está em fase de montagem e preenchimento do fechamento da estação. A Estação de Bombeamento 2 está também em fase de elevação, já estava concretado todo o posto de sucção, onde já há gente trabalhando. A Meta 1 é até esse reservatório Areias, chegando quase à EB2.

Pode passar.

A Meta 2L chegaria até o reservatório Barro Branco. Mas nós estamos trabalhando aqui, porque nós não conseguiremos chegar até 2014 ao Barro Branco por causa da dessa EB4, que é mais complexa, é a estação que estava mais atrasada, a maior. Nós chegaremos aos 96,5km. Podemos chegar com canal operacional até esse ponto em 2014. E ao resto chegamos até o final de 2015. Também já estão com frentes de serviço, com ordens de serviço dadas e tudo.

Aqui, após a divisa que, na realidade, é a do reservatório Barro Branco, mas é bem próxima a divisa de Pernambuco com a Paraíba, temos a Meta 3L, em que nós já temos gente trabalhando.

Agora, em relação à construtora – esta foi uma pergunta que o Senador Vital do Rêgo, inclusive, fez quando nos visitou lá no Ministério: “Por que não há frente de serviço já aberta dentro de território paraibano?” –, nesse trecho, Senadores, nós tivemos que fazer, antes de lançar a licitação, até para não ter que fazer mudança em projeto, como foi feito no passado, após o contrato feito, uma adequação no projeto para diminuir o tamanho do túnel exatamente para ganhar tempo.

Esse túnel Monteiro, que está pequenininho ali, seria feito com seis quilômetros. Chegaram a pensar, lá atrás, até em trocar o túnel por uma sétima estação de bombeamento, e nós optamos. Uma sétima estação de bombeamento, depois de a gente analisar, gastaria até mais tempo, porque a gente, hoje, está percebendo que os caminhos mais críticos do projeto são as estações de bombeamento, porque, além da obra civil, da montagem mecânica, tem a parte elétrica, toda a questão de energia, e o túnel encareceria a obra para a Paraíba, porque já tem seis estações de bombeamento e, com a sétima, seria mais bombeamento, o que encareceria o custo operacional para a Paraíba. E, nas análises, ficou bem claro que o túnel modificado seria a melhor alternativa, tanto para efeito de operação e manutenção, como, até, de custo mesmo de investimento. Então, o túnel que seria feito com seis quilômetros foi reduzido para três. Afastou-se, um pouco, o canal de lado, e se optou por fazer um túnel de três quilômetros, que será feito num espaço de tempo mais curto e a um custo bem menor, a metade do túnel anterior.

Por outro lado, foi preciso adequar algumas questões ambientais junto ao Ibama, porque o túnel mudou de local, e adequar também alguma coisa na desapropriação. Isso está sendo concluído, agora, pelo Ministério da Integração e a construtora já está se preparando, já escolheu, inclusive, o terreno em Monteiro, para montar a fábrica de pré-moldados, para fazer essa galeria Monteiro, essa adutora Monteiro, que será toda em tubos, em galerias pré-moldadas. Ela já está se mobilizando para, em janeiro, a gente, definitivamente, entrar no desemboque do túnel e nessa galeria, no trecho de canal, aí, dentro da Paraíba, porque a parte do emboque já está em processo de mobilização para iniciar ainda agora.

Então, de um modo geral, era esse o balanço que eu tinha para colocar para os Srs. Senadores.

Eu acho que não adianta me alongar muito na exposição. É mais frutífero e didático responder às perguntas. Muito obrigado pela oportunidade.

Cumprimento os Senadores que chegaram.

Estou à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria registrar, agradecendo ao Ministro, que a sua exposição tem um pragmatismo próprio de quem conhece a realidade da concepção desse projeto, que teve a presença de paraibanos ilustres e um deles está aqui, o Secretário Cícero Lucena, à época, um dos mentores ideológicos desse projeto; e o Secretário Fernando Catão. Por meio desses dois nomes, eu quero dizer da expectativa do povo da Paraíba com relação a esse projeto de que já falei.

Registro a presença do Senador matro-grossense Osvaldo Sobrinho, que vem acompanhar esse projeto, ele que tem tanto o que nos falta, que é a água; do Senador Humberto Costa; e a solidariedade de Osvaldo, sempre muito presente.

Eu vou fazer algumas perguntas.

Nós estamos nos dividindo hoje entre a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Acompanhamento do São Francisco.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, não é que eu sou interessado não, é que eu tenho interesse pessoal nesse projeto. A minha família é de Pernambuco, lá de Cabrobó.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, mais uma ligação forte com V. Ex^a. E o Senador Humberto Costa conhece bem a região.

Bom, eu vou fazer algumas perguntas, Ministro, e já me dou por satisfeito por outras já respondidas por V. Ex^a. O senhor anunciou, agora, para nossa satisfação, que a Codevasf vai ser o órgão gestor do projeto. Isso é muito interessante pela experiência que a Codevasf tem nessa área. Eu pergunto ao senhor como fica o DNOCS na reforma do Ministério, esse que é um órgão, para nós, estruturante de toda a nossa vida em termos de convivência com a seca. O DNOCS é um órgão secular que passa por uma dificuldade muito grande. Não apenas na atualidade, mas, em outros governos, houve um envelhecimento dos profissionais do DNOCS, houve uma ausência completa da ação do Governo Federal no sentido de revitalizar aquele órgão tão importante para nós, com um plano de cargos e salários, com um plano de viabilidade de contratação de novos profissionais. Como está o DNOCS nessa concepção, nesse cenário que o Ministério aponta para a execução das obras do São Francisco e as obras complementares?

Esta reunião tem a presença dos Srs. Senadores e terá uma utilidade muito grande para os Senadores que compõem esta Comissão, porque, através de videoconferências e dos Senadores Humberto Costa, Vital do Rêgo, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Inácio Arruda, representantes desses quatro Estados, a sua palavra aqui vai ser multiplicada para esses quatro Estados, como um balanço deste ano – nós, que somos tão cobrados.

O senhor falou sobre o estudo do alto Piancó, um ramal para Piancó. A população da Paraíba, necessariamente do Vale do Piancó, aguarda com muita expectativa. Houve uma solicitação formal desta Comissão ao Ministro Fernando Bezerra, que prometeu, com a Presidente Dilma, ainda no território paraibano, fazer os estudos para que esse ramal pudesse se viabilizar. Nós queremos saber do senhor como se encontram esses estudos, em que pé estão e qual é a decisão política do Governo Federal em abastecer o Vale do Piancó com esse ramal.

O açude Engenheiro Ávidos é a primeira barragem receptora do Eixo Leste no Estado da Paraíba. Ele apresenta graves dificuldades geológicas na sua barreira, na sua área de difusão hídrica. Nós temos um projeto que estava no meio de outras oito barragens do açude Engenheiro Ávidos, mas o Ministério determinou seu desampensamento para tratar da licitação de Engenheiro Ávidos de forma isolada tanto na questão eletromecânica, que são as máquinas que precisam estar prontas, quanto na recuperação da barragem. Nós queríamos saber como está essa licitação do açude Engenheiro Ávidos. Já foi anunciado pelo Ministério que a licitação estava para sair, em valor, parece-me, de 23 milhões para tudo. Queria a confirmação do senhor.

Obras complementares. A concepção do projeto não é apenas para levar a água, mas também para garantir a melhor utilização dessas águas nas cidades ribeirinhas da Bacia do São Francisco, nas cidades que são abastecidas. Eu vejo o esforço do Ministério e sinto que, nos Estados, a velocidade de obras de abastecimento d'água e saneamento nessas cidades tem sido extremamente claudicante. Eu queria saber se há acompanhamento do Ministério dessas obras, digamos assim, suplementares, que vão garantir que as águas do rio não sejam mal utilizadas ou que tenham, dentro dessa nova roupagem, a remodelagem que o Ministério ofereceu nas metas, como está o acompanhamento.

A meta 3L, de que o senhor falou agora há pouco, foi motivo da minha presença no Ministério, cobrando de V. Ex^a o início dessas obras na região de Monteiro. O Ministro Fernando Bezerra esteve na região, em setembro, com a Comissão, anunciando a ordem de serviço. E o senhor já justificou as razões do adiamento dessa ordem de serviço e nos anuncia que, em janeiro, a obra será, definitivamente, retomada a partir da cidade de Monteiro, com o desemboque e a calha. Eu queria saber qual é a previsão do número de funcionários que poderíamos ter no acampamento de Monteiro.

O senhor falou – para o nosso desencanto, lamentável; tenho certeza do seu também, como cearense – que teremos, depois de todo esse sacrifício, esse esforço feito pelo Governo Federal para remodelar essa obra... E não vamos falar aqui do que já é comum: da falta de planejamento, da falta de um projeto executivo apropriado e rápido, da falta de um projeto básico cheio de imperfeições. Mas nós vamos ter 100 quilômetros no Eixo Norte, no Eixo Leste, e o senhor confirmou aquilo que o Ministro Fernando Bezerra também nos avisava no fim do ano de 2004. O ano de 2013 tem sido marcado por uma seca terrível. E o senhor mais do que nós conhece isso, nós convivemos com isso e o senhor faz a gestão dessa dificuldade. Como ficaremos em 2014 e 2015? Porque só vamos ter água em 2015. Qual é a programação do Ministério para Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará entre 2014 e 2015?

Temos diversos programas que o senhor pode elencar e aí já encaminho outra pergunta: o Programa Operação Carro Pipa, que é algo que já gostaríamos de não ver mais nas estradas nordestinas, mas têm sido inclusive denunciadas profundas imperfeições nesse programa por mais que o Governo tenha se cercado de segurança com o Exército, com convênios, mas, nesse plano de convivência, o que o Ministério nos dá de esperança para esses próximos dois anos? E, efetivamente, como o Ministério tem recolhido essas denúncias publicadas na imprensa sobre o Programa Operação Carro Pipa?

O senhor falou e ali tem... Eu queria que o Cícero voltasse para o custo da água. Eu vi que, na Paraíba, me parece, o custo do valor da tarifa da água exatamente nessa relação é: a vazão da Paraíba é de 5.8m³ por segundo e o custo dela representará 0,46... Eu concordo já com o senhor que, para ter segurança hídrica, esse custo é de se enfrentar na nossa realidade. Mas a nossa realidade é que a água para a Paraíba, teoricamente – Cícero, não sei se você é engenheiro e conhece isso –, torna-se-a mais cara em termos de tarifa. Isso é pelas estações elevatórias? O que é que custa? Qual é a base desse custo? Como se chegou a esses valores?

Tem um instituto que o senhor conhece no Estado e em Campina Grande, que é o Instituto Nacional do Semi-Árido. Que papel tem esse instituto no projeto de transposição? Nas três ou quatro visitas que fizemos ao lado dos Senadores, nós acompanhamos o esforço do setor ambiental do projeto que já cumpriu quase a metade das metas em termos de desembolso financeiro. O senhor falou de universidades e não citou um instituto que é, sem dúvida alguma, o mais avançado instituto de pesquisa da Região do Semi-Árido, da Paraíba, do Nordeste e do Brasil: o Instituto Nacional do Semi-Árido, que se situa em Campina Grande. Qual a inserção que esse instituto tem no projeto de transposição?

O senhor falou das obras complementares e, na última visita que nós fizemos, existia a possibilidade de o Exército receber delegação do Ministério para fazer obras de terraplanagem das estradas de inserção aos canais. Isso avançou?

E as obras de manutenção das que já estão existindo, as obras de manutenção dos lotes já entregues ou agora as metas? Agora mesmo eu vi na *Folha de S.Paulo* e está em todas as matérias visuais ou audiovisuais que, quando se quer criticar a leniência, a letargia desse projeto, o atraso das obras, sempre a marca desse atraso é um canal. Isso inclusive já foi matéria. Mostram um canal em que há uma carcaça de bode, mostram que nem aquele animal rústico da nossa região resistiu à seca ou uma placa rompida, quebrada, desalojada do seu centro. As placas, a manutenção desse projeto ainda está sob responsabilidade das empresas, do Ministério ou da Codevasf? Qual o trabalho do Ministério da Integração em relação a essas placas?

E desmistifique aqui, Sr. Ministro, se essas placas realmente comprometem a linha do canal ou se elas são apenas segurança para a manta que está fora. É necessário que a gente efetivamente esclareça isso, porque há uma fotografia emblemática da leniência, da letargia, da ausência da atividade de gestão governamental do projeto, com a placa fissurada, rompida, maltratada, o que foi objeto de gasto público e que precisa efetivamente de uma resposta conclusiva por parte do Ministério.

São essas as minhas perguntas.

Passo a palavra. Vamos fazer em bloco as perguntas. Senador Humberto Costa, Senador Cícero, depois Senador Osvaldo. Pela idade e pela experiência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, é uma alegria poder recebê-lo aqui. Como deve ser do conhecimento de V. Ex^a, fiquei incumbido da responsabilidade de ser o Relator desta Comissão. Nós inclusive já estamos chegando ao final da prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou aproveitar o Relator para, contando com o quórum na Comissão, dar esta notícia: em contato com o Presidente do Senado, S. Ex^a foi sensível à prorrogação dos trabalhos desta Comissão, mediante apoio de V. Ex^{as}.

Vou colocar o requerimento agora em votação para prorrogar até o final do ano de 2014. Na verdade, só queremos entregar em 2015, se Deus quiser, o final desta Comissão.

O Relator é o Senador Humberto Costa.

Em votação o requerimento de prorrogação dos trabalhos da Comissão. Em discussão e em votação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Para discutir, Sr. Presidente.

Baseado no que V. Ex^a colocou, se é bom para a região, para estudos melhores, para o melhor relatório de 2016, por que já não se faz logo aqui para a metade do ano de 2016? Há algum...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Secretaria informa que só pode prorrogar a cada período. Mas haveremos, em 2014, de prorrogar novamente.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Coloco também em votação a ata da sessão anterior. (Pausa.)

Aprovada.

Desculpe, Senador Humberto Cosa, devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Foi uma intervenção em bom momento.

Sr. Ministro, é muito boa a informação de que vamos ter a prorrogação dos trabalhos, mas, de toda sorte, nossa pretensão é, até o final deste ano, termos condição de preparar pelo menos um relatório parcial, um relatório preliminar. Infelizmente, não pude chegar a tempo do início da palavra de V. Ex^a, tive que sair rapidamente para atender a um telefonema, e não ouvi o Senador Vital do Rêgo falar sobre o tema, mas gostaria que V. Ex^a pudesse repetir a previsão que nos foi apresentada várias vezes pelo Ministério da Integração Nacional de que até o final do ano que vem teremos, em cada um dos eixos, 100km de canal já funcionando plenamente e atendendo às cidades percorridas nas proximidades do canal. Acho que essa é uma informação importante, porque essa obra, como sabe muito bem V. Ex^a, tem sido objeto de muitas informações desencontradas. Por mais que nós que sejamos testemunhas *in loco* de como o processo vinha caminhando, por mais que tentemos colocar o que observamos, termina sempre prevalecendo uma ideia repetida o tempo inteiro de que há uma paralisia. Então, é importante que possamos ter a confirmação dessa previsão, que me parece uma coisa importante.

A outra confirmação que também ouvi *en passant* é a de que de fato todos os lotes agora já foram licitados, as ordens de serviço dadas e o processo de mobilização plenamente iniciado. Essa é outra informação importante.

A outra questão que eu gostaria de levantar é que boa parte das obras complementares caminham mais rapidamente do que obra da transposição. E é natural que isso aconteça, porque estamos falando basicamente de adutoras na maior parte dos casos. No entanto, seja pelo fato de que a execução dessas obras não se dá diretamente por parte do Ministério, seja por outra razão qualquer, não chega à população a informação de que aquilo faz parte do projeto mais global, que aquilo é uma intervenção do Governo Federal, paga pelo Governo Federal e, muitas vezes, prevalece a ideia de que as companhias estaduais de abastecimento de água estão fazendo a sua parte e o Governo Federal não está fazendo, quando na verdade não é isso o que acontece. Os recursos para essas obras são recursos federais.

Nós, inclusive, agora, recentemente, no caso de Pernambuco tivemos a conclusão da segunda etapa da adutora do Pajeú. É verdade que estamos lá na fase de testes, mas já temos água em Afogados da Ingazeira, em Flores, em Triunfo, em vários outros lugares, o que é uma conquista muito importante, porque muitos desses municípios já se encontravam em situação de colapso. Acho que é importante que o Ministério da Integração Nacional, o Governo Federal possam efetivamente transmitir à população que, além das obras do canal em si, essas obras que compõem o projeto como um todo, elas continuam andando e atendendo à população.

Daí eu aproveito para perguntar a V. Ex^a sobre essa terceira etapa da adutora do Pajeú. Parece-me que houve alguma dificuldade em relação à licitação. A informação que nós tínhamos é de que a Presidenta Dilma estaria, inclusive, presente em Afogados da Ingazeira, quando a água chegasse, mas ela só gostaria de ir para assinar também a ordem de serviço da terceira etapa. E eu não sei se essa licitação avançou ou não. Eu gostaria de saber de V. Ex^a.

A outra pergunta tem a ver também com preocupação que manifestou o Senador Vital do Rêgo. A indagação é qual é a previsão de chuvas que temos para o final do ano, começo do ano que vem; se vamos ter mais um ano de seca ou se teremos uma seca mitigada ou se teremos a retomada das chuvas em um ritmo, vamos dizer, não satisfatório, mas comum para o Nordeste.

Por último, eu gostaria de trazer também um assunto mais específico de Pernambuco. Eu tive a oportunidade de estar juntamente com o Senador Armando Monteiro com o Presidente da Codevasf, Dr. Elmo Vaz. Nós chegamos a combinar uma ida até V. Ex^a para tratar desse assunto – eu não pude ir, mas sei que o Senador Armando Monteiro esteve com o senhor –, que diz respeito ao chamado Canal do Sertão.

Há uma polêmica enorme na região do Araripe, de Pernambuco, porque em um primeiro momento, quando ainda se tratava de um pré-projeto – nós temos de dizer isso claramente –, houve a cogitação de que pudessemos chegar com água para irrigação naquela área do Araripe. E, posteriormente, com estudos que foram feitos ter-se-ia chegado à conclusão de que não seria economicamente viável essa atividade naquela região, sob pena de nós reproduzirmos um sistema que todos nós sabemos ser problemático: a questão da irrigação em toda aquela região, que termina sendo uma atividade fortemente subsidiada pelo Governo Federal, o que não casa com a ideia de uma atividade econômica sustentável, produtiva enfim. Porém, a polêmica está instalada. Talvez tenha havido pouca discussão em relação a isso, um maior esclarecimento à região, porque se criou a expectativa de nós teríamos essa área.

Inclusive, uma das possibilidades que se cogita era a de que nós pudessemos suspender temporariamente a contratação dos projetos, refazer a discussão com a população da região e chegar a um entendimento em torno dessa questão.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a em que pé esse assunto está, porque quando houve essa visita, eu estava fora do País. Enfim, não tive oportunidade de ter uma informação mais precisa.

Eram essas as questões. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Relator, Senador Sobrinho, quero primeiro justificar porque cheguei um pouco atrasado. Não é novidade para ninguém a questão dos voos no nosso País. Lamentavelmente, perdi uma boa parte da explanação do Sr. Ministro. Então, quero pedir desculpas ao Ministro por não ter chegado na hora.

Em segundo lugar, quero dizer basicamente que, do que ouvi e nessas indagações que foram feitas pelo Senador Vital do Rêgo, praticamente ficamos sem opção de novas indagações. Então, buscarei apenas complementar, pela riqueza e pelo conhecimento das indagações que o Senador Vital fez, complementadas pelo Senador Humberto Costa.

Eu gostaria de chamar a atenção sobre o porquê dessa nossa preocupação, Sr. Ministro. Na semana passada, houve na Comissão de Desenvolvimento Regional um debate sobre o problema do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido na Paraíba como Boqueirão, inclusive o maior reservatório que vai receber as águas do Eixo Leste da Paraíba.

A razão do Eixo Leste – e agradeço a referência do Senador Vital – foi exatamente o caos que se instalou, no início da década de 90, na região de Campina Grande, do Cariri paraibano, já se prevendo no futuro a necessidade, inclusive, de abastecer parte do Brejo Paraibano. E, futuramente, a cidade de João Pessoa, a capital do Estado da Paraíba, vai tomar água da transposição do Rio São Francisco.

É importante dizer que eu sou lá do sertão, eu sou de São José de Piranhas, onde a transposição passa com os túneis Concas e com o Açude Engenheiro Ávidos, também chamado de Boqueirão. Jamais, quando criança, imaginava, Senador Sobrinho, que o Brejo iria precisar beber água da transposição, porque nós conhecíamos o Brejo como o próprio nome diz – brejo, área molhada.

Em fevereiro deste ano, a Presidente Dilma esteve na Paraíba pela primeira vez exatamente para dar uma ordem de serviço de um canal que ligará Acauã a Araçagi, para dar garantia hídrica a 16 cidades do Brejo Paraibano, numa demonstração clara, se não bastassem as necessidades do Cariri e da Grande Campina, da importância do Eixo Leste, que era o menor e o mais barato.

Nós vimos com muita evidência que a Agência Nacional de Águas, a Agência Estadual de Águas e a Universidade Federal de Campina Grande nos alertaram nessa audiência, Ministro, que o açude Boqueirão, Epitácio Pessoa, está abaixo de 40% da sua capacidade de armazenamento. Se não houver um mínimo de chuva, nós poderemos entrar em estado de emergência até julho de 2014 e, se perdurar essa escassez, nós entraremos em colapso em 2015. Repito, estado de emergência em julho de 2014, praticamente daqui a sete meses, e colapso em 2015.

Por que é que eu estou chamando atenção? Porque ficou claro e evidente para todos os presentes a necessidade de termos urgência no Eixo Leste e de termos prioridade no Eixo Leste, porque, de todas as áreas que serão beneficiadas pela transposição, é a mais crítica. Campina Grande hoje é a maior cidade do interior do Nordeste, com toda a sua capacidade de trabalho, de universidade, de empresa, de desenvolvimento. Além da região da Grande Campina, nós estamos falando de um milhão de habitantes.

Foi perguntado ao Presidente da Agência Nacional de Águas que plano de emergência está pensado hoje caso se confirme essa infelicidade da escassez. Vai transportar de carro-pipa? Nas estradas não vão caber. Vai transportar de trem? Qual o plano? Quais são as preocupações? Quais são as soluções emergenciais? Isso tem que ser um planejamento de guerra. Deus queira que não aconteça, mas o Governo tem a responsabilidade e o dever de pensar no pior e, depois, comemorar porque o pior não aconteceu. Essa é a nossa preocupação, que ficou evidente. E a agência nacional ficou de nos apresentar algum pensamento sobre essa questão.

Por que estou dizendo isso, além de alertar para essa preocupação que nós temos, Sr. Ministro? É que numa dessas visitas que nós tivemos oportunidade de fazer ao ex-Ministro Fernando Bezerra – a gente conviveu com a seca, e hoje a prática é a mesma: carro-pipa. Dizem que têm financiamento para a agricultura, o que a gente sabe que não resolve, porque se resolveu parcialmente o grande problema da inadimplência do pequeno agricultor do Nordeste. A medida provisória que dava uma solução mais concreta o Governo trabalhou para não ser aprovada. E carro-pipa, como eu disse, não atende. E as condições o Senador Vital relatou muito bem. Foi denunciado pela imprensa inclusive o transporte inadequado da água, com risco para a saúde pública e todos os desdobramentos disso.

A entrega de milho. No começo, o milho era vendido na Conab, no Nordeste, a 32%, quando a Conab, no Sudeste, vendia a 18%. Houve uma ação da Bancada da Paraíba junto ao Ministro Fernando Bezerra, inclusive, toda a Bancada unanimemente foi pedir a S. Ex^a que pelo menos vendesse para o Nordeste pelo mesmo pre-

ço que vendia para a região que não precisava de chuva. E havia caos na distribuição desse milho, por falta de armazenamento, pela inoportunidade. A justificativa era que a safra no Sul e Sudeste ocupava os caminhões. Por quê? Porque não houve e me parece que continua não havendo um planejamento para aproveitar a entressafra, a disponibilidade de transporte e de logística e procurar estocar o milho no Nordeste, para o que nós estamos prevendo que vai voltar a acontecer.

Mais uma vez a Bancada da Paraíba se fez presente na Conab, porque esse órgão estava fechando, Senador Humberto Costa, três armazéns no sertão da Paraíba, porque tinham um custo de R\$14 mil por mês, e a Conab disse que não tinha dinheiro para manter um armazém aberto a custo de R\$14 mil por mês, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoría/PSDB – PB) – Todos os armazéns. Deixavam só o de Patos. Só para os senhores terem ideia, sou de São José de Piranhas e, pegando em Sousa, eram 60 quilômetros de distância. Em Patos, eram 180 quilômetros para pegar 18 sacos de milho. Onde se justificava economicamente comprar? Era melhor comprar na bodega da esquina. Saía mais barato do que receber o que o Governo estava enviando, dizendo que estava atendendo ao Nordeste.

Então, eu pedi ao Ministro Fernando Bezerra que usasse, ele conhecedor disso – o Governo conhece, o que precisa é decisão política das medidas, que precisam ser adotadas, de planejamento no primeiro instante e depois o cronograma que o planejamento assim estabelecer –, eu disse ao Ministro que nós temos, no caso específico da Paraíba, milhares de poços, milhares, que estão sem manutenção. Consequentemente, não estão operando. Sem equipamento, mais uma vez sem operação, e não há uma ação, infelizmente falo pela Paraíba, do Governo do Estado.

Além de não ter ação, falta sensibilidade do Governo do Estado em se preocupar com isso. Prefere gastar cinquenta e poucos milhões de reais em propaganda governamental do que gastar dez, vinte milhões em recuperação ou perfuração de poços.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cícero, só um adendo à fala de V. Ex^a.

O Governo do Estado da Paraíba destinou para o orçamento de 2014 R\$600 mil para obras de convivência com a seca e, nesse orçamento, destinou R\$56 milhões para publicidade.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoría/PSDB – PB) – Obrigado pela complementação, Senador Vital.

Isso demonstra falta de sensibilidade. Então, eu não posso acreditar que o Governo do Estado, a não ser no ano eleitoral, vá chegar e remanejar recursos para dizer que está resolvendo o problema já que ele é candidato à reeleição. Mas hoje, como ato, como prática, como procedimento, como atitude, é de total insensibilidade com esse cidadão que vive no sertão, porque eu conheço, Ministro, eu já tive oportunidade de ver a dura realidade da Paraíba, de entrar em casa, em fazenda, em sítio – não é nem fazenda, em sítio, como chamamos –, de ter o feijão que sobrou de uma safrinha anterior ou de uma aguada de determinada área que ele pôde plantar e não ter água para cozinhar o feijão. Conheço essa realidade, e aí peço ao Ministério que se preocupe em fazer um programa direto com prefeitura, com associação, mas que chegue essa ação. Um equipamento de um poço hoje custa R\$3 mil, R\$4 mil, e vai proporcionar, muitas vezes, que um caminhão-pipa, em vez de fazer uma viagem por dia, porque os mananciais estarão distantes, possa fazer três, quatro ou cinco, porque áreas mais distantes estarão abastecidas por um pequeno poço devidamente equipado.

Essa é minha preocupação, e faço o pedido de que o Ministério assuma, mesmo que o assunto, embora tendo a ver porque estamos tratando de sobrevivência humana, não seja o tema específico da audiência da transposição das águas do Rio São Francisco.

Quanto à questão dos custos, muito bem levantados pelo Senador Vital, eu gostaria de pedir, pois é complicado para um leigo, e me considero como tal, porque não tenho as informações, a transparência dessa planilha de custo, porque é bem verdade que, no Eixo Leste, temos seis estações elevatórias, mas nós temos apenas um pequeno túnel; na Paraíba, vamos ter, de obras de engenharia, muito pouco – muito pouco – porque será aproveitado exatamente o curso natural do Rio Paraíba, a sua grande extensão. Então, eu gostaria de pedir... Estranho porque a Paraíba serve de passagem para o Rio Grande do Norte e, de repente, a água na Paraíba está mais cara do que a do Rio Grande do Norte, pelo que eu vi aqui na tabela. Portanto, acho que nada mais salutar que essa planilha seja transparente para que os profissionais, os técnicos possam fazer as devidas verificações e correções, se for o caso, porque nada é perfeito, e tenho certeza de que o Ministério tem bons técnicos, que sabem que eventualmente pode haver um equívoco que não foi detectado e pode ser corrigido.

Quanto à preocupação também colocada pelo Senador Vital do Rêgo, das obras complementares, aí me permita puxar sardinha para a minha terra, para o Açude Engenheiro Ávidos, em particular. Desde quando o Ministro era Geddel que a gente alertava para a necessidade da correção do açude, das obras de manutenção e correção do Açude Engenheiro Ávidos. Eu conheço, Ministro, o Engenheiro Ávidos, porque nasci em São José

de Piranhas quando a cidade se chamava Jatobá. E ela se chamava Jatobá porque ela havia sido transferida do Açude Engenheiro Ávidos, que a cobriu em uma cheia, e teve que se mudar para a Fazenda Jatobá. E lá se instalou, na década de 50, essa cidade. Hoje, o açude está tão seco – deve estar com 16%, aproximadamente, da sua capacidade –, que, se quiser, volta para Piranhas Velha, como nós chamávamos. A torre da igreja ainda está lá, em pé. Então, daria para voltar. E estamos depositando água lá, mas há essa necessidade urgente aí. O Senador Vital já fez a indagação, e me permita repeti-la, pelo vínculo de origem com a terra de São José de Piranhas, minha querida Jatobá.

Nas obras complementares, eu resumi o açude, mas temos várias, temos as adutores que o Senador Humberto Costa citou em Pernambuco, temos a adutora que eu citei na Paraíba, temos as do Ceará, que comecem também a ser executadas, mas há obras complementares que são fundamentais. Eu, particularmente não ouvi – o senhor pode até ter dito, e não ouvi por ter chegado atrasado, renovando o meu pedido de desculpas – sobre as obras de saneamento básico das cidades ribeirinhas da transposição. É fundamental termos essa preocupação de fazê-las, porque isso está contido no projeto original, seja através das empresas de companhia estaduais, o que for, mas temos de priorizar essa questão das obras complementares de saneamento das cidades que margeiam a transposição, bem como a preocupação colocada pelo Senador Humberto Costa sobre a questão do gerenciamento. Isso é fundamental.

Delegar ao Estado é correto. A descentralização é algo correto. Sabemos que a Codevasf vai participar desse processo com a sua *expertise*, com o seu conhecimento, eu acho que a Codevasf tem muito a contribuir, porque tem experiência de gerir canais de distribuição de água no sistema de irrigação. Então, daí a enriquecer esse conhecimento para termos o gerenciamento de um volume bem maior, com múltiplos usos, com certeza, é um órgão que tem um alicerce interessante para discutir. Não vou entrar nem no mérito de alguém discutir que seria melhor Codevasf ou que seria melhor o DNOCS. É melhor o que fizer o melhor gerenciamento com algo que é fundamental: temos de começar a discutir com a população a importância desse canal, a importância do consumo responsável da água, do respeito ao uso da água. Isso é fundamental. Tem que atuar na área da educação, tem que trabalhar na área do gerenciamento, para não haver desperdício. É uma obra muito importante. Quanto melhor usarmos a água, mais barata essa água pode ser.

Temos de estabelecer regras claras de punição, legislação, para quem fizer uso dessa água de forma indevida. Do contrário, vamos ter canais com várias placas quebradas, Senador Vital, sem funcionar, por não termos planejado, termos discutido e estabelecido a regra correta do uso dessa água, que é tão importante.

Ela é tão importante que, quando eu estava no ministério, estávamos discutindo, e havia aquela polêmica nacional contra a transposição, eu dizia que só podia ser contra a transposição quem não tivesse o conhecimento; ou não tivesse o coração, porque esse nome poderia ser trocado, transposição para transfusão. Porque é vida, é sangue. Água é a vida de muitos e muitos nordestinos que dela precisam para sobreviver.

Por fim, Ministro, há uma questão que o senhor já respondeu em parte. Em junho, seis meses atrás – acho que o Senador Humberto Costa não estava – eu, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Cássio Cunha Lima estivemos em Monteiro, após aquela visita da vistoria, Senador Humberto, em que o senhor estava presente, para a ordem de serviço. Ele tinha assumido o compromisso em março, numa visita que nós fizemos, de que, em junho, seria dada a ordem de serviço em Monteiro. Lá, estivemos presentes, ao lado do Ministro das Cidades, do Governador do Estado. Estiveram várias autoridades e o povo, na expectativa dessa ordem de serviço. Foi dada, Ministro.

Renovo que não ouvi sua explanação, mas a notícia que tive de Monteiro, do último final de semana, é de que, em termos de obra, não temos em Monteiro, ainda, uma picareta, ferramenta. Ou seja, em seis meses, com uma ordem de serviço dada, até o presente... Porque, para mim, não justifica projeto. O que o ministro mais bateu aqui, nas visitas, em todos os instantes, é que as obras estavam paradas, as licitações não estavam acontecendo, porque o Governo estava adotando medidas de fazer projetos executivos, e só ia licitar projetos executivos. E como foi dada a ordem de serviço em junho, e até hoje não iniciou?

Essa é a indagação que eu faço a exemplo das outras.

O resto os demais Senadores já fizeram. E, como essa é uma etapa desta Comissão, vamos voltar a fiscalizar as obras, acompanhar as obras. Enfim, espero estar vivo para beber água do São Francisco na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E tomar banho no Açude de Jatobá com muito prazer.

Com a palavra, o Sr. Ministro para esclarecimentos.

Desculpe-me, Senador Osvaldo, V. Ex^a, repito, de forma solidária com os nordestinos e com os pernambucanos, veio a esta reunião para acompanhar a explanação do Sr. Ministro e conhecer esse extraordinário projeto.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, primeiramente, fico muito feliz por estar em um colegiado só de Ministros e de futuros Ministros. Isso me dá uma felicidade muito grande. Todos eles são da Região Nordeste, que, em todos os momentos de desenvolvimento, de crescimento do Brasil estava dando sua participação, de uma forma mais simples, mas de uma forma corajosa. O Brasil não poderia ter sido feito como foi sem os nordestinos. Principalmente as regiões em que habitei e trabalho, em que tenho meus negócios, não haveria como ter saído da estação original se não fosse a mão de obra, o trabalho, a persistência que nós, nordestinos, temos se não temos e que lá fazemos.

Portanto, tenho ouvido, desde que fui Constituinte nesta Casa, depois Deputado Federal, Senador pela primeira vez e, agora, de novo aqui, falar sobre esse assunto. O assunto é palpitante, é assunto que na verdade, nos conduz a indagações profundas. Revendo a história, sentimos que essa preocupação vem desde o tempo do Império, quando D. Pedro pensava em fazer transposição de parte do Rio Amazonas, alguma coisa nesse sentido. E ficamos sentindo que, na verdade, é um assunto talvez o prioritário, o mais importante do País.

Como região, ninguém pode desprezar o Nordeste em nada. Temos que saber que se trata de uma região que precisa de olhos diferentes para ela, um olhar diferente. E já está passando o momento porque, se a miséria do Nordeste ajudou a fazer outras regiões, por exemplo, a Amazônia, no recolhimento da borracha, em todos os Estados amazônidas têm a participação nordestina, não porque quiseram ir para lá inicialmente, mas porque foram empurrados para lá. Os Estados do Sul também. São Paulo é um prodígio por causa dos Nordestinos. Temos que ver que chegou a hora de pensarmos em parar e falar: é para valer ou não é para valer?" Essas coisas vão funcionar ou não vão funcionar? É determinação política ou não é? Ou é apenas para resolver o problema de uma seca que deu e, de repente, passou, veio a chuva, encheu o açude e acabou o problema? E aí mais caminharão porque estão atendendo mais gente e tal.

Então, é uma situação que nos dá preocupação. E não é porque estou em Mato Grosso, que é o paraíso das águas. Só na minha fazenda tem mais água do que os canais que vi aí. Então, quero dizer que a preocupação nossa é porque somos brasileiros, gostamos e, na verdade, queremos ver o Brasil de certa forma, uniforme.

Faço algumas perguntas, mas, de alguma forma, direta ou indireta, elas já foram feitas pelos Srs. Senadores Ministros que aqui estão, mas eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro: tem água suficiente para esse processo todo, se tirarmos quase que exclusivamente do São Francisco? Qual a perda dessa água, da saída até a chegada à última região onde será servida, em percentual? Há possibilidade de, no futuro, essa estrutura física que está sendo feita receber novos caudais hídricos? Puxar rios de outras regiões utilizando a mesma estrutura? Quantos por cento da população já está sendo atendida por esse projeto?

Já em três pronunciamentos que faz, o Senador Cícero fala sobre isto, e fiquei me indagando aqui: mais de 3 mil poços artesianos estão lá, a maioria sem equipamento e outra grande parte não funcionam porque falta manutenção. Sei bem o que é isso porque tenho uma propriedade em que tenho poço artesiano, na região mais seca de Mato Grosso, que é a Baixada Cuiabana. A cada quatro, cinco anos, preciso limpar o poço, senão, não vem água na bomba. Agora mesmo, eu o fiz, acabei de fazer. Calculem isso onde tem pouca água! Então, é muito mais difícil ainda.

Então, acho que essa é uma medida rápida, porque o mais difícil já fora feito, que é a perfuração dos poços. Se já encontrou água, então, acredito que seja a solução mais fácil e que tiraria centenas de caminhões-pipas das rodovias.

É um assunto que me impressiona bastante. Eu tenho ido muito a Israel e gosto daquela região. Fui representar o Brasil quando era Deputado Federal na Intifada e aproveitei para visitar Israel, aquela região toda, para ver como eles fazem o aproveitamento da água. Lá eles tratam a água como se fosse um ser celestial, porque eles não a têm mesmo. Eu fui a uma região onde eles cavaram mais de dois metros de profundidade para achar a água e, ainda assim, não acharam, que é o Museu das Águas. Mas, pelo gotejamento, eles fazem verdadeiros jardins em pleno deserto, até exportam frutas em algumas regiões. Fui lá onde brasileiros estavam plantando parece-me que abacate e manga e exportavam para países vizinhos. Vejam como eles usam com critério, com respeito a água. E nós aqui, por mais que tenhamos problemas, temos muito mais água do que eles e às vezes não a estamos utilizando de forma correta.

Portanto, essa campanha educativa, Senador Cícero, é realmente importante começar já, porque jogamos muito mais fora do que utilizamos. Essa é a grande verdade! Não temos educação para isso, não estamos preparados para isso. Fala-se, fala-se, mas não se chega aonde se precisa chegar que é nas escolas, na criançada. Elas são os futuros cidadãos, que vão na verdade... O senhor falou que quer estar vivo para aproveitar isso. Dificilmente estará, Cícero, dificilmente! Sei que você vai viver uns 50 anos ainda, mas, pelo andar da carruagem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas sem morrer de sede.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Mas não é? (Risos.)

Então eu tenho certeza de que, se prepararmos essa juventude, essa criançada que aí está, aí sim eles poderão ver e ajudar a preservar o que estamos fazendo hoje.

Portanto, Sr. Ministro, fico feliz de estar aqui me preocupando também com o Brasil nordestino, que é o Brasil de todos nós, das nossas origens, das nossas raízes, e com esses Senadores que também estão lá vivendo o problema das suas populações.

Parabenizo a sua vinda aqui e estamos à disposição também para ajudar naquilo que for necessário e possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Osvaldo Sobrinho, nós é que agradecemos a sua solidariedade e a forma sempre muito cavalheira que atende os convites. Há de ter o reconhecimento não apenas dos mato-grossenses, mas dos brasileiros. V. Exª é Senador do País.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, trinta segundos. Só para complementar uma indagação que o senhor fez ao Ministro sobre quais são as previsões. Para mostrar a nossa real preocupação, no Radar On-line, Lauro Jardim disse ontem: “Pouca chuva. De acordo com dados do próprio governo, 30% da energia consumida ontem no Nordeste foram importados da região Sudeste”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É extremamente preocupante! Semana passada, eu conversava com o Sr. Ministro quando fui, em nome de V. Exªs, encaminhar este convite, nós estávamos fazendo conjecturas sobre a limitação humana na imprevisibilidade no tempo para nos dar um lapso maior, em termos de certificação de como estaríamos daqui a seis meses, daqui a um ano com relação à pluviometria, à incidência de chuvas na nossa região. Comentávamos sobre a nossa limitação tendo em vista a instabilidade da natureza. Hoje o Atlântico aquece em polo diferente, o Pacífico não tem o aquecimento necessário para que as chuvas históricas cheguem às nossas regiões e isso nos deixa extremamente alarmados com o que V. Exª atestou, Senador Cícero, que foi a motivação da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e combate às intempéries climáticas na região polo de Campina Grande. Esse pesadelo eu, que sou de lá, não queria voltar a passar.

Sr. Ministro, com a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Antes de mais nada, quero cumprimentar os Srs. Senadores que não cumprimentei no início, pois não haviam chegado, Senador Humberto Costa, Senador Osvaldo Sobrinho e Senador Cícero Lucena.

Realcei aqui, Senador, o papel dos paraibanos na luta pelo projeto de integração do São Francisco. Realmente o senhor foi Ministro, Fernando Catão também, dois paraibanos que, ao lado de Aluizio Alves e outros, o próprio Ciro Gomes, que foi o Ministro que deu início, lutaram para esse projeto sair no momento em que tanta gente criticava, dizendo que o Nordeste tinha água demais e não precisava, confundindo capacidade de reserva com água de verdade. E aí está demonstrada essa seca que tantos males traz para o povo nordestino. Traz pelo menos uma demonstração de como um projeto do São Francisco realmente é necessário e a justeza da luta de vocês lá atrás para que esse projeto pudesse sair.

Pelo menos isto eu acho que está superado, este debate de que se precisa ou não desse projeto São Francisco.

Bem, o Senador Vital do Rêgo fez uma primeira indagação sobre a questão da Codevasf, concordando com a Codevasf e sua capacidade de ser o gestor e como ficaria o DNOCS diante do futuro da questão de gestão de água e ampliação da infraestrutura hídrica no Nordeste brasileiro.

A Codevasf foi escolhida porque sempre se entendeu, desde lá atrás, na formatação do operador federal para o projeto de integração do São Francisco, que deveria ser uma entidade pública com feição de companhia. Ou seja, um órgão com natureza privada, embora tendo o domínio público, o controle do Estado, mas que pode emitir fatura, pode cobrar água, como é o caso, por exemplo, da COGERH (Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará), que faz o gerenciamento da água, oferta a água e cobra a água para múltiplos usos. Nessa visão, sempre se pensou num órgão que tivesse essa feição de companhia.

O DNOCS é uma autarquia que teria dificuldade por sua natureza jurídica para se adequar como órgão operador, mas, claro, o DNOCS é um órgão fundamental e é um parceiro hoje desse projeto do São Francisco. Basta dizer que praticamente todos os açúdes, com uma ou duas exceções, talvez o açúde de Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, que vão receber todos são federais e são de propriedade do DNOCS.

Então, o DNOCS já é um parceiro atual e está previsto no projeto no sentido de recuperar as barragens – já foram aportados recursos para o DNOCS desenvolver os projetos e recuperar as barragens – e ser o gestor numa forma compartilhada com os próprios Estados, naquele espírito de que, hoje, na legislação brasileira, o gestor da água detida num espelho d’água federal é da Agência Nacional de Águas; o DNOCS é o dono da infraestrutura física; e a água beneficia os Estados. Então, nesse processo, a gente vislumbra o DNOCS ser um

parceiro nesse sistema de gestão compartilhada, administrando os reservatórios, mantendo os reservatórios e podendo receber recursos incluídos no custo da água. Porque a ideia é que esses reservatórios sejam incorporados ao projeto de integração do São Francisco. Assim como nós temos que pagar – nós, Estados – pelo custo de operação e manutenção dos canais do projeto São Francisco, também poderão pagar pela operação e manutenção desses canais, desses reservatórios, o que será feito pelo DNOCS.

Agora, realmente o DNOCS se encontra em uma situação em que foi empreendida, já na gestão do Ministro Fernando Bezerra, uma ampla discussão sobre a reestruturação do DNOCS. O Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, participou efetivamente e existe uma proposta, eu diria, definida entre o próprio Ministério da Integração Nacional, com o apoio da Bancada nordestina de Deputados, que está hoje no Ministério do Planejamento aguardando o encaminhamento às instâncias superiores para, nessa nova lei, ser definitivamente realizada, com a sua implementação, a reestruturação do DNOCS, inclusive com concurso público. Assim, ele vai poder desempenhar o papel que sempre desempenhou, principalmente na Região Nordeste e no norte de Minas, mas também podendo atuar em outras regiões do País, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, que é um Estado que já se apresenta como submetido a eventos de escassez hídricas cada vez mais recorrentes e que tem uma dificuldade, ainda hoje, institucional de realizar as suas grandes obras hídricas. E o DNOCS, com a sua experiência, pode contribuir para isso. Continuar contribuindo, não só para o Nordeste, como para outras regiões.

Nós temos que nos lembrar que, com a instituição do DNOCS, ficou uma lacuna de uma agência federal para executar obras hídricas, estruturas hídricas importantes tanto para regularização de rios, para melhorar a convivência com as secas, quanto para controle de cheias. Então, é importante uma reestruturação do DNOCS; ele poderá inclusive ter sua abrangência ampliada, porque tem toda uma experiência nessa área de projeto, planejamento e implantação de infraestrutura hídrica.

O Alto Piancó – que também foi uma questão abordada pelo Senador Vital do Rêgo – como está? Exatamente como o Senador aqui falou, foi apresentada a demanda à Presidenta Dilma e ao Ministro da Integração à época, Fernando Bezerra; foram disponibilizados recursos para desenvolver o projeto, já que nós não temos um projeto. Então, o Estado da Paraíba está encarregado, através do Governo estadual, por sua Secretaria dos Recursos Hídricos, de elaborar um projeto. Da minha parte sugeri que fosse desenvolvido, até para aproveitar o Regime Diferenciado de Contratações, um bom estudo de viabilidade com um anteprojeto, que permitiria, dentro do Regime Diferenciado de Contratações, partir para o detalhamento do projeto executivo e da obra.

Há uma aprovação inclusive do Conselho Gestor do Projeto de Integração do Pisf dessa intervenção, ou seja, os outros Estados, que são representados no Conselho Gestor, o Ministério da Integração Nacional e os outros Ministérios que compõem esse Conselho Gestor entendem que a demanda da Paraíba é inteiramente pertinente, e só falta agora executar o anteprojeto, com estudo de viabilidade, para saber quanto custa essa intervenção; e também esse estudo de viabilidade trará o custo para operação e manutenção dessa infraestrutura, já que o investimento, tal como os canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco, é feito com aporte da União. Então, isso aí já está definido.

A questão do Açude Engenheiro Ávidos. Exatamente em função da preocupação dos riscos que esse açude apresenta, porque está numa área submetida a eventos sismológicos e a gente sabe que há um passivo de recuperação desses açudes federais em todo Nordeste, não só em Engenheiro Ávidos, mas nos principais açudes do DNOCS, o Ministério da Integração estabeleceu, como componente do Projeto de Integração do Rio São Francisco e estão disponibilizados no PAC R\$200 milhões para recuperação desses açudes.

No caso do Engenheiro Ávidos, como havia uma parceria do Ministério da Integração com o Governo do Estado da Paraíba, desde a época do Ministro Geddel, para a Secretaria de Recursos Hídricos de lá receber o dinheiro para elaborar um projeto de recuperação e desenvolver os estudos de sismologia do Açude em Engenheiro Ávidos, nós pegamos, como o Senador colocou, à parte esse projeto, que já se encontra no DNOCS e está em fase final de elaboração do edital para ser licitada, com base nesse projeto executado pelo Estado da Paraíba, com aporte de recursos do Ministério da Integração, a recuperação e o fortalecimento das estruturas e inclusive também a recomposição da parte hidromecânica desse reservatório. E, realmente, é algo de um pouco mais de R\$20 milhões essa recuperação. Então, isso está em andamento no âmbito do DNOCS. Os outros açudes estão em processo de contratação de estudos para recuperação, já que não tinham estudos.

Obras complementares nos Estados. Sobre a questão dessas obras, como eu bem falei, as principais obras integradas ao projeto de transposição estão em fase de conclusão de projeto para licitação, como é o caso do Ramal do Agreste e do Ramal do Entremontes, em Pernambuco, em que a gente já está preparando o RDC e toda documentação para fazer em RDC integrado a licitação desses dois ramais. Estamos fechando os valores finais, fechando a matriz de risco, ou seja, é a primeira vez que o Ministério da Integração vai trabalhar com RDC

integrado. Essas últimas licitações que fizemos no Projeto São Francisco foi em RDC a preço unitário. Então, nós devemos lançar essas duas licitações em janeiro do próximo ano: o Ramal do Agreste e o Ramal de Entremontes.

O Ramal do Apodi, que também é outra obra importante, que vai levar água para a segunda bacia hidrográfica do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo projeto, já que a do Piranhas passa por dentro da Paraíba e chega lá no mesmo rio, que recebe o nome de Açu, no Rio Grande do Norte, e cai na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves – isso já está previsto no Eixo Norte –, o Ramal do Apodi vai levar água para o Rio Apodi, beneficiando lá aquela região da Tromba do Elefante, no Rio Grande do Norte. Deste Ramal, em fevereiro, março, iremos lançar a licitação; estamos concluindo os últimos detalhes de projetos, e vamos lançar em regime de RDC integrado também a sua licitação. Ai ficam estes três últimos ramais contratados e com obras em andamento.

Agora, é bom que se diga que o Projeto de Integração do rio São Francisco já tem uma rede, eu diria, uma vasta rede de distribuição de água como se, por exemplo, hoje estivessem prontos os dois canais. Se o Eixo Norte estivesse jogando água no Ceará e chegando ao Açude Castanhão, a água estaria abastecendo, hoje, Fortaleza, porque o Eixo das Águas está pronto, inclusive com o apoio do Governo Federal, e já está abastecendo Fortaleza com água do Açude Castanhão desde maio do ano passado. Ai já seriam mais de 3 milhões de habitantes daquela conta de 12 milhões.

O Senador Cícero Lucena sabe que a Paraíba fez também, no passado, uma ampla rede de distribuição e adutoras. Só ali do Açude Boqueirão saem várias adutoras: a Adutora do Cariri, Adutora que vai para Campina Grande, Adutora de Boqueirão, Adutora do Congo. Então, chegando a água no Rio Paraíba, essas adutoras que já existem terão sua garantia de suprimento hídrico aumentada e vão atender às populações. Claro, na Paraíba, é fundamental que o canal da vertente litorânea esteja pronto, porque vai levar água para uma região que, como bem disse o Senador, ninguém esperava que aquela região anos atrás, cinco, seis, dez anos, seria também atendida pelo próprio projeto do São Francisco, porque não se falava de seca no Brejo paraibano. E essa seca, hoje, demonstrou que até alguns Municípios da Zona da Mata têm suas fragilidades, são vulneráveis. Então, o Canal Vertente Litorânea foi outro que se legitimou com esse quadro de seca atual. E ele é importantíssimo, tanto que outra é obra também contemplada no PAC, que está em andamento, com integral apoio do Governo Federal através do Ministério da Integração Nacional.

Outras obras em andamento que podemos citar aqui é a Adutora do Agreste que, claro, vai precisar do Ramal do Agreste para conectar com o Eixo Leste, mas existe já um plano, definido entre o Ministério da Integração e o próprio Governo do Estado de Pernambuco, para poder a Adutora do Agreste já funcionar parcialmente, mesmo sem o Ramal do Agreste, caso o cenário de seca perdure.

Agora, não tenha dúvida, Senador, de que o papel dos Estados é preponderante. Essas obras de distribuição da água nos territórios dos quatro Estados, de dar maior capilaridade à água nos Estados, para chegar não só aos 390 Municípios no futuro, vai passar dos 390 Municípios. No caso do Ceará, já se está construindo o Cinturão das Águas, que vai levar a água do São Francisco para lugares que antes não ia. Agora, os Estados têm que ter as suas estruturas. Os Estados estão trabalhando, sei que os Estados avançaram mais do que União na velocidade da implantação das suas obras, mas ainda há muito para os Estados fazerem, principalmente no que se refere, como o senhor disse, à parte da gestão. Isso é importante, porque quando a água chegar aos Estados, a sua alocação, com aqui falei antes, vai ser definida pelos Estados. Não é o operador federal que vai dizer quando a água chegar ao Ceará: “Leve tanto para o Pecém; leve tanto para Fortaleza; tanto vai para o Cariri cearense”. Não, os órgãos gestores estaduais ou os chamados operadores da infraestrutura hídrica estadual vão definir essa lógica de alocação.

Então, é importante que os Estados se fortaleçam, para se fazer o trabalho de manter as infraestruturas estaduais e as federais, inclusive, com parceria com o DNOCS dentro dos Estados – têm um papel importante os Estados nisso –, para que haja uma infraestrutura de gestão para fiscalizar e alocar essa água da forma mais eficiente possível. Isso é importante. Os Estados têm sido alertados há muito tempo, e, por isso, foi montado esse arcabouço institucional.

Esse é o Conselho de Gestão. Pode passar para frente. Esse é o organograma do SIG. Pronto! Está aí!

Por isso, foi organizada essa estrutura, através do Decreto, desde 2006, ou seja, a União, através desse Conselho Gestor, tem o papel de justamente, com os representantes dos quatro Estados, definir a macroalocação da água e discutir com a ANA, que é o órgão regulador, a fixação de tarifas e condicionantes operacionais de adução de água do Pisf. Isso, realmente, tem de ser feito de forma muito dinâmica e muito democrática. A ideia é a de que, inclusive, Senador, os preços sejam discutidos. É claro que nós queremos que os valores sejam estabelecidos, para alcançarmos a sustentabilidade mínima operacional do sistema, para não se ficar naquela história de os sistemas se degradarem e de ter de pedir recurso ao Orçamento Geral da União. A ideia não é essa.

A União está fazendo um esforço muito grande. A sociedade brasileira como um todo está aportando mais de R\$8 bilhões para essa obra ficar pronta. E caberia aos quatro Estados, com a coordenação do Governo Fe-

deral, e à Agência Nacional de Águas, como órgão regulador, buscarem a melhor forma de manter e gerir esse sistema, para que ele tivesse uma sustentabilidade mínima. E os preços serão discutidos. Concordo com isso.

Por exemplo, há esta discussão: vamos somar o custo total dos dois eixos e dividi-lo proporcionalmente pelos quatro Estados em relação à vazão alocada a cada um? Ou vamos separar um eixo que interessa aos quatro Estados, que é o Eixo Norte, que atende Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte? Ou vamos separar o Eixo Leste, que atende somente Paraíba e Pernambuco?

Toda essa discussão terá de ser feita no âmbito dessa estrutura. É uma discussão política também. E a alocação vai se dar ano a ano, dependendo da demanda que cada Estado apresentar e do comportamento das chuvas e do aporte de água nos reservatórios dos quatro Estados. Nós poderemos ter um cenário em que o Orós e o Castanhão estejam cheios e em que o Boqueirão esteja seco. Então, a prioridade será levar água para a Paraíba. Certo? Então, essa é a lógica do sistema.

Quanto à Meta 3 Leste, a ideia...

Cícero, por favor, coloque, por metas, o quadro. Alguns Senadores chegaram aqui. Coloque o quadro em que há as três metas, com as barras, com o número de pessoas que trabalham. Não falo do perfil, mas daquele cronograma. São aquelas barras que mostram as pessoas.

Realmente, como o Senador Cícero Lucena colocou, o Eixo Leste era e é o eixo prioritário, embora, com esta seca de agora, tudo seja prioritário, porque o quadro está horrível. Por exemplo, na Paraíba, isso se verifica de leste a oeste. Precisa de água tanto a região de Campina Grande quanto a região de Sousa, na Paraíba.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Precisa de água até a região de Piancó, bem como a de Patos.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Exatamente, a de Piancó!

No Ceará, a preocupação é essa mesma que o Senador colocou. O pessoal pergunta: “Se, em 2014, o Castanhão não pegar nada de água, se o Orós não pegar nada de água, como vai ser o quadro?”. Embora seja um reservatório bem maior, há essa preocupação.

Agora, no Eixo Leste, nós conseguimos acelerar a mobilização. Hoje, como vocês podem ver, se somarmos, há 1,3 mil pessoas trabalhando, e a tendência é que a gente cresça cada vez mais. A ideia colocada pela construtora é que cerca de mil pessoas poderão trabalhar só na região de Monteiro, até porque, no trabalho a ser desenvolvido em Monteiro, há a execução do túnel, com o emboque em território pernambucano e com o desemboque em território paraibano, o que exige mais máquinas. No revestimento do túnel, pega alguma mão de obra, mas, de forma geral, pega 500 pessoas. Agora, o que vai mesmo exigir muita mão de obra na região de Monteiro é a galeria, porque a Galeria Monteiro vai ser feita de trechos pré-moldados. Então, a empresa vai montar uma fábrica de pré-moldados na Paraíba, e afirmo para vocês que, em janeiro... Essa é uma promessa da empresa. Ela tem o plano dela, o ataque. Claro, existe a conveniência da empresa. Há também aquela conveniência, que é a seguinte: a gente tem que priorizar o caminho da água. Infelizmente, Monteiro está na outra ponta, ou seja, é onde a água vai chegar por último. E precisávamos atacar aquilo que estava parado lá no início do canal. Então, precisávamos atacar as estações. Portanto, a empresa veio atacando a estação na margem da Barragem de Itaparica; ali, em Floresta, a EB-1, a EB-2, a EB-3, a EB-4. Já está lá na EB-6, ali, em Sertânia, os trechos de canal. Agora, é claro, ela quer também frente de serviço nova, que é para poder ter um volume de serviço. Ela vai atacar, em janeiro, esse trecho de Monteiro. Mas o Eixo Leste foi remobilizado, e hoje temos cerca de 1.300 pessoas trabalhando. E vamos ter, com certeza, ainda no primeiro semestre, algo em torno de 3.000 pessoas no Eixo Leste.

Como ficaremos em 2014 e 2015, em caso de seca, ações de convivência com o Semiárido, a questão do carro-pipa e as denúncias?

Bem, indo já para as denúncias sobre o carro-pipa, nós temos a Operação Carro-Pipa que é executada diretamente pelo Exército, e o Ministério da Integração Nacional, através da sua Secretaria Nacional de Defesa Civil, passa os recursos para o Exército, através da ferramenta de descentralização, e o Exército é o responsável para operar e manter esse programa.

Hoje, temos mais de 6.000 carros-pipa atendendo a uma infinidade de localidades, perto de 4 milhões de pessoas, ou seja, uma seca sem precedentes, e pegando um Nordeste hoje superpovoado. Você imagina um Estado, como o Ceará, onde mais de 95% é Semiárido e que tem quase, hoje, 9 milhões de habitantes! Então, não é fácil, e o Exército está aí com essa megaoperação. E eu queria dizer que o Exército fiscaliza. Sai a reportagem na televisão, e dá a impressão de que não há fiscalização. Há todo um processo de credenciamento. Inclusive, o Exército, nos últimos 6 meses, já expulsou 140 pipeiros por comportamento inadequado. Aqueles que a reportagem do Fantástico pegou inclusive já foram postos para fora da Operação Carro-Pipa.

Agora, tudo pode melhorar. Tudo pode ser aperfeiçoado. Houve uma reunião sexta-feira passada, em Recife, com o comando do Exército, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e mais a Polícia Rodoviária Federal.

Então, a Polícia Rodoviária Federal, hoje, é uma parceira nessa operação para aperfeiçoar e ampliar a fiscalização, que vai ter que ser cada vez maior, porque as dificuldades vão ser cada vez maiores. Por quê? Porque os açudes menores já entraram em colapso. São aqueles primeiros de onde se leva a água, porque você vai buscar de mais perto. Os açudes de médio porte estão colapsando, e agora há até alguns açudes estratégicos. E todo mundo sabe – quem é do Nordeste sabe disto – que, quando os reservatórios estão baixando, você não perde só quantidade de água. Você perde qualidade. Então, há caminhão-pipa rodando 150 quilômetros para ir, mais 150 quilômetros para voltar para pegar água com qualidade, ou seja, quando você tem a felicidade de ir a uma região em que há poços, cacimbões que ofertam água com melhor qualidade, as distâncias são menores. Então, as distâncias estão cada vez maiores, e há uma tendência natural de a qualidade da água cair. Portanto, a fiscalização, o controle tem que ser cada vez maior.

As prefeituras indicam a fonte, e o Exército avalia, e elas são responsáveis também para monitorar a qualidade da água. Como é uma operação de ampla capilaridade, nós não podemos fazer isso sem o apoio das prefeituras, dos Comitês de Seca Municipais e Estaduais, sem apoio dos Estados. Esse é um trabalho feito em parceria e com as próprias organizações sociais, como são feitas as cisternas. Não dá para você desenvolver uma operação dessas, e, eu diria, para poder não digo resolver em definitivo o problema da água no Semiárido – eu não sei se enquanto houver uma população muito difusa isso é possível –, mas para resolver quase todas as questões da água no Semiárido precisamos de uma parceria cada vez maior com Municípios, associações, o Estado e entidades civis organizadas. Todas as intervenções possíveis e imagináveis são úteis para, em caráter de complementariedade, mitigar os efeitos das secas. Não pode haver preconceitos, como o que sofremos no passado: “Ah, em vez de fazer o projeto de integração do São Francisco, faça cisterna”. Não, você tem que fazer o projeto de integração do São Francisco, você tem que fazer as barragens, você tem que fazer as adutoras, tem que fazer as cisternas, tem que fazer poços, recuperar poços, tem que fazer barragem subterrânea, você tem que fazer de tudo.

Hoje, está definido que, em muitas cidades do Nordeste, nós só vamos resolver a questão da água se houver duplicidade de sistemas, ou até três sistemas, em cada cidade. Em Canindé, no Ceará – que todo mundo conhece, é uma cidade de romaria – existem três sistemas de abastecimento de água, de três reservatórios diferentes. Os três reservatórios entraram em colapso e foi construída uma adutora emergencial de engate rápido de outro reservatório. Há muitas cidades com dois sistemas.

Então, a questão da convivência com o Semiárido é complexa, e nós temos que resolvê-la, com uma parceria entre União, Estados, Municípios e sociedade civil organizada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ministro, V. Exª me permite?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, só para colaborar com a informação do Sr. Ministro, realizamos uma audiência pública sobre Boqueirão há 15 dias, na CDR, a que já fizemos referência. Naquela oportunidade, a Aesa informou que o Estado da Paraíba tem 29 açudes que abastecem cidades que estavam com menos de 20% de sua capacidade; e 28 com menos de 5%. De 160 açudes que abastecem as cidades. Hoje, de acordo com o relatório da Aesa, de 29, passou para 31 o número de açudes com menos de 20%, com tudo o que o senhor falou, não apenas redução do volume, mas piora da qualidade da água.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – No Ceará, através da parceria entre a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos e o DNOCS, são monitorados 140, quase 150 reservatórios. Mais de 100 estão abaixo desse nível, ou seja, abaixo de 30%, que é o limite que utilizamos.

Agora, o que existe de estratégia? Eu não conheço, se os Senadores tiverem notícia podem me corrigir, governo no passado – claro que a situação também é diferente – que tenha investido tanto no Nordeste, na convivência com a seca, como o Governo atual. Se pegarmos a disponibilização de recursos em grandes obras de infraestrutura hídrica e juntarmos com o Água para Todos, que abrange todo tipo de intervenção que você imaginar para o atendimento da população rural difusa, nós vamos ultrapassar fácil os R\$30 bilhões. Claro, eu estou incluindo o projeto de integração do São Francisco. Aí já vai para mais de R\$34 bilhões. Então, são muitos recursos disponibilizados.

Porém, a gestão de todas essas ações, como tem que ser feita em parceria e a maior parte desses recursos é repassada a Estados e a Municípios, precisa ter efetividade, não só da União, mas dos Estados e dos Municípios. Não estou dizendo que não está havendo, mas sempre pode ser melhorada. Muita infraestrutura de longo prazo e intervenção de infraestrutura permanente está sendo feita.

São dois os grandes diferenciais desta seca. Um é a severidade da seca. Eu, na minha vida, não me lembro de uma seca tão severa como esta, de dois anos seguidos, praticamente sem chover nada. Eu não me recordo. O outro diferencial é que nunca se aportou tanto recurso em infraestrutura permanente. Claro que há recurso sendo gasto com operações emergenciais, como é o caso da Operação Carro-Pipa. Mas, veja, mesmo aquelas

ações pequenas, como construção de cisternas, como construção de sistema simplificado de abastecimento d'água, como construção, recuperação e instalação de poços são ações de caráter permanente, estruturantes, e as grandes ações, como as obras que a gente colocou aqui, barragens como Figueiredo, no Ceará; Fronteiras, que está sendo licitada; barragens em Pernambuco; barragens no Piauí, como a barragem de Castelo, que está prevista para ser licitada; é uma infinidade de ações de infraestrutura hídrica estruturantes que estão sendo patrocinadas pelo Governo Federal.

Agora, realmente, nós temos que ter todos os processos, respeitar as normas, a burocracia que é exigida para que as coisas andem.

A questão, por exemplo, que o Senador Cícero Lucena levantou de recuperação e instalação de poços, o Programa Água para Todos e não só ele, mas inclusive recursos emergenciais da Defesa Civil foram alocados e repassados aos Estados. Hoje eu diria que, no cenário atual, os Estados estão com muitos recursos, com tanto recurso, mas a capacidade institucional desses Estados – e eles não têm culpa também; não quero culpar os Estados porque a seca é muita intensa e se tem que responder em diversas frentes – ficou reduzida e eles tiveram dificuldade de atender às exigências postas pela legislação. Mas não só os Estados; entendendo isso, o Governo Federal pôs também o DNOCS e a Codevasf para trabalhar.

Imaginem, a Codevasf hoje está implantando milhares de cisternas, construindo poços. O DNOCS também está implantando cisternas e construindo poços. E também todos os órgãos estaduais. Ou seja, recurso não está faltando, seja para qualquer tipo de intervenção necessária, de cisterna ao projeto de integração do São Francisco. Isso era o que eu queria frisar.

E só isso é suficiente? Se para o ano houver outra seca, como foi colocado aqui pelos dois Senadores paraibanos?

Olha, nós estamos num trabalho de parceria com a Agência Nacional de Águas; e cada vez mais, para vencer esses desafios, nós temos que ter uma integração mais eficiente. O Ministério da Integração está hoje em grande parceria com a Agência Nacional de Águas e – é o seu dever – com outros Ministérios, para trabalhar essa questão das secas e das cheias, que são os dois extremos. E está também cada vez mais integrado com os governos estaduais.

A Presidenta nos exigiu apresentar um plano para ela em breve, no final desta semana ou na próxima semana, de contingência.

A ANA já detectou, em parceria com os Estados – o órgão gestor da Paraíba que o senhor levantou –, os Municípios que poderão entrar em colapso no próximo ano. E qual é a diferença se essa seca continuar para o ano? É porque, até hoje, nós estamos na iminência disto, de centros urbanos importantes entrarem em colapso, cidades como Souza, Patos, Cajazeiras, cidades no Ceará, como Crateús, Tauá. Para isso, o Ceará saiu na frente e criou um componente de adutoras de engate rápido. Ou seja, são tubos de aço com acoplamentos que são feitos rapidamente, joga-se a adutora por cima do chão. E o Estado do Ceará, no caso, está fazendo mais de um quilômetro de adutora por dia.

Vou lhe dar um exemplo prático: em cerca de 15 dias, 20 dias, salvou Tauá do colapso, levando uma adutora de 15km de um reservatório em que ainda havia água; em Crateús, a mesma coisa, uma adutora de 12km salvou a cidade de um colapso. E já estão fazendo adutoras de 20km, 25km, 15km. E nós estamos apoiando os Estados nessa tarefa, passando dinheiro da Defesa Civil. Agora, estamos aguardando as demandas dos Estados. O Ceará foi o primeiro que apresentou demanda, já vinha fazendo uma infinidade de adutoras com recursos próprios e pediu uma ajuda de aporte para continuar. Já deve haver pronto no Ceará cerca de 140km de adutoras de engate rápido.

O Rio Grande do Norte apresentou demandas para atendimento da região de Pau dos Ferros – são 13 Municípios naquela região –, que precisa de uma adutora de 40km, de 300mm. E o Rio Grande do Norte também apresentou para Jucurutu, cidade onde, justamente por causa da incapacidade hoje de perenização do Curema-Mãe D'Água, a água não está chegando na fronteira da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Então, eles vão fazer uma adutora emergencial de engate rápido, tirando do açude Armando Ribeiro Gonçalves para levar para a cidade de Jucurutu. A Paraíba apresentou demandas para a região ali de Sousa... São três cidades ali, Nazarezinho, Sousa e tem uma terceira, cujo nome não estou me recordando.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – São Gonçalo.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – São Gonçalo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Em função do açude de São Gonçalo... (*Inaudível.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não consegue mais abastecer o São Gonçalo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não consegue abastecer o São Gonçalo, que era o que regulava, que abastecia Sousa.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Agora, essas são as demandas que os Estados estão apresentando neste momento. Mas a Presidenta incumbiu essa força-tarefa da esfera federal que trabalha com a questão da seca, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, composta pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, pela Agência Nacional de Águas, pela CPRM, de apresentar uma proposta de levar adutoras de engate rápido aos mananciais que ainda vão ter água no próximo ano. Ou seja, perdurando o quadro de não se ter aporte de água, quais cidades entrariam em colapso e que fontes hídricas poderiam atender essas cidades? Agora, isso é o tipo de estratégia que só pode ser posta em estreita parceria com os Estados. Então, nós estamos, a ANA está demandando dos Estados, discutindo com os Estados a base desse plano para a União poder apoiar essas intervenções futuras na aquisição, talvez, possivelmente, de uma ata de registro de preço de tubos de engate rápido que poderiam ser fornecidos para os órgãos estaduais, que implantariam essas adutoras e fariam a gestão, operação e manutenção delas.

Como é o caso, por exemplo, no Ceará? No Ceará, é a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos que está fazendo as adutoras de engate rápido. Entrega à Cagece, que opera momentaneamente ali e mantém. No Rio Grande do Norte, a Caern, que é a companhia de saneamento, apresentou a demanda. Ela faz a adutora, vai operar e manter, porque é uma adutora emergencial, é uma adutora que vai funcionar durante aquele tempo que for necessário, enquanto perdurar a seca, que tem, quase sempre, caráter temporário, mas é preciso alguém para gerir essa adutora. Então, não pode partir da União a implantação da adutora porque os órgãos estaduais têm que gerir, mas a União pode apoiar fornecendo os tubos, como a Defesa Civil hoje já vem fornecendo em parte. Mas a tendência é que essa operação fique maior. Aí a União, por exemplo – é uma proposta, que ainda vai ser discutida –, aloca os tubos e os órgãos estaduais montam a adutora, porque ela é montada rapidamente, por cima do chão – você monta um quilômetro de adutora por dia –, levando água daqueles mananciais que a ANA, junto com os órgãos gestores estaduais, definiu como aqueles que ainda vão ter água no próximo ano, mesmo tendo seca.

Então, esse é um plano que eu diria para atender às populações urbanas que poderão sofrer colapso de água.

As populações rurais, que são dispersas no território, vão continuar sendo atendidas com carro pipa e poços com dessalinizadores, por exemplo. Os tubos geralmente são – a gente quer padronizar o máximo possível para facilitar – de 200 milímetros e 300 milímetros, que são tubos que conseguem atender cidades de 30 mil, 40 mil até 50 mil habitantes, claro que utilizando um *per capita* para viver na emergência, um *per capita* que a ANA está colocando hoje como algo em torno de 80 litros por dia. O tradicional – todo mundo sabe – é de 120 a 150 litros por habitante por dia. Aí se utilizaria um *per capita* de 80 litros por habitante por dia. Essa é a estratégia para o atendimento de centros urbanos que poderão entrar em colapso no ano que vem caso a seca perdure.

Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Do ponto de vista das previsões do Inpe, enfim...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Ah, vou dizer. Aproveito e digo.

Quais são as previsões? É bom que se diga que as previsões, no momento... Hoje, a tecnologia, a ciência só permite fazer previsão de três meses. E essa previsão é carregada de incerteza. Ela é probabilística. A previsão agora dada pelo Cemaden, com o apoio do Inmet e do Inpe e de outros órgãos de meteorologia do Estado brasileiro, é que nesses três meses, que seriam dezembro, janeiro e fevereiro, em algumas regiões, você poderia ter chuvas dentro da média, mas em outras ficaria abaixo da média. Há uma tendência de ser dentro da média para um pouco abaixo, ou seja, não está posto um cenário de chuvas acima da média, que seria o ideal para recuperarmos os nossos reservatórios – isso para este trimestre: dezembro, janeiro e fevereiro.

Agora, a previsão mais consistente é aquela dada nos últimos dez dias de janeiro, geralmente entre os dias 20 e 21 de janeiro. É uma previsão que, no Ceará, por exemplo, é dada pela Funceme, o órgão de meteorologia do Ceará, com apoio do Inpe-CPTEC, lá de Cachoeira Paulista, o INMET e outros órgão de meteorologia. Essa previsão, geralmente, é da quadra principal: pega o resto de fevereiro, março, abril e maio, que é o período quando se recuperam os reservatórios, caso chova no semiárido. Essa previsão é definitiva, mas nós já estamos trabalhando para não esperar por ela.

Quando se fala de chuva abaixo da média, dentro da média ou acima da média, a variabilidade espacial e temporal é muito grande: pode chover um mês e encher tudo; pode chover em uma determinada região e aqui, próximo, não chover; o reservatório dessa região pode encher e o reservatório de uma cidade próxima não pegar água. Se voltarmos atrás um pouco, veremos que, em 2004, foi um ano de chuvas extremas. Choveu em dezembro de 2003, choveu em janeiro e fevereiro de 2004; o Açude Castanhão, no Ceará, que tem uma capacidade de seis bilhões de metros cúbicos, pegou cinco bilhões em 40 dias; porém, quando chegou a quadra principal – março, abril e maio –, a zona de convergência não ficou em cima do Nordeste, subiu, e tivemos “seca verde”. Ou seja: um ano em que se encheu o reservatório foi um ano de seca verde.

Então, a temperatura do Pacífico, hoje, é considerada neutra; ela não prejudicaria nem favoreceria chuvas na região. O problema é o dipolo do Atlântico, onde precisa estar quente embaixo, abaixo do Equador, e frio acima do Equador. Hoje, essa situação está invertida, mas pode mudar essa realidade. Então, em janeiro mesmo é que teremos previsões com um pouco menos de incerteza.

O Senador Vital do Rêgo perguntou também sobre o papel do ISA, o Instituto Nacional do Semiárido no PISF. Qualquer instituição de pesquisa, qualquer instituição científica pode tanto contribuir para o Projeto de Integração do São Francisco como pode receber contribuições. O Projeto de Integração do São Francisco, por intermédio do seu componente socioambiental, tem um volume de recursos da ordem de R\$1 bilhão – e, claro, aí tem desapropriação, reassentamento populacional, mas tem muitos recursos para estudos. São 38 programas ambientais requeridos pelo Ibama, e essas instituições podem ter alguma participação, e especialmente uma participação, por exemplo, na questão da qualidade da água a ser transferida pelo Projeto São Francisco. Quando o projeto já estiver funcionando, como é que vai ficar a qualidade da água dos mananciais que vão receber água do São Francisco? Vai melhorar? Vai piorar? Sobre isso temos apenas perspectivas; temos estudos prospectivos, mas vai continuar o monitoramento disso.

Não sei se a Elianeiva tem alguma notícia de o ISA haver nos procurado para alguma demanda do Projeto São Francisco, mas, agora, ele é muito focado – e é interessante isso – na questão mais direta da convivência com o semiárido, no sentido de desenvolver pesquisas e trabalhos naquilo que se refere aos sistemas que referimos aqui de atendimento da população rural, na questão das barragens subterrâneas e questões relacionadas com a preservação da caatinga.

Agora, Senador, para todas essas instituições, o São Francisco está aberto para estabelecer parcerias. Agora, a gente usa, no Projeto de Integração do São Francisco, principalmente para implantar esse componente socioambiental, onde está, por exemplo, o atendimento da população rural difusa, das populações lindeiras aos canais a gente usa todo o conhecimento possível já desenvolvido no Semiárido, tanto dos órgãos públicos estaduais como dos órgãos públicos federais e das universidades, mas realmente nós não temos tido uma parceria estreita com o ISA.

O ISA também tem um desenvolvimento de pesquisa nessa área de desertificação, de irrigação. Temos até um componente também de desertificação nas áreas das vilas produtivas rurais. É um caso em que a gente pode procurar uma parceria com o ISA, caso ele queira contribuir, dentre tantos institutos e órgãos de pesquisa que estão contribuindo. Ele poderá contribuir também.

Aqui foi falado das estradas de ligação do Exército. É o seguinte: o Exército Brasileiro já contribuiu com a confecção dos canais de tomadas, nas captações de dois eixos com a construção de algumas vilas produtivas rurais e nós acabamos de firmar a parceria com o Exército, o termo de cooperação e estamos descentralizando recursos para o Exército fazer as estradas de ligação da malha rodoviária existente com as nove estações de bombeamento. As estações de bombeamento são as estruturas principais desses dois eixos. São seis no leste e três no norte. Cada estação dessa vai receber uma ligação asfaltada com a malha rodoviária existente. E o Exército já desenvolveu o projeto e já está iniciando as obras. Já tem obra em andamento por parte do Exército.

Manutenção das obras prontas. O que é que eu posso falar sobre isso? Nós estamos... Já que a Codevasf foi definida como operadora, a Codevasf já está montando um edital para estabelecer um pregão eletrônico para contratar empresas de apoio na manutenção daquilo que vai ficando pronto. Nós temos hoje os dois canais de tomada prontos, aqueles canais que ligam o Rio São Francisco com a primeira estação de bombeamento no norte e no leste. Para aquele canal não ficar ali criando mato, abandonado, a Codevasf vai fazer, até o fim do ano ainda, um pregão eletrônico para alocar equipes para ficarem mantendo, por exemplo, estou só citando alguns, mas já há outros trechos de canais que já foram entregues por empresas, aquele trecho limpo e conservado. Ou seja, seria já, de imediato, um contrato de conservação e limpeza daquilo que fica pronto. Agora, claro, com todo o cuidado para a Codevasf não entrar naquilo que é obrigação das empresas, ou seja, uma empresa que está ainda hoje na obra tem a obrigação de entregar tudo pronto, tudo limpo, tudo conservado. Então, a Codevasf, por enquanto, não entra aí, entra naqueles trechos que o Ministério está recebendo e vai manter aquilo limpo, porque, como é uma obra muito cumprida, são 500 quilômetros de canais praticamente, sabemos que vamos ter trechos prontos, e já estamos tendo, enquanto outros estão em obras e a água não vai passar ali, principalmente nos trechos no final do canal. Para aquele trecho não ficar abandonado, a Codevasf vai fazer a conservação e limpeza. Então, ela já está elaborando um pregão eletrônico para isso.

O caso das placas. Mostre aí a foto, Cícero, que eu vou explicar. É uma coisa mais técnica. Quero, antes de mais nada, afirmar para o Senado que nenhuma placa dessas que foi danificada, que apresentou problemas de rachadura... Cícero, não é a foto daquelas que estão em recuperação; é aquela que o menino mandou de manhã para você; está ali, é a segunda, pronto. Ali é o exemplo de um trecho onde as placas apresentaram problemas de rachadura. Claro que o canal tem as juntas normais, mas algumas placas tiveram problemas de

rachaduras. Basicamente, num trecho como esse especificamente, a obra não estava totalmente pronta, choveu, a drenagem que deveria ter sido feita na parte superior da berma, dali do canal – aquela parte superior do canal a gente chama de berma –, a água penetrou por baixo; no contato, a água entre essa lona, essa manta e a superfície do canal, do solo do canal que é preparado para receber a manta, a água ali, penetrando ali, diminui a resistência do solo; como ali é uma superfície inclinada, deslizou, o solo desce, cria uma barriga na manta por dentro, e aquilo sobe a placa. Isso foi um dos eventos que aconteceram.

Outro tipo de evento foi o lençol freático. Isso aí é mais no eixo leste. No eixo norte, ali no Ceará, que tem um grande aquífero no Cariri. Com muita chuva, ali no período de 2011, o lençol freático sobe. O dreno embaixo estava pronto, ali embaixo, mas tem que se comunicar lá na frente com um local de deságue. Não estava pronto, então sobe o lençol freático e a placa sobe também; a manta sobe, sobe a placa. A placa é feita de concreto simples. Ela é uma proteção mecânica à manta. No Ceará, por exemplo, tem um canal feito já há 20 anos, o Canal do Trabalhador, feito lá pelo Ciro Gomes. Não deu tempo de terminar o canal porque não dava tempo de botar essas placas em cima, então, ele ficou nessa manta. Ainda hoje o canal está lá, com água dentro; a manta vai se degradando, você vai substituindo, mas o canal ainda está lá. Agora, a placa é uma proteção mecânica, e essa placa não estando aí não quer dizer que o canal vaze, não quer dizer que o canal não funcione; funciona. Ela é uma proteção mecânica, agora, realmente, em ela sendo paga, tem que ser feita de forma correta.

Agora, é bom que se diga: nenhuma placa dessas foi paga, até porque o Ministério ainda deve a algumas empresas – deve no sentido de que o recebimento final é feito juntamente com o pagamento da última medição, então já se teve o cuidado de tirar da medição, dos contratos anteriores, inclusive, as empresas que já saíram da obra, que ficaram sem receber essa parte que apresentou problemas. E, hoje, as empresas que estão recuperando, refazendo isso aí são as empresas novas, recontratadas, que obviamente vão receber porque esse serviço não foi pago antes. Então, esse serviço não foi pago e não será pago. Isso é que deixa bem claro.

Vamos para frente.

Senador Vital, se não deu para esclarecer tudo, depois pode questionar novamente.

O Senador Humberto Costa falou da questão de ter ou não 100km de canal em cada um dos eixos e populações, e possivelmente populações atendidas.

Cícero, você tem aquele dos 100km? Aquele perfil?

A ideia é essa, estamos trabalhando em busca dessa meta, e hoje, tecnicamente, tudo é possível para isso. Agora, de repente, pode cair um dilúvio no Nordeste, vai ser muito bom, porque vamos recuperar todos os reservatórios, e obviamente a chuva atrapalha a obra. Nós estamos trabalhando com o cenário possível de ter...

Para ser mais exato, Senador, esse eixo aí é o...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Leste.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É o leste. Para se ter, no leste, 96,5km, ou seja, nós não vamos passar daí porque a EB4, não vai dar para ficar pronta. Essa, realmente, não dá para ficar pronta, mas nós chegaremos aí, no pé dessa EB4 com uma quantidade de 96,4km de canais prontos. No Norte...

Pois não, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Só um esclarecimento que acho que ajuda aí. Numa das nossas visitas, foi colocada uma forma de preocupação. Por exemplo, para se atingir os 100km no eixo norte e basicamente no eixo leste, nós temos, e é fundamental, a questão das estações elevatórias.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Como o senhor já colocou aí na sua exposição, nós teríamos a etapa da escavação da estação, da construção, da instalação mecânica, da instalação elétrica. Um dos itens que nos preocupava, que não estava afeito ao Ministério, era, possivelmente, a alimentação elétrica...

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Própria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – ... dessas coisas, que era algo que ainda não tinha sido iniciado.

Como se encontra isso?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Perfeito. Respondo já, Senador.

No Norte, nós podemos chegar no máximo a 106,4km, que é no reservatório Milagres, ou seja, depois da EB3. Não podemos passar daí, porque o limitante é a construção do túnel Milagres. Ele não ficará pronto até o fim do ano. Esse túnel Milagres fica, praticamente, na divisa do Ceará com Pernambuco, pode passar um pouco, a divisa de Pernambuco com Ceará é aí. Então, daí a água chega ao Ceará. Para a água chegar ao Ceará, é preciso termos esse túnel pronto, e não vão conseguir tê-lo pronto. Então, a água só poderá chegar ao Ceará no primeiro semestre de 2015.

Quanto à parte das estações, a parte de aquisição de equipamentos e montagem elétrica avançou bem no passado, e foi necessário dar uma desacelerada. Por isso, tivemos também de efetuar novos contratos, porque as empresas contratadas anteriormente ficaram impossibilitadas de esperar por isso.

Agora, a empresa Toshiba, que forneceu os equipamentos, já se está remobilizando e iniciando, porque ela teve de aguardar que as estações avançassem para poder iniciar o processo de montagem das subestações. Como é? A subestação fica do lado de fora, obviamente, da estação de bombeamento.

A estação é um prédio e, do lado da estação de bombeamento, há a subestação. Para montar a subestação, era preciso esperar que as estações de bombeamento, pelo menos, comessem a se levantar, porque eu não podia ter a subestação pronta, dinamitando as fundações das estações de bombeamento.

Hoje, com os trabalhos já concluídos no caso do eixo norte, da parte de escavação das estações de bombeamento, as subestações já estão começando a ser montadas no eixo norte. Da linha elétrica foi, eu diria, só faltam 20km de rede no norte, e o leste...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É, linha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É, para alimentar as três.

E nós estamos...

É hoje exatamente a licitação das linhas elétricas, a complementação das linhas, porque já foi feito mais da metade. Vamos complementar. Hoje, é exatamente a licitação. Então, isso já foi estudado pela nossa equipe, e a linha de transmissão não é fator limitante para a confecção dessa obra. A montagem de subestação tampouco. O que limita um pouco mais o caso, ainda, é a parte civil da estação, mas nós estamos trabalhando de forma integrada.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ministro, eu acho que, pelo menos é o que tenho como conhecimento e para esclarecimento... Seria bom, Senador Humberto, considerar – e acho que é isso que vai ocorrer – que são 100km de obras concluídas, mas não com água atendendo a população desse percurso. É bom ficar claro isso.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Olhe, nós vamos trabalhar para que tenhamos água nesse percurso.

Agora, vamos tentar trabalhar. Vamos concluir. Pode ser que não dê tempo de ter água, mas estamos tentando trabalhar com isso aí.

Agora, o atendimento das comunidades ao lado do canal, nós estamos trabalhando em paralelo, fazendo os projetos dos sistemas simplificados. A coordenação estadual do DNOCS, em Pernambuco, já está contratando esses pequenos projetos para conectar esses canais às comunidades lindeiras aos canais.

É bom que se diga que esses 100km funcionando, tendo trecho com água, claro que o benefício não é aquele de atender as 12 milhões de pessoas que vão ser atendidas ao longo de todos os canais...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, Ministro. É só porque o seu antecessor nos informou nessa visita, e o técnico da construtora no eixo leste, que, para chegar a encher os canais nos 100km, por exemplo, eram necessários seis meses de bombeamento.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Nós estamos analisando isso aí, certo? Poder ser encher totalmente os reservatórios, mas pode-se chegar com uma quantidade de água antes... Mas concordo, Senador, com essa preocupação: o nosso foco, no momento, é ter os canais prontos. A chegada da água vai ser *pari passu*, está entendendo? Cada trecho de canal que a gente apronte... E podemos ter a estação de bombeamento do leste, cuja montagem já está sendo feita, pronta até o meio do ano.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Aí, ela cumprindo sua função...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Aí, ela já bota para funcionar. A ideia é de que a energia chegue até junho à estação 1 do eixo leste, por exemplo, e a estação que já está em processo de montagem esteja montada. Já se pode botar ela para funcionar e encher o trecho até..., ou seja, os trechos de canais serão preenchidos *pari passu*. Não vou aqui afirmar que vamos ter absoluta certeza de que vai ter água chegando lá, mas a ideia é que busquemos essa meta. Alguns trechos de canal vão ter água, certo?

A cada estação que for ficando pronta, já começaremos a bombear para ir enchendo aqueles espaços que há na frente: trechos de canal e trechos de barragem.

Obras complementares.

O Senador Humberto Costa também levantou a questão das informações sobre as obras complementares ao São Francisco. Ou seja: a sociedade, de forma geral – e eu concordo – não tem a informação de como a

água ou mesmo, Senador, se a água do São Francisco vai chegar ao seu Município. Ou seja: um município lá na ponta do agreste pernambucano, um cidadão que mora naquela região olha o São Francisco passando tão longe, e, um dia, a água vai chegar à sua casa, e ele não vai saber se aquela água chegou ou não. O Ministério da Integração já preparou uma campanha e está aguardando ser iniciada na televisão, aguardando a aprovação da Presidência da República para esclarecer essa questão.

Trabalhamos também com a comunicação do Ministério, com multiplicadores, com parceiros, inclusive com as rádios. Sabemos que, no interior do Nordeste, as rádios têm um poder, o comunicador da rádio tem um poder de penetração muito forte. Eles tentam explicar, primeiro, dizendo que a obra está andando e, segundo, tentando explicar que seu Município vai ser beneficiado e como esse benefício vai chegar lá.

É uma obra complexa, a população vai ter que entender que o eixo leste leva água até o Barro Branco, de lá ao Ramal do Agreste, de onde sai a adutora do agreste e vai atender à população. Mas essa pedagogia tem que ser, realmente, levada à população até para que ela entenda a dificuldade com que a água vai chegar na casa do cidadão, que distância a água vai percorrer até a sua casa, até para dar mais valor à água, como foi colocado aqui.

Hoje, em Fortaleza, por exemplo, se fizermos uma enquete, a maior parte da população não sabe que a água está vindo de 200 km de distância. Quando afirmo para alguém que Fortaleza está sendo atendida pelo Açude Castanhão há mais de um ano e meio, o pessoal não acredita. Então, essa pedagogia tem que ser levada em relação não só ao Projeto São Francisco, mas em relação a todas as infraestruturas hídricas da região, porque garantir água para o Semiárido, e um Semiárido que se desenha hoje um Semiárido urbano, com cidades que estão crescendo, com dinamismo da economia, não é tarefa fácil não, é tarefa complexa.

Se o Luz para Todos já é tarefa difícil, se universalizar energia – e é puxar o fio – imagine a água, para o que se tem que levar cano, canal, coisas de implantação e gestão mais complexas.

Então, acho que realmente essa comunicação pode ser sempre melhorada. Estamos tentando melhorar, estamos com equipes especializadas para levar o simples homem lá do campo, que mora no meio rural ou mora na cidade, quais os benefícios do São Francisco, como o São Francisco vai beneficiar aquele cidadão. Estamos, então, tentando romper essa barreira da desinformação. Realmente, adutoras como Pajeú, adutoras como Agreste, o próprio Ramal do Agreste que vai ser licitado, Ramal do Entremontes, citando obras estruturantes em Pernambuco, são obras feitas integralmente feitas com apoio do Governo Federal.

A licitação da segunda etapa do Pajeú está programada para agora. Não sei a data exata, mas é em torno de 20 e 30 de dezembro. Houve a necessidade de esclarecimento junto à CGU, o DNOCS já fez, e a licitação está marcada para dezembro, segunda e terceira etapa. Obviamente, foi sugestão nossa mesmo, da Presidenta, que fez questão de ir lá, diante do quadro de seca que se apresenta na região, para inaugurar a primeira etapa da adutora, a chegada da água em Afogados da Ingazeira e dar a ordem de serviço da segunda etapa e da terceira etapa, que são muito demandadas.

Sobre previsão de chuvas já falei.

Canal do Sertão Pernambucano, questão também levantada pelo Senador Humberto Costa. Olha, o Canal do Sertão Pernambucano, eu quero aqui dizer, como alguém que tem a experiência de quem há 30 anos trabalha na área, que um megaprojeto – e o Canal do Sertão Pernambucano é um megaprojeto – não se desenvolve da noite para o dia. Você começa realizando os estudos muitas vezes a nível da bacia hidrográfica. Às vezes, você tem um grande plano diretor que detectou aquela possibilidade, aquela intervenção. Aí você contrata, como foi o caso da Codevasf, uma previabilidade, um estudo amplo, um espectro amplo, um estudo ainda para detectar o que é passível de ser contemplado ou não em termos de território naquele projeto. A Codevasf concluiu seus estudos chegando à conclusão que, por exemplo, devido à própria topografia do Estado de Pernambuco, naquela região todos os rios são tributários do São Francisco, obviamente vêm de cotas altas, lá da divisa com o Ceará e com a Paraíba e chega ao São Francisco em cotas baixas, toda a água que você precisar tirar do São Francisco você tem que bombear a um alto custo lá para cima. Não é à toa que, para poder ultrapassar o território pernambucano, eu tenho três bombeamentos no eixo norte e seis no leste, que é mais alto ainda.

Então, o que a Codevasf vislumbrou naquele momento, na primeira fase de estudo, uma fase embrionária, era que, para atender os Municípios, irrigar possivelmente os solos da região lá de Araripina, das partes mais altas da formação Araripe na divisa de Pernambuco com Ceará, tinha de bombear mais de 200 metros. Ora, bombear 220 metros para irrigar e só irrigar, não tendo como fazer uma forma de subsídio cruzado com outros usos da água, diferentemente do que o São Francisco faz, é muito difícil.

Vejam, o eixo norte, que leva a água para o Ceará, para Paraíba, bombeia 150 metros de desnível topográfico. E, mesmo assim, a gente sabe que o carro-chefe do projeto de integração do São Francisco é o atendimento urbano. Quem vai bancar esse projeto são as grandes cidades do interior do Nordeste, metrópoles

como Fortaleza. João Pessoa... Realmente a água vai complementar o abastecimento de João Pessoa, Campina Grande, o Crato Polo Juazeiro Barbalha, que é tão grande ou quase tão grande como Campina Grande.

Então, o Projeto do Canal do Sertão Pernambucano se pudesse ter a possibilidade de ter esta visão de múltiplos usos da água, tivesse um contingente populacional muito grande no sertão pernambucano como tem no agreste, poderia até chegar em cotas mais altas. Agora, tem um detalhe: não quer dizer que o que hoje não é viável amanhã não possa ser viável. Então, o canal está sendo pensado de uma forma integrada com outros projetos, Projeto Terra Nova, que tira água da beira do São Francisco e joga água para as manchas de solos mais próximas, o Canal do Sertão Pernambucano que vem de Sobradinho à Bahia, inclusive é um projeto baiano também, passa em Casa Nova, chega em Petrolina e leva a Município mais próximo de Petrolina, e o ramal do agreste. A grande contrapartida de Pernambuco aí para essa região é que o eixo norte, a gente não pode esquecer, ele já sobe e chega na cota quase 500, na elevação quase 500, 485, na divisa de Pernambuco com Ceará.

Ora, se Araripina vai precisar de água, há duas opções: ou pode ampliar da adutora do oeste, tirando do Entremontes, ali da Barragem do Chapéu, ou pode mesmo tirar do eixo norte na divisa com Ceará. Você puxa ali em paralelo à fronteira do Ceará com Pernambuco um duto de água para Araripina que, a meu ver, tem a vocação de se transformar muito mais em polo industrial do que agrícola. Araripina já tem um polo gessífero interessante, então, pode ser... Eu acho, não sou pernambucano, sou cearense, mas tanto Araripina como Salgueiro serão dois grandes polos industriais no extremo oeste pernambucano. Ou seja, você pega uma cidade como Salgueiro, é um entroncamento ferroviário porque a Transnordestina ali tem a derivação... Agora imagine, Senador, Salgueiro vai estar ligado a dois portos: ao Porto de Suape, em Pernambuco, e ao Porto de Pecém. É o caminho ali entre Petrolina e esses portos, é o caminho entre Eliseu Martins e esses portos. Aí uma cidade dessa que tem infraestruturas ferroviária, rodoviária e vai ter água tem tudo para ser um grande polo industrial, inclusive polo de serviços do sertão ali...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Um porto seco.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É. Um porto seco.

Então, tem que, dentro desse Projeto de Integração do Rio São Francisco e outros projetos que Pernambuco tem, definir inclusive qual a vocação desses Municípios.

Eu não sou contra a agricultura. Acho que a agricultura irrigada ainda é a forma mais barata de gerar emprego no meio rural, com salário digno. Regiões como Petrolina, como o Baixo Jaguaribe, no Ceará... Por exemplo, Baixo Jaguaribe, no Ceará, tem três Municípios com pleno emprego, com a agricultura irrigada, a fruticultura irrigada. Mas, ora, o que diversifica mais ainda a economia é o setor industrial, o setor de serviços. De repente, uma cidade dessa tem mais vocação para isso do que para a agricultura irrigada. Então, não está tudo perdido como muita gente está achando.

Pronto. Vou resumir aqui. Está certo.

E, Senador Cícero Lucena, já falei do Açude do Boqueirão. Realmente, é uma preocupação. Aí tem que trabalhar nas duas coisas. Fazer uma gestão muito eficiente e eficaz do Açude do Boqueirão. E tem essa proposta de fazer adutoras emergenciais, que a gente está discutindo com diversos Governos de Estado...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Ministro, se me permite?

Só para esclarecimento, para o Boqueirão está prevista a licitação no sistema RDC? Como é o plano?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – A recuperação?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sim.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não. Em Engenheiro Ávidos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Em Engenheiro Ávidos.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Em Engenheiro Ávidos eu não posso precisar, porque é o Dnocs que está licitando. Mas como tem um projeto feito pelo Estado, eu não sei se é em RDC. Hoje, nós estamos fazendo quase tudo em RDC porque é mais rápido, certo?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Isso é urgente.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Pois é. Em RDC. Eu posso saber do Dnocs e depois passar a data, viu? Anotem, por favor, pessoal, para passar para o Senador Cícero Lucena a data de licitação do Engenheiro Ávidos.

Os poços sem funcionamento. Concorro com o Senador, tem essa realidade no semiárido. Constroem-se muitos poços. Mas aí, Senador, tem uma questão da capacidade das nossas comunidades rurais tanto do ponto de vista financeiro como organizacional de manter esses pequenos sistemas. Não é fácil. Os Estados investem. A União investe, constrói poços, monta sistema; o sistema simplificado começa a funcionar. Mas há que ter a capacitação, a organização da sociedade nas comunidades para manter minimamente esses sistemas.

Sobre as transparências da planilha de custos do São Francisco já falei. Esse estudo, Senador, foi feito pela FGV, a qual fez um primeiro estudo para o Ministério da Integração em 2005 e 2006; e fez outro agora, para a

ANA, em 2012. Podemos passar para o senhor esse estudo, viu, Guilherme? Anote o estudo que a ANA realizou, para passar para o Senador. Mas volto a lhe dizer que isso não é norma, lei, isso é diretriz para discussão, anualmente, no Conselho Gestor do Projeto São Francisco.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Entendi.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Sobre as obras do Engenheiro Ávidos já falei ao Senador.

Saneamento básico das cidades que estão na margem do rio. Isso é um dos programas básicos ambientais que ficou a cargo do Ministério das Cidades, da Funasa, não é Elianeiva? Os projetos já estão desenvolvidos. A ideia é que esse saneamento entre aí no PAC da área de saneamento. Tem alguma notícia mais recente, Elianeiva? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É. Já faz parte do PAC. Só precisa realmente ter urgência para realizar essas obras. Das cidades a Paraíba, principalmente. Tem muita cidade importante, como Monteiro, que vai receber essa água. Mas isso está previsto num dos programas básicos ambientais e os projetos sendo concluídos em parceria com as Companhias de Saneamento, Funasa e Ministério das Cidades.

O Senador Osvaldo Sobrinho perguntou sobre a questão da água. Olhe, a água não é infinita nem na Amazônia. Se a Amazônia fosse superpovoada talvez a água não desse.

Hoje a gente enxerga que a escassez hídrica pode se dar de duas formas separadas ou conjuntas. Uma é por questões naturais. Você pode ter uma região que não é muito povoada, mas a água falta porque realmente não tem chuva ou a chuva é muito irregular. E outra é por excesso de densidade demográfica. Uma das áreas que tem escassez hídrica no Brasil hoje é a Grande São Paulo, que vive com problema de escassez de água, porque tem um contingente populacional muito grande, em que os recursos naturais já foram ultrapassados. Agora, no caso do São Francisco, não é o Projeto de Integração do São Francisco, como já foi dito no debate, que vai fazer com que o Rio São Francisco tenha problemas em garantir a oferta aos outros usos da Bacia. A quantidade de água a ser retirada é muito pequena, inclusive a ANA teve o cuidado de, na outorga, privilegiar o uso para o abastecimento humano e, caso esteja sobrando água com o vertimento de Sobradinho é que nós podemos tirar água para outros usos. Mas só em levar água para garantir o abastecimento humano e urbano destas 390 cidades, e fazer a água local sobrar para uso agrícola, por exemplo, nós estamos resolvendo conflitos que hoje estão surgindo, como o caso de Sousa, na Paraíba, onde você tem que decidir – São Gonçalo – se a água vai para o perímetro irrigado, para salvar o coqueiral, que é uma cultura permanente, ou a água fica para abastecer a cidade. Esse tipo de conflito a gente não terá com o São Francisco, porque a água para atender a cidade é garantida pelo projeto São Francisco e a água dos mananciais sobra para o uso econômico, para poder garantir melhor qualidade de vida para a população.

A perda de água. Há alguma perda de água nos canais. Há perda por evaporação dos reservatórios, mas é uma perda que compensa você fazer a intervenção. Não existia nem existe ainda hoje uma alternativa mais barata e tecnicamente mais viável do que a interligação do São Francisco com essas bacias dos quatro Estados do Nordeste Setentrional. A alternativa seria o Tocantins que era muito, mas muito mais cara e, do ponto de vista ambiental, hoje, cada vez mais complexa de fazer essa integração.

A questão dos poços artesianos aqui levantada, eu só queria dizer para o Senador que os poços do nosso Cristalino são bem diferentes dos poços do Mato Grosso do Sul ou de Mato Grosso, porque lá é uma bacia sedimentar que têm poços, tanto tem água superficial quanto água subterrânea em abundância.

Foi levantada uma questão sobre a importância da água em Israel. Nós, no Nordeste brasileiro, já damos importância, temos uma cultura associada à água. Agora precisamos, realmente, ter a água como um recurso escasso, limitado e dotado de valor. Nós precisamos enxergar que para poder garantir inclusive o desenvolvimento econômico da nossa Região, nós precisamos ter cuidados maiores com os recursos hídricos.

Eu coloco aqui a seguinte questão: o Nordeste, hoje, tem mais de 28% da população e 14% do PIB. A ideia é que Nordeste tivesse pelo menos a média do PIB nacional, ou seja, nós teríamos que dobrar o nosso PIB. Um Estado como o Ceará, tem 4% da população, teria 2% do PIB. Você imagina tendo um crescimento econômico na Região que possibilita a gente igualar o PIB nacional, nós vamos precisar de água não só para a atividade econômica, mas vamos precisar de água também para o abastecimento das populações, que vão ser cada vez mais exigentes, agora, para isso, nós temos que lançar mão de toda a alternativa possível e imaginável.

Eu estive no médio oeste americano recentemente, depois de 14 anos de ter ido lá, e a fase de integração de bacias, lá, foi feita há anos, e está vencida, não tem mais como trazer água, nem mesmo de longa distância. Qual é a forma de se trabalhar, lá, a questão da água hoje? Trabalhar a gestão da água associada ao monitoramento do tempo e do clima, para ter um sistema de previsão cada vez melhor das secas; trabalhar a questão do uso intensivo mais racional das fontes locais, fazer barragem ainda onde dá para fazer; usar a água subterrânea aonde for possível usar, fazendo inclusive recarga de aquífero, com se está fazendo em Israel, e o pessoal já partiu, como é o caso de San Diego, para a planta de dessalinização da água do mar. Boa parte de

San Diego, hoje, é abastecida com uma planta de dessalinização de água do mar. Então, eu imagino, no futuro, cidade como Fortaleza, mesmo Recife, mas Fortaleza, especialmente, que tem mais escassez e a água vem de longe, no Porto do Pecém, você ter, possivelmente, uma planta de dessalinização para o atendimento daquela região, que tem capacidade para pagar. A indústria tem a capacidade de pagar por uma água mais cara, que é a água dessalinizada, que hoje ainda é mais cara, mas que está baixando muito de preço. E lá estes estão com um projeto-piloto de reuso da água. Ou seja, pegando a água de esgoto, tratando de forma tal para reinjetar no sistema. Essas são coisas em que temos de pensar em médio e longo prazos, porque só vamos ter a possibilidade de uma boa convivência no Semiárido sem falta de água se lançarmos mão de todas as alternativas possíveis, entre elas a dessalinização e a reutilização da água.

Então, era isso que eu tinha a colocar. Espero que eu tenha conseguido atender às questões apresentadas por vocês.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª nos atendeu amplamente, Sr. Ministro, mostrando o seu vasto conhecimento e a sua experiência de 30 anos nessa área.

V. Exª concluiu, trazendo-nos dois temas sobre os quais, certamente, a Comissão vai se debruçar no próximo ano, porque são os meios alternativos a longo prazo de convivência com a seca. E, com absoluta certeza, V. Exª estará aqui, para continuar a debater sobre essa questão, para muito gosto do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença ao Sr. Ministro e a todos os técnicos do Ministério da Integração que vieram aqui para dar suporte a essa palestra. Foram três horas de esclarecimentos.

Estamos encerrando a sessão, abrindo, imediatamente, a Comissão Temporária que vai propor soluções ao sistema de financiamento da saúde.

Tenham todos um bom dia! Fiquem com Deus!

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião da Comissão, realizada em 06 de maio de 2014, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e com a presença do relator, Senador Humberto Costa (PT/PE). Deixaram de comparecer os Senadores: Paulo Davim (PV/RN), Lídice da Mata (PSB/BA) e Cícero Lucena (PSDB/PB). Ainda estiveram presentes, na condição de Senadores não membros: Armando Monteiro (PTB/PE) e José Pimentel (PT/CE). Na oportunidade, foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Ministro Francisco José Coelho Teixeira, do Ministério da Integração Nacional; Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União – TCU; e Wagner Rosa da Silva, Diretor de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos!

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Presente à Mesa o Ministro da Integração Nacional, Dr. Francisco José Soares.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dr. Francisco José Coelho Teixeira. Houve um erro da Secretaria.

Convido à Mesa a Dr^a Juliana Pontes de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras Portuárias Hídricas e Ferroviárias do Tribunal de Contas da União e o Dr. Wagner Rosa da Silva. Espero que os nomes sejam esses mesmos, já que, na abertura, nós erramos aqui.

Esta é mais uma reunião ordinária da Comissão, que tem a responsabilidade de prover informações ao Senado Federal sobre o andamento das obras de transposição do Rio São Francisco, assim popularmente conhecidas, mas, tecnicamente, as obras referentes ao projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas. Há um natural desconhecimento da sociedade brasileira com relação ao andamento das obras. Muitas vezes, por deficiência do Governo em se comunicar, outras, por falta de informação e, quando a informação chega, chega, muitas vezes, de forma levemente deturpada.

É a segunda vez que o Ministro Teixeira vem a esta Comissão depois de assumir o cargo do Ministério da Integração. Nós, de logo, já o agradecemos.

A prestimosidade do Sr. Ministro faz com que estas informações possam chegar não apenas pelo canal institucional do Ministério da Integração, mas – e principalmente – pelo Senado Federal, que tem a obrigação de fiscalizar o andamento dessas obras ao lado do Tribunal de Contas da União e dos órgãos de controle.

Nós estamos cumprindo com a nossa parte. Esta Comissão de caráter especial e externa já está em sua 9ª Reunião.

Nós já fizemos três visitas *in loco* ao projeto. Deveremos marcar com o Ministério da Integração e órgãos de assessoramento do Senado uma próxima visita para o acompanhamento da obra, porque desejosos estamos todos nós, 12 milhões de nordestinos, que anseiam e expectam essa obra como a salvação não apenas econômica, mas a sobrevivência hídrica de toda uma Região.

Por isso, cumprimos o nosso papel e, de logo, agradecemos – repito – a presença do Sr. Ministro, que, todas às vezes, convidado por esta Comissão, tem se mostrado disposto a dissipar dúvidas, esclarecer fatos, principalmente, sobre o andamento e a execução desta obra.

Com a palavra, o Sr. Ministro Francisco Teixeira.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Quero dar o meu bom-dia ao Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, que acompanha as obras do Projeto de Integração do São Francisco por parte do Senado Federal; cumprimentar a Dr^a Juliana, Secretária do Tribunal de Contas da União, parceira também no acompanhamento das obras do Projeto do São Francisco, já que a Secretaria que ela lidera é o setor encarregado de fazer o acompanhamento técnico por parte do Tribunal de Contas da União dessas obras; quero cumprimentar também outro parceiro, o Dr. Wagner Rosa, da CGU, que também acompanha os empreendimentos do Ministério da Integração Nacional e, especialmente, esse grande empreendimento – o Projeto de Integração do São Francisco – e tem contribuído também com sugestões para o aperfeiçoamento e o melhoramento do desenvolvimento dessas obras. Antes de tudo, agradeço aqui aos dois representantes do TCU e do CGU, que são parceiros nesse processo de, cada vez mais, termos um desenvolvimento mais adequado dessas obras. E cumprimento todos os presentes, dou meu bom-dia à equipe do Ministério da Integração Nacional aqui presente, aos assessores técnicos que fazem parte da equipe do Senado Federal e aos demais presentes.

Vou, aqui, rapidamente, Presidente, dar um retrato da situação atual das obras do projeto e, depois, ser o mais simples e sintético possível, para poder a gente entrar nos debates. Acho que com os debates a gente esclarece melhor, não só aqui, os representantes do Senado Federal, mas toda sociedade que está assistindo a esta reunião.

Por favor.

Bem, todos já conhecem esse mapa de abrangência do projeto, os eixos. É algo em torno de 480km de eixos de integração, formados pelo Eixo Norte e o Eixo Leste, com os rios que serão beneficiados, serão perenizados ou terão sua perenização mais adequada com esse projeto; os ramais associados a esse grande empreendimento, alguns deles já em obra, ou em licitação ou em preparação do processo licitatório. Aproveito para também situar os presentes quanto a esses empreendimentos associados ao PISF ([Projeto de Integração do Rio São Francisco](#)). Nós temos, em Pernambuco, o Ramal do Agreste, cujo edital foi lançado recentemente, inclusive com a Presidenta da República, em Serra Talhada, em Pernambuco, que é um RDC (Regime Diferenciado de Contratações) integrada. Aliás, estamos fazendo a primeira experiência do Ministério da Integração em RDC integrada e estamos com previsão de abertura das propostas que poderão ser apresentadas agora no dia 18 de junho. O Ramal do Agreste é muito importante, porque vai levar água para mais de 2 milhões de habitantes do Agreste pernambucano, conectando-se com a adutora do Agreste, que está obra, uma obra também feita com o apoio do Governo Federal, junto ao Governo de Pernambuco.

Pode passar, por favor.

Em Pernambuco ainda temos o Ramal do Entremontes, cujo edital está em fase final de preparação, para o lançamento de um primeiro trecho até o Açude do Chapéu. A água chegando a esse reservatório vai permitir o reforço hídrico de uma adutora muito importante do Alto Oeste pernambucano, que é Adutora do Oeste, adutora essa feita alguns anos atrás, que está precisando de um reforço hídrico. Esta aí a Adutora do Oeste, que vai receber um reforço hídrico a partir do Açude do Chapéu, que, por sua vez, vai receber água do Projeto de Integração do Rio São Francisco, através desse primeiro trecho do Entremontes. Ou seja, é um trecho de canal que já nasce com a funcionalidade garantida, porque esse reforço, inclusive a partir do Açude do Chapéu, já está sendo feito também dentro do PAC Seca, com apoio do Ministério da Integração, junto ao Governo de Pernambuco.

Pode passar.

No Ceará, já temos em funcionamento – lá em cima –, todos conhecem, o Eixão das Águas. Há uma previsão de a água chegar ao Açude Castanhão, através do Rio Salgado, no Ceará. Hoje esse canal já está com os cinco trechos em funcionamento, a água chegando ao Pecém, abastecendo algumas indústrias no Pecém, inclusive, a maior termoeletrônica do Brasil, que lá entrou em operação, ajudando o sistema elétrico brasileiro e atendendo a Grande Fortaleza desde maio de 2012. Foi outro eixo associado ao Projeto de Integração Rio do São Francisco, também implantado com o apoio do Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, junto ao Estado do Ceará.

Foram iniciadas as obras do primeiro trecho do Cinturão das Águas, pelo Governo do Estado, também com apoio de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que vai retirar água do Eixo Norte, ali na altura do Município de Jati, no Ceará, de uma barragem que está sendo feita no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Então, é outro ramal associado ao projeto que está em obras.

Pode passar.

Pretendemos lançar, até final de junho, o Ramal do Apodi – lá em cima –, que é a segunda entrada de água do Rio Grande do Norte, ou seja, o Rio Grande do Norte vai ter água garantida, no Rio Piranhas-Açu, através da Paraíba, quando o Eixo Norte chega à Barragem de Caiçara, na Paraíba, mas vai receber também água através do Ramal do Apodi, para a região do Mossoró, Pau dos Ferros e Mossoró, um rio também importante do Rio Grande do Norte. Esse edital também está em fase de preparação, para a gente lançar até final de junho.

Temos, em relação à Paraíba, o Canal das Vertentes Litorâneas, que está em obras, uma obra também feita com o apoio do Governo Federal. Essa obra está dividida em três lotes. Temos dois lotes já sendo trabalhados, Lote 1 e Lote 2. O Lote 1 está bastante avançado e o Lote 2 está sendo executado. Até o final do ano, o mais tardar em 2015, o Lote 3 poderá ser iniciado. Então, é uma obra importante para a região do Brejo Paraibano, que tem sofrido também com a seca. É uma região que não tem muito tradição de seca, mas a última seca afetou os Municípios daquela região. É outra obra importante que vai pegar água lá da Barragem Acauã, na ponta do Rio Paraíba, que terá sua perenização reforçada – no trecho todo em azul – pelo Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

O que é interessante aí também frisar é que o chamado Alto Paraíba, desde Açude Poções, ali em Monteiro, até a Barragem Epitácio Pessoa, próximo a Campina Grande, terá sua perenização garantida pelo Eixo Leste. Então, é muito importante esse Eixo aí para a Paraíba.

A Paraíba também é beneficiada pelo Eixo Norte, que chega ali na sua ponta, na região do Açude Engenheiro Ávidos, na região de Souza e Cajazeiras na Paraíba. Está previsto para a Paraíba também, depois de discussões, trabalho feito por lideranças da Paraíba, inclusive com a participação assídua do Senador Vital do Rêgo, a terceira entrada da Paraíba. Ainda não temos o projeto, Senador, mas estamos preparando o Termo de Referência para contratar o estudo de viabilidade e anteprojeto. Isso já com autorização da Presidenta da República no âmbito do PAC 2. Temos os recursos garantidos para desenvolver o projeto da terceira entrada, que será para o Alto Piancó, ou seja, quase na divisa, onde o canal passa em território cearense, na divisa da Paraíba com o Ceará.

Na região do Município de Mauriti, no Ceará, vamos estudar uma derivação de água em adutora, ou em túnel, ou no misto de adutora e túnel para poder levar água para o Alto Piancó, porque, se observarmos a área de influência do Projeto de Integração do São Francisco, que vai beneficiar 390 Municípios de início, garantindo água, no futuro, para 12 milhões de pessoas, ficou uma área vazia, sem ser beneficiada, no chamado Alto Piancó. Ou seja, aquela região – quem é da Paraíba conhece bem – a montante do Açude Coremas-Mãe D'Água, do Complexo Coremas-Mãe D'Água, ou seja, aqueles Municípios não seriam beneficiados pelo projeto porque estão a montante do reservatório Coremas-Mãe D'Água. Realmente era uma injustiça. Então, depois de muito trabalho e conversações e trabalho, inclusive do Senador Vital do Rêgo e outras lideranças da Paraíba, se estabeleceu a previsão de se fazer o estudo desse canal, desse eixo, desse ramal, que a gente já está chamando de Ramal do Piancó, onde vamos desenvolver, em breve, vamos licitar o anteprojeto, o estudo de viabilidade.

Porque, com o anteprojeto pronto, pela legislação de RDC, poderemos, dando tudo certo, e acredito que vai ser viabilizado porque tem muita gente que depende desse ramal, poderemos licitar as obras em regime diferenciado de contratação.

Esses são os principais eixos, ramais associados aos dois grandes eixos do projeto que vão permitir uma maior capilaridade da água no território de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Obviamente, a partir desses ramais e a partir dos próprios eixos tem-se uma rede de adutoras, que já existe e que está em ampliação, para poder a água chegar nas 390 cidades a serem beneficiadas com o projeto. E, nesse mapa, se clicarmos aí, podemos ver, lá no Rio Grande do Norte, por exemplo, já tem um conjunto, quatro grandes sistemas – pode clicar em qualquer ponto – de adutoras que existem a partir do Açude Armando Ribeiro Gonçalves; adutora do Alto Oeste, a partir da Barragem de Santa Cruz. Então, são reservatórios que vão receber a água do Rio São Francisco e vão reforçar o suprimento e dar maior garantia no atendimento dessas adutoras.

Assim, temos na Paraíba vários sistemas adutores – pode clicar aí na Paraíba, em qualquer um – também tem muitas adutoras em operação e que têm tido uma garantia menor no seu atendimento, principalmente com a seca atual. Com o Projeto de Integração do Rio São Francisco, essas adutoras vão ter água com maior regularização, vão ter água com maior garantia para atender as mais diversas cidades. A Paraíba com essa terceira entrada, é bom que se diga, terá quase 100%, acredito que vai chegar a 100% do seu território atendido a médio e longo prazo, com muita justiça, diga-se de passagem, porque a Paraíba é o Estado de menor disponibilidade hídrica do Brasil e que mais tem sofrido com a seca, apesar de ter uma rede de adutora razoável já existente.

O Governo Federal está ajudando na ampliação de várias adutoras no âmbito do PAC 2 e do PAC Seca, através do Ministério da Integração Nacional.

Pode passar, por favor, Cícero.

Os reservatórios que vão receber água do Projeto São Francisco também estão sendo cuidados. O DNOCS está desenvolvendo um projeto de recuperação desses reservatórios, e, em breve, vamos começar o processo de licitação para a recuperação de cada reservatório, porque – diga-se de passagem – esses são os reservatórios mais importantes que estão no patrimônio do DNOCS, são os reservatórios mais importante do Semiárido, como Castanhão, Orós, Banabuiú, no Ceará; Coremas-Mãe D'Água e Epitácio Pessoa, na Paraíba; Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte; Poço da Cruz e Entremontes, em Pernambuco, e assim vai.

Pode passar, por favor, Cícero.

Esse mapa registra alguns portais de entrada da água prevista para os Estados, o que é algo flexível. A distribuição da água e a derivação da água para os mais diversos Municípios nos quatro Estados vão ser feitas de forma negociada, de acordo com as demandas que vão surgindo. O projeto tem uma dimensão hidráulica que permite essa flexibilidade.

Pode passar.

É importante sabermos o que estamos cumprindo daquilo que foi acordado no passado, não falando muito da obra, mas da gestão do empreendimento em si.

Competia à União, através do Decreto nº 5.995, de 2006, responsabilizar-se integralmente pela construção das obras de captação e adução do PISF, ou seja, os Eixos Norte e Leste, inclusive com seus ramais associados. A União está executando diretamente ou apoiando os Estados na execução desses empreendimentos, como é o caso do Vertente Litorânea, na Paraíba, em que a União apoia o Estado; formalizar proposta de Entidade Operadora Federal responsável pela operação, manutenção e fornecimento de água bruta do PISF. Isso já foi formalizado, e saiu o decreto presidencial este ano, colocando a Codevasf, que está sendo reestruturada. Estamos em discussão no Ministério do Planejamento no sentido de instituir uma diretoria especial na Codevasf para se dedicar ao PISF e a projetos similares ao PISF que estão surgindo, como o Eixo Sul da Bahia e outros eixos. Esses projetos de integração de Bacias não vão parar por aí. Vai ser preciso, cada vez mais, interligar Bacias para aumentar a garantia hídrica e melhorar a gestão das águas, principalmente em regiões semiáridas; constatar a situação de segurança dos reservatórios interligados ao PISF e realizar eventuais obras de recuperação, se necessárias. É disso que eu falei. Estamos executando já os projetos de recuperação dos reservatórios associados ao PISF, reservatórios que são de propriedade do DNOCS; delegar aos Estados a operação e a manutenção integral dos açudes interligados ao PISF. Estamos discutindo com a ANA (Agência Nacional de Águas) uma flexibilização desse item. É claro que o DNOCS precisa ser mais bem-estruturado, e está sendo discutido, no âmbito do Planejamento e do próprio Congresso Nacional, uma reestruturação do DNOCS, mas sabemos que os Estados não podem absorver aquele patrimônio de reservatórios do DNOCS porque teriam dificuldades para fazer a gestão, como o próprio DNOCS está tendo. Então, o modelo que preconizamos é aquele que hoje já foi estabelecido no Ceará, onde existe uma gestão compartilhada dos reservatórios do DNOCS entre o Estado e o próprio DNOCS. Isso já acontece no Ceará há mais de 15 anos, através de um termo de cooperação. Hoje, esse termo de cooperação é assinado pela ANA, que é a dona da água, que está dentro de um espelho

d'água federal, pelo DNOCS, que é o dono do patrimônio físico do reservatório, e pelo Estado do Ceará, no caso, através da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, vinculada à Secretaria, que faz a gestão das águas no âmbito desse Termo de Compromisso e ajuda na manutenção dessa infraestrutura. Então, é um modelo que está tendo um relativo sucesso no Ceará, na Bacia do Piranhas-Açu, que é um rio federal, que banha a Paraíba e o Rio Grande do Norte, um rio fundamental, que vai receber água da transposição. Existe também já um termo de compromisso entre Estado do Rio Grande do Norte e Estado da Paraíba, DNOCS e ANA para fazer a gestão compartilhada da água, da infraestrutura dentro da Bacia, e nós estamos aproveitando esses modelos e aperfeiçoando-os, no sentido de termos não uma delegação, mas uma gestão compartilhada entre ANA, DNOCS e os Estados, para aperfeiçoarmos a operação e manutenção dessa infraestrutura e haver uma gestão adequada da água do São Francisco nesses Estados.

Priorizar recursos alocados no Orçamento Geral da União para colaborar com os Estados por meio dos órgãos a que são vinculados, em apoio à implementação de projetos de infraestrutura hídrica na área a ser beneficiada pelo PIS. Esse era outro compromisso da União. É só o que a União tem feito através do PAC 1 e PAC 2, ou seja, uma infinidade de adutoras, como a grande adutora do Agreste pernambucano, mais outras adutoras que estão sendo construídas nesses Estados, para levar água não só dos reservatórios locais existentes, mas, no futuro, do São Francisco, com maior garantia, a esses Municípios beneficiados e aos ramais associados como aqui falei. Então, a União, através do PAC 1, do PAC 2 e até do próprio PAC Seca, tem apoiado os Estados na ampliação dessa infraestrutura hídrica, que vai dar maior capilaridade da água do São Francisco no território.

Pode passar, por favor.

Aí o sistema de gestão, que está desenhado, já aperfeiçoado, precisando atualizar a transparência, porque já saiu um decreto este ano, aperfeiçoando esse decreto, instituindo-o, inclusive colocando mais entidades no Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Nós temos ali o Ministério da Integração, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil da Presidência da República, mais ainda o Ministério do Planejamento e entrou – acho – o Ministério da Fazenda também nesse Conselho Gestor, representantes dos quatro Estados e representantes dos Comitês das Bacias Receptoras, ou seja, vai haver um representante escolhido pelos Comitês das Bacias Receptoras dos quatro Estados e um representante do Comitê da Bacia do São Francisco.

Quanto a esse plano de gestão anual, nós já estamos discutindo com a Codevasf para elaborar o primeiro plano de gestão anual, que vai definir a alocação. Como eu disse, ela vai ser flexível. Vai ser de acordo com a demanda de água em cada Estado, com o nível dos reservatórios no Estado e com a disponibilidade de água no São Francisco. A ANA é o órgão regulador disso tudo, inclusive para fixar as tarifas. A Codevasf já foi escolhida como órgão operador federal, e nós temos os órgãos gestores ou operadores estaduais, uns mais fortalecidos, outros menos fortalecidos, mas que existem. É o caso da Coge, no Ceará; do IGARN, no Rio Grande do Norte; da Aesa, na Paraíba, e da Apac, em Pernambuco. São alocadores de água.

Pode passar, por favor.

Então, algumas ações de gestão. Foi implementado novo modelo de gerenciamento das obras. E aí eu falo da gestão já, da obra em si, do empreendimento, que é uma coisa que o TCU questionava muito, com razão, e a CGU; o Ministério da Integração lá atrás. Melhorar a gestão do empreendimento, aperfeiçoar o acompanhamento das obras e a gestão em si mesmo do conjunto de obras.

Então, nós redefinimos, eu diria, os trechos de implantação do projeto. Três metas para cada Eixo. Cada meta dessas com uma funcionalidade. Lá atrás a obra foi fatiada em 14 lotes de obras, e agora essas metas definem melhor as fases de implantação, inclusive no caminho da água.

Após a fase de negociação dos contratos, ao longo de 2012, foram finalizados, em 2013, os procedimentos licitatórios para contratação dos serviços remanescentes e até de trechos novos que nunca tinham sido contratados, como o caso ali do trecho do Túnel Monteiro e Galeria de Monteiro, na Paraíba, que não haviam sido iniciados lá atrás.

Atualmente, a totalidade das obras está em plena execução, ou seja, estamos com todos os trechos contratados e trabalhando nas mais diversas frentes de serviço.

Mudança no modelo de contratação dos serviços de supervisão. Ou seja, tínhamos uma supervisão para cada um dos 14 lotes de obra. Hoje temos uma supervisão por trecho. São duas supervisões para o Eixo Norte e uma para o Eixo Leste. Adensamos, agregamos mais essas supervisões para termos gestão de tantos contratos e termos uma maior uniformidade nos critérios de implantação da obra de projeto.

Novo desenho institucional, com a estruturação por parte do próprio Ministério, da Secretaria de Infraestrutura, com a gestão das obras centralizadas em campo. Nós criamos uma Coordenação-Geral de Acompanhamento das Obras e Fiscalização lá em Recife, com um escritório de apoio em Recife, mas essa equipe e o coordenador-geral se deslocam durante toda a semana para acompanhar as obras nos Eixos Norte e Leste.

Conseguimos, inclusive, para melhorar e agilizar os processos na obra, levar não só... Tínhamos duas instâncias antes: a fiscalização dos contratos lá em campo e a gestão dos contratos aqui. Hoje, a gestão e a fiscalização dos contratos estão centralizadas em Recife. Tem uma estrutura hoje onde se faz a fiscalização e a gestão dos contratos. Então, temos uma instância só hoje para o trânsito dos processos. Tínhamos muitas instâncias, e isso complicava, também envolvia conflitos de subjetividade. Foi um trabalho árduo, mas conseguimos botar uma equipe de bom nível, convencer técnicos que pudessem ir para frente de obras, que tivessem capacidade não só para fiscalizar, mas para fazer a gestão legal e administrativa dos contratos.

Instituição de monitoramento mensal das obras em campo com a participação de todas as contratadas. Mensalmente nós temos um sistema – hoje vou mostrar só o perfil para vocês – em que você clica e temos o acompanhamento sistemático de obra por obra, de cada componente de obra do projeto de integração. E é feita uma reunião mensal que envolve a gerenciadora, a supervisora, a construtora, a equipe de fiscalização do MI, a equipe ambiental, a equipe de desapropriação para discutir ponto a ponto cada obra.

Pode passar.

Essas são as etapas de execução da obra. A obra é feita no Eixo Norte, no sentido de que a gente consiga primeiramente sair com a água do Rio São Francisco, através da primeira estação de bombeamento e concluindo as três estações.

Meta 1 Norte. A água sai do Rio São Francisco, já atravessa o território pernambucano, podendo chegar ao Ceará, lá em Jati, a ponto de derivar para o Cinturão das Águas, caso haja algum trecho pronto. É uma meta funcional, porque essa água chegando ali em Jati, no Ceará, já poderá chegar inclusive, através do Rio Salgado, no Castanhão e chegar a Fortaleza.

A Meta 2 Norte. Há uma peculiaridade que é a construção de um conjunto de seis barragens nos trechos mais complicados do empreendimento e o alteamento da Barragem Atalho.

A Meta 3 Norte. Permitirá que através do antigo Lote 6 e do Túnel Cuncas I e Cuncas II a gente chegue com água na Paraíba, levando água até o Açude São Gonçalo, em Engenheiro Ávidos, permitindo o beneficiamento da Bacia do Piranhas, na Paraíba, chegando até o Rio Grande do Norte, através do Piranhas-Açu.

A 1 Leste. Trata-se de uma meta pequena, que foi criada lá atrás mais a título de ensaio, de ter uma análise do comportamento dos mais diversos componentes da obra já em fase de operação.

A 2 Leste faz a água chegar ao reservatório Barro Branco a ponto de ser captada pelo ramal do Agreste, que está em fase de licitação, para poder chegar lá na região do Agreste pernambucano e daí ser distribuída pela Adutora do Agreste, que já está com alguns dos seus trechos em obras.

E a 3 Leste, através do Túnel Monteiro e da Galeria de Monteiro fazer a água chegar à Paraíba, primeiramente no Açude Poções e depois chegar até a Barragem Eptácio Pessoa e Acauã.

Pode passar.

Só para demonstrar o sistema de acompanhamento que a gente tem hoje em obra. Nós temos aí os trechos de canais, de eixos, com as singularidades de cada obra, o quilômetro, a distância de cada uma, para a gente saber *pari passu* o quanto de água vai botar no canal, em termos de quilômetros de canais, o percentual de execução de cada obra, obras essas que são estações de bombeamento, barragem, aquedutos, galerias. A gente acompanha obra por obra, o projeto.

A Meta 1 Norte, essa primeira, marrom, que vocês estão vendo aí, é aquilo que falei. A gente, para poder ter a funcionalidade total dela, vai ter que concluir as três estações de bombeamento e, através do Túnel Milagres, ali, fazer a água chegar ao Ceará e à divisa do Ceará com Pernambuco.

Depois, a Meta 2 Norte é atravessar o território cearense e, através da 3 Norte, fazer a água chegar à Paraíba. Pode passar.

Aí é o Eixo Leste, a mesma coisa. São seis estações de bombeamento, é o caminho crítico maior. Eu diria que são dois caminhos críticos: a conclusão das seis estações de bombeamento e do Túnel Monteiro, ali na Paraíba, para fazer a água chegar à Paraíba.

Aí também acompanhamos obra por obra, o percentual de execução mensal de cada uma, e essa reunião é feita de forma mensal, para tirar todos os entraves que acontecem na obra no dia a dia, como questões de desapropriação, questões de arqueologia, paleontologia, questões de licenças de supressão vegetal. Então, tudo isso é discutido sistematicamente, mensalmente, nas obras, através da equipe do Ministério, envolvendo todos os atores no empreendimento.

Pode passar, por favor, Cícero.

Aí, Presidente, é a execução de abril, de final de abril: 57,8. Merece aí algumas observações serem feitas. Nós temos como meta, essa é uma meta nossa, interna, do Ministério, mas externalizo aqui, chegar a 75% até o fim do ano. Pode-se dizer o seguinte: se você está com 57,8, decorridos quatro meses, como é que você ousa dizer que vai chegar a 75% até o fim do ano? Eu explicaria da seguinte forma: nós estamos num período de

chuvas, muito embora estejamos em transição de um período de seca para um período chuvoso, estamos com período chuvoso abaixo da média, mas, para quem conhece o Semiárido – o Senador conhece muito bem –, a chuva no Semiárido se caracteriza por uma grande irregularidade temporal e principalmente espacial. Então, se eu pegar o Estado do Ceará, que eu acompanho bem, que tem um órgão de meteorologia, que é a Funceme, então, conversando outro dia com o presidente da Funceme, se pegarmos os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, o acumulado de chuva no Ceará como um todo está ainda 28% abaixo da média histórica. Portanto, estamos dentro daquelas previsões de ter um período chuvoso abaixo da média. Ou seja, a seca ainda não acabou totalmente.

A recarga nos reservatórios é mínima, principalmente nos reservatórios de médio e grande porte. Alguma recarga ocorreu, em algumas regiões, nos reservatórios menores, de pequeno porte. Agora, se pegarmos no Ceará a região do Cariri, no sul do Estado – Cícero, se você puder colocar de volta aquele primeiro mapa –, essa região está dentro da média; é a única região no Ceará em que o período chuvoso se apresenta dentro da média. Então, um período chuvoso dentro da média, no Cariri, significa chuvas numa intensidade que tem atrapalhado a execução das obras.

O oeste pernambucano também, ali na região de Salgueiro, aí também no Eixo Norte, está-se caracterizando também com chuva praticamente dentro da média. Então, no Eixo Norte, que é onde tem o maior desenvolvimento de obras, o maior contingente de trabalhadores, nesse período, principalmente de fevereiro, março e abril, as chuvas atrapalharam um pouco. Não podemos reclamar das chuvas porque, se não fossem essas chuvas, Deus me livre! Graças a Deus, choveu alguma coisa. Agora, as chuvas atrapalham um pouco as obras, principalmente as obras de terraplanagem e obras de concreto, mas especialmente de terraplanagem. Ali, na região de Salgueiro, tem uma frente muito ampla dessas obras.

Na Paraíba também, principalmente temos um trecho ali perto de São José de Piranhas, Cajazeiras, que tem tido também algumas chuvas. As chuvas têm-se concentrado mais nessa região oeste, mas continuam abaixo da média.

No Eixo Leste, choveu menos, mas choveu alguma coisa, principalmente nas proximidades do São Francisco, em Floresta, mas bem menos do que no norte. Eu diria que o desempenho do Eixo Leste ainda está abaixo do que a gente quer porque a empresa ainda está em processo de incremento de pessoal, ainda está mobilizando e, claro, a gente aqui tem que ser muito objetivo, verdadeiro: assim como as pessoas não são iguais, as empresas não são iguais. E, como isso é processo licitatório, nós não podemos escolher com quem nós devemos trabalhar. Tivemos processo licitatório em que empresas melhores e que têm um planejamento melhor se mostraram presentes no Eixo Norte e empresas no Eixo Leste são boas empresas também, têm se esforçado também, mas não têm tido um desempenho no nível que têm tido as do Eixo Norte, até por motivo mesmo muitas vezes de capacidade de capitalização, capacidade financeira, mas têm trabalhado também de uma forma razoavelmente adequada. Nós temos pressionado, ela tem melhorado, já melhorou no mês de abril em relação aos meses anteriores, e está melhorando, e as fotos vão demonstrar isso aí. Mas o Eixo Norte tem tido um desempenho melhor do que o Leste, embora tenha tido no Eixo Norte duas greves, principalmente em abril, daí ter diminuído o desempenho, no trecho do Ceará, no antigo Lote 5 e no Lote 6, duas greves também. Ou seja, esta Meta 2 Norte ficou parada praticamente 20 dias ao longo do mês de abril. Mas, de qualquer forma, se conseguiu avançar alguma coisa.

Então, voltando para o gráfico, se nós pegarmos lá atrás, em janeiro, quando apresentei aqui em que nível de execução física nós estávamos no final de dezembro, nós estávamos com 52,2%. Hoje nós estamos com 57,8, ou seja, evoluímos 5,6 em quatro meses. Se dividirmos aí por quatro meses, dá uma média de 1,4% por mês. Ora, se nós conseguimos evoluir 1,4%, mesmo com chuvas, e, no Eixo Norte, a média de evolução foi 1,8, e, se fizemos uma projeção até dezembro, já que o período chuvoso está terminando, em maio já chove muito menos do que em março e abril, nós precisamos evoluir algo em torno de 2,17, para atingirmos 75% até o fim do ano. Isso é perfeitamente factível. A gente sabe que agora em junho, julho, agosto, setembro não chove no sertão, então vamos ter oito meses sem chuva, o que vai permitir a gente evoluir a mais de 2% até o fim do ano. Então, aquela meta, aquela visão que a gente tem de chegar com 75% da execução até o fim do ano eu considero perfeitamente factível.

Pode passar, por favor.

Aí é por eixo, nós estamos com 58,4 no Leste e 57,4 no Norte.

Pode passar.

E aí por meta. No Eixo Leste, a Meta 1 L, que é uma meta menor, pequena, estamos com 88,6; no 2 L, 62%; e no 3 L, que é aquela meta principalmente por conta do Túnel Monteiro e Galeria de Monteiro, que não foi trabalhada no passado, nós estamos com 18,1 de execução. Estamos começando a avançar melhor aí lá na úl-

tima meta, mas é onde a água, obviamente, vai chegar por último. Então, o ideal é que tenhamos esse tipo de comportamento, que a execução evolua de uma forma mais acentuada no Caminho das Águas.

No Eixo Norte, a Meta 1 Norte, que é a maior delas, estamos com 65,4%, é aquela em que a gente quer que a água saia de Cabrobó, no Rio São Francisco, em Pernambuco, e chegue a Jati, no Ceará.

No meio, uma meta que nunca tinha sido trabalhada antes, a Meta 2 Norte, que é o conjunto de barragens, tem um nível menor. Meta que foi prejudicada, principalmente por causa da chuva, em pleno Cariri cearense e também sofreu duas greves, mas as greves agora não vão mais acontecer, porque o período de acordo coletivo da classe trabalhadora no Estado do Ceará, onde temos um sindicato bastante atuante, foi agora em abril. Já houve a negociação com os trabalhadores, então, as greves foram encerradas.

A 3 Norte teve um avanço bastante interessante, principalmente por conta do Túnel Cuncas I e Cuncas II, cujas obras nunca pararam. Foi um Lote em que a gente permaneceu em plena execução desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria;PMDB – PB. *Fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – No Eixo Norte, eu queria dizer que em quase todas as frentes de serviço estão trabalhando de dia e de noite e, no Leste, Presidente, nós vamos começar – já há um compromisso da empresa – a trabalhar agora em maio também em algumas frentes em segundo horário.

A preocupação das empresas era exatamente ter uma mobilização maior, e as chuvas não permitiram um desempenho adequado a eles.

Os senhores podem perceber aí o nível de mobilização. No Eixo Leste, nós temos lá na 3L quase 500 pessoas, ali na região da divisa Monteiro, na Paraíba, Sertânea, em Pernambuco, quase 500 pessoas na 3L. Na 2L, 1.227 pessoas; e, na 1L, 795 pessoas. Ou seja, nós estamos com algo em torno de 2,5 mil pessoas no Eixo Leste.

O Eixo Norte está bastante mobilizado. A maior Meta, que é a 1 Norte, nós temos quase 4.000 pessoas entre Cabrobó, ali no Rio São Francisco, até Jati, no Ceará. Temos 1.670 pessoas na 2 Norte e 1.972 pessoas na 3 Norte, ou seja, está bastante mobilizado, até porque está trabalhando em dois turnos.

Pode passar.

Aí é a parte financeira. A gente usa um índice físico de execução que leva em conta o financeiro, mas para atribuir um peso lá no início, ou seja, a gente vê qual é o custo de cada componente e atribui um peso também financeiro para a definição do índice físico, mas o índice físico é medido mensalmente de acordo com a execução física das obras por uma equipe em campo. Não é isso? O Dr. Wilson é o nosso responsável por esse processo. Se estiver errado é com ele.

Pode passar, por favor.

Outra questão é que a gente está avançando muito. É por isso que a mobilização melhorou. Foram contratadas, só na última semana, mais de 100 pessoas, porque a parte elétrica, vamos concluir agora. Tinha também remanescente na parte elétrica na parte de linha de transmissão, subestação, comunicação. Nós estamos com uma equipe lá, trabalhando direto nisso, nas linhas de transmissão de 230kV. São Francisco é complexo porque até as linhas de transmissão são linhas do padrão e do porte, em termos de tensão, do Sistema Elétrico Nacional, em 230kV.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria;PMDB – PB. *Fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – O Exército está fazendo as estradas de interligação da malha rodoviária existente com as estações de tratamento, estradas também pavimentadas, asfaltadas. Essa é uma parceria com o Exército. A gente sabe que o Exército é bom nisso. Em estrada, ele é bom.

Pode passar.

Aí é a parte financeira. Nós já pagamos alguma coisa agora em maio, mas, até abril, será de R\$277 milhões o acumulado este ano.

Pode passar.

Aí está a demonstração da grande inflexão dada na obra. Vocês podem ver o gráfico, o período crítico que nós vivemos em 2011/2012. Já passamos esse período. De lá para cá, só tem crescido a mobilização tanto de pessoal como de equipamentos. Estamos com 10.151 pessoas trabalhando nos mais diversos serviços do São Francisco.

O São Francisco é um laboratório que envolve todo tipo de disciplina. Aí tem equipe de meio ambiente, tem equipe que trabalha com arqueologia, paleontologia, resgate da fauna, inventário da flora, equipes que trabalham com a parte elétrica de linha de transmissão, de subestação, comunicação e equipes que trabalham com as obras civis. São equipes multidisciplinares. Temos ainda a de fiscalização do Ministério, de supervisão, supervisão ambiental, supervisão de obras e gerenciamento, totalizando aí 10.151 pessoas – pode passar – e três mil e cem equipamentos.

Pode passar.

Isso considerando já que alguns trechos estão sendo concluídos, como o antigo Lote 1 e Lote 2. A empresa vai terminar em setembro totalmente o Lote 1 e o Lote 2, está em processo já de diminuição de pessoal e desmobilização de equipamentos, mas outras frentes vão sendo ampliadas.

Pode passar, Cícero. Vamos lá para as fotos.

Aí são algumas fotos do Eixo Leste.

Pode passar, lá há uma foto melhor.

Vocês podem perceber o canal de tomada, esse canal grande aí é por onde entrará água do Rio São Francisco. A estação ali, EB 1, praticamente pronta, vai bombear ali para cima e de lá já sai o canal que tem bom trecho pronto na meta 1 L.

Pode passar.

Fotos da estação de bombeamento.

Aí já com pórtico rolante montado.

No Eixo Leste as bombas já chegaram e amanhã estaremos iniciando a montagem das bombas. A ponte rolante lá dentro já foi montada, esses trechos de tubulação já estão soldados em 12 metros e vão ser conectados.

Pode passar. *(Pausa.)*

Pode passar.

Pronto. Aí já está pronta a junção em Y que recebe a água das bombas e vai receber a tubulação para jogar água lá em cima, no canal. Os tubos já estão de lado, soldados, só para fazer a última conexão deste Y com a parte lá de cima. As bombas começam a montagem nessa estação de bombeamento amanhã. O pessoal já está lá. É a conexão de duas bombas. As duas bombas se juntam numa conexão única que sobe e joga água lá no canal. As bombas já chegaram e a montagem está-se iniciando amanhã. Não se iniciou hoje porque o técnico da Sulzer – que é o fornecedor da bomba que vai acompanhar a montagem, ele supervisiona a montagem – está no Eixo Norte, terminando a montagem das bombas do Norte, da EB 1 do Norte, chega hoje à tarde lá na estação e vai supervisionar a montagem que começará amanhã. Mas a empresa lá está com equipamento, guindaste, tudo pronto para começar a montagem das bombas do Leste.

Pode passar.

Isso é exatamente a tubulação de lado, já pronta para poder ser soldada, fazer a última solda já no local para tirar água naquela junção em Y e chegar aqui no começo do canal.

Bloco de ancoragem já pronto, tudo pronto aí.

Pode passar.

Subestação. O pessoal está trabalhando na subestação de 230 kV. As linhas vêm direto da subestação da Chesf. Olhem as torres, como vêm as linhas. O projeto é complexo até nisso.

Pode passar.

Aí um aqueduto que passa em cima da rodovia que liga Floresta-Serra Talhada. Aí o aqueduto já está praticamente pronto. Uma vez a água saindo da estação de bombeamento pega um trecho em canal, passa no aqueduto aí em cima.

Pode passar.

Aí a execução, as últimas concretagens do aqueduto.

Pode passar.

Trecho de canal já pronto logo ali após. Claro que falta ainda... Há um remanescente, que é a parte de drenagem feita pela S.A. Paulista, que foi contratada para os remanescentes, mas a água pode passar no canal, a seção hidráulica está pronta.

Aí obras de controle de saída dos reservatórios. São obras civis também grandes, que vão receber a comporta para controlar a água de saída de um reservatório para o canal.

Pode passar.

A Estação de Bombeamento EBV2. Também já em estágio avançado. É a segunda estação do Eixo Leste.

Pode passar.

Vai passando, Cícero.

Reservatórios Bagres, alguns reservatórios que estão ficando prontos.

Trecho de canal também pronto mais lá na frente. Aquedutos também prontos; outra vista de aquedutos.

Aí foi o primeiro fogo dado no Túnel Monteiro. Guarde uma foto para mostrar ao Senador, para guardar de lembrança. O primeiro fogo, a primeira explosão lá para escavação do emboque do Túnel Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vocês não imaginam como sou cobrado.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Eu imagino; todos nós e com razão o povo cobra.

Pode passar.

Aí a escavação do emboque é em Sertânia, mas estamos trabalhando também do outro lado, lá em Monteiro. Aí é a entrada da água, é o trecho onde vai entrar água no túnel. O canal já está praticamente pronto até aí. Só vamos fazer a ligação do túnel com o canal e começar. A previsão de chegada da máquina é a próxima semana, o jumbo que vai começar a cavar o túnel propriamente dito.

Pode passar.

Aí é o emboque sendo preparado. O pessoal faz um concreto projetado para proteger a entrada do túnel.

Pode passar.

Aí já indo para o Eixo Norte; ali é o rompimento que está sendo trabalhado da ensecadeira que separa o Rio São Francisco do canal de tomada da primeira estação de bombeamento. Está sendo preparado o rompimento dessa ensecadeira. Vamos encher primeiro o canal e depois faz-se o rompimento definitivo. Mas a construtora está preparando. O canal, primeiro, é cheio através de bomba, para não entrar uma avalanche de água no canal e estragar o canal. Ele é preenchido de forma vagarosa. O canal de tomada foi feito pelo Exército.

Ali é a passagem da BR que liga Cabrobó. Esta BR foi alteada para o canal passar debaixo – ali o canal passava em cima.

Esse é o Reservatório Tucutu. Tinha um remanescente também que era a montagem hidromecânica da válvula de espessura, que já fizemos. Essa é a parte de dentro, que vai ser preenchida de água. A água entra por essa tomada e sai naquela válvula quando precisar liberar a água para alguém.

A saída da água de Tucutu é também uma obra de controle, que está sendo feita, que vai receber comporta.

Pode passar.

Isso tudo é remanescente da Meta 1 Norte, do contrato que fizemos. A estação é B-1. Isso é um prédio de 48 metros de altura. Para vocês verem o pórtico para manejar grades e *stop logs* na entrada da água. A água do Rio São Francisco entra aí por baixo. Esse pórtico é para fazer o movimento dessas grades e desses *stop logs*.

Essa é uma foto atual. Já está quase tudo preenchido.

Essa é a tubulação. No caso é uma tubulação para cada bomba. As bombas chegaram à obra e depois foram montadas. Está aí a bomba dentro do posto de sucção, montada; uma bomba de eixo vertical.

Esse é um poço úmido. A água submerge e, lá em cima, no piso superior, fica o motor elétrico – ali está ele sendo erguido por um guindaste –, que é montado acima da bomba, no piso superior.

Pode passar.

Tubulação já sendo conectada lá em cima, lá no desague do canal.

Pode passar.

Uma foto onde se pode ver o Rio São Francisco ao fundo, o canal, a ensecadeira que vai ser rompida. A água entra nesse canal, tem que entrar de forma controlada a primeira vez, entra no poço de sucção das bombas e é bombeada até esse início de canal, que a gente chama de *forebay* de montante. É um reservatório que recebe a água e daí nasce o canal, é o quilômetro zero do canal, em Cabrobó.

Esses são aquedutos do Eixo Norte, o aqueduto logradouro.

Pode passar.

Aqueduto Saco da Serra também sendo concluído.

Pode passar.

Aqueduto Mari.

Aí já se trabalhando as passarelas e pontes sobre os canais para dar acesso à população de um lado para outro do canal. A gente sabe que o canal interrompe o trânsito, a passagem da população de um lado para o outro.

Aí são pontes sendo feitas também no remanescente da Meta 1 Norte. Passarelas.

Pode passar.

Aqueduto Terra Nova.

A Estação de Bombeamento EBI-2. A fundação já arrancou e estamos erguendo as paredes.

Aí uma vista geral da EBI-3, que é a maior delas. Também já houve o arranque da fundação e estamos já erguendo as paredes. A parte mais difícil foi feita. Daqui para frente subir é mais fácil. Só de escavação de terceira categoria aí foram 3 milhões de metros cúbicos.

Pode passar.

Aí o Reservatório Negreiros, na região de Salgueiro, uma barragem e um dique de CCR sendo feito.

Pode passar.

Galeria de Milagres.

Pode passar.

Aí é um túnel. Nós estamos concluindo o Túnel Cuncas II, o Cuncas I já concluímos. Estamos atacando o Túnel Monteiro, e esse é o último túnel do Eixo Norte. É um túnel delicado, porque é numa formação sedimentar que estamos abrindo com uma máquina especial.

Aí, é na divisa de Pernambuco com o Ceará, na região entre os Municípios de Salgueiro e Penaforte, no Ceará. É o Túnel Milagres que a gente chama, Milagres-Jati, porque tem um povoadinho de nome Milagres. Pode passar.

Aí, é a Barragem Jati, no Ceará, já num estágio razoavelmente avançado. É a primeira barragem que vai receber água no Ceará. Daí deriva o CAC – Cinturão das Águas do Ceará. Do lago dessa barragem, mais aí para montante, deriva o Cinturão das Águas dessa barragem, uma barragem de quase 60m de altura.

Pode passar.

Sendo trabalhada à noite. Temos aí o vertedouro dela sendo trabalhado à noite.

Da outra, da Barragem Porcos, que é uma sequência de seis barragens, como eu falei.

Aí já é na Paraíba, Barragem Boa Vista, já na ponta do canal lá na Paraíba, depois do Túnel Cuncas. A Barragem Boa Vista também sendo trabalhada, na Paraíba.

Trecho de canal pronto que vai receber só a proteção de talude externo, trecho que hoje está sendo trabalhado pela Queiroz Galvão, em Jati, no Ceará, indo em direção ao Túnel Cuncas.

O Túnel Cuncas II, já pronto, mais de 4km de túnel prontos. Já está pronto para passar água, concreto projetado feito nas paredes do túnel para regularizar melhor a rocha e o piso em CCR.

Pronto.

Era mais ou menos isso que eu tinha colocado para vocês. Fico à disposição para tirar dúvidas, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O senhor viu que o senhor teve, com deferência desta Comissão, tempo livre para expor da melhor forma. Como bom técnico que o senhor é, deve ter se sentido muito à vontade nesta Comissão para expor.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu tenho dito, senhoras e senhores, telespectadores da TV Senado – vou receber agora uma delegação de diversos vereadores que estão chegando também para assistir esta reunião –, que, ao longo desses últimos dois anos, este assunto me apaixonou.

Como nordestino, como caririzeiro, eu sonhava em matar a sede. Como Senador, eu vejo que todos nós estamos envolvidos numa missão de guerra, uma missão de guerra pela água. E, como todas as missões de guerra, há processos de inflexão, há derrotas, há batalhas perdidas.

Em 2011 e 2012, nós vivenciamos uma batalha perdida. E, graças ao apoio da CGU e do TCU, nós engrenamos os nossos coronéis, os nossos generais, os nossos homens de campo, esse exército de 10 mil operários e, graças a esse trabalho do Ministério da Integração e dos órgãos de controle, eu estava dizendo agora há pouco à Juliana – Drª Juliana, me permita o informalismo – que encontrei o Ministro Carreiro no Tribunal, e ele veio exultante, porque é o Ministro relator do PIS, e, ao me abraçar, disse-me: “Fique tranquilo, o projeto engrenou.” Palavras do Ministro Carreiro, que é um homem da Casa, um dos melhores quadros produzidos pelo Senado Federal. Então, eu me sinto como operário, como soldado dessa guerra.

O Senado se faz presente nessa frente de batalha para cobrar, fiscalizar, mas também viver momentos como este que nós estamos vendo hoje, ou vivendo hoje, de cumprimento do dever cumprido. A nossa guerra não está vencida. Eu tenho perguntas e questionamentos a fazer ao Sr. Ministro, e vou fazê-lo oportunamente, após ouvir os órgãos de controle.

Esta é a quarta ou quinta vez que eu assisto às exposições quer do Ministro Fernando, grande Ministro da República, quer do Ministro Teixeira, que tão bem o sucede, mas quero dizer que eu tenho me sentido vitorioso.

Lamento muito, ao abrir esta reunião, dizer que lamentava muito que meus irmãos paraibanos não tivessem conhecimento dos 57% da obra concluída. De cada dez paraibanos, seis ou sete pelo menos entendem que a obra está parada. Se fizerem uma pesquisa no meu Estado, talvez nos Estados vizinhos, o pensamento é derrotista, o pensamento é depressivo, porque, enquanto nós somos o Estado mais atingido pela seca, nós poderemos ser o Estado mais beneficiado pelas águas do São Francisco. E vivemos esse momento difícil de convencimento de que essa realidade trazida pelo Ministro, não apenas em sua fala, mas em forma documental, fotos, não apenas em falas e fotos, mas com o acompanhamento *on-line*.

Agora, já de antemão, Sr. Ministro, eu lhe passo a solicitação de acesso ao sistema para que a Comissão também, como o TCU, possa acessar esses dados *on-line* permanentemente. Porque é um desafio vencer o descrédito, fazer com que a esperança na água possa vencer o desânimo que hoje toma conta certamente desses quatro Estados da Federação. Falo especialmente pelo meu Estado.

Mas vamos ouvir o Dr. Wagner Rosa da Silva, membro da CGU, e depois à Drª Juliana Pontes Monteiro, membro do TCU.

O SR. WAGNER ROSA DA SILVA – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão; o Ministro Francisco Teixeira, da Integração Nacional; a Secretária Juliana Pontes, do Tribunal de Contas da União; e, representando o público aqui, o Sr. Presidente da Codevasf também, que imagino terá um papel relevante nesse processo, e a todos os participantes, porque a discussão dessa questão de transposição é muito relevante. E, felizmente, nós estamos num estágio bem melhor do que quando começamos essa discussão, com algumas incertezas, com dificuldades, lá em 2007, que foi quando começamos a fazer o acompanhamento.

Aqui já foi apresentada a ideia dos dois Eixos. Vou passar bem rápido para essa fase.

Pode passar.

O que estamos fazendo? Desde 2007, com a inserção do PISF no PAC, no Programa de Aceleração do Crescimento, começou esse acompanhamento das obras da transposição do Rio São Francisco.

Inicialmente, nós fizemos um acompanhamento nos contratos de gerenciamento e supervisão, e isso com muita interação com o Ministério da Integração, desde aquela época.

E aqui um histórico. Essas informações, como histórico, já foram apresentadas aqui na Comissão da outra vez pelo Luiz Cláudio, por isso estou passando um pouco rápido. Mas, então, nós temos, em todos os períodos, desde 2007, 2009, 2011, várias ações de acompanhamento.

E aí, no mapa, uma situação dos locais onde a gente esteve. Mas, mais do que estar fisicamente, nós interagimos bastante com a equipe do Ministério na questão de gestão, porque havia uma preocupação. Uma obra desse tamanho precisa estar muito bem planejada. E esse planejamento, às vezes é uma dicotomia, porque se precisa começar a obra e não tem todo o planejamento pronto. Então, nesse primeiro momento, a obra começou e depois avançou até certo estágio e o próprio Ministério e os órgãos perceberam que se precisava de ajustes, de replanilhamentos, de readequações.

A gente percebe, por aquele gráfico de alocação de horas que o senhor apresentou, Ministro, a questão ali, em 2011, como isso foi um freio de arrumação para que acontecesse.

E a CGU, como vem acompanhando isso? A gente acompanha via o que chamamos de... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Perdoe-me, estamos recebendo vereadores dos mais diversos Municípios brasileiros. Eles podem ficar aqui nos dando a honra de suas presenças junto a nós nas bancadas do Senado.

O SR. WAGNER ROSA DA SILVA – Então, essas questões estratégicas a gente discute no início e várias dessas questões levaram muito tempo de discussão com o próprio Ministério, porque a gente sabia que, naquele momento, nós tínhamos deficiência nos projetos. Já se começou alguma coisa, mas nem todos os projetos estavam completos.

Os projetos iniciais, os projetos básicos, são essenciais para o planejamento da obra, logo, se eles não estavam condizendo totalmente com a realidade, a execução da obra também estava em desacordo com o projeto. Ele precisa adaptar à realidade e depois trazer isso para os projetos.

Vou passar um pouco mais rápido.

Nós tivemos as questões de medições. Mas o cerne da questão é que chegou a certo ponto que era preciso reavaliar os projetos. E isso o Ministério fez num período, redistribuindo a sistemática dos lotes anteriores e dividiu em menor quantidade, pegou os serviços que estavam ali remanescentes e agrupou-os em outras frentes de trabalho.

Pode passar.

No geral, a interação com o Ministério da Integração. Nós emitimos um RAC (Relatório de Acompanhamento e Controle) e está publicado na internet com todas as informações, tanto as recomendações que foram expedidas ao Ministério da Integração, à época, como as providências que o Ministério adotou em função daqueles trabalhos.

Uma obra desse tamanho não é trabalho de um órgão só. Às vezes, você consegue trabalhar em um trecho, mas pensando na gestão como um todo.

Podemos avançar.

Naquele momento, preocupava-nos bastante a questão do andamento da obra. Na faixa de 2010/2011 houve uma certa lentidão no andamento, no ritmo de execução dessa obra. Por outro lado, entendíamos que não dava para continuar daquele jeito. O Ministério precisava readequar determinadas coisas. Foi feita uma série de recomendações ao Ministério. Na maioria das vezes, essas recomendações são discutidas com o Ministério, buscando um ponto comum do que é possível executar. É o que chamamos de busca conjunta de soluções, porque, de um lado, vemos o que precisa ser feito e, de outro, a capacidade de o Ministério também atuar.

Podemos avançar.

Como eu já disse, o Ministério mostrou a etapa com a qual estávamos bastante preocupados naquele momento, já imaginando que as obras estão num ritmo mais acelerado agora. Ficamos muito felizes de ver a retomada da quantidade de empregados, de operários alocados na obra.

Sobre a busca conjunta de soluções eu já falei.

Fizemos aqui, junto com a Comissão, visitas tanto ao Eixo Norte quanto ao Eixo Leste, além de outras, em trechos específicos em que nós fomos.

E agora, fiquei muito contente de ver a apresentação pelo Ministério, a questão já do estágio seguinte. Ou seja, está pensando em trabalhar com a operação e a manutenção do PISF.

Vimos, recentemente, a publicação de um decreto de 13 de março de 2014. Como o Ministro já colocou que a Codevasf vai ser o órgão federal que vai cuidar dessa gestão, agora a nossa estratégia é de atuar com a Codevasf e com o Ministério, para que entendamos como é que vai ser esse processo de operação e manutenção, porque ele é extremamente relevante, não é pontual. Ele tem um ponto de partida, mas depois isso precisa estar acontecendo. Foi bom saber. Há uma área específica sendo estruturada na Codevasf para cuidar especificamente do PISF e de outras iniciativas semelhantes.

Então, acho que não cabe detalhar as principais funções da Codevasf, o Ministro já trouxe isso com muita propriedade, mas, para nós, o grande ponto agora é acompanhar esse novo estágio. Claro, não podemos nos esquecer de que ainda tem muita obra pela frente. Há uma expectativa, há um cronograma que deve ser acompanhado para ver essa evolução, mas parece que as coisas agora estão mais bem encaminhadas. E, para 2014, nossa expectativa é acompanhar esse novo papel da Codevasf na preparação para a operação e manutenção da transposição do São Francisco.

Então, foi uma apresentação bem rápida nesse sentido, Sr. Senador, porque neste momento já estamos passando por aquele estágio de obras, preocupando-nos com esse outro. Não que a obra não seja importante, mas, pelas nossas capacidades, vamos atuar nessa área agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Wagner Rosa da Silva.

O senhor entendeu bem o espírito desta reunião. O Ministro colocou o momento da execução da obra, e a CGU como o TCU estão dando informações suplementares à Comissão, já aduzindo preocupações da mais alta relevância. A manutenção do PISF é uma questão que envolve não apenas o Ministério, mas envolve, principalmente, os Estados. E uma das minhas indagações ao Ministro é como está essa relação com os Estados, porque essas obras são suplementares ao PISF, em termos de gestão desses recursos. O Ministro falou, com muita propriedade, que ia fazer uma gestão compartilhada, através da ANA, Estados e Municípios, usou inclusive o Ceará como exemplo, mas há Estados que não estão cumprindo o seu dever de casa. Há Estados claramente atrasados e, quando se cobra muito a execução final da obra, sabemos que só o canal com a água não vai resolver o problema da sede dos milhões de nordestinos. Nós precisamos, realmente, das obras suplementares. E o senhor colocou, com muita propriedade, a preocupação da CGU com isso.

Dr^a Juliana com a palavra.

A SR^a JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Primeiramente, quero saudar os companheiros da mesa, o Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, também o Ministro Francisco Teixeira, velho conhecido nosso, que cuida dessa obra há muito tempo, e o nosso colega Wagner Rosa, da CGU, que também nos acompanha nessa empreitada há algum tempo. Quero saudar também os Vereadores aqui presentes, os representantes da Codevasf e todas as senhoras e os senhores que estão, neste momento, nos assistindo.

Eu só coloquei, nesse primeiro eslaide, a competência do TCU para delimitar exatamente o controle externo exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Ele se dá por meio de recursos que são usados diretamente pela União e também por recursos repassados pela União.

Por que pontuei isso? Porque, como os colegas aqui, o próprio Senador e o Ministro, já comentaram, o PISF é um grande canal por onde vai passar as águas do Rio São Francisco, mas ele precisa de algumas obras complementares, que chamamos de subsistemas do PSIF. Eu falo PISF, que é o grande projeto. Chamamos carinhosamente a transposição do São Francisco de PISF. Então, quando eu me referir a essa sigla PISF, é exatamente ao projeto que estou me referindo.

A União, por meio do controle externo do Tribunal, também repassa recursos para a construção desses subsistemas hídricos, que são exatamente as obras complementares. Porque de nada adianta esse grande canal ser construído se essa água não chegar onde ela tem que chegar, e são essas obras complementares que vão levar a grande água do canal à população.

Pode passar, por favor.

Aqui é um resumo do projeto.

Como todo mundo já disse aqui, ele vai atender cerca de 12 milhões de habitantes, 390 Municípios. Há aí uma breve descrição do que é o eixo leste e do que é o eixo norte. E o custo total da primeira etapa também já foi repassado aí nas informações: R\$8,2 bilhões.

Pode passar, por favor.

Aqui é o esquema antigo de contratação do PISF. É bem legal vermos essa figura e a figura que vou mostrar posteriormente. Vocês verão que essa obra já nasceu bem complexa.

Ela é uma obra complexa e foi idealizada de forma a ser dividida em vários lotes, em várias supervisoras para cada eixo.

Quando se passa para o outro eslaide, percebe-se que hoje, após o amadurecimento da gestão da obra e o conhecimento real dos seus problemas, o Ministério fez outra organização desse empreendimento, dividindo-o por metas.

Como eles já disseram aqui, hoje eu tenho só duas supervisoras no eixo norte e uma supervisora no eixo leste, de forma que se simplificou a coordenação e a gestão desses trabalhos, ainda que a obra seja complexa.

Pode passar, por favor.

Os nossos dados são de março de 2014, por isso vai estar um pouquinho diferente dos dados do Ministério, que já trouxe dados atualizados.

A execução física de março é de 56,6. Hoje já está em 57,8. E também há uma execução financeira quase consonante com a execução física.

Esses dados já foram apresentados pelo Ministério.

Por favor, pode passar o eslaide.

Aqui, apresentamos a situação atual dos contratos de obras do eixo norte, dando uma previsão de entrega e de conclusão para cada meta e para cada lote.

Os senhores vão perceber que eu tenho lotes e metas.

Por que eu tenho essa divisão com dois nomes? Porque esses lotes antigos se referem à antiga distribuição da obra, conforme aquele mapa que mostrei aos senhores. E as metas correspondem à atual distribuição das obras pelo Ministério.

Por que ainda temos lotes e metas convivendo conjuntamente? Porque ainda há remanescentes de obras que são tocadas pelos contratos antigos dos lotes e também parte das obras que foram transferidas para essas metas.

Então, essa obra nasceu de forma complexa, foi uma obra que teve bastantes problemas no início, por conta da gestão, por conta dos projetos, que eram deficientes. E, ao longo do tempo, o Ministério teve que fazer uma série de ajustes – e continua fazendo-os – para que essa obra seja entregue a contento.

Pode passar, por favor.

Temos aqui a situação atual dos contratos do eixo leste.

Pode voltar, por favor.

O que eu gostaria de pontuar é que temos também ali as metas 1L e 2L e as metas 2L e 3L, que foram divididas em dois contratos. Vejam que as metas 1L, 2L e 3L abrigam hoje dois contratos que estão com esses percentuais de conclusão. Um tem a previsão de conclusão em 2015, o outro, em 2017, mas as obras de fato se encontram bem engrenadas atualmente. Temos dez mil homens em campo, três mil equipamentos, conforme o Ministro nos trouxe a informação.

Quando da visita dos técnicos do Tribunal a essa obra – eles visitam essa obra desde 2005 –, percebemos que, de fato, a obra engrenou e atinge o seu ápice de execução.

Por favor, pode passar.

Este é um breve histórico que trouxemos na outra reunião de que participamos aqui na Comissão. Vou sintetizar o seguinte para os senhores: o Tribunal acompanha essa obra desde 2005, o Tribunal de Contas da União. De lá para cá, foram cerca de 20 auditorias. Assim como a CGU, atuamos nos contratos de obra propriamente ditos, nos contratos de supervisão e em vários editais, porque o Tribunal acredita que a atuação prévia é muito melhor para o Brasil do que a atuação corretiva. Na fase da licitação, você consegue, por vezes, diminuir o risco daquela contratação e melhorar inclusive o prosseguimento da execução dessa obra, porque já consegue identificar os possíveis pontos de controle antes da contratação.

Pode passar. Pode passar, por favor.

Ao longo desse histórico, em que nos centramos? Nós nos centramos nos editais de contratação da obra e, por volta de 2011 a 2012, quando houve aquela questão crítica da desmobilização da obra e da paralisação de alguns contratos, o Tribunal centrou esforços em identificar os principais motivos que paralisavam essa obra.

Chegamos à conclusão de que as principais irregularidades que trouxeram esse problema da paralisação dos serviços foram o projeto básico deficiente, a deficiência na fiscalização naquele momento, um problema

também grande de acompanhamento da obra pelo Ministério da Integração. Ficamos muito felizes em dizer que hoje a realidade, de fato, é outra. O Tribunal identificou os problemas, nós nos sentamos com o Ministério – a própria CGU também trouxe ao Ministério essa dificuldade na gestão –, e, realmente, eles concentraram esforços, reorganizaram a sua estrutura interna, trouxeram pessoas de fora, fizeram concursos, contrataram pessoas externas para integrar o quadro, para fortalecer o quadro, para trazer maior *expertise* ao andamento dessa obra. O que vemos hoje é o resultado desse trabalho. Eles conseguiram, de fato, superar a questão da deficiência no acompanhamento dessa obra, que é uma obra, como o próprio Ministro disse, em que há uma multidisciplinaridade de contextos, porque há questões arqueológicas, questões ambientais, resgate de animais, preservação de flora... Então, não é a obra só. O projeto não é a obra propriamente dita. A obra é importante, mas o projeto envolve uma série de atores que precisam de coordenação. Essa coordenação não estava sendo realizada da melhor maneira, mas eles implementaram ações – isso, de fato, tomou um pouco do tempo deles –, e hoje essa obra vem sendo conduzida com muito mais *expertise* e da forma mais adequada.

Eu já falei dos principais achados: o projeto básico, o sobrepreço... Eu gostaria de ressaltar também que, como o Tribunal faz uma atuação preventiva, essa obra nunca foi recomendada pelo Tribunal para o quadro de bloqueio. Grande parte dos problemas de sobrepreço que encontramos – eu diria que 90% deles – o Ministério prontamente corrigiu. Ele tirava o edital da praça e o republicava já com as correções. Naqueles que ainda remanescem por alguma questão, se há alguma questão sendo ainda levantada pelo Tribunal, são valores bem inexpressivos e dizem respeito a questões bem pontuais da obra.

Por favor, pode passar.

A deficiência na fiscalização também nós já apontamos aqui, já criamos o histórico, já vimos que houve aí uma melhoria por parte do MI.

Quanto aos atrasos na obra, que foram o nosso foco de 2011 e de 2012, eu gostaria de relevar que essa ação corretiva que o Ministério empreendeu de pegar a coordenação, a gestão da obra e levar para campo foi uma das principais ações corretivas que permitiram que aquela obra fosse controlada, de fato, pelo MI. O que sentíamos é que, quando visitávamos essa obra, quando fiscalizávamos essa obra nos meados de 2008 e 2009, o MI não tinha o controle da sua própria obra. Hoje, visitamos, de forma até muito feliz, esses empreendimentos, fazemos outros trabalhos de fiscalização, e hoje os técnicos sabem do que estão falando, falam com propriedade, a gerenciadora está ali para ajudar, mas hoje quem tem o controle dessa obra é o MI e não a gerenciadora.

Pode passar, por favor.

Qual é o grande ponto crítico do projeto de integração do São Francisco, na medida em que ele era por lotes, 14 lotes ao todo, e hoje ele é por metas? O grande ponto crítico é que, quando você entrega parte de uma obra em construção para outra construtora, você tem de tomar ciência do que aquela construtora antiga que estava na obra estava entregando e o que aquela construtora que está pegando uma obra em andamento, que vai começar aquele serviço, está recebendo. Isso para quê? Para evitar que, no futuro, haja outro problema de paralisação dessa obra, porque alguns serviços que não estavam previstos no projeto, no contrato remanescente, no contrato futuro, e que também não tenham sido construídos no contrato passados fiquem ali perdidos. Então, vamos supor que eu tenho um serviço que não foi bem delimitado quando da transferência do contrato da antiga empreiteira para a atual, e esse serviço fica perdido. Futuramente, eu acabaria tendo de fazer um aditivo para esse serviço. Isso pode acabar causando aquele problema de aditivo, de 25%, de novos pleitos, de pedidos de novos serviços... Então, o Tribunal atuou por meio desses dois acórdãos para evitar isso. Ele pediu: “Ministério, antes de licitar, faça uma apuração do que, realmente, de fato, falta ser construído em cada lote, em cada meta, para que você possa licitar de fato o que está precisando ser construído, para não haver esse problema de projeto e de aditivos futuros”. E temos acompanhado. Essas determinações são monitoradas pelo Tribunal.

Por óbvio, o Ministério ainda está empreendendo esforços. Estamos ainda nessa conversa de monitorar e de pedir informações, mas percebemos que o dever de casa foi feito, que todas as determinações do Tribunal estão sendo, de fato, empreendidas pelo Ministério da Integração.

Pode passar, por favor.

Aqui é o benefício das ações de fiscalização do Tribunal, e uma das principais é a melhoria da gestão do empreendimento. Esse binômio projeto básico e executivo deficiente e fiscalização também deficiente provoca exatamente isso que nós vimos: abandono das empresas e desmobilização dentro da obra. Uma vez que, dentro do seu projeto, há serviços que deveriam estar contemplados no orçamento, mas não estão, a construtora acaba empreendendo vários pleitos. Com isso, o MI tem que parar o que está fazendo para poder avaliar se o preço daquele serviço novo é razoável, uma vez que não passou pelo crivo da competitividade da licitação. Tenho problemas, por exemplo, ambientais que podem atrasar essa obra. Se não fiz a previsão de uma medida

mitigadora ou uma ação a ser empreendida na questão ambiental no meu projeto, posso ser pega de surpresa e ter que cuidar disso ao longo da execução da obra, o que acaba atrasando.

Nesse sentido, vimos que, hoje, até com essas reuniões mensais na obra, essa mudança da coordenação da obra para próximo dela, para Recife, tudo isso possibilitou que o Ministério também tivesse, e essa até diminuição de instâncias como o Ministro falou, mais rapidez, mais celeridade na tomada de ações, porque uma obra dessas tem que ter celeridade na tomada de ações para poder garantir o ritmo da execução, que é o que nos preocupa aqui.

Outra questão que também precisa ser colocada é que os projetos executivos que seriam licitados na Concorrência nº 1/2010, que era a licitação do Lote 8, que são as estações de bombeamento do Eixo Norte e a própria licitação das Metas do eixo norte e do eixo leste, nasceram com alguns problemas também de projeto executivo. O Tribunal atuou. O Ministério da Integração, mais uma vez, prontamente, nos idos de 2010/2011, tirou o edital da praça e corrigiu as questões de sobrepreço, que diziam respeito não apenas a preços acima dos referenciais de mercado, mas a serviços que tinham sido delimitados naquele projeto e que estavam em quantidade aumentada. Superestimaram algumas quantidades de serviço nesse edital.

O Tribunal apontou naquela ocasião e o Ministério da Integração corrigiu e já republicou todas as fases subsequentes dessas obras, desses remanescentes de obras. Tudo isso, o MI já publicou corrigido. Esse edital foi revogado e as outras contratações subsequentes já foram todas feitas, corrigidas.

Pode passar, por favor.

Aqui são benefícios quantificáveis – a imprensa sempre pede e nós sempre trazemos – em relação à atuação do Tribunal em cada concorrência dessas. O primeiro, que já comentei, foi um benefício de R\$340 milhões daquele sobrepreço corrigido e da duplicidade de itens de serviço. Tivemos também R\$34 milhões no Lote 5 e R\$16,7 milhões de benefícios no Lote 8.

O que vale ressaltar aqui, mais uma vez, é que todos esses benefícios, à exceção da Concorrência nº 1/2011, que está em apuração pelo Tribunal, porque temos que garantir a ampla defesa e o contraditório para as empresas e para o próprio Ministério, de fato, foram efetivos. O Ministério da Integração prontamente corrigiu os valores e isso se reverteu realmente em um benefício que foi aplicado durante a fiscalização.

Pode passar, por favor.

Vamos falar agora das ações em andamento pelo Tribunal.

Continuamos acompanhando, há um processo de acompanhamento aberto no Tribunal, a questão da execução da obra, da gestão contratual e das metas em relação à entrega desse projeto. Continuamos monitorando aquelas determinações. Há algumas ações para melhoria na estrutura da fiscalização do MI, inclusive já temos o resultado de que foram empreendidas. Há uma questão de qualidade dos canais, e o MI também, pela última informação que tivemos em relação ao descolamento das placas de concreto em alguns trechos dos canais, já tomou soluções, já está tomando providências no sentido de solucionar o problema. Há a questão dos contratos antigos e dos contratos novos. Esses contratos antigos, daquelas construtoras que desmobilizaram a obra, paralisaram, há uma apuração por parte do MI para apurar a responsabilidade por essas paralisações unilaterais de empreiteiras que deixaram a obra e permitiram que essa obra tivesse esse declínio na execução.

Pode passar, por favor.

O Tribunal hoje, por já ter feito cerca de 20 auditorias no grande canal, ele resolveu centrar esforços agora naqueles subsistemas, porque a água vai passar pelo canal, mas ela precisa chegar naqueles pontos, naqueles extremos, ela precisa ter capilaridade.

Nós vimos aí, o Ministro nos apresentou, uma série de subsistemas, de ramais, de adutoras que vai levar a água do grande canal para essas regiões. A gente está centrando esforços agora em verificar como está a execução das obras e a compatibilidade de prazos entre o grande canal e a conclusão dessas obras. Porque, vejamos só, de que adianta concluirmos o grande canal, enchermos de água se aquelas obras acessórias não estiverem prontas? Então, a gente está também centrando esforços em acompanhar a compatibilização dos cronogramas entre esses empreendimentos.

Uma das ações que posso pontuar do Tribunal é que percebemos que a Adutora do Agreste, que vai receber a água também do Projeto de Integração do São Francisco, vai receber por meio... O plano era de que ela recebesse essa água por meio do Ramal do Agreste, que foi licitado agora, que está em licitação. Então, para que correr com essa adutora se ela ia ficar pronta e o Ramal do Agreste não ia ficar pronto? Nesse sentido, houve um acordo entre o Governo do Estado e o próprio Ministério da Integração para propor fontes alternativas de abastecimento para essa adutora enquanto a água do canal não chega. Está certo?

Pode passar.

Aqui há até uma figura que pegamos do Ministério da Integração, que o próprio Ministro já nos apresentou, mostrando em verde os eixos principais do PISF, em vermelho essas obras que chamamos de subsistemas

hídricos do PISF, que é quem vai levar a água do grande canal para as regiões que de fato precisam dela, e temos aí também alguns reservatórios e algumas adutoras colocadas exatamente para exemplificar para os senhores que esse projeto não é apenas o canal do eixo leste e do eixo norte, há várias ações acessórias que precisam de coordenação para que tudo dê certo para levar a água desses grandes eixos a quem de fato precisa.

Por favor, pode passar.

Quais são as perspectivas futuras do Tribunal em relação a essa obra? Vamos continuar acompanhando a qualidade de execução das obras, como já fizemos de forma pontual. Vamos acompanhar como o próprio colega da CGU disse: o modelo de operação do empreendimento, já há um decreto, já há o responsável por essa operação, que é a Codevasf. Vamos acompanhar também as ações de revitalização dos açudes que irão receber as águas, isso está por conta do DNOCS. Vejam, são vários atores, é preciso coordenar essas várias atividades. Pequenas adutoras também já estão sendo empreendidas para atendimento em comunidades rurais. Uma coisa é levar água para centros urbanos, para cidades, mas eu tenho aquela população circunvizinha, que, de fato, também precisa receber a água. Como elas vão fazer para pegar a água do canal? Então, tudo isso já está sendo visto pelo Ministério.

Uma ação também muito importante é o esgotamento sanitário das áreas receptoras. Por quê? Porque você começa a mandar água para gente que não tinha aquela quantidade de água, e onde você vai colocar aquela água depois que eles usam? Vai jogar onde? Então, essa é uma preocupação, isso já está sendo visto em termos de políticas públicas, e o Tribunal também já vem acompanhando isso.

E, por último, ações de revitalização do próprio rio, porque de nada adianta pegarmos água do rio, colocar num canal, levar para quem precisa e não cuidar da saúde do rio, não revitalizar o rio, recuperar margens, evitar o assoreamento. Precisamos. Ele é o grande pulmão, precisamos desse rio sadio para poder levar aquela água dele a quem precisa.

Pode passar.

Eu agradeço.

Muito obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecemos ao Dr. Wagner, à Drª Juliana, que conhecem tão bem esta obra no exercício das suas respectivas funções junto à CGU e ao TCU, trabalhando há alguns anos para que possamos concluir essa obra magnífica que é a integração da Bacia do São Francisco.

Eu, rapidamente, gostaria de me dirigir ao Ministro, para não me esquecer – terminei fazendo aqui um emaranhado de perguntas no mesmo momento – eu queria puxar dois questionamentos trazidos pela Drª Juliana.

Como estão as obras de esgotamento sanitário nas cidades receptoras das águas do São Francisco, da bacia?

Quais são as ações de recuperação do Rio, efetivas ou programadas?

Se já há uma definição das funções do DNOCS e da Codevasf nesse projeto. Claramente, qual é a atribuição de cada um?

O senhor colocou, da última vez, que cem quilômetros de canais estariam prontos ao final desta etapa deste ano. Eu gostaria de ter a confirmação deste calendário.

Quais foram as providências com relação ao deslocamento das placas? Se já foram, como disse a Drª Juliana agora, atendidas na sua integralidade?

A responsabilidade dos Estados nessas obras suplementares.

Como eu poderia levar para a Paraíba, meu Estado, um calendário aproximado com relação ao Ramal de Piancó? O senhor colocou que o estudo de viabilidade do anteprojeto vai, por força do regime diferenciado de contratação, avançar. A partir desse estudo, nós já poderemos ter o regime diferenciado de contratação. Há recursos no orçamento para fazer o anteprojeto e qual o tempo esperado na conclusão do anteprojeto?

Se esses 75% das obras concluídas até o final do ano correspondem exatamente ao número de quilômetros atingidos tanto pelo eixo leste quanto pelo eixo norte.

Eu queria também saudar a presença de vereadores bem próximos a nós e partícipes desse sofrimento, vereadores da Câmara de Altinho, em Pernambuco. Sejam bem-vindos. E também vereadores que não têm muito problema com água, mas que têm problemas sanitários seriíssimos e que precisam de ações da integração, vereadores de Vitória do Xingu, no Pará. Sejam bem-vindos a esta Comissão.

Eu tinha também – a assessoria desta Comissão preparou – algumas indagações com relação à insuficiência de recursos humanos, que me parecem já vencidas. São dez mil e quinhentos operários na obra. Mas houve um estudo da Comissão sobre a reposição de servidores técnicos, principalmente analistas. Por força de remunerações diferenciadas, perdemos servidores. A defasagem torna-se maior quando se compara com as carreiras tanto do Tribunal de Contas quanto da CGU. Nós perdemos muitos servidores, e é o momento de substituição desses servidores na obra. Por sua rotatividade, essa substituição traz questionamentos com relação à execução de recursos humanos, especialmente na área de analistas, de técnicos de alto gabarito.

Falávamos sobre normas burocráticas. Quero saber do senhor se as autorizações ambientais ainda estão sendo dificultadas, se ainda há dificuldade na obtenção dessas autorizações ambientais.

E há um exercício aqui com relação à ameaça de colapso de água no abastecimento das regiões do Nordeste. Milhões de nordestinos estão ameaçados de ficar sem água caso não se confirmem as previsões de que as chuvas de 2014 não virão com a intensidade e frequência favoráveis à obtenção da recarga dos reservatórios distribuídos em toda a Região, que foram construídos na ação providencial do DNOCS, nos tempos em que a questão do Semiárido fazia parte da agenda de prioridades nacionais.

Na região de influência do Projeto São Francisco, nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os açudes estão, em média, com diminuta parcela de sua capacidade de armazenamento. Segundo o relatório de abril, elaborado pela Agência Nacional de Águas, conforme indicado no nosso estudo, no Estado do Rio Grande do Norte, os reservatórios contam apenas com 37%; na Paraíba, 30%; em Pernambuco, 23%; e, no Ceará, apenas 32%. A situação do Ceará é afetada pelo nível de água disponível no grande reservatório do Castanhão, 39%, o qual representa mais de um terço da capacidade de acumulação de água no Ceará. O mesmo é constatado no Rio Grande do Norte, pois o açude de Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves está com 39%, e a Barragem de Santa Cruz do Apodi com 48%, os quais representam mais de dois terços de toda essa capacidade de reserva de água no Estado.

Na realidade, a imensa maioria dos açudes cearenses, potiguares e paraibanos conta com menos de 20% da sua capacidade. Informações mais detalhadas sobre a situação dos açudes no Nordeste podem ser obtidas em consulta ao anexo I deste estudo. Nesse contexto de escassez, o projeto São Francisco necessitaria ser tratado pela Administração Pública Federal com a urgência que, entendo, vem se tratando.

Com relação ao que o senhor colocou, Ministro, com a consciência do técnico, essa recarga nos açudes vem abaixo da média. E há previsão do El Niño em 2014 e 2015. O senhor tem estudos – de um lado, os açudes com baixa recarga, com níveis pluviométricos abaixo da média; do outro lado, a previsão novamente da presença do El Niño em 2014 e 2015. Como vincular essas duas questões dentro da necessidade que temos de segurança hídrica para a região? Qual o calendário específico para a meta de Monteiro? O senhor nos trouxe, para a minha satisfação, uma fotografia para provar que a obra estava já em estágio inicial – há 500 funcionários na obra –, mas, como é a última obra nesse complexo, e eu entendo que precisaria ser atacada com mais ação, com mais energia, para não dizer violência, mas mais energia. Como estaria essa obra?

Saúdo a presença do Relator da Comissão, o Senador Humberto Costa, que, no exercício de múltiplas funções, inclusive na Liderança do PT, justificava-me pela manhã a impossibilidade de estar presente no início da reunião. A Secretaria vai distribuir ao Senador Humberto Costa, porque ele é Relator da Comissão, todo o apanhado audiovisual da exposição do Ministro, da exposição da CGU e do TCU.

Com a palavra, o Sr. Ministro.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, que acaba de chegar, os senhores vereadores de Municípios da Paraíba. Quero também cumprimentar e dar as boas-vindas, agradecer. Traz muita satisfação para um técnico quando se tem um trabalho reconhecido. Tantas palavras do Dr. Wagner Rosa, da Dr^a Juliana, ao dizer que melhoramos já são grande coisa para nós, dentro do desafio que temos em fazer um empreendimento desse na área pública, que é um empreendimento que exige uma articulação interinstitucional, e não depende só do Ministério da Integração.

Inclusive, há diversos componentes colocados aqui pelos Srs. Senadores, como preocupações também colocadas pelo Dr. Wagner Rosa como pela Dr^a Juliana, como a revitalização do Rio São Francisco e dos rios receptores da água do projeto. Na revitalização do Rio São Francisco, trouxe até o Dr. Elmo, Presidente da Codevasf, que trabalha diretamente com o sistema de coleta e tratamento de esgoto dos Municípios ali da calha do Rio São Francisco, de Minas Gerais até chegar a Alagoas e Sergipe, passando pela Bahia e Pernambuco. Mas tem que haver, Dr. Elmo, uma grande parceria e articulação com as empresas de saneamento dos Estados e com aqueles Municípios que não têm a concessão das empresas de saneamento. São Municípios que têm seus sistemas autônomos.

A questão do esgoto é um desafio ainda no Brasil. A Codevasf está fazendo toda a rede de coleta, estação de tratamento, deixando tudo pronto, mas a empresa de saneamento tem dificuldade de fazer as ligações domiciliares. A Codevasf criou um programa de passar recursos às empresas de saneamento, para fazer as ligações. Mas as ligações não são compulsórias, nós sabemos. Todo cidadão liga o esgoto se quiser, na realidade. Ele não é obrigado – há quem entenda de Direito Tributário, eu não entendo muito, mas dou minhas passadas na área –, ele paga tarifa por aquele serviço prestado. Não é compulsório, não é uma taxa. Existe até uma discussão se se transforma isso em compulsório. Mas há também a questão da capacidade de pagamento do cidadão que mora em cidades pobres do interior do Nordeste.

Eu diria que, na parte de revitalização não só do São Francisco como dos rios receptores, onde projetos estão sendo também desenvolvidos, nós precisamos ainda... eu diria que o Tribunal de Contas da União e a própria CGU podem ajudar muito nisso, focando agora também nessa área, na questão da importância de um rio que vai fornecer a água não só para o projeto do São Francisco, mas também para uma infinidade de usos, dentro da própria Bacia do São Francisco. No caso dos rios receptores, tem que haver um trabalho do Poder Público Municipal. Há de haver também o interesse de prefeitos, vereadores.

Não podemos nos esquecer da Lei de Saneamento, que está posta. A titularidade do serviço de saneamento é do Município, e o Município dá a concessão – que tem que ser aprovada pela Câmara de Vereadores – a uma companhia estadual de saneamento. Ou pode pôr em leilão, em pregão, em licitação, e, se houver interesse econômico, uma parceria com o privado; ou então criar sua autarquia municipal de saneamento. O fato é que isso tem que funcionar.

Eu diria o seguinte: o grande desafio no Semiárido – já foi, ainda é, mas já estamos vencendo o desafio – é garantir água em quantidade. Mas o desafio grande mesmo é garantir água com qualidade, e a questão da qualidade para quem tem pouca quantidade é pior. Esse é o grande desafio.

Eu fui presidente e sou servidor de um órgão de gestão de águas do Ceará (Cogerh). Essa seca trouxe, ainda, a demonstração de que temos desafios do lado quantitativo da água, mas os desafios de qualidade são imensos porque eles não podem ser vencidos só com um determinado órgão de gestão de recursos hídricos. Ele necessita, para ser vencido, de uma ampla articulação interinstitucional. O reservatório pode estar cheio, mas se a qualidade da água ali estiver ruim, você encarece o tratamento da água, muitas vezes impossibilita. E não é aquele órgão gestor de água ou o órgão que mantém, opera a barragem ou o que construiu que vai resolver o problema. Quem vai resolver o problema são as cidades que estão a montante, que jogam seus esgotos e que precisam resolver o problema de saneamento, com apoio de órgãos estaduais e federais. É a questão do modelo agrícola que está ali presente.

Um tipo de poluição é o excesso de sedimentos na água. Aí, tanto o modelo da agricultura quanto o modelo da pecuária têm que ser mais sustentável. Então, envolve a questão educacional, a questão do lixo, dos resíduos sólidos. Hoje, um dos maiores fatores de poluição da água nos reservatórios do Semiárido é o lixo. Quantos Municípios têm aterros sanitários no Brasil? Quantos Municípios têm aterros sanitários no Nordeste?

O maior desafio da Codevasf na revitalização é construir aterro sanitário. Não consegue, porque o Poder Público municipal quer o aterro sanitário o mais perto possível da sua cidade, mas não quer dentro do seu território. Muitas vezes, não há condições, mas você tem que fazer os consórcios municipais, tem que funcionar. É caro manter um aterro sanitário. Então, o Brasil tem que evoluir muito nisso para garantir qualidade de água no futuro.

Então, a Codevasf tem trabalhado, tem uma disponibilidade pactuada já de mais de R\$3 bilhões para revitalização do São Francisco, e isso devemos muito aqui ao Projeto de Integração, porque esse programa de revitalização surgiu no bojo da discussão da integração do São Francisco. E o Presidente Lula, com muita sensibilidade, e a Presidenta Dilma deu sequência, botou mais dinheiro ainda no programa de revitalização do São Francisco.

Qual é o rio federal no Brasil que tem pactuado, para trabalhar a questão da coleta de esgoto, a questão de mata ciliar, a questão de preservação de nascente, mais de R\$3 bilhões? Nem o Paraíba do Sul, que representa 14% do PIB do Brasil, tem um programa de revitalização dessa envergadura.

Então, o São Francisco tem esse privilégio, e tem que ter mesmo porque o Nordeste só tem 3% da água disponível do Brasil e, desses 3%, 70% estão no São Francisco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Exatamente: 3% da água e 28% da população.

Então, o Rio São Francisco é fundamental para todos nós: não só para aqueles do Estado da bacia como para os de fora.

Portanto, na revitalização do São Francisco há esse programa que a Codevasf vem executar, e o Presidente se dispõe a vir um dia para tratar só da revitalização, fazer uma discussão só em cima da revitalização, que é tão grande como o Projeto de Integração o é.

E, na questão dos rios receptores, já começando, temos uma parceria com a Funasa, especialmente, onde as empresas de saneamento estão fazendo os projetos de coleta e tratamento de esgoto. O Ministério não tem muita governança sobre isso, porque é de outro Ministério, o Ministério da Saúde e parte do Ministério das Cidades. Mas é bom que tanto aqui, o Senado, por meio desta Comissão, como os órgãos de controle possam ajudar o Ministério da Integração no sentido de que esse componente também aconteça, porque é fundamental para essa água chegar não só em quantidade, mas com qualidade aos 12 milhões de habitantes

que vão ser atendidos. Mas isso está sendo trabalhado. Pelo menos, a parte de projetos está. Os projetos estão quase todos concluídos, pelas notícias que tenho com as empresas de saneamento. São feitos em parceria com as empresas de saneamento dos quatro Estados e geralmente a Funasa, que põe dinheiro para isso. Agora, é preciso, realmente, iniciar as obras dessas cidades para se ter esse sistema de coleta e tratamento de esgoto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Só os Municípios ligados diretamente à calha dos rios perenizados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não, não, não são todos. Os que vão receber coleta de esgoto não são todos os 390. O projeto prioritário é para aqueles Municípios que estão diretamente na calha do rio que vai ser perenizado – Monteiro, na Paraíba, por exemplo, é fundamental. São aqueles Municípios em que a cidade está ali na margem do rio que vai ser perenizado. Essa é a prioridade do momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não tenho esse número. Deve ser algo em torno de 50 Municípios.

Bem, uma questão levantada pelo Senador e também abordada pelos órgãos de controle foi a relação institucional com os Estados, tanto o preparo, o fortalecimento institucional, a estrutura que os Estados têm, através de seus órgãos gestores, para fazer uma boa alocação dessa água do Projeto de Integração do São Francisco.

A ideia que nós, do Ministério, temos na cabeça desse modelo institucional foi colocada mais ou menos aqui para vocês. Eu poderia complementar através de algumas informações: nós temos o operador federal, que vai cuidar dos eixos norte e leste do Projeto de Integração; vai entregar essa água em determinados pontos, que chamamos de Portais dos Estados. Eu pego o exemplo do Ceará: por exemplo: um ponto de entrega da água importante para o Estado – e o órgão que faz a alocação de água no Estado e que opera e mantém infraestrutura hídrica no âmbito do Estado, no caso a Cogerh, vai receber essa água – é a Barragem Jati. O Cinturão das Águas, que vai pegar parte dessa água, é hoje implantado com a ajuda do Governo Federal, mas será operado e mantido pelo órgão gestor estadual, assim como é hoje o Eixão das Águas, que opera desde maio de 2012, levando água para Fortaleza. Agora, em maio, faz dois anos que Fortaleza é atendida com água de 200 quilômetros de distância, saindo do Castanhão e, através do Eixão das Águas, chegando a Fortaleza e, desde o início, deste ano ao Pecém. Então todo esse trecho de 250 quilômetros de eixo estadual é operado e mantido pelo órgão estadual.

No caso da Paraíba, temos a mesma visão. Um órgão estadual vai receber água no portal de entrega da água, após a galeria de Monteiro – vai receber água na altura de Monteiro –, no Açude Poções. E esse órgão estadual vai fazer a alocação da água.

Nós temos dois tipos de estrutura: os reservatórios, que recebem as águas e são de patrimônio do DNOCS, e canais que estão sendo feitos, algumas vezes, pelo próprio órgão federal, que é o Ministério da Integração, ou por órgão estadual, como é o caso do Canal das Vertentes Litorâneas, na Paraíba, o Eixão das Águas, do Ceará, e o Cinturão das Águas, do Ceará.

O que é que pensamos? Um modelo imaginário?

Os açudes federais, como o Boqueirão, na Paraíba, a Barragem de Açu, Coremas e Mãe D'Água, esses açudes teriam – é o modelo ótimo, como a gente acha – uma gestão compartilhada entre o órgão estadual responsável pela gestão de recursos hídricos e o DNOCS, até porque passar esse patrimônio, um reservatório como o Castanhão ou Coremas e Mãe D'Água para um órgão estadual não é simples. Se você tem um patrimônio federal ali é melhor ter um DNOCS melhor estruturado.

Vamos recuperar o passivo em termos de estrutura da barragem agora, pelo PAC, no âmbito do Projeto São Francisco.

O DNOCS já iniciou o estudo, o projeto de recuperação dessa barragem e temos disponíveis recursos para recuperar essas barragens: recuperar estrutura de vertedouro, recuperar erosões que existem no maciço das barragens, recuperar inclusive equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos que estão aí, nunca receberam manutenção. A gente sabe que até pela idade estão defasados.

Então essa recuperação é feita e a ideia é de que estabeleçamos um modelo sustentável de manutenção daqui para frente, da estrutura dessa barragem de Coremas, Mãe D'Água e de Epitácio Pessoa no âmbito de uma parceria entre DNOCS e órgão gestor estadual.

Aí você me pergunta: de onde viria esse dinheiro para pagar essa manutenção futura?

Vamos sugerir aos Estados que na tarifa que vai bancar o custo dos eixos norte e leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco incluam um X para a manutenção dessas barragens receptoras. Assim não se incrementa muito a tarifa ao colocar um recurso do Estado ou do DNOCS – vamos ver qual é o melhor modelo para o recebimento disso. Ele recebe esse dinheiro, tarifa que será paga pelos Estados, cada um dos quatro Estados, que servirá para manter tanto o eixo norte quanto o leste, pagar o custo operacional e o custo de manutenção, como para manter os reservatórios que serão recuperados. A ideia é essa. É o modelo que está sendo posto.

Como cada Estado vai fazer o pagamento? Vamos discutir isso com os Estados. Há diversos modelos.

Securitização na conta final do usuário de água lá nas cidades.

Por exemplo: dos cinco milhões de habitantes que serão beneficiados, entre os doze lá no Ceará, três milhões e meio estão na grande região metropolitana de Fortaleza. O usuário de um bairro de Fortaleza que é beneficiado pelo seguro, a água do Projeto São Francisco, pode pagar de 8% a 10% a mais na tarifa de água e esse dinheiro cairá diretamente na conta do operador federal, ou parte dele cairá numa conta do órgão que age de forma compartilhada com o DNOCS, ou o próprio DNOCS vai manter as barragens.

Então, queremos jogar a sustentabilidade desses reservatórios no bojo do projeto como um todo.

Agora, os Estados precisam melhorar? Precisam. Realmente o Ceará avançou mais. Hoje há um órgão gestor de recursos hídricos autossustentável. A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos arrecadou R\$60 milhões o ano passado e pode arrecadar uns R\$70 milhões este ano, cobrando a água bruta dos diversos setores de uso, irrigação, da empresa de saneamento, das autarquias municipais e principalmente da indústria.

O que é um desafio ainda para Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco é implementar a cobrança de água. Agora, estou aqui no papel de União, e, no papel de União, vamos, a partir de quando a coisa funcionar, cobrar a conta de cada Estado. Como o Estado vai arrecadar o dinheiro, como vai pagar, ele vai decidir a melhor forma de fazê-lo. No caso do Ceará, que conheço, sei que o Governo vai fazer uma modelagem em que a conta vá para realmente aquele beneficiado, pois o maior beneficiado é o usuário. Quem não quer ter segurança hídrica? Ou nós queremos viver uma nova seca e ficar sem essa segurança hídrica? Ou então o Estado, se não fizer isso, vai tirar do Tesouro, da conta do seu Tesouro, se não tiver um modelo adequado. Então, cada Estado vai escolher seu modelo, vai ter sua cota de água, vai ver qual é melhor forma de alocar água e como vai encontrar o recurso para pagar o operador federal. Essa é a visão.

Para isso, acho que alguns Estados ainda precisam avançar em modelo de gestão interno de água, principalmente na instituição da cobrança da água, porque, no Semiárido, para você ter água garantida, você tem que ter aquele serviço normal de saneamento que há em todo canto, mas você precisa também de ampla infraestrutura hídrica que precisa ser bem operada e bem mantida.

As obras complementares do PISF, que a doutora colocou aqui, estão bem avançadas. Acerca dos sistemas rurais de saneamento, estamos fazendo os projetos, viu? Toda a população, ao longo de cinco quilômetros para cada lado dos canais, ao longo do eixo dos dois canais, a previsão é que ela seja atendida com a água do projeto, aquela população rural.

Nós já estamos desenvolvendo os projetos e vamos sentar com os Estados, para poder, especialmente em Pernambuco, que é onde está a maior parte dessas comunidades, ter uma parceria e levar água para essas comunidades. Esse é o típico modelo de gestão, porque a União não pode fazer pequenos sistemas em trezentas e tantas comunidades e aqui, de Brasília, operar esses pequenos sistemas. É um sistema simplificado que tem que ser operado no âmbito de uma parceira, sociedade civil organizada, uma associação naquela comunidade, o Poder Público municipal e estadual, São esses os modelos que estão dando certo, alguns desses modelos.

Acerca do esgotamento sanitário, já falei. Revitalização do São Francisco, também.

A questão de Piancó que o Senador levantou: Senador, estamos preparando um edital para elaborar um estudo de viabilidade completa, inclusive com os estudos ambientais, para resolver a questão ambiental, para que tudo aquilo que for de demanda ambiental esteja dentro desse estudo. E também para a elaboração de um anteprojeto, com estudos de campo, com estudos topográficos, com estudos geotécnicos, geológico. Aquele anteprojeto, que, através da nova legislação de RDC, permite fazer uma contratação em regime diferenciado com a visão integrada, mas que permite estabelecer um bom preço de referência. Então, vamos fazer um anteprojeto que é praticamente em nível de um projeto básico, eu diria, que permita termos realmente condições de estabelecer um bom preço, e as empresas apresentarem propostas.

Não posso aqui lhe dizer que isso vai levar seis meses, um mês, dois meses, três meses. Teríamos que ter pelo menos um ano pela frente para fazer um projeto desse nível. Então, qual é a nossa visão? É que a gente devemos incluir esse eixo de Piancó no PAC 3, que está sendo discutido, para uma ação já em termos de obra para 2015, a partir do meio do ano de 2015. Essa é a ideia.

Mas o importante é o fato de que foi aprovado pelo comitê gestor do PISF – tenho recurso para fazer o estudo – o projeto, mas precisamos fazer o projeto. Não adianta aqui começarmos sem ter um estudo, um projeto bem feito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Olha, não tenho assim essa quilometragem, mas acho que dá mais do que isso, porque sai do Ceará, ali na região de Mauriti e vai. Pode ser algo em torno de uns 30 km realmente. Nós vamos definir se é apenas adutora, se é um misto de adutora com pequeno túnel, um túnel maior. É isso o que o estudo vai definir melhor.

A atribuição do DNOCS e da Codevasf já expliquei. A idéia é a que o DNOCS fique com a gestão dos reservatórios de forma compartilhada com os Estados e a Codevasf com os canais.

Os 100 km de canais que o senhor mencionou nós estamos perseguindo. No eixo norte isso é totalmente factível. É aquilo o que lhe mostrei. Ele está bem mais avançado. Nós estamos, no eixo leste, envidando esforços para acelerar mais ainda a obra, para a construtora trabalhar dia e noite. Para atingir os 100 km no eixo leste precisamos ter...O caminho crítico seria a estação de bombeamento EBV3. A EBV1 está pronta, praticamente, a EBV2 está bem avançada e a EBV3 é aquela cuja fundação estamos começando.. É um desafio no caso do eixo leste, mas estamos ainda perseguindo essa questão. O norte está bem factível, bem fácil.

Setenta e cinco por cento de execução, o Senador perguntou, permitiríamos atingir com folga – viu, Senador? – esses 100 km. É bom que se diga que, no empreendimento do São Francisco como um todo, hoje temos quase 200 km de canais prontos. Nós temos muitos trechos de canais prontos. Só que, se eu pegar o eixo leste, tenho um trecho de canal pronto, bastante substancial, lá no final do eixo leste, aproximando-se da divisa com a Paraíba. Diga-se de passagem, era o trecho mais difícil de ser feito. E foi feito.

Devemos louvar, também, quem trabalhou no passado. Em termos de canal, tirando-se aí os túneis e as estações, no eixo leste, o mais difícil já foi feito. Tivemos um trecho de encosta e em rochas muito grande que foi feito lá na ponta leste.

O túnel Monteiro, com a galeria de Monteiro, mas especialmente o túnel, é o caminho crítico para chegarmos à Paraíba, com água na Paraíba. Realmente, será a última obra a ser terminada. É um túnel de 3km de comprimento. Temos um cálculo. O Cuncas I e o Cuncas II têm uma geologia parecida com a do túnel Monteiro, é a mesma formação, pois ficam ali na divisa. Conseguimos ali desenvolver, em cada frente, algo em torno de cinco metros de túnel escavados por dia. Então, em duas frentes, uma no emboque e a outra no desemboque, poderíamos chegar a até dez metros. Um túnel de 3km seria feito em 300 dias. O ano tem 365 dias. É claro que são dias úteis, mas trabalhando dia e noite, como foi feito lá, poderíamos perfeitamente fazer um túnel desses em 300 dias, que ficaria pronto antes de 2015. No final de 2015, estará pronto.

Agora, estamos trabalhando em cima da empresa para isso. Estamos, no dia a dia, fazendo exatamente aquilo o que foi colocado aqui pela Drª Juliana. A gente tem de ficar atento. Problemas surgiram no passado e não devemos permitir que problemas, às vezes simples de serem resolvidos na obra, surjam para desacelerar essa obra. Então, devemos dar soluções rápidas, resolvendo problemas de forma antecipada, tirando os entraves, para não perder de vista esses prazos. Achemos, do ponto de vista técnico, perfeitamente factível.

Sobre a questão ambiental. É outra questão que, às vezes, trava a execução de uma obra. Acho até que, pelo bom desempenho que esse componente socioambiental está tendo no São Francisco, temos tido uma atenção especial do Ibama, uma atenção especial do Ministério do Meio Ambiente. Estamos, assim, conseguindo resolver os problemas de autorização de supressão vegetal de jazidas, de trechos de canais, com certa celeridade. Aparece sempre um problema aqui e acolá, mas estamos tentando resolvê-los sem ter problemas com o desenrolar das obras.

Sobre a questão da disponibilidade hídrica que o Senador levantou hoje, no Semiárido: realmente é preocupante. Em média, como foi colocado pelo Senador, os Estados, hoje, já estão no período final de chuva. É bom que se diga que em maio, agora, vai-se encerrar o período de chuva no chamado Semiárido do Nordeste setentrional, no sertão pernambucano, paraibano, no Rio Grande do Norte e no Ceará como um todo. Vamos aí terminar com uma recarga dessa reserva hídrica em torno de 30% da capacidade de armazenamento.

O Ceará está com 32%, os outros Estados não são muito diferentes, estão em torno disso, centralizado nos grandes reservatórios. Esse é o problema. No Ceará, 70% dessa água está no Castanhão, Orós e Banabuiú, na Paraíba é a mesma coisa. A tendência é que tenhamos, no segundo semestre, uma depleção maior nos chamados reservatórios médios, porque, no primeiro ano de seca, secam os reservatórios pequenos; no segundo ano, os médios; e, no terceiro ano, começa a ameaçar os estratégicos, os maiores. Há esses reservatórios maiores,

Vamos ter que, através de carros-pipa, adutoras de montagem rápida – o Ceará já fez mais de 200km e a ideia é chegar a 400km até o fim do ano – tentar conviver com esse problema. O São Francisco tem que ser

acelerado, estamos acelerando, estamos trabalhando, no norte, dia e noite. E, no leste, vamos começar agora em maio, dia e noite, para podermos antecipar qualquer dia, qualquer mês e amenizar esse sofrimento que a população está passando.

Claro que a água não vai chegar em todo o canto da noite para o dia. Temos essas ações complementares que, graças a Deus, como mostrei para os senhores, estão sendo feitas, estão sendo trabalhadas, mas, por exemplo, no agreste pernambucano, não vamos chegar com água no Barro Branco, no eixo leste, mas vamos chegar com água nos dois milhões de habitantes da região do agreste. Não vamos, porque temos que concluir a adutora do agreste, fazer o ramal do agreste, em alguns casos, vamos ter a parte funcional da adutora do agreste provisoriamente. Claro, que não vai dar para chegar água da noite para o dia em todo canto. Os 12 milhões de habitantes serão alcançados dentro de uma perspectiva de mais alguns anos para frente.

Não tenha dúvida de que cada quilômetro de água que colocarmos nos canais norte e leste, dentro do sertão pernambucano, estaremos levando água para mais perto, até para o carro-pipa diminuir seu percurso de viagem, abrindo possibilidade para puxar um sistema, por mais simplificado que seja, para levar água para as comunidades mais próximas, para as cidades mais próximas. Por isso, o Ministério não tem um minuto sequer de desatenção com a questão da celeridade das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Sabemos da sua importância e temos que ter em mente a conclusão o mais rapidamente possível. Acho que coloquei os pontos, e, se tiver deixado de abordar algum questionamento do Sr. Senador continuamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Ministro Teixeira.

Registro a presença do Senador Humberto Costa, Senador Armando Monteiro e Senador José Pimentel.

Quero saudar o povo brasileiro com duas indagações que vieram, uma por carta e outra por meio eletrônico.

Participação de um cidadão de Bezerros – Senador Armando Monteiro e Senador Humberto Costa conhecem muito bem – saudando e homenageando o esforço do povo brasileiro na expectativa dessa obra. Sr. Daniel José Alves Fernando de Melo, da cidade de Bezerros. Ele parabeniza a Comissão pelo trabalho, uma obra importante para o povo nordestino. “Estou acompanhando pela TV, rádio e Agência Senado, espero ter acesso ao relatório do Senador Humberto Costa [vamos mandar para o Daniel o relatório]. As obras de transposição do São Francisco podem ser consideradas como a maior e mais importante em execução no País, a CGU precisa tratar com atenção qualquer denúncia de irregularidade. Em audiência pública na CDR do Senado, o Ministro Teixeira disse que está alerta para qualquer denúncia no sentido de investigação da obra.”

Essa é a matéria do Daniel.

Sr. Lucrenato Júnior. Vice-Prefeito que muito claramente tem preocupação com o tema, já que o Presidente da Codevasf aqui e vamos votar daqui a pouco um requerimento que trata desse assunto.

O Sr. Lucrenato Junior. “Monteiro abastece a Paraíba, mas, por infeliz falta de ação governamental, a população de Monteiro, com 17 mil habitantes, recebe água *in natura*. Não tem tratamento de água para a população que detém, em seu território, o maior pulmão hídrico da Paraíba”. Então, o Sr. Lucrenato Junior pede imediatamente, já que não houve uma inação por parte das autoridades estaduais...

Prossegue: “A companhia de saneamento não providenciou até hoje uma estação de tratamento de água para a cidade de Monteiro, que é berço do maior reservatório d’água do meu Estado”. Está aí o apelo do Sr. Lucrenato Junior, de Monteiro.

Eu queria passar a palavra aos Srs. Senadores, se desejarem fazer uso da palavra.

O Senador Humberto Costa é o Relator. Senador Pimentel, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Muito rapidamente quero cumprimentar o Ministro e os demais participantes desta audiência e me congratular com a Comissão do Senado pelo trabalho que vem desempenhando, sobretudo em seu papel fiscalização.

Como não sou membro – e não membro tem direito à palavra, desde que possa contar com a benevolência da Mesa –, queria só indagar, porque não assisti à exposição toda: qual é o cronograma agora da transposição, Ministro? Quais são os prazos que estão aí sendo assumidos depois das dilações e dos atrasos que infelizmente ocorreram?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Ministro vai responder ao Senador Armando Monteiro. Ele já debateu com a Comissão, mas V. Ex^a não estava presente.

Rapidamente, o Ministro vai oferecer...

Antes, queria saudar a presença do Deputado Hugo Motta, que também, para nossa satisfação, preside uma comissão, na Câmara dos Deputados, que acompanha a execução dos trabalhos do Projeto de Integração de Bacias do São Francisco, e colocar em votação, rapidamente, o requerimento de nossa autoria, convidando o Presidente da Codevasf – que já está aqui; sintase convidado –, o Presidente do DNOCS e o Presidente da Funasa, além do órgão específico do Ministério das Cidades, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de revitalização do Rio São Francisco, sobre quais as providências tomadas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Sr. Ministro, com a palavra.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Senador, quero cumprimentá-lo, Senador Armando Monteiro, Senador Pimentel, que chegou aqui, Deputado Motta, que também se apresenta.

Nós estamos trabalhando na perspectiva de este ano já haver quilômetros de canal com água. Estamos já finalizando a montagem das bombas na estação de bombeamento lá de Cabrobó, que é a primeira do eixo norte.

Mostrei fotos aqui das bombas já montadas. Estamos montando agora os motores elétricos; estamos trabalhando, finalizando a montagem da subestação e também a parte de linhas de transmissão. Elas estão sendo trabalhadas. No eixo norte, estamos finalizando e começaremos a montagem... Isso aí é a bomba já montada no poço, lá no eixo norte; ali é o motor elétrico, esse cubo que vocês estão vendo ser levantado, o motor elétrico.

Você pode mostrar a foto da bomba que estava... Antes de montar. Esse é o início da montagem da bomba. O tamanho da bomba, que já está lá montada.

A parte elétrica também está sendo executada. Estamos finalizando a parte civil dessa primeira estação de bombeamento e trabalhando já, erguendo o prédio das outras três estações do eixo norte, da EB2 e da EB3. Há fotos também dessa estação de bombeamento, EB2 e EB3.

Aí, a subestação também de energização. E, no caso do eixo leste, a montagem das duas primeiras bombas está sendo iniciada amanhã.

As bombas já estão no local, e estamos iniciando a montagem das bombas. Isso aí é a conexão que vai unir a saída das duas bombas com a adutora que sobe lá para o canal; os equipamentos aí, já para iniciar a montagem das bombas. A ponte rolante já está dentro do prédio. O prédio está pronto, e a montagem das bombas, que são mais simples. São bombas menores do que a do Norte, porque o canal é menor. Serão montadas amanhã.

Então, trabalhamos com a perspectiva de haver alguns quilômetros de canal com água já neste ano, buscando chegar próximo aos 100 quilômetros. O norte está bem factível; o leste está mais difícil, por causa de uma terceira estação de bombeamento, que tem problema de solo colapsível. É um problema de fundação, mas estamos perseguindo isso, para, dentro daquela perspectiva, de forma bem resumida, alcançarmos 75% de execução física neste ano, até dezembro deste ano, e a conclusão até o final de 2015.

Então, estamos hoje com 58,6%, avançamos, em média, 1,4%, mas temos de levar em conta que estamos em período chuvoso. Muito embora a chuva não tenha sido suficiente para encher os reservatórios, encheu apenas alguns pequenos reservatórios, no Cariri cearense, especialmente. Ali na região de Salgueiro, em Pernambuco, a chuva tem se apresentado razoavelmente dentro da média. É a única região do Semiárido em que a chuva tem se aproximado da média, no Cariri do Ceará. Tivemos paralisações por conta de greve, mas já passou o acordo coletivo da classe trabalhadora. Nesses oito próximos meses, se trabalharmos a uma taxa de 2,17% ao mês, chegaremos ao final do ano com 75%, é só fazer a conta.

Trabalhamos com chuva e com greve a uma média de 1,4%. Então, o eixo norte trabalhou a uma média de 1,8% nesses quatro meses. No leste é menor. Se acelerarmos mais o leste, onde vai se iniciar o trabalho agora, de dia e de noite, atingiremos, com toda certeza, algo acima de 2% de execução mensal, que vai dar no final do ano 75% de execução física. Acerca da água no canal, pretendemos, depois de montadas essas bombas, fazer os primeiros testes. Não posso lhe garantir aqui, mas entre junho e julho, até agosto. A fase de testes se inicia em breve, não posso aqui lhe garantir com 100% de certeza que será dentro de um mês ou um mês e meio, porque temos a questão da energia elétrica, temos um processo burocrático de acessar energia no sistema elétrico brasileiro, temos de acabar com as linhas de transmissão, que estão sendo feitas com toda celeridade. Agora, é a sintonia fina. Essa parte de apertar o botão e fazer a bomba funcionar, a água jogar, tem uma sintonia fina que qualquer problema elétrico que apareça... Não é nem hidromecânico, é elétrico. Eu não quero aqui garantir para vocês que vai ser daqui a 30, 40, 50 dias, mas, dentro desse prazo, tiramos água, jogamos água no canal. Não posso precisar o dia, eu estaria sendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k, Ministro. Agradeço à Dr^a Juliana Pontes Monteiro, agradeço ao Dr. Wagner Rosa da Silva, membros do TCU, CGU, agradeço a presença de V. Ex^a novamente a esta Comissão para prestar os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado. Sejam todos felizes. Bom dia, fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

Senador **Cícero Lucena**, Presidente Eventual.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião da Comissão, realizada em 17 de dezembro de 2014, às quinze horas e cinquenta minutos, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Cícero Lucena (PSDB/PB) e com a presença do relator, Senador Humberto Costa (PT/PE), e dos Senadores Vital do Rêgo (PMDB/PB) e Inácio Arruda (PCdoB/CE). Deixaram de comparecer os Senadores: Paulo Davim (PV/RN) e Lídice da Mata (PSB/BA). Na oportunidade, foi apresentado e aprovado o Relatório Final da Comissão e as atas da 8ª, 9ª e 10ª Reunião.

(Iniciada às 15 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

Senador **Cícero Lucena**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária e Externa criada pelo Requerimento 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão e apresentados pelo Relator, Senador Humberto Costa. Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores expectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o relatório já se encontra à disposição, não apenas dos integrantes da Comissão, mas também das pessoas que desejarem a ele ter acesso. De modo que vou me concentrar aqui na leitura das conclusões, até para que nós não percamos a oportunidade de discutí-lo e votá-lo, haja vista que em pouco tempo nós teremos o início da sessão ordinária que vai nos obrigar a suspender os trabalhos da Comissão.

Portanto, inicio a leitura das conclusões. Ao longo de cerca de dois anos de funcionamento, a Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR) ajudou a identificar problemas e a propor soluções para que as obras de transposição do Rio São Francisco pudessem avançar no ritmo que a sociedade brasileira deseja. Para isso, a Comissão reuniu-se em nove ocasiões, realizou diversas audiências públicas e visitou as obras associadas ao Projeto. Conforme se evidenciou neste Relatório Final, a Comissão permitiu que o Senado Federal exercesse seu papel de fiscalização e, ao mobilizar diversas instituições em audiências públicas, seguramente contribuiu para uma melhor articulação entre o Governo Federal, os órgãos de controle e as empresas envolvidas na execução das obras. Na ocasião em que o Plano de Trabalho desta Comissão foi aprovado, previa-se a construção de centenas de quilômetros de canal em dois eixos: Leste e Norte. No início de novembro de 2012, o progresso físico do PISF situava-se em 43% e as obras, que deveriam estar em andamento em nove lotes, estavam estagnadas em quatro deles. Atualmente, de acordo com Sumário Executivo do Projeto de Integração do Rio São Francisco editado em outubro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional (MI), a execução física do PISF atinge 67,5%. Esse mesmo documento mostra que, no segundo semestre de 2014, a contratação de mão de obra e o número de máquinas em operação nas frentes de serviço alcançaram seus valores mais elevados. Neste momento, mais de 11 mil trabalhadores fazem parte da empreitada. É claro que esse avanço significativo em dois anos é o resultado dos esforços de um conjunto de instituições e da própria sociedade brasileira e reflete um processo de aprendizado pelo qual passaram as instituições envolvidas. Considerando a magnitude da obra, houve dificuldades iniciais decorrentes, por exemplo, de imperfeições nos projetos básicos e executivos e da falta de conhecimento sobre a composição do solo. O atraso das obras foi também associado, em alguns casos, a restrições nas regras de licitação, a dificuldades com as licenças ambientais e a problemas fundiá-

rios. O Senado Federal, através desta Comissão, contribuiu para a superação desses problemas ao exercer seu papel de fiscalização e ao articular as instituições envolvidas com o PISF.

Apesar de todos esses avanços, o Senado Federal tem ainda muito a contribuir com esse processo. Em primeiro lugar, é preciso prosseguir acompanhando as obras de transposição, cuja conclusão está prevista para 2015, e de revitalização, que são requisito para a oferta abundante de recursos hídricos depois de terminadas as obras. Para isso, é necessário preservar a interlocução da Comissão com aqueles que já participaram de suas audiências públicas e auscultar outros segmentos da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o processo. Adicionalmente, é preciso converter o aprendizado acumulado com o acompanhamento do projeto em proposições legislativas que contribuam para uma melhor e mais célere aplicação dos recursos destinados a grandes projetos de investimentos do Governo Federal. Por fim, o Senado Federal pode contribuir para a definição de um padrão de regulação capaz de garantir a sustentabilidade do processo após a conclusão da transposição. Essas questões vão se tornando mais definidas à medida que a obra aproxima-se de sua conclusão. Concluimos este relatório com a sensação de dever cumprido, mas, ao mesmo tempo, antevendo os novos desafios que a próxima legislatura deverá enfrentar para que o Senado Federal continue contribuindo com o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. É por essa razão que propomos a criação de uma nova Comissão para acompanhar essas iniciativas na próxima legislatura. Entendemos que a continuidade dos trabalhos desta Comissão não somente contribuirá para um melhor andamento dessas iniciativas, como permitirá o transbordamento dos resultados alcançados para outras ações do Governo Federal que envolvam grandes projetos de interesse da população brasileira. É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Humberto Costa, o momento é de discussão. Mas eu gostaria de participar, primeiro, para parabenizá-lo pelo relatório que V. Ex^a apresentou. Não poderia ser diferente, já que V. Ex^a se fez presente não apenas nas audiências públicas, mas também e principalmente nas visitas in loco que foram realizadas, em que tive também o prazer de acompanhá-lo.

E quero dizer que eu só teria algo para sugerir ao seu relatório, para ver se V. Ex^a poderia acatar. É que, na última visita que fizemos à transposição, tanto eu como o Senador Vital do Rêgo perguntamos ao Ministro, naquela oportunidade, sobre os estudos do eixo, na Paraíba, do rio do Vale Piancó. Tanto nós demonstrávamos a importância daquela ação, como o próprio Ministro reconhecia também aquele valor. Então, se V. Ex^a permite, eu queria fazer apenas uma emenda ao relatório de V. Ex^a nos termos de recomendar ao Ministério que aprofunde os estudos, os trabalhos, já que é uma ação que tanto atinge o Estado do Ceará como o da Paraíba, para recomendar a possibilidade de fazer esse eixo que entra no Vale do Rio Piancó e que atenderá muito bem à Paraíba.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sem dúvida, Presidente. Em verdade, eu já havia me comprometido de incluir esse tema no relatório. Certamente, por alguma falha que fugiu ao meu controle não fiz constar. Mas eu incorporo plenamente a proposta de V. Ex^a. Peço apenas que, se possível, me envie por escrito, que farei, de imediato, não somente essa composição, mas também, no momento em que nós formos entregar ao Ministério da Integração Nacional esse relatório, nós possamos enfatizar essa preocupação muito pertinente dos Senadores da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Muito obrigado. Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, eu acato verbalmente a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Muito obrigado. Coloco em votação a minuta do relatório final da Comissão, com essa emenda. Aqueles Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Está aprovado o relatório final da Comissão.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Humberto Costa pelo trabalho.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, coloco em votação as Atas de nºs 8, e 9, bem como a reunião presente, solicitando a dispensa de sua leitura. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) As Atas estão aprovadas. Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos da comissão. Obrigado.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião da Comissão, realizada em 17 de dezembro de 2014, às quinze horas e cinquenta minutos, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Cícero Lucena (PSDB/PB) e com a presença do relator, Senador Humberto Costa (PT/PE), e dos Senadores Vital do Rêgo (PMDB/PB) e Inácio Arruda (PCdoB/CE). Deixaram de comparecer os Senadores: Paulo Davim (PV/RN) e Lídice da Mata (PSB/BA). Na oportunidade, foi apresentado e aprovado o Relatório Final da Comissão e as atas da 8ª, 9ª e 10ª Reunião.

(Iniciada às 15 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

Senador **Cícero Lucena**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária e Externa criada pelo Requerimento 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão e apresentados pelo Relator, Senador Humberto Costa. Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores expectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, o relatório já se encontra à disposição, não apenas dos integrantes da Comissão, mas também das pessoas que desejarem a ele ter acesso. De modo que vou me concentrar aqui na leitura das conclusões, até para que nós não percamos a oportunidade de discutí-lo e votá-lo, haja vista que em pouco tempo nós teremos o início da sessão ordinária que vai nos obrigar a suspender os trabalhos da Comissão.

Portanto, inicio a leitura das conclusões. Ao longo de cerca de dois anos de funcionamento, a Comissão Externa para Acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR) ajudou a identificar problemas e a propor soluções para que as obras de transposição do Rio São Francisco pudessem avançar no ritmo que a sociedade brasileira deseja. Para isso, a Comissão reuniu-se em nove ocasiões, realizou diversas audiências públicas e visitou as obras associadas ao Projeto. Conforme se evidenciou neste Relatório Final, a Comissão permitiu que o Senado Federal exercesse seu papel de fiscalização e, ao mobilizar diversas instituições em audiências públicas, seguramente contribuiu para uma melhor articulação entre o Governo Federal, os órgãos de controle e as empresas envolvidas na execução das obras. Na ocasião em que o Plano de Trabalho desta Comissão foi aprovado, previa-se a construção de centenas de quilômetros de canal em dois eixos: Leste e Norte. No início de novembro de 2012, o progresso físico do PISF situava-se em 43% e as obras, que deveriam estar em andamento em nove lotes, estavam estagnadas em quatro deles. Atualmente, de acordo com Sumário Executivo do Projeto de Integração do Rio São Francisco editado em outubro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional (MI), a execução física do PISF atinge 67,5%. Esse mesmo documento mostra que, no segundo semestre de 2014, a contratação de mão de obra e o número de máquinas em operação nas frentes de serviço alcançaram seus valores mais elevados. Neste momento, mais de 11 mil trabalhadores fazem parte da empreitada. É claro que esse avanço significativo em dois anos é o resultado dos esforços de um conjunto de instituições e da própria sociedade brasileira e reflete um processo de aprendizado pelo qual passaram as instituições envolvidas. Considerando a magnitude da obra, houve dificuldades iniciais decorrentes, por exemplo, de imperfeições nos projetos básicos e executivos e da falta de conhecimento sobre a composição do solo. O atraso das obras foi também associado, em alguns casos, a restrições nas regras de licitação, a dificuldades com as licenças ambientais e a problemas fundiários. O Senado Federal, através desta Comissão, contribuiu para a superação desses problemas ao exercer seu papel de fiscalização e ao articular as instituições envolvidas com o PISF.

Apesar de todos esses avanços, o Senado Federal tem ainda muito a contribuir com esse processo. Em primeiro lugar, é preciso prosseguir acompanhando as obras de transposição, cuja conclusão está prevista para 2015, e de revitalização, que são requisito para a oferta abundante de recursos hídricos depois de terminadas as obras. Para isso, é necessário preservar a interlocução da Comissão com aqueles que já participaram

de suas audiências públicas e auscultar outros segmentos da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o processo. Adicionalmente, é preciso converter o aprendizado acumulado com o acompanhamento do projeto em proposições legislativas que contribuam para uma melhor e mais célere aplicação dos recursos destinados a grandes projetos de investimentos do Governo Federal. Por fim, o Senado Federal pode contribuir para a definição de um padrão de regulação capaz de garantir a sustentabilidade do processo após a conclusão da transposição. Essas questões vão se tornando mais definidas à medida que a obra aproxima-se de sua conclusão. Concluímos este relatório com a sensação de dever cumprido, mas, ao mesmo tempo, antevendo os novos desafios que a próxima legislatura deverá enfrentar para que o Senado Federal continue contribuindo com o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. É por essa razão que propomos a criação de uma nova Comissão para acompanhar essas iniciativas na próxima legislatura. Entendemos que a continuidade dos trabalhos desta Comissão não somente contribuirá para um melhor andamento dessas iniciativas, como permitirá o transbordamento dos resultados alcançados para outras ações do Governo Federal que envolvam grandes projetos de interesse da população brasileira. É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Senador Humberto Costa, o momento é de discussão. Mas eu gostaria de participar, primeiro, para parabenizá-lo pelo relatório que V. Exª apresentou. Não poderia ser diferente, já que V. Exª se fez presente não apenas nas audiências públicas, mas também e principalmente nas visitas in loco que foram realizadas, em que tive também o prazer de acompanhá-lo.

E quero dizer que eu só teria algo para sugerir ao seu relatório, para ver se V. Exª poderia acatar. É que, na última visita que fizemos à transposição, tanto eu como o Senador Vital do Rêgo perguntamos ao Ministro, naquela oportunidade, sobre os estudos do eixo, na Paraíba, do rio do Vale Piancó. Tanto nós demonstrávamos a importância daquela ação, como o próprio Ministro reconhecia também aquele valor. Então, se V. Exª permite, eu queria fazer apenas uma emenda ao relatório de V. Exª nos termos de recomendar ao Ministério que aprofunde os estudos, os trabalhos, já que é uma ação que tanto atinge o Estado do Ceará como o da Paraíba, para recomendar a possibilidade de fazer esse eixo que entra no Vale do Rio Piancó e que atenderá muito bem à Paraíba.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sem dúvida, Presidente. Em verdade, eu já havia me comprometido de incluir esse tema no relatório. Certamente, por alguma falha que fugiu ao meu controle não fiz constar. Mas eu incorporo plenamente a proposta de V. Exª. Peço apenas que, se possível, me envie por escrito, que farei, de imediato, não somente essa composição, mas também, no momento em que nós formos entregar ao Ministério da Integração Nacional esse relatório, nós possamos enfatizar essa preocupação muito pertinente dos Senadores da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Muito obrigado. Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim, eu acato verbalmente a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Muito obrigado. Coloco em votação a minuta do relatório final da Comissão, com essa emenda. Aqueles Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Está aprovado o relatório final da Comissão.

Mais uma vez, parabeno o Senador Humberto Costa pelo trabalho.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, coloco em votação as Atas de nºs 8, e 9, bem como a reunião presente, solicitando a dispensa de sua leitura. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) As Atas estão aprovadas. Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos da comissão. Obrigado.

Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 2 de abril de 2014, às 14 horas e 16 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes a Presidente da Comissão, Senadora **Ângela Portela (PT-RR)**, o Relator, Senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** e Senadora **Ana Amélia (PP-RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores membros **Vital do Rego (PMDB-PB)**, **Cyro Miranda (PSDB-GO)**, **Ciro Nogueira (PP-PI)**, **Eduardo Amorim (PSC-PE)**, **Paulo Bauer (PSDB-SC)**, **Acir Gurgacz (PDT-RO)** e **Paulo Paim (PT-RS)**. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento

da educação no Brasil, criada pelo Ato do Presidente nº 36, de 2013, aditado pelo Ato do Presidente nº 40, de 2013, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Conforme aprovação do Requerimento nº 3, de 2014, esta Reunião destina-se à audiência pública de especialistas em educação e finanças públicas. Hoje contaremos com a presença de dois convidados: o Professor João Monlevade, Consultor do Senado, que convido para fazer parte da mesa; e o Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcelo Medeiros Coelho de Souza.

Registro aqui a presença do nosso Relator, Senador Cristovam Buarque. Eu queria agradecer a presença também dos consultores legislativos, técnicos, assessores, que nos acompanham nesta audiência pública.

Eu gostaria, Sr. Relator, Srs. convidados, de fazer uma breve fala introdutória, para que a gente possa iniciar a nossa audiência pública com a participação dos senhores convidados.

Ao defender o aumento do volume de recursos para a educação brasileira, penso em nossas crianças e em nossos adolescentes, assim como penso em nossos professores. Eu, como professora de sala de aula, conheço muito bem a realidade do dia a dia da escola. Por isso, apresentei uma PEC aqui no Senado Federal, a PEC nº 101, de 2011, que destina 10% do PIB para a educação – o Professor Monlevade, que me acompanhou e me orientou para apresentação desta PEC, sabe bem disso –, e está tramitando atualmente no Senado Federal.

Alimento a expectativa de que encontraremos caminhos para garantir ensino de melhor qualidade em nosso País. Esta proposta está incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), e a proposta em comum de suas metas é a equiparação dos salários do Magistério aos de outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade. Essa é uma das metas do nosso Plano Nacional de Educação.

Penso que a família brasileira prioriza a educação de qualidade como principal caminho para um futuro melhor e foi com essa compreensão que aceitei a responsabilidade de presidir esta Comissão especial destinada a debater, a propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, que hoje realiza a sua primeira audiência pública. Nós teremos uma série de audiências públicas, esta é a primeira.

Esta Comissão foi criada pelo Presidente Renan Calheiros com a finalidade de indicar caminhos que viabilizem a alocação de mais recursos para o sistema educacional em nosso País. E mais do que nunca nós precisamos encontrar caminhos, porque vimos recentemente divulgados os dados do Pisa e o Brasil não ficou numa colocação muito invejável, foi inclusive numa colocação bem preocupante.

Consequentemente, nesse debate estarão presentes outros convidados ligados à educação brasileira, conhecedores dos problemas enfrentados todos os dias pelos nossos profissionais. Tendo como relator o colega Senador Cristovam Buarque, nossa Comissão contará ainda com a contribuição de colegas Senadores como Cyro Miranda, Ana Amélia – que esteve aqui para marcar presença –, Ciro Nogueira, Vital do Rêgo, Eduardo Amorim, Paulo Paim, Acir Gurgacz e Aloysio Nunes Ferreira.

Todos nós, juntos, assumimos a missão inadiável de encontrar soluções para os graves problemas que ainda existem na educação do nosso País, a começar pela questão dos recursos destinados a essa área tão importante, básica. Ao examinar o financiamento da educação brasileira é impossível não nos debruçarmos sobre o desafio de definir qual a escola que queremos – essa fala é muito do Senador Cristovam: qual a escola que queremos?

Certamente desejamos escolas capazes de ajudar o aluno a desenvolver o raciocínio, a estimular a criatividade, interpretar as informações e planejar ações.

Não estamos aqui meramente para um exercício de contabilidade, para examinar números a respeito de ingressos e de despesas. Precisamos definir qual a educação de que precisamos, qual o ensino que queremos, e aí, sim, projetar os seus custos.

Esse é o nosso grande desafio, não é, Senador Cristovam? Nós estamos nessa linha que V. Ex^a já indicou em outras reuniões da nossa Comissão, para definirmos aqui a escola que queremos para os nossos alunos brasileiros.

Então, ditas essas poucas palavras, eu gostaria de passar agora a palavra para nosso convidado, nosso querido João Monlevade, Consultor do Senado Federal.

O SR. JOÃO MONLEVADE – Senadora Angela Portela, Senador Cristovam, não só políticos engajados na educação como também companheiros de trabalho, de lutas aqui no Senado Federal, todos os presentes, especialmente o Marcelo, que estou conhecendo hoje e que deve abrilhantar este depoimento com uma mensagem do IPEA.

A minha fala vai ser muito simples, mas muito provocativa, Senador. Eu pretendo tentar aqui responder a seis perguntas. A primeira, já antiga, é se os recursos atuais da educação pública são suficientes para atender – e atender com qualidade – a educação básica e superior? A segunda pergunta é se os recursos a mais devem vir preferencialmente da União ou também dos outros Entes federados? A terceira pergunta é que fontes estaduais e municipais devem ser potencializadas, já que elas hoje se responsabilizam por quase 80% do financiamento

da educação pública? A quarta pergunta tem a ver com todo um debate que começou com o Fundef; então, o que gente pensa do Fundef, do Fundeb e também do pós Fundeb que está chegando? Já passamos da metade dos 14 anos. A quinta pergunta é sobre as despesas em educação: são gastos, investimentos ou desperdícios? E a última pergunta, já talvez um pouco mais política do que econômica, é a seguinte – e aí, Senadora Angela Portela, estou com o meu olhar muito direcionado para o seu Estado, que é limítrofe com uma nação que está hoje em perigo, a nossa querida Venezuela –: a educação é um problema do Brasil ou um problema de classe social? É um projeto de nação ou é um projeto de alguma classe social?

Vamos começar pela primeira. Os recursos são suficientes? Quantos são esses recursos? Ao redor de R\$250 bilhões foram gastos em 2013 com educação superior e educação básica; mais ou menos 75% em educação básica e 25% em educação superior.

A resposta me parece que é muito simples. Se nós nos conformarmos, Senadores, com uma educação elitista ou mesmo seletiva, talvez esses recursos sejam suficientes. Estamos aí navegando e comemorando 97% de atendimento no ensino fundamental, 88% de atendimento na pré-escola, um avanço extraordinário de matrículas na educação superior, que em 20 anos saltou de 1 milhão para 7 milhões. Então, talvez, esses recursos, nessa ótica, sejam suficientes.

Entretanto, estamos aqui em uma Casa de leis e somos regidos por uma Constituição cidadã, que dá direitos muito mais amplos e profundos em matéria de educação. Todas as crianças, de 4 a 17 anos, hoje, pelo art. 208 da Constituição, têm um ensino obrigatório na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, o que equipara o Brasil a praticamente todos os países das sociais-democracias europeias.

E aí a coisa fica meio complicada, porque nós temos não somente alguns milhões de alunos que não estão matriculados nessa faixa etária, como principalmente estão submetidos a um ensino de muito má qualidade. Primeiro, porque a partir de 1930, como é de conhecimento de todos, a educação era em jornada integral, até integralíssima. Os internatos tinham 24 horas de educação – eu mesmo fui 11 anos interno –, havia os semi-internatos e os externatos. Quem leu o *Conto de Escola*, do Machado de Assis, lembra-se do menino que vem para a escola de manhã, volta para almoçar no morro e volta à tarde para estudar, ou seja, a escola pública popular tinha de 7 a 8 horas de duração, até 1930. Todas! A partir de 1925, 1926, o Estado de São Paulo comandou uma reforma perniciosíssima, que foi a criação do turno matutino, do turno vespertino e, daqui a pouco, do turno intermediário, o chamado “turno da fome”, e naturalizou esse currículo reduzido, inclusive em nome da higiene, dizendo que o Brasil era um país tropical, em que o sol nasce bem cedo e se põe depois das seis, portanto, cabem dois turnos, e a gente pode economizar, Senador Cristovam, muito dinheiro e prédio colocando três, quatro alunos na mesma carteira, três quatro professores na mesma sala, etc., etc.

Então, diante de tudo isso, não há dúvida nenhuma de que os recursos atuais são insuficientes. Só para passarmos os 40 milhões de alunos hoje em turno reduzido para a jornada integral, precisaríamos no mínimo de uns R\$60 bilhões a R\$70 bilhões. Isso em dados muito conservadores.

O direito da educação, no ensino fundamental e médio, Senadores, não é só o direito de crianças e adolescentes, mas o direito de todos os cidadãos, e, no Brasil, os dados do PNAD acusaram, em 2010, 57,7 milhões de adultos que não concluíram o ensino fundamental, Marcelo. Quando a obrigatoriedade passa para o médio, então, a coisa vai chegando lá pelos 75 a 80 milhões. Não completaram, por quê? Porque não quiseram? Duvido. Porque não tiveram condições de acesso e muito menos de continuidade dos estudos. E o art. 208 é claríssimo. Todos os adultos têm direito público e subjetivo, a tal ponto que o próprio Poder Público teria que fazer levantamento anual e procurar essas pessoas para que eles concluam o ensino fundamental e médio.

Bom, diante de tudo isso, não há dúvida nenhuma de que os atuais R\$250 bilhões são insuficientes. Como não é o caso aqui, não há sentido em fazermos retórica, mas se compararmos os R\$2,5 mil do custo aluno médio do Fundeb, no Brasil, hoje, com os R\$6,5 mil mensais daquela linda escola do SESC do Rio de Janeiro, pensamos em quantas vezes mais dinheiro precisaríamos para assegurar qualidade.

Segunda pergunta: os recursos a mais devem vir da União ou de todos os Entes federados? Dá para perceber que as reivindicações sindicais, as reivindicações dos prefeitos e dos governadores é de que sempre haja maior aporte da União. Entretanto, precisamos tomar muito cuidado com isso. Tivemos uma construção histórica da descentralização da oferta de educação no Brasil. Quando os jesuítas fundaram o Colégio dos Meninos de Jesus, eles ganhavam a redízima, que era um centésimo do imposto de exportação daquele tempo, o quinto da coroa, e isso era totalmente insuficiente. O que fez o reitor do colégio, Padre Manoel da Nóbrega? Comprou fiado onze novilhas, colocou na Água dos Meninos, um bairro que existe até hoje em Salvador, e dali a dez anos tinham 500 cabeças de gado, que constituíram a fonte de recursos dos colégios e escolas jesuítas.

Então, a Coroa portuguesa abdicou de gastar do que arrecadava para entregar para os padres e irmãos coadjutores o financiamento da educação. Quando Pombal expulsou os jesuítas – diga-se de passagem, para confiscar os bens deles para poder reedificar Lisboa, que tinha sido destruída pelo terremoto de 1755 –, como

a educação passou a ser financiada? Pelas câmaras municipais, pelo subsídio literário, que era cobrado da corrida da cachaça, uma canada de cachaça e um arretel de carne bovina e suína.

Em 1834, houve outra descentralização, que foi a mais forte de todas, quando se criou o imposto sobre vendas e consignações, que deu às províncias a capacidade de oferecer ensino primário e secundário. O Senador Cristovam é de Pernambuco e sabe muito bem que, durante 50 anos, o Estado de Pernambuco só tinha um ginásio público, embora tivesse muitas escolas primárias, todas elas financiadas pelo atual ICMS, que naquele tempo tinha aquele selinho em cima da garrafa de cachaça, no cigarro, etc...

Então, a União tem responsabilidade? Tem e pode aumentar a sua responsabilidade. Chamo a atenção, aqui, para quatro impostos que hoje são subarrecadados.

O primeiro é o Imposto Territorial Rural. Gente, o Brasil tem oito milhões de quilômetros quadrados, não é isso, Marcelo? Um pouquinho mais. Isso significa 800 milhões de hectares. A arrecadação de ITR não chega nem a R\$500 milhões. Não dá nenhum real por hectare ano. Isso está totalmente na contramão dos outros países onde os impostos patrimoniais superam os impostos de circulação e de consumo.

Então, a primeira coisa que já está apontando para aquela pergunta do projeto de classe ou do projeto de dação é que há uma classe que está muito privilegiada e que não paga imposto. Não é verdade? Então, se alguém tiver mil, dois mil, três mil hectares de terra, deve procurar o Papa Francisco para fazer a confissão de culpa.

Mas não é só o ITR. Quanto ao ITR, eu calculo que dá para a gente arrecadar tranquilamente de R\$20 a R\$30 bilhões. E, vejam bem, eu estou numa perspectiva bem conservadora. Não é para aumentar a alíquota de 18% para 25 % da União. Não é para aumentar de 25% para 30%. Até podemos pensar nisso, mas eu imagino que o esforço maior é o esforço de aumentar a receita.

Diga-se de passagem, o “sonômetro” – é fácil, é só entrar no Google e ver – já está apontando R\$145 bilhões no último dia de março. No ano passado foram R\$415 bilhões de sonegação.

Vejam bem, não estou falando aqui de não cobrança, porque o ITR – não sei se o Senador Cristovam já passou por isso. Eu já passei porque eu tinha uma chacinha lá em Mato Grosso de 14 hectares – é autodeclaratório. A gente, mesmo, diz quanto é que quer pagar. É interessantíssimo. Eu consegui passar dez anos pagando R\$50 por ano, por uma área de 14 hectares. Também tenho a minha parcela de culpa.

Qual outro imposto em que se pode pensar no nível da União? Eu imagino que o Imposto de Renda volte a ter alíquotas mais progressivas. Eu não sei se o Marcelo lembra, ele é mais jovem do que eu, mas, no tempo do Roberto Campos, do Delfim, o Imposto de Renda era 15%, 25%, 35% e 45%. Aí veio a Constituinte e baixou para 15% e 25%. Aí veio o Fernando Henrique Cardoso e aumentou um pouquinho, para 27,5%, que era provisório, por uma medida provisória. Até agora está valendo. Mas já tivemos arrecadação de 45% das pessoas mais afortunadas. Então, uma saída é esta: aumentar as alíquotas do Imposto de Renda. A outra é aquela velha ideia do IGF, do Imposto sobre Grandes Fortunas, que está se arrastando e não está tramitando.

Está muito na moda se falar em *royalties* do petróleo e do pré-sal. Agora, em curto prazo, Senadores, eu não vejo muita perspectiva, não. Há cálculos interessantes, etc. Se a gente pensar ainda em uns cinco ou dez anos, tudo bem, é uma nova fonte. Mas não podemos esperar muito dinheiro.

Eu ainda gostaria de acenar para duas possibilidades de tributos novos, que não vão mexer com ninguém. Todo mundo vai continuar bem; ninguém vai perder a sua propriedade; nada disso.

O que é que acontece quando um brasileiro faz um curso de Engenharia, de Direito, de Medicina ou mesmo de licenciatura numa universidade federal ou estadual? Acontece que ele é privilegiado, não paga nada, coisa bastante rara no mundo inteiro. E, terminado isso, está provado que ele tem um grande ganho de renda. Ele passa, suponhamos, a ganhar 40%, 50%, 60%, 70% a mais. Então, Senador, coisa mais simples: vamos ter uma contribuição da educação superior. Não existe já o Fies? Para fazer faculdade particular, ele não paga e dois anos depois começa a pagar. A gente podia fazer uma coisa muito mais simples, uma alíquota de 2% no Imposto de Renda direto para a universidade que o formou. Já pensou que maravilha? O senhor, como reitor da UnB, teria uma fonte maravilhosa, porque já formou mais de 150 mil pessoas. Todas essas pessoas ex-alunos, *alumni* dos Estados Unidos, passariam a fazer um aporte direto para a educação superior aliviando o Estado para gastar mais em educação básica.

Outra idéia – pela qual o meu colega Valderi também tem bastante apreço – é a gente fazer um imposto de movimentação financeira para a educação. Perdemos o que era destinado teoricamente à saúde e que foi muito usado para o superávit fiscal, e a gente podia ter aí zero vírgula... Quanto? Qual é o número do PDT? É 35? Qual é mesmo? Já me esqueci. O do PSDB é 45, não é? 0,45 desse imposto, de imposto do cheque, diretamente para a educação.

Já está provado. Olha lá! Isso é provado cientificamente. O imposto entrou, não onerou ninguém. Aqueles 0,38 não oneravam ninguém. Aí quando disseram: Agora vai acabar, as coisas vão abaixar de preço. Não é? Não baixou nada. Não baixou preço de nada. Então é sinal de que dá para se pagar tranquilamente.

Neste momento eu gostaria de colocar aqui uma idéia, Marcelo, que gostaria de saber inclusive sua posição sobre ela.

O meu colega de Consultoria, José Patrocínio, ensinou-me que todo sistema tributário está baseado em duas grandes realidades. Uma é a capacidade contributiva e outra é a capacidade arrecadatória.

Se a gente grava um pequeno empreendedor com várias taxas e impostos, você está indo contra a capacidade contributiva dele. Nem começou o empreendimento dele e já está pagando imposto. Não é? Agora, se uma pessoa tem uma capacidade contributiva provada, seja ela de renda, de salário, com os picos, etc, não tem problema. Tudo bem, então daí vem o princípio constitucional do imposto progressivo, justamente. O imposto de Renda em alíquotas progressivas, o IPTU em alíquotas progressivas e etc. E a capacidade arrecadatória tem a ver tudo com a política, com a reforma política. No nº 6 aí eu faço uma pequena colocação.

Senadora, eu ainda tenho quanto tempo?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Cinco minutos.

O SR. JOÃO MONLEVADE – Opa! Então, vamos nos apressar e deixar para depois, para a hora das perguntas, alguma coisa a mais.

Bom, quanto às fontes estaduais e Municipais eu tenho a dizer uma coisa aqui que é muito séria. O Estado do Pará é o Estado mais rico da Federação em recursos naturais. Ele tem o ICMS *per capita* dos mais baixos do País. Por quê? Porque os produtos de exportação, Senador, são imunes, não pagam nada.

O imposto que deu riqueza para Portugal durante três séculos, que era a exportação de pau-brasil, de ouro, de açúcar, hoje não é cobrado. Moral da história: Nem o imposto de exportação, nem o ICMS. O que está acontecendo é uma loucura. O Brasil passa 2 bilhões e 500 milhões por ano, do Fundeb, Marcelo, para o Pará, para compensar que eles não têm receita do ICMS, que poderia ser superabundante.

Então o ICMS pode aumentar, o Imposto de Renda Retido na Fonte dos servidores é um círculo virtuoso. Olha que coisa linda. O Distrito Federal está arrecadando quase 3 bilhões, Senador. No seu tempo eram 500 milhões, quando o senhor foi Governador, não é? O Imposto de Renda Retido na Fonte dos servidores, que têm salários quase todos eles acima do Imposto de Renda, davam R\$500 milhões para o Governador Cristovam. Hoje o Governador tem quase R\$3 bilhões, que é o chapéu que ele cobra dos funcionários mais bem aquinhoados. Isso é uma coisa interessantíssima, porque aumentando o salário dos professores, Senadora Angela, imediatamente os professores passam a contribuir mais para o financiamento da educação.

O IPTU nem se diga. Não vou nem fazer nenhuma declaração aqui, mas é uma vergonha. Há prédios, casas aqui que valem R\$3 milhões no Lago Sul, no Lago Norte, que pagam de R\$2 mil a R\$3 mil por ano de IPTU. O 1% seria R\$15 mil ou mais.

Sobre Fundeb e Fundef. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Fundef representou uma resolução para a equidade entre Estados e Municípios e o Fundeb para o planejamento sistêmico da educação no Brasil. Voltar atrás desses fundos seria um desastre. Então, imagino que temos que começar a pensar como vai ser a prorrogação do Fundeb e se ele vai passar a ter outro tipo de arquitetura, mas de qualquer forma, conjugando o atual sistema inclusive com 60% para pagamento de professores, com a complementação da União. Diga-se de passagem, é bom a gente colocar aqui. Estou vendo os meus colegas da Consultoria e a gente tem discutido isso.

No Senado, foi adicionado o termo “no mínimo”. Então, no mínimo, a União teria que entrar com 10% de complementação para o Fundeb. Durante sete anos de Fundeb, esse mínimo está sendo o máximo. Não se dá um real a mais e, com isso, os Estados e Municípios arcam com a maior responsabilidade.

Quase terminando. Despesa em educação é gasto, investimento ou desperdício? Gente, nosso ex-Presidente Lula, nos palanques, costumava dizer: “O que se gasta em educação é investimento”. Eu, com todo o respeito, acho que isso é uma figura de retórica. Pode ser investimento se o gasto realmente atingir o objetivo. Que dizer, por exemplo, Davi, que dizer de R\$3 bilhões que os governos estaduais e municipais gastam com professores de inglês no ensino fundamental e médio? O que nossos adolescentes aprendem de inglês na escola pública no Brasil? Pergunto para vocês. Aprende, sim. Aprende que inglês é difícil e que, depois, o pai e a mãe vão ter que pagar uma escola de idioma. E estão rolando R\$7 bilhões. Olha lá. Então, isso é investimento? De jeito nenhum. Isso é desperdício, um gasto sem tamanho.

O caso da formação de professores está parecido. Eu fui professor da UnB durante oito anos, do curso de Pedagogia, até que um dia, Senadora Angela, uma aluna me falou assim: “Professor, o senhor é muito ingênuo. O senhor está pensando que nós aqui na Pedagogia vamos nos formar e vamos dar aulas para criança suja, de escola pública?”. Claro que desisti e fui atrás. De cada cem formados só cinco iam para a sala de aula, pois 95% consideram Pedagogia da UnB como preparação ótima para concurso público em Brasília.

Finalmente, educação é problema do Brasil ou de classe? Projeto de Nação ou de classe? Eu acho que isso é um tema muito candente. Não adianta nada, absolutamente nada a gente duplicar os investimentos se esses investimentos não foram assimilados como um projeto de Nação. Enquanto a gente tiver essa realidade. Na Finlândia, no Japão, na Coreia, no Canadá a classe média coloca os filhos na escola pública. A classe média é a maior classe social da sociedade. Portanto, o projeto dela é um projeto de Nação. Agora, aqui no Brasil, o que acontece com as classes alta e média? Se colocar o filho na escola pública vai ser ridicularizado. É uma coisa complicadíssima, muito complicada.

E aí eu completo, inclusive, respondendo ainda à quinta pergunta. Por mais sindicalista que eu tenha sido, por mais que eu tenha lutado pelo piso salarial no Brasil etc., eu reconheço: não adianta duplicar ou triplicar o salário do professor se não forem dadas condições de um compromisso total do professor ao projeto pedagógico. Se ele continuar a dar aula sessenta horas por dia, ou por semana, desculpe, em duas, três escolas, se ele não for capaz de corrigir os textos que ele passa para a criança, não há melhoria da qualidade da educação. Quando muito, ele vai ter um consumo maior, mas, realmente, educação de qualidade, financiamento digno não vamos chegar a ter.

Era mais ou menos isso que eu gostaria de colocar e me ponho à disposição para responder às perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Prof. João Monlevade. É sempre uma satisfação ouvir os seus conhecimentos a respeito da educação no nosso País, o histórico que fez aqui, e principalmente neste momento em que estamos discutindo soluções, propostas para o financiamento da educação no nosso País. Quando o senhor coloca que poucos, que os cursos de Pedagogia da UnB têm poucos que vão para a sala de aula, não é verdade?

O SR. JOÃO MONLEVADE – É triste.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – É triste.

A gente observa, em muitas universidades brasileiras, para os cursos de licenciatura, licenciatura em Letras, Matemática, Física, Química, Biologia, as universidades oferecendo mais vagas, mas não conseguem nem preencher as vagas no vestibular, para que se forme uma boa turma para o curso funcionar. É impressionante. São inúmeros os casos. E na nossa Universidade Federal de Roraima, a gente tem oferta de vagas, por exemplo, para o curso de Física, trinta vagas no vestibular, e não se consegue preencher as vagas para formar o curso. E isso me parece que é uma situação no Brasil inteiro. Até na UnB aqui, o curso de Pedagogia não é usado... Na verdade, o aluno não está interessado em exercer a profissão de professor.

Mas obviamente a profissão de professor não é uma profissão atrativa. Não é uma profissão valorizada, tanto do ponto de vista de salários quanto também do reconhecimento da sociedade com esse profissional. É “professorinha”. Existe também esse preconceito de classe, de formação, sem dúvida nenhuma, Senador Cristovam Buarque. Eu mesma já fui vítima. “Não, ela é uma professorinha”. Porque o professor é uma categoria profissional que não tem o reconhecimento da sociedade como aquele profissional que cuida da formação, da educação dos nossos filhos.

E o próprio Poder Público também, quando não faz um investimento necessário na sua formação... Porque o Prof. João Monlevade colocou com muita clareza aqui que não basta só aumentar os investimentos em educação se não houver o compromisso do professor com o projeto pedagógico da escola. Isso mostra claramente que é preciso pagar bons salários, mas é preciso também investir na formação, na capacitação continuada dos nossos professores.

Então, eu queria só fazer esse breve comentário a respeito da desvalorização que os cursos de licenciatura têm, da falta de interesse que a juventude tem de cursar cursos de licenciatura para serem professores. Geralmente os nossos professores são aqueles jovens que vêm de uma classe... da classe mais baixa da população, daqueles que têm uma renda menor, de famílias de renda muito menor. O jovem de classe média ou alta dificilmente vai procurar um curso de Pedagogia ou de licenciatura para exercer a profissão de professor.

Bem, mas eu queria, neste momento, agradecer ao Prof. João Monlevade e passar a palavra para o nosso segundo convidado, Marcelo Medeiros Coelho de Souza, pesquisador do Ipea.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Muito boa tarde, Senadora, muito obrigado. Cumprimento a senhora, cumprimento também o Senador Cristovam Buarque, os demais Senadores e Senadoras, meus colegas aqui, algumas pessoas que já conheço há muito tempo.

Está ligado? Melhorou? Como é que está o som? Eu não tenho retorno. Está bom? Está ótimo.

Bom, eu agradeço muito o convite. Para dizer a verdade, estou muito honrado. E o que eu vou tentar fazer é responder a uma única pergunta. Essa é a pergunta que está colocada no relatório da Comissão. O Senador Cristovam, que foi meu professor, é o Relator e o Valderi fez a gentileza de me entregar. Enfim, eu já conhecia um pouco o conteúdo desse relatório, dos debates anteriores, e agora eu o conheço na forma de relatório final.

Eu quero começar dizendo que achei muito boa a ideia de ter um relatório para ser avaliado, em vez de fazer um convite para que os pesquisadores falassem de assuntos diversos.

Não cabe a mim me meter na dinâmica das Comissões, mas eu acho que a sugestão aqui funcionou muito bem, porque se tivessem me chamado para cá eu simplesmente iria falar dos estudos que tenho; por alguns iriam ter interesse, por outros não. E aqui diretamente eu tenho objetivamente questões a responder. Então, nesse sentido, não sei se é o melhor para a Comissão, mas definitivamente, do meu ponto de vista, é mais conveniente responder esse tipo de indagação.

Tento explicar um pouco o que eu vou tentar fazer rapidamente aqui. O que eu fiz, antes de ter consciência do relatório, foi uma compilação dos estudos sobre desempenho educacional, no Brasil, nos últimos quinze anos, e, com algumas exceções, em até vinte anos. Eu reuni as principais conclusões desses estudos de maneira que eu organizasse as grandes tendências, etc; e, em algum grau, eu comparei os resultados desses quinze anos de estudos brasileiros com resultados de estudos feitos em outros países.

Então, nesse sentido, eu basicamente vou tentar mostrar aqui é como – não eu, Marcelo – esses estudos que me antecederam e que nos antecederam a todos responderiam, de certa maneira, algumas perguntas desse relatório. E eu vou tentar consolidar na grande pergunta do relatório, colocado pelo relatório: é possível o Brasil estar entre os vinte países do mundo com melhor educação de base em vinte anos?

Eu vou tentar não dar a minha posição específica sobre isso, mas tentar mostrar o que esses estudos trariam para dar essa resposta.

Dito isso, eu queria fazer uma ressalva: não se dar autoridade demais para o que eu vou dizer aqui. Eu faço essa ressalva pelo seguinte: embora eu vá fazer o melhor possível para trazer os resultados desses estudos, a sensação que eu tenho é que é muito arriscado eu dar uma opinião muito tecnocrática sobre como deve funcionar a educação no Brasil.

Eu digo isso porque, por causa do meu trabalho no Ipea e em outros lugares, eu já tive a oportunidade de ver várias soluções altamente tecnocráticas vindas de especialistas como eu, meus colegas e eu mesmo, e que, no fundo, essa solução está sendo dada sem muito conhecimento de como as coisas funcionam, na realidade, na base.

Então, embora eu esteja fundamentado por esses estudos, etc, eu não queria que se atribuisse mais autoridade do que é devida por isso. Eu acho que tem uma coisa do conhecimento concreto, de quem está na ponta, na sala de aula ou na administração, que também tem de ser ponderada com muito cuidado.

Esses estudos que eu tenho são muito macro. Eles são muito baseados em grandes estatísticas, grandes *servers*, grandes levantamentos de dados, e deixam de captar informações que são muito importantes por isso.

Então, feita essa ressalva – eu acho que seria importante – para não se conferir mais autoridade do que se deve.

Feitas as ressalvas necessárias, eu passo para a tentativa de responder eu acho que talvez a pergunta que considero a pergunta mais importante para conduzir a argumentação nesse relatório, que é sobre a possibilidade de o Brasil estar entre os vinte melhores países do mundo. Ou seja, entre os dez melhores do Pisa, porque nem todos os países do mundo estão no Pisa; entre os vinte melhores países do mundo em educação de base em vinte anos.

Eu começo fazendo uma diferença que acho importante levar em consideração quando se determina uma meta dessa ordem. É a diferença entre escolas e educação. A diferença, por exemplo, entre escolas, qualidade das escolas e desempenho no Pisa. Eu digo isso porque o desempenho no Pisa, na verdade, é uma combinação entre duas coisas: é uma combinação da qualidade das escolas que formam os alunos, mas também combinada à qualidade dos alunos.

E eu explico melhor.

A maior parte dos estudos sobre desempenho educacional no mundo – e no Brasil isso não é exceção – mostra que existe um peso gigantesco da origem social – basicamente a educação dos pais, e, fundamentalmente, da mãe, mas dos pais em geral – na determinação da educação futura dos filhos, de certo grau, independente da qualidade das escolas. Não é totalmente independente; independente é uma maneira de colocar. Mas o fato é que crianças de famílias muito bem educadas, por exemplo, filhos e filhas de professoras... E não é renda, basicamente o que chamamos de origem social envolve algo mais do que renda, exceto quando a renda é muito baixa não é a renda que faz tanta diferença. Um exemplo só nominal é que as filhas de professoras, que geralmente não são pessoas de renda muito alta, geralmente têm desempenho muito alto porque têm origem social muito boa. Embora não sejam de famílias ricas, vêm de famílias com boa educação.

Um outro exemplo radical diferente é o caso clássico de como a Coreia conseguiu expandir o sistema educacional tão rapidamente, em parte porque tem uma cultura de valorização da educação muito forte. Então, esse conjunto de coisas, a educação dos pais, a relação cultural com a educação, vamos chamar essa coisa

bem ampla e não muito fácil de definir de origem social. A origem social tem um peso muito grande no desempenho escolar das crianças e isso vai afetar qualquer resultado de política no Brasil, nos próximos 30 ou 50 anos, talvez mais do que isso.

Por que é importante levarmos em consideração? Porque feita a diferença entre ter escolas de alta qualidade e ter educação de alta qualidade, podemos pensar em que medida uma meta dessa ordem é alcançável. Está dentro do controle das políticas públicas modificar o sistema educacional para essa geração, no curto prazo. Em teoria – é absurdo o exemplo – amanhã de manhã podemos transformar o sistema educacional brasileiro num sistema espetacular, sensacional, funcionando perfeitamente. Dados os recursos e a energia necessária conseguiríamos fazer isso. Agora, mesmo que, amanhã de manhã, tivéssemos um sistema educacional brasileiro perfeito, o nosso desempenho educacional num exame como o Pisa, por exemplo, não seria bom, não seria bom durante muito tempo.

Não seria bom, primeiro, porque estaríamos treinando alunos que já vieram no treinamento ruim anterior. Então, vai-se tentar recuperar um atraso muito grande, que é muito difícil de ser recuperado depois de certo momento da vida. Segundo, mesmo que não tivéssemos que recuperar esse atraso, mesmo que tivéssemos educando a primeira geração de crianças, desde o começo, nas melhores escolas, ainda assim teríamos problemas importantes. Existe uma maneira de explicar isso que vou usar depois, mas é porque a maior parte da educação das crianças não acontece nas escolas. A maior parte da educação da criança acontece fora do ambiente educacional.

Vou dar um exemplo simples, para fazermos a matemática disso daqui com os sistemas que não são de turno integral e por isso imediatamente se infere a importância do sistema de turno integral. Um exemplo simples de sistemas que não são de turno integral, um exemplo simples, já que todo mundo falou de casos pessoais é um sistema em que eu estudei. Eu ia para a escola das 7 da manhã ao meio dia. Suponho que fosse de 7 da manhã ao meio dia. Eu tinha a tarde inteira livre, tinha a noite inteira livre e tinha três meses do ano sem aula. Façam as contas: um dia de 24 horas, 8 horas eu dormia e sobravam inúmeras outras horas. Delas eu tirava cinco. A maior parte do meu dia eu estava sendo educado pela minha mãe, pelo meu pai, pelos meus colegas, que estavam brincando comigo, pela televisão, o que acontecesse na minha vida. Uma parte muito grande do treinamento da educação passa por isso.

Isso acontece durante três meses do ano. Ou seja, durante mais da metade do meu dia eu estava tendo educação fora da escola. Durante um terço pelo menos do ano eu estava tendo educação fora da escola. Durante os fins de semana, sábado e domingo, estava tendo educação fora da escola. Portanto, a maior parte da educação acontece fora da escola.

Por que é importante levar isso em consideração? É importante levar isso em consideração porque mesmo que tenhamos um sistema educacional muito bom, isso não significa que o nosso desempenho nos exames vá ser refletido automaticamente. Provavelmente, esse desempenho vai demorar gerações, de uma geração para outra, ou seja, um salto geracional de uma geração para outra para que possamos medir.

Por que é importante ter isso em mente? É importante ter isso em mente porque assim que implementarmos políticas de larga escala, vamos querer avaliá-las. É preciso avaliá-las tendo consciência de que temos um freio geracional que impede que a resposta dessas políticas que são necessárias seja imediata. É mais ou menos como se ter uma pessoa... Analogia com doença não é bom, porque ter pouca educação não é doença, mas é uma analogia só para ficar mais claro. É como se chegasse uma pessoa muito doente no hospital; por mais que o hospital seja bom, se a pessoa já está extremamente doente não vai ter uma melhora completa rapidamente.

Então, a primeira coisa é levarmos em consideração essa diferença entre escolas e educação. E a resposta mais provável é que consigamos, num período razoavelmente curto de tempo, digamos talvez 20 anos, melhorar brutalmente o nosso sistema educacional. O mais difícil seria melhorar o nosso desempenho educacional, porque aí a barreira da origem social pesaria muito mais, lembrando sempre que os alunos influenciam na qualidade do sistema. Não é questão de se ter professores excelentes, o que é muito importante, mas não é essa a resposta completa para o problema, porque professores excelentes dando aulas para crianças de baixo desempenho vão reduzir a dinâmica do curso, vão “puxar menos o curso”, vamos colocar assim.

O segundo sobre a discussão dessa meta... Eu estou colocando a meta de 20 anos. Podemos pensar na meta de 20, 30 anos. Basicamente, é o que eu estou querendo discutir.

O segundo aspecto diz respeito a um salto geracional. É possível criarmos melhoras importantes na gestão do nosso sistema. Na gestão, eu estou incluindo não só a gestão micro, no nível da administração do dia a dia, do cotidiano escolar, mas também a gestão macro, a macro-organização, pagamento de salários, valor dos salários pagos aos professores e, no caso dos exemplos de federalização, essa macroadministração do sistema.

Qual é o problema do salto geracional? É que por mais que nós... Suponhamos, por exemplo, só para fazer uma analogia, que amanhã implementássemos as condições de macrogestão perfeitas, ou seja, conse-

guíssemos federalizar amanhã de manhã a educação, todos os problemas de financiamento fossem resolvidos e nós tivéssemos o dinheiro necessário para isso. Por mais que gastássemos corretamente e bem, existiria um problema, que é o problema inercial.

Enquanto a Senadora comentava aqui, existe um fato que é a profissão de professor não ser uma profissão atrativa. Enquanto todo mundo no Ipea estava fazendo conta sobre se existe ou não apagão de engenheiros, se existe ou não apagão de médicos no Brasil, eu fiz o se existe ou não apagão de professores, que é um negócio menos valorizado sempre, mas o fato é que a mim interessava muito. O que eu fiz, na verdade, foi um pouquinho diferente do apagão, porque eu já sabia que não havia apagão. Há muito professor. A classe com mais formação em nível superior no Brasil são os cursos de Pedagogia e os relacionados ao ensino. É mais do que engenheiros, médicos e economistas somados. É uma das maiores classes. As maiores classes são Administração, Direito, Pedagogia/Disciplinas do Ensino.

Eu não me lembro exatamente do número, mas o que me preocupava era a atratividade de alguém fazer um curso desses. Eu fiquei imaginando o seguinte: suponhamos que você chega a cegas e tem que tomar a decisão de que curso você vai fazer. A única informação que você tem é quanto você pode ganhar de salário. E aí eu fiz a conta com a base, eu fiz a conta com os nove... Eu não lembrava o valor exato da proposição de aumento salarial, então eu fiz a conta com R\$9 mil redondos. Agora me falha o número, mas a probabilidade de uma pessoa formada num curso de ensino – vamos falar Pedagogia só para simplificar, mas pode ser qualquer curso destinado ao ensino – ter um salário, no mercado, superior a R\$9 mil é 24 vezes menor do que a probabilidade de um médico.

Eu posso ter errado no número. Pode não ser 24, mas é um número grande, numa ordem muito grande, ou seja, de várias e várias e várias dezenas, mais de uma dezena de vezes maior de eu seguir qualquer outra profissão que não a profissão de ensino, a carreira de ensino. É óbvio que, se você tem a chance tão pequena de estar na carreira de ensino – eu poderia ter esse número exato, com alguma facilidade, é porque eu não o tenho de cabeça –, essa profissão não é atrativa e já não é atrativa no momento. Você pode aumentar a atratividade, mas ela não é atrativa hoje.

Se ela não é atrativa hoje, o que acontece? O que acontece é que o nosso corpo de professores são pessoas que estão em parte por razões vocacionais, mas estão em parte por falta de outras opções também. Há uma combinação das duas coisas. Não vamos ser ingênuos: professor não é professor só porque tem pouco salário e, portanto, pegam os piores. Não é isso. Existe um elemento vocacional muito importante na escolha pelo ensino, mas há uma combinação e, por outro lado, existe gente que tem vocação, mas mesmo assim vai ocupar outras posições com mais vantagem.

O fato é que já temos um corpo de professores que não foi – abre aspas – “bem selecionado”, no sentido de selecionado no mercado de trabalho, não é no concurso, não é isso, não. Ele não foi bem selecionado dada a competição que o mercado de trabalho gera por diferentes profissionais. Obviamente, os melhores profissionais vão para outras áreas em que há melhores salários, salvo esse elemento vocacional.

O fato é que isso já existe. Então, temos uma inércia demográfica, vamos chamar assim, dentro do nosso sistema de ensino. Mesmo que melhoremos a qualidade do ensino, nós ainda temos um problema com os professores que existem. Existe muita rotatividade, hoje, entre professores – é uma profissão com níveis altíssimos de rotatividade. Mas, quando se aumentarem os salários, essa rotatividade provavelmente cairá. Então, quando essa rotatividade cair, seguramente vamos ter mais inércia ainda do que temos hoje. Portanto, por mais que melhoremos os salários, haverá um intervalo de tempo até que essa renovação dos quadros, que ocorre naturalmente por aposentadoria, possa ocorrer adequadamente. E essa inércia freia a qualidade do nosso sistema de ensino.

Então, eu somo as duas coisas: essa distinção entre melhorar o sistema de ensino e melhorar a educação. E acrescento agora esse elemento de inércia geracional que vem de duas direções. Primeiro, o nosso quadro atual de professores não pode ser simplesmente substituído por professores muito bem qualificados – isso simplesmente não pode acontecer e sequer seria desejável, se querem a minha opinião sobre o assunto. Hipoteticamente – algumas pessoas, às vezes, supõem, fazendo exercício –, suponhamos que os professores fossem altamente qualificados. Essa suposição é completamente irrealista, porque haverá necessariamente uma transição, que levará tempo, seguramente uma década, talvez duas. Então, há uma inércia demográfica de duas décadas para melhorar brutalmente a qualidade do sistema de ensino no que diz respeito a professores.

Além disso, há o peso geracional. Qual é o obstáculo que temos hoje? Se o sistema de ensino for muito bom, haverá crianças muito bem formadas, vindas de famílias em que a cultura de educação é muito pequena e o treinamento pré-escolar, a educação pré-escolar também é muito pequena. No entanto, a quantidade de estímulos que as crianças recebem numa família de nível educacional mais alto, como, por exemplo, filhos de professores, antes mesmo de entrarem num sistema educacional, é muito superior ao que ocorre numa família

que dá pouca atenção para isso e que ignora essa situação completamente. Não é puramente uma questão de renda; mais uma vez é uma questão de valor da educação mais capacidade de educar.

Dito isso, o que fazem esses dois elementos de inércia? Por mais rápido que nós nos movamos agora, não vamos conseguir resultados muito rápidos – esse investimento não vai ter um retorno muito rápido.

Então, eu começo respondendo parte da pergunta: é possível o Brasil estar entre os 20 países do mundo com melhor educação em mais ou menos 20 ou 30 anos? Talvez 20 anos seja pouco. Eu entendo perfeitamente o que se está colocando no relatório, mas, separando as duas coisas, é mais possível o Brasil estar entre os 20 melhores sistemas de ensino do mundo em 20 anos do que ter os 20 melhores desempenhos educacionais do mundo em 20 anos. Então, talvez uma meta, relacionada muito mais ao controle das políticas públicas, seja ter o nosso sistema de ensino entre os 20 melhores do mundo ou os 10 melhores do Pisa. Enfim, essa seria uma meta – não é necessário o número exato, porque não faz tanta diferença –, mas é muito mais possível que façamos um esforço para estar entre os 20 melhores sistemas de educação do que para estar entre os 20 melhores desempenhos educacionais. Isso traz um ponto importante para o nosso futuro de avaliação.

A nossa medida de avaliação ainda é muito centrada na avaliação de resultados, o que é muito importante – não estou diminuindo a importância de o Brasil ter o seu sistema de avaliação educacional e de Pisa. Mas precisamos começar a pensar seriamente, dado esse problema da inércia educacional, em criar um sistema de avaliação da qualidade do ensino e não só um sistema de avaliação da qualidade do aluno, se é que ficou clara a diferença que estou fazendo. A medida de desempenho do aluno é prova; a da qualidade do ensino é um pouco mais sutil para se avaliada e seguramente mais controversa. Eu não estou dizendo que seria perfeitamente possível haver isso, porque entendo o esforço que foi ter um Sistema de Avaliação de Desempenho. Não estou subestimando a importância disso, mas, evidentemente, deveria haver um sistema paralelo ao de avaliação da qualidade.

O terceiro ponto para responder essa pergunta importante é levar em conta a interligação dos sistemas. Sei que a meta *stricto sensu* – eu também não sou ingênuo – é igual à meta de desenvolvimento: coloca-se uma meta para um ponto para abarcar outros pontos também. Mas a meta está muito preocupada com o desenvolvimento da educação de base em 20 anos. Ela não está dizendo que não se deve prestar atenção no resto – isso está claro para mim. Mas eu quero enfatizar a importância do resto por uma razão que acho crucial. Os sistemas de ensino são interligados, e eles são interligados em várias medidas. Por exemplo, só é possível haver um bom sistema de formação de professores quando há um bom sistema de pós-graduação. Por quê? Porque um bom sistema de pós-graduação forma bons professores no sistema de ensino superior, que formarão boas crianças no sistema de base. Então, há uma cadeia completa.

Tenho consciência de que ninguém é ingênuo de ignorar essa cadeia. O que eu quero lembrar é outro ponto que não é a dinâmica de produção de professores. Quero lembrar um ponto sobre a atratividade do ensino de base, primário e secundário e fundamental e ensino médio, que depende da possibilidade de os alunos transmigrarem, terem mobilidade para o ensino superior. Se já depende hoje... Por que se faz ensino médio? A maior parte das pessoas que faz ensino médio o faz com o objetivo de potencialmente progredir na educação mais adiante. Não necessariamente manterão essa decisão ao longo do ensino médio, mas muita gente entra com esse objetivo.

Quando as pessoas não veem possibilidade de prosseguir para o ensino superior, elas não encontram sentido para seguir o ensino médio. Existe o elemento de atratividade das oportunidades futuras que não deve ser desconsiderado quando a gente planeja o sistema. Mais ou menos quando a gente fala sobre mercado de trabalho. Se não tem emprego para quem tenha ensino médio... Suponhamos que, em uma sociedade hipotética, só haja emprego para engenheiro e para pedreiro. Mas, se não há nada no meio do caminho, por que fazer ensino médio? Então, o exemplo é bobo, mas o fato é que existe o elemento de atratividade que não deve ser desconsiderado.

Não estou dizendo que ciência e tecnologia devem ser misturadas com educação, porque nossa política forte, hoje, para ensino superior e pós-graduação, é voltada para a ciência e tecnologia, que é muito importante também, mas existe uma diferença clara entre essas duas coisas. Investimento pesado em ciência e tecnologia é investimento em elite educacional. Investimento em educação não é investimento para a elite educacional, mas é investimento em massa. Tem-se para todo o mundo; enfim, para quem for possível.

Eu estou falando isso, mas não é resultado de estudos. O que eu vinha mencionando antes é muito baseado em estudos, mas isso é minha quase opinião, porque tem algum fundamento, mas uma inferência que faço a partir desses estudos sobre mobilidade educacional. A sensação que eu tenho, pelos estudos de mercado de trabalho, é que se você não criar a possibilidade – o que chamamos em Sociologia de fluidez – de transitar do ensino fundamental, elementar, para o médio e depois para o superior, se não se criar um trânsito relativamente bom, as pessoas não vão se sentir atraídas pelo sistema de ensino e vão direto para o mercado

de trabalho, ao invés de passarem pelo ensino médio. Mais uma vez, estou inferindo a partir do que conheço. Não há nenhum estudo que mostre isso.

Mas o que eu acho é que a Comissão precisa levar em consideração que o que consideramos básico, no passado era muito mais que o básico. Na década de 60... Na de 40 e 50, nossa preocupação era alfabetizar, Mobral; hoje, se você apresentar um programa de alfabetização, as pessoas dirão: "Isso é muito pouco." Desde a década de 90, você precisa enfatizar o ensino básico. Precisa-se enfatizar os primeiros quatro anos de estudos e desses quatro anos para que façam oito anos. Hoje em dia, todos nesta sala concordarão ser impossível o sistema de ensino não centrar fogo nesse princípio. A gente já está passando esse momento de transição em que as pessoas dizem: "Se a gente não prestar atenção no ensino médio, isso também será muito pouco."

Bom, em 30 anos, que é nosso fim de meta, nosso período de meta do início do problema, educação superior terá um peso muito maior em nossa vida do que tem hoje. A gente, praticamente, mais do que dobrou, em uma década, a proporção de trabalhadores com nível superior na força de trabalho. Isso vai aumentar muito mais. Quanto mais o Brasil crescer e entrar para o clube dos desenvolvidos, mais a demanda por isso... Mais aumentará a demanda para o nível superior. Então, eu sugiro à Comissão que preste atenção nisso também. Inclusive, nessa composição de cursos, essa expansão não deve ser subestimada. Eu sei que ela custa muito caro, não sou ingênuo em relação a isso.

Agora, eu toco em um ponto que é bastante delicado em um ambiente político, porque nossa meta é colocar o Brasil entre os países do mundo com melhor educação de base em 20 anos. Obviamente, implícita nessa melhor educação de base está a educação para todo mundo. Claro que eu suponho que o Parlamentar pense em educação para todo mundo; afinal, o mandato é para o interesse de todo mundo, para todos.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Eu presumo que, obviamente, o mandato do Parlamentar pressuponha educação para todo mundo, mas a melhor educação de base pode ser para grupos diferentes. O que é melhor para os alunos de elite não é melhor para os de baixa qualidade... Vamos dividi-los em três grupos: elite, intermediários e os piores. E, na verdade, na organização do sistema de ensino, é perfeitamente possível, por exemplo, eu aumentar a média de uma escola no Nordeste simplesmente investindo pesado no treinamento de alunos de elite das escolas mais pobres. É perfeitamente possível. Eu aumento muito a média. Na verdade, esta é a melhor maneira de aumentar a média. É a estratégia brasileira de crescimento dos anos 70. A melhor maneira de aumentar a média é pegar uma elite e disparar a renda desse pessoal para cima. Só que o problema é que você gera desigualdade brutal dentro do sistema.

O que eu sugiro à Comissão levar em consideração é não subestimar a importância que existe na consideração das desigualdades educacionais internas. A desigualdade educacional dentro das escolas é muito grande. Geralmente, a gente pensa na desigualdade entre escolas, porque o nosso foco geralmente é naquilo que é escopo da ação da política pública. Mas a desigualdade dentro das escolas é muito grande, e a gente tem que planejar política de redução dessa desigualdade.

Essas políticas geralmente custam mais caro, porque existe a atenção especial para os alunos e existe uma forma de compensação. Não é que todo mundo vai receber o mesmo; alguns vão receber mais. Exemplo: convergir Centro-Oeste e Nordeste em relação a algumas escolas do Sul chega a ser até irrealista, mas convergir para São Paulo é perfeitamente possível, porque é gigante, então é factível. Você pode dizer que a escola A ou B no interior do Rio Grande do Sul é totalmente excepcional pelo ambiente. Mas São Paulo é um sistema gigantesco. Então, é possível fazer São Paulo, porque já fizeram e se chama São Paulo. Convergir isso pode implicar mais do que simplesmente equalizar a desvantagem do Nordeste, do Centro-Oeste ou de Minas em relação ao gasto de São Paulo. Pode implicar mais do que isso, pode implicar compensar. Pode ser gastar mais, atrair – vou dar um exemplo, mas não é isso – melhores professores, melhorar ainda mais a infraestrutura em relação a São Paulo.

Este é o problema da compensação, que a gente geralmente tende a subestimar no debate político, porque todos os Parlamentares têm o mandato para defender o interesse coletivo, de todo mundo, em alguma medida.

É claro que o interesse coletivo tem uma sutileza por trás disso. Mas, no caso técnico, para a Comissão, é importante levar em consideração que há diferentes maneiras de fazer política. Você pode fazer políticas que melhorem a educação da elite numa escola, inclusive joga sua média do PISA lá para cima, no entanto, você criou um grupo lá na base que está mal atendido. Ou você pode fazer o contrário, que é privilegiar a base do sistema. Sua resposta no PISA, por exemplo, seria muito menor, porque investimento pesado em criança pouco educada vai ter pouco retorno, mas você pode dizer: mas o que interessa é o salto dos mais pobres, e não o salto dos mais ricos.

Estou colocando esse ponto porque, quando a gente pensa em melhor educação de base, a gente tem que pensar um pouco a melhor educação de base para quem. Não estou dizendo que eu sugiro a meta ser trocada, não, porque, por definição, a meta tem que ser ampla. Mas, enfim, queria colocar isso.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Eu quero dizer duas palavras, se o Senador me autorizar. Eu juro que serei muito breve.

A primeira é que eu não me atreveria a fazer qualquer menção sobre como financiar gastos, etc., embora eu saiba que esse talvez seja o ponto de toque mais importante para a Comissão. Mas seria completamente inadequado. Não entendo do assunto para falar disso, apesar de minhas opiniões. A única coisa que eu posso assegurar, dado o que eu conheço da dinâmica dos sistemas e do que eu conheço dos exemplos de outros países, é que interessa não só o volume do gasto, mas o grau de proteção desse gasto, o grau de estabilidade desse gasto.

Eu vou dar um exemplo. Poderia, por exemplo, criar o imposto extraordinário para educação. O fato de ele ser um imposto extraordinário para uma meta de 30 anos é automaticamente problemático, porque, se ele é extraordinário, a economia, daqui a 30 anos, vai passar por crise. De hoje para daqui a 30 anos, a gente vai passar por uma crise cíclica. A economia vai entrar com pressão financeira pesada. A gente vai precisar de ajuste fiscal. Isso vai acontecer. Aí, você vai ter que sacrificar alguma coisa quando chegar a hora do ajuste fiscal, se a gente não tiver um razoável mecanismo de proteção do gasto.

Não basta simplesmente garantir o recurso, a tarefa é mais difícil ainda. Se a gente não tiver estabilidade, a gente vai comprometer o funcionamento desse sistema. Alguém vai dizer: olha, pagar R\$9 mil está demais agora. Naquela época dava, porque o Brasil estava crescendo. Mas agora que a gente está em crise não dá mais. E o que acontece? Se não dá mais, você perde basicamente uma parte gigantesca da sua infraestrutura investida, etc. Diferente de porto, que fica 10 anos fechado e depois você manda limpar e lubrificar e funciona de novo, o sistema de ensino não fica 10 anos fechado e depois você coloca para voltar ao sistema normal, porque você tem que recaptar os trabalhadores, tem o problema, de novo, da inércia demográfica de formar professores, incluir os professores, incorporá-los e mantê-los. Há todos esses problemas que mencionei anteriormente, que são muito importantes.

Dito isso, eu tinha uma palavra que eu gostaria de dizer fundamentalmente para os consultores e assessores legislativos. É uma coisa técnica: como interpretar os nossos resultados sobre desempenho educacional? A maior parte dos resultados sobre desempenho educacional no Brasil vai chegar à seguinte conclusão: o efeito isolado das escolas no Brasil é mínimo, não responde nem por 10% da desigualdade educacional no País.

Há duas maneiras de interpretar isso: a que eu acho que é errada e a que eu acho que é correta.

A que eu acho que é errada é dizer: se as variáveis de escola só respondem por 10% da variação educacional, significa que estamos simplesmente com as mãos atadas, não existe nada que a gente possa fazer, porque 10%, por mais que você transforme as escolas de péssimas a perfeitas, você só vai mexer em 10% do desempenho educacional. Eu acho que essa é uma maneira equivocada de interpretar, porque assim, na verdade, está-se interpretando o que chamamos de efeito líquido das escolas, que é, no fundo, um artefato estatístico. O efeito das escolas vai muito além disso. Por exemplo, existe parte do efeito educacional que está atrelado a variáveis de raça quando a gente faz estudos, isso também é afetado pelas escolas. Não é que as escolas mudem a raça das pessoas, o que as escolas mudam é a maneira como o fato de você ser negro afeta o seu desempenho escolar. Se você tem uma escola receptiva, que não gera discriminação ou que compensa outros tipos de falhas, ela joga essas variáveis de desigualdade racial para zero. Então, a maneira mais correta de interpretar esses estudos, no meu entendimento, é interpretar não só o efeito isolado das escolas, mas interpretar o efeito de todas aquelas variáveis que estão no escopo das escolas. Não existe muito estudo sobre isso, mas geralmente os estudos vão dizer: “Olha, como só há 10% da margem de manobra e, desses 10%, 3% são gestão, então o problema central está na gestão.” Não, a resposta é que o problema central está muito além disso, está em várias outras coisas, simplesmente porque escola processa essas coisas todas da sociedade para a gente em várias dimensões.

Eu sei que é um pouco quase que técnico isso, mas é porque é muito comum, toda vez que tenho algum debate sobre isso, alguém chegar e dizer para mim: “Aqui, esse resultado mostra que a variável qualidade da escola, qualidade dos professores, por exemplo, só responde por 5% da variância total do desempenho das escolas.” Digo que não, a variável isoladamente só responde por isso, mas a qualidade do professor afeta, por exemplo, o nível de discriminação racial; a variável qualidade do professor afeta a relação masculino e feminino, meninas e meninos, desigualdade de gênero; assim sucessivamente. No limite, um excepcional professor, num excepcional ambiente escolar, afeta a variável da sua origem social, o fato de você vir de uma família

muito pobre e de baixíssimo nível educacional, que o professor excelente é capaz de compensar, um sistema de ensino, mais exatamente, excelente...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – ... em teoria, poderia ser capaz de compensar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Marcelo.

Eu convido a Senadora Angela Portela para reassumir a Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Quero agradecer ao Senador Cristovam por ter-me substituído na Presidência enquanto atendia ao Deputado Federal Raul Lima, do meu Estado de Roraima.

Vamos dar continuidade.

Queria agradecer também ao Marcelo por sua exposição. Não pude ouvir tudo, Marcelo, mas ouvi o suficiente para parabenizá-lo por sua exposição.

Eu gostaria de passar a palavra agora para o nosso Relator, Senador Cristovam Buarque. Com a palavra, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Angela Portela; João Monlevade, nosso amigo; Marcelo Medeiros de Souza, eu anotei diversos pontos dos dois que vou deixar para comentar depois.

Eu quero começar retomando o objetivo central e o propósito que temos, que o Marcelo mesmo disse que era uma boa ideia: apresentar um pré-relatório para ouvir a opinião.

Vou querer projetar um quadro para a opinião de vocês. Depois, no final, faço um comentário sobre cada um.

Vejam bem, o que estamos imaginando é que tem que se partir...

O que eu quero dizer é que o como financiar tem que partir do o que é que queremos financiar. Se você não diz o que quer financiar, então fica inócua a pergunta de como financiar e de onde vem o dinheiro. E o como financiar tem duas maneiras de se ver: é ir melhorando aos pouquinhos o sistema que está aí, ou é ter uma meta concreta de um sistema diferente, alternativo – aquela ideia de daqui a 20 anos estar entre os melhores países do mundo.

Então, o que nós fizemos aqui, sobre o que eu queria muito ouvir a opinião de vocês? Nós pegamos a população brasileira até 20 anos, daqui a 20 anos. Pegamos a população na educação de base, que tem mais ou menos essa proporção estimada – vai cair daqui a 20 anos. Então, imaginamos o número estimado de alunos que vamos ter que colocar em sala de aula.

E aí, nós fizemos uma análise: quanto custaria o aluno por ano para termos a educação de qualidade? Não os 65 mil anuais lá da Escola Sesc. Não aquilo, onde os alunos moram lá, os professores moram lá. Mas pegamos qual seria o salário, na linha do que o Marcelo falou, que atrairia os melhores quadros para o exercício da profissão? Desde que – a Senadora Angela falou um pouco disso, quando se referiu à experiência dela – as condições de trabalho também sejam favoráveis. Só o salário não vai atrair. Ninguém quer ganhar muito dinheiro com suicídio, e certas salas de aula hoje são um suicídio devagar.

Então, a nossa conta levou a um custo anual de R\$9.500 por ano. Esses R\$9.500 por ano, que é um salto de três vezes o de hoje... João? Três vezes. Pois é. Aqui é educação de base, tudo aqui é educação de base. A universidade vai merecer uma linha daqui a pouco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não. O EJA não está, até porque nós esperamos acabar com o EJA em poucos anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, quando esse pessoal, daqui a 20 anos, tiver passado pela escola, o EJA será um resíduo de velhos.

Eu penso com ambição, eu penso que EJA é uma coisa triste, como é triste um programa de erradicação do analfabetismo, que tem que se fazer, mas o ideal é que não haja adulto analfabeto, que a gente não precise desse programa, como a gente fez com a poliomielite. Não que falta de educação seja doença, mas ninguém pensou quanto custaria cuidar da poliomielite. A gente fez um programa para erradicar a poliomielite.

Com R\$9.500 por ano do aluno, permite-se pagar R\$9.500 por mês ao professor. É engraçado que o número é o mesmo, se você põe 30 alunos por sala de aula. Dá o mesmo número, praticamente. Isso aí levando em conta equipamento, construção, porque a sala de aula do futuro que a gente quer não pode ser a de hoje.

Tem que acabar com o quadro negro. Criança não aguenta aula em quadro negro. Não tem jeito. Ela nasceu vendo televisão, nasceu vendo colorido, nasceu vendo em movimento. Tem que ser lousa inteligente, conectada com o computador. Então, tudo isso custaria R\$9.500.

Agora, vamos ver quanto custaria o total disso, custo do que a gente chamou de revolução na educação. A gente fez quanto custariam esses 50 milhões de alunos aqui: R\$480 bilhões. Quanto custariam os 50 milhões aqui: R\$483 bilhões. Quanto custariam os 46 milhões aqui: R\$441 bilhões. Esse é o custo de ter a educação que a gente deseja para o futuro. Não de fazer um arranjo no que está aí.

Então, a primeira opinião que eu gostaria de ter de vocês é se vocês acham se esse número está certo. Não vai dar para vocês fazerem aqui talvez as contas necessárias. Pode fazer até depois. Mas, na cabeça de vocês, esse é um número viável? Viável, não. Viável é se tem dinheiro. Esse é um número correto para se ter educação desses meninos aqui igual à dos melhores países do mundo? A gente precisaria de R\$9.500?

Por coincidência, R\$9.500 é mais ou menos o que se gasta na Coreia, mais ou menos o que se gasta em outros países bons. Com isso aí, deixamos de lado essa linha do ensino superior de que a gente vai precisar falar depois. O custo total da revolução, somando a universidade, seria R\$523 bilhões, R\$529 bilhões e R\$508 bilhões. Isso é o que a gente precisaria para uma educação de qualidade desde pré-primário até o ensino universitário. Obviamente, não o ensino universitário universal, até porque acho que não deve ser o propósito de ser universal. O propósito deve ser a universalização da chance de disputar um lugar na universidade. Todo mundo vai ter a chance igual, mas alguns vão ser mais vocacionados e melhores que outros. Esse é o custo.

Agora, vejam bem. Qual é o PIB nesses três momentos? Ah, porque o PIB está hoje em R\$4,3 trilhões. Nós colocamos uma taxa de crescimento de 2% ao ano, que é uma taxa muito conservadora. Na história do Brasil, a taxa é muito maior que isso, duas vezes. Este ano, por exemplo, estão chamando de “pibinho” – 2%. Então, a gente trabalhou como se aumentassem “pibinhos”, ele sobe de R\$4,3 trilhões para R\$4,5 trilhões, para R\$6 trilhões. De quanto a gente precisaria para financiar isso aqui? A gente precisaria de 5,7%; aqui de 5,7%; aqui de 6,6%; ou seja, quando todos estivessem aqui, a gente precisaria de 6,6%. Ou seja, a gente precisaria de menos do que os 10%. Mas vamos colocar mais 1% no ensino superior. Então, subiria isso para... Sim, e queremos mais, tem a ver com o que falou o Marcelo. Queremos gastar um dinheiro para fazer o entorno da escola ser favorável, tanto gastar em promoção da educação para os pais... Não exatamente, Monlevade, EJA, mais que EJA, colocar livros nas casas, criar um clima favorável nas casas para a educação. Então, é criar um entorno. Nós colocamos quase 1%. Total, total, total: 8,54%.

Se isso aqui for verdade, Senadora Angela, nossa Comissão acabou, porque estão previstos 10% do PIB para a educação. Acabou, não há mais problema nenhum. Mas a gente trabalhou supondo que não vão ser cumpridos esses 10%. Suponhamos que não fossem, de onde seriam tirados? Se for aprovada a meta de 10% do PIB, a Meta 20, teríamos 668, sobriam 160 bilhões para darmos ao Governo para a área que ele quisesse, para a segurança, para a saúde, etc., mas isso aí talvez não aconteça. Eu mesmo acho que não vai acontecer; o PNE nem foi aprovado. Se não for aprovado, em vez de ter um saldo, haverá um déficit. Serão necessários R\$381 bilhões para cobrir o que falta de 508 aqui, não é isso?

Se não for aprovado... Não, o que falta é esse aqui, 360... Desculpe, R\$160 bilhões, por isso que eu estava achando estranho. Faltam R\$160 bilhões. De onde a gente tira isso?

Vejam bem. O valor que falta... Atualmente, o gasto está nessa proporção aqui. Se não for aprovada ou não for cumprida, mantido o *status* de aplicação... Ah, sim, porque a gente está gastando 5,7%. Então, se a gente precisa de 8,54%, menos esses 5,7%, vai dar R\$381 bilhões. Como custear isso? O que vai faltar são esses R\$127 bilhões aqui.

A participação, que também já está prevista, do pré-sal dá R\$35 bilhões; ficam faltando, então, R\$92 bilhões. Se a gente pegar empréstimos... Se a gente supusesse uma coisa... Ninguém quer, mas por que a gente não emite títulos da dívida pública para investir em educação? A gente está fazendo isso todo ano para jogar dinheiro no BNDES. A média no BNDES foi de – está faltando aqui, mas foi uma quantidade bastante grande – R\$90 bilhões, está aqui; a gente só precisa de 92 bilhões; 90 bilhões é o que o BNDES está fazendo de dívida. Por que é que a gente não faz uma dívida de 30 bilhões, 50 bilhões, que não vai pesar nada no total da dívida atual? Então, tem um recurso.

Vejam bem, nós fizemos uma renúncia fiscal de R\$145 bilhões para vender mais carros, para vender mais bens industriais. Se você somar 90 com 145, dá 220, e precisamos só de 92, ou seja, é uma questão de vontade. Mas, se não quisermos isso, ainda há a ideia de imposto sobre grandes fortunas; há a ideia que o João Monlevade falou, de uma contribuição provisória sobre movimentação financeira, uma espécie de CPMF da

educação, contra a qual todo mundo fica. Aliás, todo mundo fica contra qualquer mudança aqui. Todo mundo quer uma educação boa, mas ninguém quer sacrificar nada. Aí, eu não sei como vai ser. Aí, vamos assumir que continua como está.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Porque não é projeto de nação. Eu vou chegar lá.

Redução de gasto com pessoal, hoje em dia, está em 4% do PIB. Aqui dá. Aqui mesmo, neste Congresso, dá para reduzir um pouco. Redução de gasto com propaganda. Sabem quanto se gasta com propaganda? R\$3 bilhões. Dá para gastar a metade disso.

O que a gente fez aqui foi mostrar que há recursos para fazer aquilo que é o ideal. Daí a gente chamar a escola ideal.

O que eu quero perguntar, primeiro, é se vocês acham que isso aqui faz sentido.

Segundo, se isso aqui também faz sentido e quais são as outras alternativas que você tem.

Terceiro: como fazer isso ser executado?

Aí há dois problemas: um de gestão, outro de engenharia financeira.

O de engenharia financeira é que aqui a gente está falando do Brasil, mas quando a gente for fazer as finanças, não existe o Brasil apenas. Existe a União, existem os Estados e os Municípios.

De onde vem esse dinheiro, do ponto de vista da Federação? Hoje, a gente sabe que vem, quase tudo da educação de base, dos Municípios e dos Estados, quase nada da União. Vamos continuar assim? Se continuarmos o dinheiro dos Municípios e dos Estados, não tem como fazer mudança.

Eu peguei aqui, Monlevade, só para a gente ver, o PIB da cidade mais rica do Brasil, que não é São Paulo, é São Francisco do Conde, por renda *per capita*, na Bahia, no Recôncavo Baiano: é de 290 mil, ou seja, é uma coisa estupenda. Não é a receita do Estado, mas é proporcional. E o menor é 2 mil, é 100 vezes menos, 120 vezes menos.

Como é que a gente vai ter uma educação igual lá em cima, Senadora Angela, e aqui embaixo, deixando nas mãos dos Municípios? E, pelo que a gente tem visto, a transferência que o Fundeb faz é insuficiente para equalizar. A única maneira de equalizar é a União assumindo isso aqui. Agora, como a União vai assumir isso? Fazendo essas coisas aqui? Mas, por exemplo, os Municípios vão deixar de gastar dinheiro. Esses Municípios teriam que assumir alguns dos custos, ou eles passariam recursos para a União, no contrário, ou deixariam de receber, obviamente, tudo que recebem hoje, porque não iriam ter mais gasto nem com professor, nem com prédio, nem com energia, nem com nada. É uma questão de engenharia e de aspectos legais, para saber como fazer isso. Isso a gente não trabalhou. A gente trabalhou a soma, a Nação, dentro da ideia de um projeto de nação de que falou Monlevade.

Do ponto de vista de gestão, nós achamos que isso só vai funcionar se a União for adotando as escolas. Suponhamos que, voluntariamente, a cidade que quiser, o prefeito vem aqui e diz para o Presidente ou Presidente da República: eu não tenho condições de dar aos meus meninos e meninas a educação que eles precisam ter. Por favor, o Brasil adote essas crianças porque elas são brasileiras também, elas não são só da cidade. Criança deixaria de ser municipal, a União adotaria. Eu não acredito que muitas venham, até entenderem as vantagens. Então, seriam poucas.

E o Governo Federal pode definir critérios para não adotar todas, de tal maneira que siga essa proporção aqui: apenas em 20 anos para chegar a todas; vai chegando aos poucos. Aqui é o custo, se todas fossem nessa escola. Mas não há como fazer todas assim, como, aliás, disse o Marcelo, de um dia para outro. Vai ser ao longo de 20 anos. E como faria ao longo de 20 anos? Por cidades.

Uma maneira seria por escola. Mas, por escola, eu tenho a impressão de que você pôr uma escola boa em uma cidade que tem um sistema ruim, rapidamente essa boa vai ficar ruim – porque eu estou supondo que os professores serão federais, como as escolas técnicas.

Então, esses professores teriam que ir, muitos de fora... Os de lá talvez não sejam aprovados no concurso, porque tem que ser um concurso muito duro, e não só duro do ponto de vista do concurso, mas de uma prática de um ano, para ver se eles têm vocação para professor. Porque, Senadora Angela, um problema que terá, quando a gente pagar bem, é que vai ter gente que odeia criança querendo ser professor para ganhar o salário; e o trabalho da gente vai ser se livrar deles, senão eles vão maltratar as crianças, ou não maltratam, mas, no primeiro dia de trabalho, já começa a mandar o currículo para ir para outro trabalho, ou procurar mudar de lugar.

Então, o que a gente teria que fazer, a proposta nossa, é por cidade, ir implantando esse sistema novo por cidade. Na cidade em que isso for adotado, chegarão professores novos, e nós adaptamos para os professores que não passaram no concurso, dobrando o salário deles, está também nos R\$9.500 incluído; subiria

para R\$4.500 o salário deles, que é dobrar na média – em algumas cidades, é muito mais do que dobrar. Mas eles ficariam em uma carreira diferente da outra. Seria uma carreira que iria desaparecendo enquanto a outra iria assumindo. Seria uma carreira nova do magistério, uma carreira federal, que seria adaptada por cidade. E, nessas cidades, as que quisessem entrar no sistema, aí a gente faz uma engenharia financeira de saber em quanto é que eles vão abrir mão da receita deles, já que eles vão deixar de ter os custos deles. Eles não vão ter mais custo com educação.

Há mil problemas nisso, como, por exemplo, a gestão. A gestão tem que ser descentralizada. Não podemos fazer com que Brasília administre as escolas. Mas, hoje, já é assim nas escolas técnicas, nos colégios militares, é assim nos institutos de aplicação, é assim nas universidades. Elas são descentralizadas.

Um dia desses, eu li uma matéria de que, no Colégio Militar, não se ensina que houve golpe em 1964; ensina-se que houve uma revolução. E temos governos progressistas há 20 anos; nenhum interview lá para definir como seria o currículo. Eles continuam ensinando errado, e a gente não intervém.

Eu sou favorável a dar liberdade pedagógica e a liberdade de gestão. Entretanto, isso aí teria um currículo mínimo básico central nacional e, ao mesmo tempo, eles teriam um currículo local. Aí a gente mantém a Secretaria de Educação de cada Município, não mais para fazer o pagamento, a gestão dos professores, mas para ajudar a definir os aspectos locais que a educação deve ter, porque este é um país diverso, não é um país unitário, mas a base do currículo seria única, porque este é um País. Nós não somos uma confederação de países, somos um País.

Então, a gente faria por cidades. Na medida em que elas fossem sendo incluídas no novo sistema elas iriam entrando aqui nesses gastos. Essa é a ideia.

Eu ouvi do Monlevade algumas ideias de que eu gostei muito, sobre como aumentar essa linha aí de financiamento. Eu ouvi uma delas, que é a ideia, por exemplo, do Imposto de Renda, de nós cobrarmos uma contribuição dos já formados pelas universidades públicas. Se fizermos isso, nós temos duas alternativas: uma, eles financiarem 100% aqui – não chegará a isso, mas é uma parte –, e o dinheiro deles fica na universidade; a outra é o dinheiro deles ir para a educação de base.

Não tem por que a gente cobrar imposto de quem se formou só para...

Mas eu pensei em uma coisa a mais. Você falou em 2% para eles. Por que a gente não cobra 3% para eles e 2% para todo mundo? Mas ninguém vai querer aumentar a alíquota do Imposto de Renda, então fiquem com a escola que está aí.

É isso que a gente tem que despertar. Se não houver um sacrifício, ou de parar alguns gastos para financiar isso ou de aumentar de alguma maneira a receita – e aí só tem um jeito, que é através de impostos –, se não fizermos isso, eu acho que a escola vai continuar melhorando aos pouquinhos, mas não vai dar o salto de que a gente precisa. E melhorar aos pouquinhos significa ficar para trás, por duas razões: uma porque as exigências da educação crescem tanto que melhorar aos pouquinhos deixa uma brecha crescente. Vinte anos atrás, dava para ter um emprego o analfabeto; hoje é difícil ter um emprego de pedreiro se não souber regra de três, se não souber o que é ângulo reto. Você podia ser analfabeto e cozinheiro. Hoje, um bom cozinheiro de restaurante tem que saber francês ou inglês para estar a par do que se faz em outros lugares.

Então a brecha está aumentando, mesmo que esteja melhorando o sistema. Esse negócio de tapear hoje não é verdade. A brecha está aumentando.

E, segundo, está aumentando a distância entre nós e os outros países. Se continuarmos nessa melhora que vimos tendo nós vamos ficar para trás. Alguns países vão nos superar. Só tem um jeito: um salto.

Eu acho que esse salto não virá no sistema inteiro. É impossível dar o salto no sistema inteiro. Então temos que escolher onde dar o salto em um novo sistema que vai substituir o atual. E escolher onde. A minha ideia é por cidade, e não por escola isolada, como tentou Brizola, como tentou o Collor com os CIACs, escolas isoladas que, de fato, foram boas escolas.

Eu queria ouvir a opinião sobre essas coisas. A ideia de que a União tem que ser responsável por organizar tudo isso, e não apenas por mandar dinheiro para o Fundef, através de uma carreira nacional, de definição de critérios, definição da carreira, da qualidade educacional. E tudo isso em horário integral. É preciso dizer que isso é tudo em horário integral.

E, segundo, o que acham dessas linhas que a gente colocou para ver como se pode financiar.

Dito isso, eu queria fazer alguns... Não, eu vou esperar que falem. No final, eu farei os comentários sobre as falas deles.

Está bem assim, Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Senador Cristovam.

Passo a palavra agora para o Marcelo, para fazer considerações sobre as observações feitas pelo Relator, e, em seguida, para o Prof. João Monlevade.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Senador, muito obrigado pela apresentação.

Eu endosso cada linha do que o senhor falou aqui.

Eu tenho alguns pontos só para reforçar o seu argumento.

O primeiro é sobre uma corrida educacional internacional.

Nós, como nação, estamos subestimando, porque estamos no meio de uma corrida muito severa.

Enquanto estamos aqui, nesta Comissão, nos mexendo e pensando no que fazer, há gente mais avançada do que nós e colocando o sistema educacional em vantagem em relação a nós. Daqui a 50 anos, isso vai fazer muita diferença.

Então, eu queria ressaltar que, de fato, a evidência internacional que nós temos é de que estamos no meio de uma corrida educacional internacional. E, se o Brasil continuar do jeito que está, pelo que parece, ele não vai se posicionar bem nessa corrida. Não que ele vá para trás, para o final, porque sempre vai haver países como... Eu ia falar do Sri Lanka, mas ele tem um bom sistema educacional. Sempre tem a Índia, mas outros países vão passar na nossa frente, países que são nossos competidores, por exemplo, no cenário internacional. Isso vai ter impacto na nossa indústria no futuro e em outras coisas desse tipo. Exemplo clássico é: a China vai nos pegar, do ponto de vista educacional, muito em breve. É pior do que nós, mas vai nos alcançar muito em breve, porque está investindo pesadamente nisso, para não mencionar outros países que são competidores mais diretos no que nós fazemos.

O segundo não é um ponto que eu quero destacar muito, mas enquanto o senhor e o Prof. Monlevade falavam, me ocorreu o seguinte: o financiamento do ensino básico dos Estados Unidos é feito integralmente pelo IPTU americano, que é brutalmente mais alto do que o nosso.

Senhor?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu perdi aqui.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Desculpe, perdão.

Eu dizia o seguinte: o financiamento de todo o ensino básico dos Estados Unidos é integralmente dado pelo IPTU, exceto algumas compensações que os governos fazem excepcionalmente, que é compensação para quem não tem IPTU suficiente, mas os americanos financiam integralmente, o IPTU.

Não estou dizendo que essa é uma boa alternativa. Isso tem consequências negativas e importantes e, uma delas, é que nos Estados Unidos há uma disputa para quem mora nas melhores regiões. Cria-se uma segregação espacial, evita-se bairros de negros porque os negros são mais pobres e, porque os negros são mais pobres, as escolas dos negros são piores e você não quer colocar o seu filho lá.

Eu não estou dizendo que IPTU é uma solução; estou dizendo que os americanos financiam integralmente, com um único imposto – quase que integralmente, vamos colocar assim – todo o seu sistema educacional. Então, a gente também não deve ter medo de fazer isso, é óbvio que se funciona em um país dessa ordem, não tem por que não funcionar, em algum grau, aqui. A gente não tem imposto algum no Brasil sobre propriedade, o nosso imposto é todo sobre ou renda, ou sobre consumo – pesadamente sobre consumo e, em segundo grau, a renda.

Terceiro ponto. Vou falar uma coisa um pouco óbvia, mas só quero reforçar: a meta de haver ensino em tempo integral está fora de discussão. Não existe a menor possibilidade de o Brasil ter um bom sistema de ensino se o ensino não for em tempo integral. Por que isso? Porque, no nosso caso em particular, é mais importante do que em outros países. Lembra que eu mencionei que a origem social tem um peso muito grande, que o fato de haver mães pouco educadas e pais pouco educados tem um peso muito grande? Só há uma maneira de compensar isso, que é suplementar aquilo que os pais não podem oferecer pela via escolar, ou seja, manter as crianças o maior tempo possível na escola porque, em casa, eles não terão condições de ter a educação necessária para dar saltos maiores.

Isso significa que a gente tem que ter períodos de ensino longos, não necessariamente só aula porque isso não é didaticamente interessante. Pode haver aulas, esportes, música, outras atividades, tudo que faz parte da formação do caráter de um cidadão amplo, universal como a gente deseja, mas, além disso, a gente tem que pensar em algumas coisas. Além de alongar o dia, é muito importante alongar o ano escolar. As crianças hoje passam períodos de férias muito grandes. Não é que férias são ruins, mas essa concepção de férias de que as crianças devem passar o maior tempo possível em férias é uma concepção um pouco burguesa porque os pais geralmente são trabalhadores e têm 30 dias de férias. Então, é óbvio que uma parte desse tempo as crianças simplesmente ficam sem fazer nada.

Vários estudos, no mundo inteiro, mostram que, nas famílias bem educadas, que têm como cuidar dos seus filhos bem, no período de férias, as crianças continuam progredindo em exames. Faz-se um teste no final do ano, depois, faz um teste no começo do ano. Nas famílias bem educadas as crianças progridem no período de férias. Nas famílias pobres, pouco educadas, as crianças regredem no período de férias que elas passa-

ram. Então, é ruim para as crianças pobres. Lembram que eu falava que não é igual para todo mundo? Para as crianças pobres, ter muitas férias, ter algumas férias é bom porque a vida familiar é importante, mas ter muitas férias é ruim.

O caso brasileiro é particular. Não se pode comparar com a Suíça, que resolveu suspender as aulas às quartas-feiras para as crianças viverem com as famílias. É um ambiente completamente distinto. No nosso caso, alongar o dia é importante, alongar o ano é importante e, terceiro, alongar a vida escolar também é importante e principalmente alongar para baixo, que é o debate já clássico de se começar a educação o mais cedo possível. No nosso caso, é particularmente importante.

Nos Estados Unidos, esse debate é muito forte, volta e meia, o Heckman fala sobre isso, mas nos Estados Unidos isso é menos importante que no Brasil. No Brasil, é mais importante ainda porque, como os pais têm qualificação muito baixa e a gente tem uma barreira de salto geracional para dar, essa barreira só pode ser suplementada se a gente entrar com a escola mais pesada.

Dito isso, não sei quanto custa, mas acho que essas são coisas importantes para a gente levar em consideração. O tempo integral e alongar está fora de questão. Sem isso, dificilmente, a gente vai conseguir superar essas barreiras que a gente chama de barreiras de mobilidade geracional, as barreiras de um salto de uma geração para outra. É muito pouco provável que a gente supere.

O terceiro, agora respondendo mais concretamente. Enquanto o Senador falava dos salários aqui, eu fui olhar as contas que fiz aqui sobre se o salário de R\$9.500 é ou não razoável; é ou não atrativo. Primeiro, qual é o cenário hoje? O cenário hoje é que uma pessoa formada na área de educação – pedagogia, licenciatura, etc., essa área grande de educação –, essa pessoa terá a menor chance de salários, entre as profissões de nível superior, essa é a profissão que dará a menor chance de ter salários mais altos. A menor de todas é a profissão da educação.

Por exemplo, se você fizer enfermagem. Vou simplificar chamando enfermeiras *versus* professoras.

Se você fizer Enfermagem, a enfermeira tem quatro vezes mais chances de ter um salário de R\$9.500 do que um professor. E isso é para enfermeiros, que não é uma profissão exatamente bem remunerada no mercado de trabalho. Na verdade, é o segundo grupo profissional de remuneração mais baixa. Só esse segundo grupo, que é o de enfermagem, já dá uma vantagem de quatro vezes sobre a área de educação. É óbvio que as pessoas vão competir para entrar no vestibular, então, quer dizer: qual é a minha chance de ser médico? Muito baixa porque é muito concorrido. Então, vou ter que fazer Pedagogia ou Enfermagem? As pessoas que tiverem mais capacidade vão tentar alguma coisa que dá quatro vezes mais chances de alcançar esse salário de R\$9.500. É natural que isso aconteça, mesmo que, vocacionalmente, você tenha uma tendência para ser professor.

Dito isso, o salário de R\$9.500 é atrativo? Ele é absolutamente atrativo. R\$9.500 colocam qualquer trabalhador brasileiro no 1% mais alto na escala de salários. Na verdade, é a porta de entrada para o salário mais atrativo que você pode ter. Sempre é possível você fazer cirurgia plástica e ganhar mais do que isso, mas a massa da população brasileira não vai ser de cirurgião plástico. Então, e garantido que esse valor é brutalmente atrativo. Na verdade, ele é várias vezes mais atrativo do que qualquer outra coisa que temos hoje, inclusive fazer mestrado. Só fazer doutorado aproximaria alguém desse valor. Então é automaticamente atrativo no sentido de que você vai, sim, conseguir captar profissionais de alta qualificação. Entra no problema – que é até o meu último ponto a mencionar – que chamamos da economia da vocação. Algumas profissões são escolhidas pelas pessoas por decisões claramente vocacionais. Não estou dizendo que ser professor é sacerdócio. Sacerdócio é coisa de sacerdote. Estou dizendo que professores gostam de ser professores por razões vocacionais. Eu, por exemplo, tenho um excelente salário, porque sou pesquisador do Ipea, e sou professor de graça, por razões meramente vocacionais, porque me realizo pessoalmente e profissionalmente fazendo isso. E presumo que boa parte do que temos de professores no mundo, inclusive aqueles que consideramos os melhores professores, tem caráter vocacional muito bom.

A gente tem que ter mecanismos, como o Senador mencionou, de filtrar esses vocacionados ou mesmo os não vocacionados, mas os bons profissionais dos maus profissionais, e aí existe um problema que é importante, no meu entendimento, no tratamento da gestão, que é você assegurar, por um lado, estabilidade razoável no emprego para os professores, mas, por outro lado, a garantia de remoção da função. Qual é o problema que a gente tem, por exemplo, com os funcionários públicos hoje? Uma vez ultrapassado o limite de estabilidade, que é de dois/três anos, é virtualmente impossível removê-lo por desempenho. É impossível da maneira como é hoje, porque existe uma série de mecanismos de proteção e etc. O desgaste de fazer isso é tão grande que, exceto por uma pessoa completamente irresponsável, você não vai se dar ao trabalho de fazer.

A gente tem que ter algum mecanismo intermediário de garantir estabilidade, porque as pessoas precisam de estabilidade no emprego, mas garantir rotatividade nos casos em que ela possa ser necessária. A gente tem que ter algum mecanismo legal excepcional para contratação que garanta duas coisas: primeiro, essa

flexibilidade para os professores de mau desempenho, que é difícil de medir, só se vai usar em casos extremos, mas vai acontecer, que garanta essa flexibilidade, por exemplo, de poder demitir e substituir um professor; segundo, um ponto que não deve ser subestimado, no caso do sistema de ensino, é garantir contratação temporária, mesmo a de período longo, por exemplo, de três, quatro anos.

Há uma barreira legal para fazer isso, e tenho consciência disso, mas por que a contratação temporária de três ou quatro anos? Porque existe um determinante demográfico. O Japão está tendo que fechar escolas por causa da demografia mudando, migração, etc. O Brasil também vai ter isso. Na verdade, temos que ter algum mecanismo de contratação ou de remoção espacial, que é muito mais difícil, para garantir que você contrate um conjunto x de professores durante um período intermediário – e contrata com todos os direitos. Não estou falando para terceirizar. Estou falando de contratação como na universidade – para que, depois, você possa substituir esses professores. Por que isso? Por várias razões. Uma delas é que uma coisa importante na gestão do sistema de ensino é o treinamento contínuo dos seus professores, que, por exemplo, vai exigir que você retire professores de sala de aula por um ano, dois anos, três anos. Você tem que compensar isso, como as universidades fazem com os substitutos. Isso vai acontecer, por um lado, por causa desse treinamento; por outro lado, por razões demográficas, etc.

Finalmente, só tenho uma colocação a fazer, Senador, quanto ao seu comentário. Não sou especialista nisso, mas me ocorreu o seguinte: à medida que se substituir a responsabilidade de financiamento do Município para a União, talvez, os prefeitos tenham resistência, porque isso vai impactar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como o orçamento municipal diminui, talvez os prefeitos vão dizer: você está diminuindo meu orçamento, isso não afeta meus outros gastos, mas a proporção que tenho de gastos cai. Ou seja, a proporção que posso gastar com pessoal talvez seja diferenciada. Não sei em que medida isso deve ser considerado, mas é só um ponto que me ocorreu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Entendi. Sem querer atrapalhar, até porque tem a Ordem do Dia, mas acho que quase 100% dos gastos é com pessoal.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – É, imagino que sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, haveria uma liberação de recursos.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Senador, posso acrescentar uma coisa que esqueci? O senhor está preocupado em começar por cidades... Desculpe-me...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É só uma ideia que vou colocar numa pergunta daqui a pouco para vocês, se der tempo.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Na verdade, a sua preocupação é a seguinte: talvez, se eu colocar uma escola, ela tenha desempenho pior do que as outras. Acho que a tendência é acontecer o contrário. Vão acontecer, provavelmente, dois fenômenos. O primeiro fenômeno vai ser seleção de clientela, as escolas vão atrair os melhores alunos, as escolas têm vários mecanismos, inclusive extraoficiais, de selecionar os melhores alunos para si. Os melhores professores também vão fazer isso, é natural que isso aconteça, os professores preferem dar aula para bons alunos do que para maus alunos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas se for em todas as escolas da cidade!

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Se for em todas as cidades, sim, acho isso correto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, se for em todas as escolas da cidade, mas não em todas as cidades ao mesmo tempo.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Concordo, se for em todas as escolas da cidade, a seleção de clientela não ocorre.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É isso.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Mas acho que o nível não vai cair, ao contrário. O senhor falou: é possível que caia, acho pouco provável que caia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não disse isso, não.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – Desculpa, então, interpretei errado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vai subir e muito.

O SR. MARCELO MEDEIROS COELHO DE SOUZA – É, acho que vai subir, exatamente. Concordo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu imagino, eu espero que suba tanto como aquilo que a gente espera por uns 20 anos. Depois, vou falar sobre a família, se der tempo. Mas, por que por cidade? Para evitar também esse problema: você tem uma escola aqui boa e uma ruim. Palmas tem 67 escolas, cinco são fenomenalmente boas, mas ficam faltando outras. Há mais cinco para serem inauguradas. Levaram dez anos para chegar, com um bom prefeito do PT e um prefeito que chegou agora e que mantém o mesmo processo. Eu fiz as contas, vão 70 anos para fazer todas as 60 escolas assim, porque não há dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Passo a palavra agora para o Prof. Monlevade. Em seguida, para suas considerações finais, para a gente encerrar a nossa audiência pública.

O SR. JOÃO MONLEVADE – Vou dividir as minhas colocações em três partes bem rápidas. A primeira é em relação... Ouvi com muita atenção o Marcelo, e algumas considerações que ele fez, principalmente a de que o desempenho depende muito mais da educação da sociedade do que da educação da escola, me reforçaram uma preocupação que tenho há muito tempo, justamente de conjugar, Senador, a educação de jovens e adultos com a educação das crianças.

Nunca vou esquecer, quando fui professor de Pedagogia, fui fazer supervisão de estágio, à noite, e encontrei numa sala duas senhoras, uma que era avó, outra que era mãe, na EJA, à noite, uma com a netinha, outra com o filhinho. E o que estava acontecendo? Aquelas duas gerações estavam se aprimorando ao mesmo tempo, tanto a menina pequena ensinando a avó, como a outra criança sendo ensinada pela mãe. Então, acho que isso é uma coisa muito importante para a gente reforçar o papel fundamental da educação de jovens e adultos. Não vai adiantar, a curto prazo... E ficou muito claro na exposição dele, a gente pode ter 600 no segundo ano, 900 no terceiro ano, etc., etc., mas vai demorar demais para esse influxo da escola contaminar, no bom sentido, toda a sociedade, a não ser que a gente agregue, dentro da escola, essas estratégias.

Isso também tem a ver com a questão da formação do professor em nível médio. Senador Cristovam, eu participei de um momento muito complicado da sua administração, quando o Prof. Ibañez era Secretário e o finado Prof. Carlos Mota liderou o movimento para terminar com as escolas normais aqui em Brasília. Fui voto vencido, a Profª Heda, do Conselho, o Padre Carlos, fomos lá conversar, e o argumento que ele deu era o argumento de que estávamos fabricando muitas professoras primárias acima da demanda. Havia, naquele tempo, sete escolas normais.

Mas eu estou plenamente convencido de que, embora a formação do professor tenha que chegar à graduação e, principalmente, até à pós-graduação, uma formação inicial de nível médio é outra coisa espetacular para contaminar a sociedade de mães educadoras, de tias educadoras, de madrinhas educadoras – estou falando sempre no feminino, porque os cursos normais atraem mais mulheres. Eu não tenho dúvida sobre isso, e isso me deu muito gás para eu fazer, então, a primeira observação àquele quadro.

Então a primeira observação que eu faço: em primeiro lugar, eu acho que é uma tentativa muito interessante de equacionar os problemas, de fazer as coisas aparecerem em quantitativos, que é uma linguagem – não é, Marcelo? – muito mais apropriada no nosso mundo acadêmico e tecnocrático. Entretanto, eu acho que não pode faltar ali alguma linha sobre o atendimento a esses 60 ou 70 milhões de adultos. E está faltando.

O segundo é só uma pequena observação técnica: ali, no primeiro ano, de 2015, está “custo da revolução”, R\$483 bilhões. Eu acho que ali há um pequeno equívoco: 483 é o custo final, como se fosse final. Tanto é que o PIB era R\$4,5 trilhões, então não podia dar 5,7%, daria 11% do PIB. Então, é um pequeno detalhezinho para a gente mostrar que a planilha está num bom caminho, mas precisa ser melhorada.

Agora, as minhas duas observações maiores são políticas. A primeira é a seguinte – não sei se eu já cheguei a citar aqui hoje, mas, anteriormente com o Marcelo estava conversando: a nossa sociedade em qualquer lugar do mundo, inclusive a brasileira, teve uma construção histórica gradativa, pesada, que vai deixando inúmeras marcas. Então, essa retomada de uma centralização pela União me parece que seria alguma coisa muito traumática, mesmo admitindo que, no primeiro ano, seriam 300 cidades, no segundo ano, 600 e por aí vai. As relações políticas que isso provocaria me parece que seriam muito traumáticas. Os critérios... Se o senhor puder adiantar algum critério. Eu até fiquei pensando que podia começar por Roraima e Amapá – o hemisfério norte, nosso Brasil do hemisfério norte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO MONLEVADE – Amapá metade... Macapá passa o Equador, lá na cidade de Macapá. Então 80% do Amapá também estão. Então, veja bem, dependendo dos critérios que você já pensou, eu tenho a impressão de que haveria não só reações em termos de legalidade, Lei de Responsabilidade Fiscal – porque aí também traz 400 bilhões para a União, é a União que vai gastar em pessoal mais do que deve e por aí vai –, como, principalmente, em questões políticas.

Vou dar só um exemplo aqui no seu território e meu território: o Governador está terminando de construir uns cinquenta centros de educação infantil – 112 vagas de creche, 140 de pré-escola. E muitos de nós esperando que seriam escolas públicas. E, quando a gente vê, não: ele vai entregar para ONGs. E aí a gente vai perguntar: por que será? Não é só porque é mais barato – realmente é mais barato. Mas há outras coisas esquisitas no meio, há alianças políticas, há loteamento de coisas muito complicadas. Em outras palavras: haveria resistência. Por incrível que pareça, o prefeito vai dizer assim: “Mas eu vou perder. Eu não vou fazer isso porque eu vou perder meu curral aqui, meus...” Entendeu, não é? E a outra é o contrário, eu imagino a CNTE pensando assim: “Bom,

agora vai haver 300 Municípios que vão ter salário médio de R\$9.500, enquanto isso o salário médio no Município do lado é R\$2.500". Como fica isso? O sindicato fica destruído. Aí lá vem a CNTE contra. Não sou eu não. É o sindicato diante dessa construção social da realidade histórica que estaria invertendo todas as sinalizações.

Entretanto, eu não tenho dúvida nenhuma de que o fundamental desta Comissão, mais do que se colocar diante do seu desafio – que é um desafio de uma revolução total da educação, não é só o financiamento, isso é uma das partes da sua revolução educacional –, é procurarmos novas fontes de financiamento. Sem dúvida nenhuma, quer seja de uma forma, quer seja de outra, com o patamar de financiamento que temos agora não damos conta de jeito nenhum de atrair a nossa gloriosa classe média para colocar os seus filhos na escola pública. É correr até o risco de, como eu vi, na cidade de Sobral, cidade maravilhosa, com educação maravilhosa, a professora com 95% de aprovação, as crianças com seis anos alfabetizadas, o Pedrinho, filho dela, não estar naquela escola. Eu pergunto para ela: "E aí?" Ela ficou quieta, e a vovó que estava na rede falou: "Fala, minha filha, para o moço. Fala para o moço porque você não pôs o Pedrinho na escola pública municipal. Ela não quer falar, seu moço, mas eu vou falar, eu sou mãe dela. Ela não pôs porque ela estava com medo de que ele namorasse menino negro, que tem na escola municipal." Ai, ai, ai... Então, a coisa é muito mais complexa e estamos aqui para debater essa miríade de problemas.

Fico muito feliz e agradeço essa oportunidade. Vou ter uma inveja, viu, Marcelo. No dia 9 e no dia 16, se tudo correr bem, esta mesa vai estar com quatro ou cinco painelistas e aí não serão duas pessoas que pensam tão proximamente, embora tenhamos tido formação em postos diferenciados. Só somos iguais pelos nossos altos salários. Nesse ponto, estamos em companhia. Mas eu tenho certeza de que, nas próximas audiências, as faíscas vão sair um pouco mais fortes. Preparem-se porque vai vir também coisa técnica complicada.

Muito obrigado até agora.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Prof. João Monlevade.

Passo a palavra agora para o nosso Relator, mas antes, meu querido Senador Cristovam Buarque, nessa planilha não há nada em relação a creches e pré-escola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está dentro.

O SR. JOÃO MONLEVADE (*Fora do microfone.*) – Está dentro da educação básica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois é, mas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Especificar.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Especificar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem razão.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Especificar. Talvez seja interessante porque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E acrescentar os jovens e adultos, porque pelo menos por 20, 30 anos vai precisar ainda.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Talvez seja importante especificar, porque é realmente um sistema diferenciado. O atendimento de criança de zero a três anos e de três a cinco anos é um modelo diferenciado que talvez...

É uma sugestão. Eu queria saber se o senhor tem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vou acrescentar. É até por isso que vai quebrar o problema da família. Se a gente coloca desde os dois anos numa creche, o impacto da família diminui.

Agora, você trouxe uma coisa boa de apresentação. Esse custo da revolução, a gente tem que mudar isso. Isso é a soma da implantação do novo sistema mais o atual sistema que ainda continua intercalado. A gente tem que botar duas linhas aí para explicitar.

Agora, João, sobre o salário ao lado, a Confederação Nacional do Trabalhador, é assim hoje. Em frente ao Colégio Pedro II, há uma escola municipal, com salários completamente diferentes, e ninguém briga para migrar daqui para aqui sem um concurso. Todo mundo sabe que, para sair desse para esse, tem que haver um concurso. Você pode dizer: não, mas agora vai ser dentro da mesma escola. É verdade, vai ser dentro da mesma escola. Este é um problema. Há muitos problemas. Em geral, os sindicatos de professores são contra todas as mudanças educacionais, salvo 10% do PIB para a educação.

E o outro é quanto ao curral do prefeito. Isso a gente resolve dizendo: vamos implantar isso voluntariamente, a cidade que quiser. Vai ser difícil os prefeitos não quererem depois de certo tempo que der certo em algumas cidades. A pressão vai ser muito grande.

Bem, a gente tem que ir lá, porque o Senado funciona e a gente tem que ir para lá. Eu vou deixar três perguntas aqui. Se você está com inveja da próxima audiência, pode vir participar, não é, Presidente? Fique aqui, a gente abre. As três perguntas são as seguintes. Primeiro, para dar o salto basta continuar a melhora no atual

sistema ou criar um novo sistema? Esta é uma pergunta-chave. Para quebrar a brecha e a distância, a gente precisa de um novo sistema ou não? Segundo: esse novo sistema ocorrerá se ficar nas mãos dos Municípios e Estados, mesmo recebendo mais dinheiro do Fundeb, ou vai ser preciso uma intervenção mais direta da União? Terceiro: o novo sistema, sendo federal, exige uma carreira nacional. Nove mil e quinhentos reais é um salário suficiente para ter os melhores quadros? Isto o Marcelo respondeu. Finalmente: faz sentido a implantação do novo sistema por cidade? Mas não precisa responder isto hoje, não.

Quanto a alguns comentários que eu tenho aqui, eu também acho que posso guardar para outro momento, e a gente se encontra por aí.

Eu quero dizer que foi muito agradável. Espero que nos próximos haja faísca, porque fica melhor ainda. É bom anunciar quando será o próximo.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Senador Cristovam.

Bem, não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos os convidados, ao Prof. João Monlevade, ao Marcelo, do Ipea, ao nosso Relator, Senador Cristovam, e a todos os assessores e consultores que participaram desta audiência pública.

A próxima será realizada quarta-feira, às 14 horas, na sala 15.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião
é encerrada às 16 horas e 52 minutos.)*

Senadora **Ana Amélia**, – Presidente Eventual

(ATA NÃO APRECIADA POR FALTA DE QUÓRUM)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS Nº 36, DE 2013, COM A FINALIDADE DE DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PRAZO DE 90 DIAS.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 9 de abril de 2014, às 14 horas e 16 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes o Relator, **Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**, a **Senadora Ana Amélia (PP-RS)**, a **Senadora Angela Portela (PT-RR)**, o **Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**, e o **Senador Paulo Paim (PT-RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores membros Cyro Miranda (PSDB-GO), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Amorim (PSC-PE), Paulo Bauer (PSDB-SC), e Acir Gurgacz (PDT-RO). A Reunião foi realizada no formato Audiência Pública oportunidade onde foram ouvidos os convidados: André Amorim, representando Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, José Francisco Soares - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação INEP/MEC, Binho Marques – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/MEC, e Fernando Rezende Professor da FGV/EBAPE. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil. Ela foi criada pelo Ato do Presidente nº 36, de 2013, editada pelo Ato do Presidente nº 40, de 2013, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Tendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Conforme aprovação do Requerimento nº 3, de 2014, esta reunião destina-se à audiência pública de especialistas em educação e finanças públicas. Hoje, contaremos com a presença de três convidados, que eu peço que se sentem à Mesa na ordem em que eu for chamando. Em primeiro lugar, nosso amigo Fernando Rezende, Professor da Fundação Getúlio Vargas; o Sr. André Amorim Alencar, Técnico da Confederação Nacional dos Municípios e o Sr. José Francisco Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação, o famoso Inep.

Eu gostaria de convidar o Binho para sentar aqui pela experiência que ele tem. Eu gostaria até que falasse, na hora em que chegasse e quando ele quisesse, pela experiência de secretário, ex-governador, diretor do MEC.

Como sabem, esta Comissão foi criada com a finalidade de discutir como financiar a educação, onde buscar recursos para financiar a educação. Eu sou o Relator; a Presidente Angela Portela não pode vir. Nós to-

mamos a iniciativa, ela e eu, de trabalharmos uma proposta do que queríamos com a educação para, só depois, trabalharmos quanto custaria e onde iríamos buscar o dinheiro. Ou seja, em vez de dizer onde se vai buscar o dinheiro para financiar o que está aí, nós tínhamos uma proposta, que nós, eu creio, enviamos para vocês – não estou certo – mas eu apresentarei aqui logo mais, começando, porém, com a palavra ao Prof. Fernando Rezende.

O SR. FERNANDO REZENDE – Muito obrigado. Boa tarde a todos os que estão presentes e os que nos ouvem pela TV Senado. Quero agradecer o convite da Comissão na pessoa do Senador Cristovam Buarque, com quem eu tenho tido a oportunidade de compartilhar algumas ideias em eventos anteriores e também com outras pessoas que estão aqui na Mesa, dando continuidade a esse importantíssimo debate sobre a questão educacional no Brasil.

Na verdade, a minha posição aqui hoje seria, em vez de apresentar propostas de soluções, fazer algumas provocações, algumas provocações que – eu acho – são importantes para a gente refletir um pouco sobre um problema que se arrasta há mais de 40 anos. Eu fui rever algumas coisas antigas e me dei conta de que a Lei Calmon foi editada em 1983. São 41 anos de Lei Calmon, que inaugurou um modelo de financiamento da educação muito importante, de garantir recursos públicos, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, quanto dos governos municipais.

E a pergunta que eu venho fazendo a mim mesmo e a alguns amigos próximos é a seguinte: estamos há 41 anos... É claro que podemos dizer que há pouco dinheiro. É menos do que o Brasil necessita? Provavelmente sim. Mas, não obstante, provavelmente, são recursos que, se tivessem sido mais bem aproveitados, teriam produzido melhores resultados do que aqueles que são refletidos nas pesquisas internacionais sobre o desempenho dos escolares brasileiros. Então, a pergunta é: por que não funcionou a contento, digamos assim? O que precisava ser discutido a respeito dessa questão, desse modelo? Porque o modelo, na verdade, não só foi replicado na Constituição de 1988, como foi ampliado.

Então, o mesmo modelo, em 1988, ampliou o percentual da vinculação das receitas orçamentárias federais da educação, que, se não me engano, na Emenda Calmon era 13%, para 18%, e ampliou a base da vinculação estadual e municipal que, na Emenda Calmon, falava de receita de impostos e, na Constituição Federal, ampliou para as receitas orçamentárias, incluindo as transferências constitucionais. Então, houve uma ampliação substancial do modelo da Emenda Calmon cinco anos após a sua edição.

E, de novo, cabe a pergunta. É um quarto de século decorrido desde as regras da Constituição de 1988, que animaram os Constituintes de então a ampliar os recursos e ampliar o alcance desses modelos e, de novo, quando a gente olha tanto as estatísticas internacionais quanto as pesquisas brasileiras tentando o desempenho, a gente encontra resultados que contrastam com essa situação.

É claro que eu não quero dizer aqui que os recursos são suficientes para dar conta da dimensão do problema. Quero dizer que temos de prestar um pouco mais de atenção e tentar responder essa pergunta do passado. Por que, depois de um quarto de século, 40 anos, em que essas garantias foram criadas nós estamos tendo dificuldades muito grandes para avançar na melhoria da qualidade do ensino?

Em 1996, uma mudança importante foi feita e trouxe alguns avanços inegáveis, que foi a aprovação do Fundeb. E qual foi a grande inovação do Fundeb? Quem está aqui presente sabe muito mais do que eu, mas vale a pena insistir. Foi tentar corrigir o equívoco de vinculações, de percentagens uniformes para lidar com disparidades regionais e municipais muito fortes. Essa foi a grande inovação do Fundeb. Foi uma grande inovação na época, mas ela lidou com uma limitação constitucional que não pôde ser resolvida. Ela lidou com a limitação de que a redistribuição dos recursos educacionais entre Estados e Municípios tinha de limitar-se ao que ocorria dentro do Estado.

Ora, obviamente, como os orçamentos estaduais são muito díspares, em alguns Estados, o efeito é muito melhor do que em outros. A redistribuição dentro dos Estados mais ricos, do Sul e Sudeste do Brasil, certamente teria provocado, ou deveria ter provocado, melhor efeito do que a que ocorreu nos demais entes da Federação, ainda que o Governo Federal tivesse anunciado complementações para atender aqueles Estados que, ainda com essa redistribuição, não pudessem cumprir o chamado piso de gastos no setor educacional. Como sabemos, as limitações do Orçamento federal também fizeram com que os aportes federais para essa complementação não dessem conta da situação.

O Fundeb vigorou por 10 anos e, de novo, a emenda constitucional que transformou o Fundef no Fundeb – digamos que ali tem um equívoco, pois em 1996 foi a aprovação do Fundef. Mas são esses equívocos de cópia e cola de planilha que sempre acontece.

Em 2006, sim, a nova emenda constitucional estendeu o alcance do modelo do Fundef, transformando-o no Fundeb e, simplesmente, ampliando não só os recursos que entram na conta da repartição, como o prazo em que o novo modelo seria aplicado. É claro que aí já havia a constatação de que estava havendo uma trans-

formação demográfica importantíssima na sociedade brasileira, onde crescia a demanda por níveis de ensino que ultrapassavam o alcance do Fundef; e, também, crescia a demanda pela pré-escola que também foi incluída.

A questão que eu estou querendo provocar para reflexão neste evento e futuras discussões sobre o tema é: há novas maneiras de encarar o problema? Há a possibilidade de aperfeiçoar esse modelo? Cabe avaliar outros caminhos, ou vamos insistir no mesmo modelo que vem sendo seguido desde 1983, com as adaptações que foram feitas em 1996 e 2006?

Como disse, é uma provocação para que a gente reflita sobre essa questão.

Qual é, para mim, um dos problemas desse modelo que precisa ser corrigido? É que remonta à sua origem, remonta a um fator que, ao longo do tempo, gera grandes desequilíbrios entre a localização das demandas e a localização dos recursos.

Todo mundo daqui também está cansado de saber que a dinâmica socioeconômica brasileira foi muito forte nas últimas três décadas, ou duas décadas e meia, se quiserem. A população envelheceu, a população jovem encolheu relativamente, é claro, e o grau de urbanização foi em uma velocidade não encontrada no mundo moderno, que concentrou população, pobreza e problemas em grandes aglomerados urbanos, o que foi constatado em um estudo muito importante do IBGE, que analisou a rede de cidades brasileiras.

E há um fato para que eu sempre gosto de chamar a atenção, porque ele é relevante: é que, hoje em dia, vivem em cidades com mais de 1 milhão de habitantes mais brasileiros do que na zona rural. Então, essa dinâmica socioeconômica acelerada contrasta com a inflexibilidade das regras. As regras são feitas e permanecem durante um tempo – é possível fazer ajustes, por uma série de razões – mas precisam ser rediscutidas, creio eu, nessa perspectiva de ajustar a questão.

Essas disparidades ocorrem também porque não só os recursos são associados ou vinculados a programas educacionais; é que o regime federativo brasileiro, nosso federalismo fiscal, foi acumulando uma série de distorções, e há hoje, em algumas partes do Brasil, mais de dez transferências diferentes, cada uma criada em um momento específico da nossa história para atender a um problema específico, e, como essas coisas não se rediscutem como deveriam, vão acumulando uma série de distorções que comprometem não só o financiamento da educação, mas esse é o nosso tema específico aqui.

Isso conflita com aquilo que é um princípio fundamental de um Estado nacional, que, inclusive, está inscrito na Constituição da Alemanha. O Estado deve garantir iguais oportunidades de ascensão social a todo cidadão, independentemente de onde ele nasceu e de onde ele vive. Isso significa que todo Município e todo Estado brasileiro deveriam ter condições de oferecer o mesmo padrão de atendimento aos seus cidadãos.

É claro que o cidadão hoje – vou colocar um número só para chamar a atenção –, que nasce no Estado do Pará tem, de recursos garantidos para a educação, cerca de 25% de pouco mais de R\$700,00 *per capita*. Se ele nascer em Roraima, ele vai ter, pelo menos três vezes esse valor ou mais. Então, o Fundef, o Fundeb não é capaz de corrigir essa disparidade. E os recursos do Orçamento federal também não têm dimensão para isso. Esse, eu acho, é um dado importante da nossa discussão. Ademais, esse processo, à medida que acumula essas distorções ao longo do tempo, vai acarretando desperdícios.

Eu converso com secretários estaduais e municipais de finanças no Brasil todo, e muitos me dizem, simplesmente, o seguinte: “Olha, chega no fim do ano, a gente tem de ver como vai cumprir a Constituição que determina 25% em educação, e algumas têm que ser feitas para isso”.

No passado, quando eu me lembrava dessas coisas, eu dizia: “Não, a gente contrata professor e bota para trabalhar em outras áreas da administração pública”. Ou qualquer outro expediente do gênero. E isso é frequente e se repete no Brasil. Então, há desperdícios significativos decorrentes dessa situação, que, eu acho, precisam ser explicitados, precisam ser discutidos de uma forma isenta, sem preconceito de qualquer natureza.

Ao longo do tempo, também esse mesmo processo vai acumulando uma situação na qual a tentativa de corrigir o problema segue o caminho inverso; começa a crescer a edição de normas nacionais uniformes para lidar com situações um pouco diferenciadas, o que significa, de certa maneira, romper um pouco com um princípio clássico de descentralização, que era permitir um pouco mais fácil o ajuste de demandas a oferta pela diversidade de situações regionais.

Vou andar mais rápido, porque sei que eu tinha, no máximo, 20 minutos para falar; já falei uns 10, ou mais. Vou andar rápido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO REZENDE – Esse aí é um quadro que eu sempre gosto de mostrar, exatamente com as disparidades que estão lá. Está aí o Maranhão, com R\$719,00 *per capita* de Orçamento; Roraima, R\$2.869,00. Esse dado, se não me engano, é de 2010. Não varia muito, não mudou muito a situação.

Então, estou mostrando exatamente o problema que decorre desse modelo.

Nos Municípios, as disparidades são maiores ainda. Não que dizer que os Municípios vão bem, não. Quer dizer que há muita disparidade entre os Municípios, e esse é um tema que estou querendo aprofundar agora nos estudos que estou fazendo, porque, se olhar aqui, ali é uma espécie de curva invertida, um coeficiente de Gini invertido. Se você mostrar ali o que acontece, é o seguinte: nos 10% de Municípios que têm a menor capacidade fiscal *per capita* – a capacidade fiscal é medida pelo tamanho do Orçamento – vivem 20% da população brasileira. E, nos 30% dos Municípios com a menor capacidade *per capita*, vivem 40% da população brasileira. No outro extremo, nos 10% dos Municípios com maior capacidade orçamentária, vivem 2% dos Municípios brasileiros.

A gente pode explicar isso com muita facilidade, e o nosso colega da Confederação Nacional dos Municípios tem esses números certamente, mas não é o nosso objetivo aqui aprofundar. Se for o caso, a gente pode aprofundar durante o debate.

Ao mesmo tempo, o que aconteceu? Houve uma enorme transferência de encargos na área educacional para Estados e, principalmente, para Municípios. E, não obstante, a parcela estadual e municipal no total da chamada torta fiscal disponível não cresceu. Pelo contrário, a dos Estados caiu, e caiu substancialmente, e a dos Municípios permaneceu, nos últimos anos, em torno de 17%, 18%, com aquelas disparidades todas.

Então, há uma crescente “assintonia” ou assimetria entre a transferência de encargos e as capacidades financeiras, que são solucionadas por transferências federais que, como disse antes, precisam lidar com essa situação.

De outra parte, o problema só ficou mais complicado, porque o Orçamento federal foi sendo crescentemente ocupado. De onde se vai tirar dinheiro para aumentar os recursos aplicados em educação? Do Orçamento Federal? Está difícil. Está difícil se a gente não rediscutir as escolhas orçamentárias. Este é outro problema nosso: as escolhas orçamentárias no Brasil vão-se acumulando, ao longo do tempo, num processo quase que de deposição arqueológica, e, depois de algum tempo, não se sabe mais de onde veio essa decisão.

Talvez o Senador Cristovam se lembre: quando foi decidida a concessão de pensão vitalícia a filhas de militares solteiras?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não sei.

O SR. FERNANDO REZENDE – Também não sei. Estou tentando me lembrar. Acho que da Guerra do Paraguai, mas não tenho certeza não. Acho que deve ser da Guerra do Paraguai.

Enfim, esses e outros elementos, as escolhas feitas no passado, vão se somando à medida que novas escolhas vão sendo feitas, e isso significa que o orçamento torna-se crescentemente engessado.

Enquanto é possível crescer, enquanto é possível o Estado crescer, você vai acomodando um pouco essas questões. Quando o tamanho do Estado já chega a um ponto em que ele não deve crescer, o conflito fica muito evidente.

Botei um só dado ali: 4/5 da receita líquida do Governo Federal, em 2013, estão ocupados por aqueles três itens (Previdência, trabalho e assistência, saúde e educação).

Se somarmos o que precisa para se financiar o superávit primário – segundo as estimativas precisa de um mínimo de 2% do PIB –, não tem espaço para nada. Os conflitos se manifestam claramente não só no agregado, mas entre eles. Quer dizer, o conflito entre a saúde e a Previdência é clássico nessa discussão da seguridade social.

Então, é preciso pôr as escolhas orçamentárias em debate ou, usando uma expressão que estou preferindo agora: é preciso discutir a economia política da despesa pública.

Os nossos macroeconomistas fiscais estão chamando para dizer assim: “Tem o problema do ajuste fiscal. O ajuste fiscal não vai dar, não vai dar no ano que vem, não tem, vamos ter de fazer um forte ajuste”. Como? Como vamos fazer esse ajuste sem discutir as escolhas?

Alguém se levanta e diz: “Põe uma lei dizendo que gasto corrente não pode crescer mais do que PIB”. Ora, é brincadeira. Isso é vender ilusão ou fantasia, porque não é uma lei que vai resolver isso. Não tem lei que diga isso. O gasto corrente cresce automaticamente mais do que o nosso PIB em função de uma série de regras que estão aí estabelecidas. Ou a gente vai discutir as regras ou não vamos lidar seriamente com a questão.

Botei como os conflitos se acirraram nesse período. Muda. O total ali dos três itens (trabalho, Previdência, saúde e educação) permanece mais ou menos o mesmo. Cresceu um pouco de 75% para 80%, mas há mudanças importantes dentre eles.

A educação nesse período até cresceu. Cresceu por quê? Porque teve um ciclo econômico favorável entre 2004 e 2008. Quando há um ciclo econômico favorável, os recursos garantidos para a educação crescem mais do que os recursos garantidos para a saúde, por conta da vinculação da educação a impostos e não a contribuições. Então, isso gera essas mudanças. Muda internamente, mas o espaço continua. Só foi possível acomodar a situação em 2013 com uma forte redução nos recursos destinados a financiar o superávit primário.

Também não vou me deter nisso aqui. Os Estados e Municípios também encontram dificuldades para acomodar suas despesas, porque os orçamentos estaduais e municipais vão ficando cada vez mais amarrados, principalmente agora, em que a necessidade de atender as demandas da população por melhores serviços urbanos não encontra capacidade alguma de ser efetivada.

Um dilema e falsas soluções. O dilema é que crescimento econômico não resolve o problema. Como acabei de dizer, os gastos vão crescer mais do que o PIB queiramos ou não, a menos que a gente rediscuta um pouco as escolhas.

Impor limites arbitrários já disse que é irrealista. E apostar em melhorias da gestão pública sem enfrentar a reforma orçamentária é vender uma ilusão. Não se vai melhorar a gestão pública se o instrumento por excelência, de qualquer gestão pública ou privada, é o orçamento. O que costumo dizer é que o gestor público não conhece o seu fluxo de caixa, consequentemente ele não pode ser um bom gestor. Ele é extremamente competente, mas não pode ser um bom gestor.

E aí isso bate na tecla, no que estou repetindo insistentemente: é preciso a gente discutir a única reforma que foi esquecida nos últimos 20 anos, que é a reforma orçamentária. Nós discutimos a reforma tributária, a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, a reforma política. Ninguém tocou na reforma orçamentária. Por quê? Porque o orçamento público tornou-se irrelevante. Nada de importante é decidido no orçamento. O Congresso Nacional não discute a proposta orçamentária na sua essência porque não pode. Não é porque não quer, é porque não pode. Não tem o que discutir.

Então, há aí uma série de observações sobre o porquê de estarmos trabalhando muito nesse tema da reforma orçamentária lá na Fundação Getúlio Vargas. É a transparência. Transparência não é botar as despesas executadas na internet. Nem algumas pessoas especialistas da área entendem; quanto mais o público em geral. Botam lá: despesas de capital – tanto. Alguém no passado, num Município, disse: “Mas eu não fui à capital. Então, não tive despesa de capital”.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO REZENDE – Muito bem. Só para concluir, é preciso discutir as oportunidades.

Experiências internacionais deixam claro que reforma orçamentária se faz em alguns momentos políticos interessantes. Acho que há alguns indícios de que esse momento o Brasil passará a viver neste e nos próximos anos. Poderá ser um momento interessante para a gente pôr a reforma orçamentária na agenda de prioridades nacionais como uma questão importante para tratar do financiamento da educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço ao Fernando.

Queria só fazer uma estratégia diferente. Poderia deixar esse último quadro? Queria polemizar logo.

Primeiro, fiquei muito satisfeito quando o Fernando lembrou que, depois de 41 anos da Lei Calmon, de um quarto de século da Constituição que ampliou recursos, de 96 até agora, de 20 anos de Fundeb, em que se investiu mais, nós não conseguimos dar um salto. Melhoramos? Melhoramos aí um pouquinho, mas ficamos mais para trás. Ampliaram-se duas brechas. A primeira é a brecha da necessidade de educação em relação à educação que nós temos. Ou seja, o que é a gente precisa que saia da cabeça de um jovem hoje e o que é que a gente colocou na cabeça dele? Essa brecha aumentou. E aumentou a brecha horizontal de como nós estamos e os outros países.

Você perguntou: investir no mesmo ou buscar outro caminho? Essa é a chave, essa é a chave. Insisto que a nossa ideia é trabalhar outro sistema, outro modelo, uma alternativa ao que está aí, e procurar saber os recursos de onde vêm.

Quando a isso, vou colocar um certo pessimismo sobre as pressões da sociedade por maior qualidade de gasto, porque acho que a sociedade pressiona por mais qualidade nos serviços imediatos e não na educação. Vai demorar muito para vir uma pressão da sociedade por mais recursos para a educação. Ela quer melhorar o transporte público, a saúde, o asfalto, coisas que dão efeito imediato.

E, quanto às demandas do Legislativo, uma influência, temo, porque o Legislativo é muito submetido às pressões corporativas, que trabalham sempre com o imediato. Não temos uma tradição de um Poder Legislativo trabalhando com longo prazo e do conjunto da sociedade, da Nação brasileira. Nós trabalhamos para o imediato e para as corporações.

Um exemplo que partiu do Governo Federal: entre capitalizar a Eletrobrás, para se ter um bom sistema de energia daqui a algumas décadas, ou reduzir as tarifas, nós preferimos reduzir as tarifas hoje, o que o Governo fez com o apoio de todos. Isso terminará, certamente, trazendo um custo muito alto, daqui a alguns anos; alguns acham que isso já chegou. Por isso, a necessidade de definir onde buscar os recursos para a sociedade – não diria nem pressionar a favor – aceitar as sugestões.

Finalmente, dentro da linha do que Fernando falou, sobre a gente querer mudar o que não se pode mudar. Por exemplo, vamos limitar os gastos com tantos por cento do PIB, mas as regras não permitem. Mas, aí, o contrário: vamos gastar 10% do PIB em educação. Não vai ser possível, nem adiantará muito, porque o atual sistema sofre de inanição. E uma pessoa que está com inanição, se você der muita comida, morre. Você tem de fazer isso em um certo ritmo.

Bem, eu passo a palavra, agora, a André Amorim Alencar, que representa aqui a Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR – Muito boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, o Prof. Fernando Rezende e nosso Presidente do Inep.

Queria fazer um agradecimento, em nome da Confederação Nacional de Municípios e de nosso Presidente, Paulo Ziulkoski, por mais uma vez participar aqui de uma audiência pública na Comissão de Educação.

Já iniciando minha apresentação, minha ideia é a gente discutir um pouco de nosso federalismo fiscal, sobre o que tem ocorrido nos últimos anos e os dados da década, principalmente, de 2000 para cá.

Então, o nível de gasto que cada Município é capaz de realizar em educação é determinado principalmente por nosso sistema tributário, e um dos nossos mecanismos de visão de receita, o Fundeb – o Prof. Rezende já o colocou como um dos principais mecanismos dos últimos anos e que tem um ponto: não privilegia a qualidade – privilegia a quantidade na partilha dos recursos, por adotar o critério de matrículas para a divisão de recursos.

Então, acho que, para avaliar se os recursos deixados para a educação pelos Municípios são suficientes para, por exemplo, atingir as metas do Ideb e as demais metas do PNE, também terá de levar em conta essa divisão de recursos, não só o volume agregado, como a proposta dos famosos 10% do PIB.

Hoje, o gasto público em educação passou dos 3,9% do PIB em 2000 para 5% do PIB em 2010 – são os dados do Inep. A divisão de quanto foi aplicado, de forma direta, pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Em 2000, a União aplicou 0,7%; os Estados foram os maiores aplicadores, com 1,7%, e os Municípios, 1,5%. Lembro também que a União... Isso é de aplicação direta. Claro que a União transfere parte dos recursos que são aplicados aos demais entes. Hoje, a gente está em 5%; os Estados e Municípios aplicam 2%; e a União, 1%.

Para a gente entender um pouco como é a repartição do bolo tributário. São as receitas disponíveis. São aquelas receitas após as transferências constitucionais, legais, as principais; então, aquilo que cada ente arrecada mais o que ele recebe de transferência dos demais entes.

A União está ficando hoje com 21,2% do PIB, de receita disponível, os Estados com 9,3%, e os Municípios, com 6,8%. Se a gente pegar aquele gasto em educação e fizer uma proporção dessa receita disponível, a gente vai ver que os Municípios hoje estão aplicando 11% de sua receita disponível em educação. Os Estados aplicam 8,1%, e a União, 1,8%.

Quer dizer, uma avaliação que a gente escuta na CNM, que é muito comum, é de que o Fundeb veio representar um novo recurso para a educação, para os Estados e Municípios; quer dizer, esse mecanismo, na verdade, só introduziu uma rede de distribuição de receitas que já pertenciam a esses entes. Então, coube à União a chamada complementação, 10% hoje do bolo.

O Fundeb atualmente está em torno de R\$100 bilhões, e a União coloca mais ou menos R\$10 bilhões. Quer dizer, apesar de ele não representar um recurso novo, ele introduziu esse mecanismo redistributivo, e eu considero que ele foi capaz de incentivar a ampliação das redes de ensino, justamente por privilegiar o repasse pelo número de matrículas.

Aqui, é mais ou menos o perde e ganha entre Estados e Municípios, que tem ficado cada vez mais importante aí, porque a rede municipal tem-se expandido acima da rede estadual, e isso tem feito com que uma parte dos recursos que são retidos das fontes do Estado, das contribuições do Estado profundo, tenham sido transferidos para os Municípios e de forma cada vez mais significativa.

Em 2000, representava ali em torno de R\$2 bilhões – a diferença é a complementação da União –, e, em 2012, cerca de R\$15,4 bilhões são transferidos de recursos dos Estados para os Municípios, justamente porque a rede municipal tem-se expandido de forma mais acelerada.

Então, quer dizer, o ganho que os Municípios hoje têm em detrimento dos Estados é decorrente do grande crescimento de matrícula da rede municipal, enquanto a rede estadual tem apresentado uma redução.

Então, quer dizer, aqui, é para demonstrar o peso que esse saldo que os Municípios têm no Fundeb já tem na composição da sua receita. Hoje já responde por 6,3% da sua receita. A arrecadação própria, ICMS e FPM são as principais, mas o Fundeb tem um papel importante também.

Aqui, o Professor comentou que esse dado, na verdade, é o Gini dos Municípios. Ele ilustra o perfil das transferências. Então, quer dizer, você tem aí os Municípios. Por esse dado, quando ele está negativo, o FPM e o Fundeb, isso significa que essas transferências transferem mais recursos para Municípios com menor PIB do que transferem para o maior.

Então, ele retira um pouco de receitas dos Municípios que têm maior PIB e transfere aos Municípios com menor PIB.

Seria mais ou menos o que ilustra essa curva. Eu vou adiantar aqui.

Então, outro papel importante do Fundeb tem sido distribuir mais recursos para prefeituras com menor receita.

A receita disponível e o saldo do Fundeb têm uma correlação negativa alta, de menos 0,76%. Então quer dizer, cada ponto desse aí é um Município, e a gente vê claramente que, à medida que a receita disponível *per capita* é maior, o saldo que o Município tem com o Fundeb, ou seja aquilo que ele contribui para o fundo e aquilo que o fundo retorna para ele é menor. Isso é interessante; quer dizer, há um papel redistributivo: o Fundeb, apesar de todos os seus problemas, ainda conserva. E isso tem de ser levado em consideração na elaboração de um novo mecanismo que vier a substituir.

Aqui é só por Estado, para ficar para os Srs. Senadores.

Quer dizer, apesar de destinar maior quantidade dos recursos aos Municípios com menor receita, o Fundeb não incentiva a qualidade. Pelo contrário, ao estimular uma competição pela ampliação da rede, premia apenas a quantidade. Esse é um ponto.

Em média, os Municípios que mais recebem recurso do Fundeb têm menores resultados no Ideb. Quer dizer, antes de a gente considerar isso como uma deficiência, deve-se lembrar que mais recurso amplia a capacidade financeira do ente de melhorar o seu indicador.

Então, se a gente olhar isso como um filme, não só o ponto aqui de um ano específico, a gente tem que ver com bons olhos Municípios que têm piores notas de Ideb estarem recebendo mais recursos.

Aqui é só para ilustrar essa correlação. A gente vê aí, por exemplo, essas faixas. Isso aí é a despesa por matrícula; quer dizer, é outro ponto. Municípios que têm maior despesa por matrícula na sua rede geralmente têm uma média de Ideb maior.

Então, estão selecionados os Municípios aí, e a maior quantidade de Municípios está com menos de R\$3 mil reais, por matrícula, por ano – são dados de 2009 – e tem menores médias. Então, quanto mais o Município gasta... Nesse sentido, lógico – é preciso aprofundar mais esses estudos –, quanto mais se gasta maior a nota.

Aqui é a questão da aplicação da vinculação constitucional. Quer dizer, se você considerar a despesa de MDE, em proporção à receita constitucionalmente vinculada, que é a receita de impostos, os Municípios menores, de até 10 mil habitantes, são os que aplicam a maior proporção. Em 2012, a média foi 29,4%, enquanto a obrigação constitucional é de 25%.

Quer dizer, quando a gente separa isso por região, há uma diferença também substancial. A Região Centro-Oeste é onde os Municípios aplicam a maior parte dessa receita vinculada: 30%; no Sul e Sudeste, é menor. Isso também é explicado porque há um custo mais ou menos mínimo, fixo, para se manter a rede de ensino, e as receitas no Centro-Oeste são menores, efetivamente, do que as receitas no Sul e no Sudeste.

A União tem a obrigação de aplicar 18%, só que, pelos demonstrativos da Lei de Responsabilidade, o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), a gente vê que ela só tem atingido isso incluindo esses restos a pagar não processados, que também mereceriam uma avaliação melhor.

Aqui é só para ilustrar que os Municípios menores gastam mais do que Municípios médios e grandes. Isso tem-se repetido ao longo dos anos.

Aqui é a questão regional, só para também deixar para os Senadores.

Aqui é quanto os governos estaduais gastam. Eu não gosto muito desse dado do Siope, porque é um dado declaratório. Não é auditado. Quer dizer, a gente vê que foi comum a inclusão de muita coisa como gasto de educação. Então, esse dado precisa ser mais bem apurado, para a gente saber, efetivamente, quanto foi gasto.

Mas, como a União tem maior, vamos dizer assim, transparência nos dados, a gente consegue ver que, na verdade, ela mal consegue atingir 18%. Você tem ali o total liquidado – esses são os dados do Anexo X dos RREOs da União –, que também pode não corresponder ao efetivamente pago, mas você tem, para ela atingir os 18%, essa inclusão dos restos a pagar não processados, que, talvez, não tenham uma execução tão assegurada assim.

Quer dizer, também é muito importante, além do Fundeb, a gente ver o que está acontecendo com o FPM, principalmente para os Municípios menores, porque essa receita é muito importante para Municípios mais dependentes. E, a partir de 2008, a gente tem observado uma tendência de o FPM ter-se reduzido em relação às demais receitas, que são mais concentradas. As receitas de ICMS e de arrecadação própria são mais concentradas em perfis de Municípios que são grandes centros. Então, isso tem gerado uma dificuldade para os Municípios menores, de também fazerem os gastos na principal área que eles têm a obrigação constitucional de manter, que é a educação.

Então, esse gráfico ilustra a tendência a partir da crise de 2008, de o FPM crescer abaixo das demais receitas. Isso é só para ilustrar o peso do FPM. Para 3.466 Municípios, o FPM responde por mais de 50% da receita.

Agora, a questão do piso do magistério, que tem um impacto muito significativo para os Municípios.

Trago uma pesquisa para os Srs. Senadores, de junho de 2013, em que a gente apurou que 20% dos Municípios, nessa amostra de 749 Municípios, não pagam o valor nominal do piso. Essa é uma pesquisa de 2013. Eles não conseguem pagar o valor nominal do piso – ainda estavam se adequando. Isso para professores de nível médio. Para professores de nível superior, é menor: só 5,7%.

Quando a gente vai olhar a questão das horas/atividades, uma obrigação adicional da Lei do Piso, que é um terço de horas/atividades extraclasse, a gente vê que a adaptação ainda vai ter que ser muito mais forte nos Municípios. Hoje, cerca de 80% dos Municípios não cumprem essa regra de um terço de horas/atividades extraclasse.

Quer dizer, o piso do magistério foi definido, em 2009, em R\$950,00, e o aumento acumulado até hoje já chega a 78,6%. É uma regra de indexação que torna difícil uma previsão orçamentária para os prefeitos, para os gestores, porque é uma indexação muito acima do ritmo de crescimento das receitas.

Aqui é para demonstrar, mais ou menos, que, cada vez mais, a folha do magistério ganha peso na receita municipal – em 2008, ela respondia por 9,8% da RCL e, agora, em 2012, já chega perto de 12% da RCL, em relação à receita do Fundeb. Os 73,4% do Fundeb eram só para pagar a folha, em 2008, e, hoje, está em 76,9%.

Essa questão aqui, na verdade, é outro problema que os Municípios enfrentam – aproveitar a oportunidade aqui para colocar que são os programas definidos, e eles não são indexados. Você vê que o ali que o piso está indexado, cresce todo ano, alguns programas federais vão sendo reajustados, mas esse reajuste tem sido abaixo da inflação. Isso foi a realidade do PNAE (Programa Nacional de Alimentação) e do PNATE, que é do transporte escolar.

Então, eram essas as contribuições que a gente tinha a trazer, e a gente espera que contribuam para o debate.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Justo na hora, hein?

Eu agradeço ao André, mas eu quero deixar aqui uma pergunta para o final: O que vocês da Confederação sugerem para financiar uma boa educação em todas as cidades do Brasil? Qual é a proposta de vocês, para que não haja desigualdade no custo aluno por cidade? Na linha do que o Fernando até falou aqui de quebrar essa desigualdade, mas você pode até falar isso depois.

Eu passo a palavra ao José Francisco, que vai dividir com o Binho a fala. Eu volto a insistir: se puderem tocar de onde vem o recurso para fazer o quê, eu gostaria. Não ficar apenas no como se faz hoje. O que é que a gente quer para a educação brasileira nos próximos 20, 30 anos? E como fazer para que ela se realize do ponto de vista financeiro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Eu queria começar agradecendo o convite do Senado Federal na pessoa do Senador Cristovam. É uma satisfação dividir a Mesa com o Prof. Fernando Rezende e com o André Amorim, da Confederação Nacional dos Municípios. E agradeço ao meu colega Binho Marques, que gentilmente concordou em vir comigo. Devo esclarecer que estou há pouco mais de um mês no Inep. Então, embora não sendo estranho ao que o Inep faz, há muito coisa em que eu preciso ainda de ajuda, agradecendo, naturalmente, a compreensão do Senador Cristovam de colocá-lo aqui conosco – vou dividir meu tempo com ele.

Naturalmente, como na fala do André ficou muito claro, o Inep é responsável por uma série de sistematizações dos dados. De onde vêm os recursos? Art. 212 da Constituição. Então, a União aplicará nunca menos de 18%, e os Estados – todos nós sabemos – 25%.

Todos os dados que eu vou citar são dados do Siope. Então, estão aqui conosco o diretor do Inep/MEC, o Moreno e o Willians Kaiser, que são os responsáveis pela sistematização desses dados.

A União aplicou, em 2013, 22,54% – então, nunca menos do que 18%, e ela está acima. E, como foi dito anteriormente, além dos recursos, há complementação do Fundeb, que, no mesmo ano, foi de R\$9,4 bilhões. É claro, e também na fala do André ficou isso evidente, que esses valores estão crescendo. Eles começaram com valores menores e, a cada ano, isso tem crescido.

O investimento total, aqui, de todos os entes federados: 6,4% do PIB. Isso atualiza a tabela que o André utilizou. Ele se refere a essa nota técnica feita pelo Inep, mas aqui parava em 2010. Então, esse é o valor de 2012.

Aqui, a gente pode ver a evolução, e é muito claro o que ocorreu ali em 2005, quando começou a vigor o Fundeb: aí nós temos uma linha crescente de investimento dos três entes federados, chegando, hoje, a 6,4%.

É importante que, nesse investimento, há dois conceitos: o conceito de investimento total e o de investimento direto. O investimento total, como o próprio nome diz, inclui tudo. O investimento direto não inclui a

renúncia fiscal e outras despesas que não estão diretamente associadas à educação, mas o total é aquele valor de 6,4%; ou seja, há recursos. Mas e os desafios?

Eu gosto de enfatizar que o Brasil está se transformando, e é bom viver neste momento em que ele está se transformando. Mas este novo País precisa de uma nova escola. O que isso quer dizer? A nossa cabeça em termos de educação pede uma escola de passagem. Perceba, o professor passa pela escola, o aluno passa pela escola. Por isso é que funciona em três turnos, em dois turnos. Essa é uma coisa que os colegas de outros países têm dificuldade de entender quando vamos dizer... Precisamos superar isso e, para tanto,, precisamos de novos recursos.

Eu gosto também de insistir muito neste terceiro ponto. A educação de qualidade tem duas dimensões, que é a inclusão e a excelência. Do lado da inclusão, eu colocaria a desigualdade. O Ideb é uma medida de excelência – é importante que a gente também tenha ideia – e vou tratar de fazê-lo – de onde essa excelência está acontecendo? Ela tem que acontecer de forma mais ampla. Ou seja, os novos recursos que estão chegando e que chegarão têm de olhar nessa direção.

É um sistema muito grande: 50 milhões de educação básica, 2 milhões de professores, 7 milhões no ensino superior, 330 mil professores.

E o que está sendo feito para promover a inclusão e a excelência? Aonde esses recursos estão indo? Ali, há uma sequência. Educação infantil, construção de mais creches e pré-escolas. Melhoria da trajetória regular. Esse é um conceito no qual eu insisto muito: o que se quer de um sistema de ensino? Que a criança tenha acesso, que ela permaneça na escola, que ela seja promovida e que ela conclua tudo na idade correta. Essa é a ideia de trajetória regular. Falo com muita satisfação que o Inep, depois de sete anos de censo por aluno, hoje tem uma base de dados em que podemos rastrear a trajetória dos alunos.

Nós temos o programa de mais tempo na escola, seja na escola de tempo integral, seja nos programas de segundo turno na escola; Pronatec; formação pessoal – e não vamos minimizar o fato de que nós temos tido melhorias, de forma particular, nos anos iniciais no ensino fundamental; e, finalmente, formação e salário de professores. Tudo isso está acontecendo, mas eu costumo dizer que a educação é um pouco Muralha da China. A gente olha para trás e diz: “Puxa, fizeram muito.” Mas a gente olha para frente e fala: “Puxa, falta tanto por fazer”. Mas é importante que a gente tenha essas duas dimensões e a dimensão do tempo presente. Quer dizer: “Estamos caminhando?” Sim, estamos caminhando, mas nós temos muito que caminhar.

Eu vou pedir ao Binho, com a experiência que tem, para complementar a minha fala.

O SR. BINHO MARQUES – Boa tarde, quero agradecer ao Senador, meu ex-Ministro Cristovam Buarque, pelo convite para estar aqui na Mesa. Quero também cumprimentar o Fernando – já estivemos em outro debate aqui sobre o federalismo na educação, também motivado pelo nosso Senador Cristovam Buarque. Estive aqui representando o Ministério, colocando o nosso posicionamento sobre esse tema. Houve ontem a instalação da frente parlamentar, se não me engano, não é isso, Senador? Cumprimento também o André, que traz aqui o posicionamento da CNM.

Eu vim aqui acompanhando o Prof. Chico Soares, Presidente do Inep, que já admiro há muito tempo. Eu viria de qualquer maneira para ouvir sua fala. Ele tem contribuído muito com a educação, especialmente no sentido de nos permitir observar as desigualdades educacionais. Neste tema, eu acho que o Senado, no momento oportuno, poderia apropriar-se melhor da compreensão dos resultados das avaliações, comparando-os também com as desigualdades educacionais. Há pouco tempo, estava muito forte o debate a respeito de uma lei de responsabilidade educacional, em que se pretendia punir os gestores a partir dos resultados do Ideb, sem levar em consideração alguns aspectos que influenciam fortemente no resultado da avaliação, independentemente da escola, da qualidade da escola.

Aproveito o tempo para comentar um pouco das provocações que começaram com o Fernando e continuaram pela CNM, que acho muito importantes neste momento do debate da educação nacional.

O Fernando fez uma bela apresentação, colocando parte das grandes razões das desigualdades educacionais e fechou a sua fala perguntando se seria o caso de insistir nesse modelo, o que animou bastante o Senador Cristovam, que já tem uma proposta de alteração do modelo. Eu vi que ele estava bastante animado com a possibilidade de uma alteração de um novo modelo. Da outra vez que estivemos aqui, o Senador falou: “Sim, mas e o salto? Tivemos um crescimento na qualidade, mas precisamos de um grande salto na educação”. E também o André falou que o Fundeb privilegia muito a quantidade e não a qualidade.

Eu devo parcialmente concordar com todos e parcialmente discordar de todos ao mesmo tempo. Acho que eu ficaria mais com a posição do Chico Soares, quando faz a comparação com a Muralha da China. Se a gente olha para trás nós andamos muito, mas ainda temos muito mais pela frente.

Eu queria, então, fazer um pequeno resgate dessa caminhada que tivemos até aqui, especialmente a partir do governo Itamar. Muitas vezes, nós nos esquecemos dos ganhos que tivemos, e foram ganhos com

uma certa continuidade. Mesmo com as mudanças de governos, nós tivemos certa continuidade na melhoria da educação que não pode ser desprezada. E lembro que na época eu era vice-presidente da Undime e discutíamos, na conferência da Educação para Todos, as ideias iniciais que resultaram no Fundef. Naquele momento, vi ali os elementos para os quais o Fernando alertou ou aqueles que ele criticou – talvez os elementos que pudessem superar os problemas levantados pelo Fernando.

Naquela época, nós discutíamos, tínhamos como proposta um fundo único e não 27 fundos. Era a ideia de se constituir um fundo único para financiamento da educação. E, junto com o fundo, e não poderia estar descolado do fundo, a ideia de um padrão mínimo de qualidade. Se a gente observar a LDB e a Constituição, pelo menos cinco vezes em cada uma, nós temos a citação de padrão, de padrão mínimo, a necessidade de se estabelecer um parâmetro de garantia de qualidade, assim como ocorre na Alemanha.

Numa federação, de um modo geral, é difícil se pensar em uma situação de igualdade. Mas uma federação cooperativa tem pelo menos um parâmetro mínimo de qualidade, em que ele é respeitado, independentemente do CEP onde nasce; ele tem pelo menos esse padrão mínimo assegurado.

Depois veio o Fundef, que abandonou, por questões políticas, a ideia de um fundo único e abandonou especialmente uma referência. E o Senador Cristovam pergunta: “Mas qual é a proposta?”

Um elemento fundamental para a melhoria da qualidade da educação está na definição de um padrão de qualidade. Sem a existência de um padrão de qualidade pode ocorrer aquilo que o André reclama: o Fundeb privilegiando a quantidade e não a qualidade. Não é exatamente isso. O recurso é para garantir quantidade e qualidade. Mas a ausência de uma parametrização nacional de qualidade faz com que cada ente federativo estabeleça o seu modelo de educação.

O Fundef teve essa dificuldade, mas ele, pelo menos, o que foi reconhecido por todos, trouxe uma ampliação enorme no acesso. O Fundeb, mais ainda, quando incorporou toda a educação básica.

Eu gostaria de, complementando o que disse o Prof. Chico Soares, falar um pouco sobre a importância do Fundeb.

Quando se iniciou o Fundeb, é bom lembrar, apenas dois Estados brasileiros tinham complementação de recursos. Hoje são dez Estados brasileiros. E a cada ano tem crescido esse número. Então, a participação da União na complementação de recursos não é desprezível. Se pegarmos, por exemplo, um Estado como o Maranhão, o fundo do Maranhão tem uma complementação de 48% de recursos da União.

O aumento de acesso e de investimentos na educação é algo que... Nós não podemos, de maneira alguma, imaginar um futuro melhor para a educação se desprezarmos uma trajetória construtiva, positiva para a educação que já vem sendo acumulada ao longo de alguns governos. Especialmente no período pós-Lula e agora, com a Presidenta Dilma, temos uma evidente prioridade para a educação. E também o reconhecimento de que há uma necessidade de se aumentarem os recursos para a educação, quer dizer, o empenho da Presidenta Dilma em dedicar os *royalties*, parte dos *royalties*, a maior parte dos *royalties* do petróleo à educação é algo que precisa ser valorizado por este País.

Agora, aumentar simplesmente os recursos para a educação e uma reforma orçamentária, caro Fernando, sem uma discussão sobre a gestão da educação é algo que também corre sério risco, porque, se temos uma organização federativa, ela só pode superar ou reduzir as desigualdades se tivermos a parametrização de um sistema nacional de educação, o que não temos.

Então, Senador Cristovam, no caminho das propostas, acho que esta Casa precisa fortemente observar a necessidade da consistência, de dar consistência ao Sistema Nacional da Educação, que está na Constituição graças à Emenda nº 59, mas precisamos de uma regulamentação, especialmente do art. 23, para que possamos assegurar mais claramente as responsabilidades entre Estados, Municípios e Governo Federal, mas para que todo esse esforço que é feito pelo Governo Federal seja amparado por uma parametrização.

Os dados apresentados aqui pelo André mostram como fortemente o piso salarial tem impactado nas receitas dos Municípios e dos Estados, mas o problema não é só de falta de recursos. O problema é também a ausência de uma parametrização. A ausência de um sistema nacional faz com que cada Município, cada Estado tenha um plano de carreira diferenciado. E, na sua grande maioria – nós estamos concluindo um estudo a respeito disso –, sem a menor condição de se adequar a um piso salarial.

O tempo é muito curto, Senador, mas eu gostaria de dizer o seguinte: do ponto de vista do Ministério da Educação, temos plena consciência de que é necessária a ampliação dos recursos. E o nosso Plano Nacional de Educação, apoiado pelo Ministério e com grande reforço dos recursos dos *royalties*, terá, ao longo do tempo, ao longo da próxima década, um incremento substancial de recursos para a educação. Paralelamente a isso, para que esses recursos possam realmente assegurar uma qualidade nacional que tanto o senhor preza – o senhor se preocupa que a educação, em qualquer ponto do País, tenha um padrão de qualidade – ele precisa destes

dois elementos: uma definição clara de padrão de qualidade, e que esse padrão de qualidade esteja vinculado ao conceito de um padrão mínimo.

E aí eu queria colocar isso também como provocação, porque nos preocupamos, muitas vezes, com o padrão máximo, muitas vezes nos preocupamos com a garantia da melhor qualidade, e temos muito preconceito com o conceito do mínimo. O conceito do mínimo está vinculado à ideia da viabilidade e à possibilidade de que a sociedade possa cobrar esse mínimo. O padrão mínimo significa o seguinte: abaixo desse mínimo é imperdoável, é indesejável, é inadmissível. Se esse padrão mínimo está estabelecido para todo o território nacional, ele tem que estar vinculado à capacidade dos Municípios, à capacidade dos Estados e à capacidade do Governo Federal de assegurar esse mínimo. E aí pode haver cobrança e responsabilização.

Então, do ponto de vista do Ministério da Educação, estamos muito empenhados em fazer com que haja uma concertação, para que haja um pacto federativo na instituição e na consistência do sistema nacional de educação para que possamos ampliar recursos, mas que esses recursos sejam vinculados à qualidade da educação necessária e cobrada pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Binho.

Duas coisas antes de eu entrar em minha fala: Uma, quando o Professor José Francisco falou “quanto foi feito para a muralha da China”, eu pensei: hoje, só serve para turista ver. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – É uma metáfora!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E quanto ao Binho, esse mínimo, eu lembro aqui uma história, Fernando, que aconteceu comigo quando eu estava na reitoria da universidade. Um dos conselheiros da Fundação Universidade de Brasília era Paulo Freire.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Apenas Paulo Freire.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apenas Paulo Freire.

Eu formulei um plano das reformas, que terminamos fazendo, da universidade, e quando eu terminei disse: isso era o que eu achei possível. O que eu queria mesmo era mais do que isso. Ele, então, pediu para eu mostrar. Eu mostrei e ele disse: “Realmente, é muito ambicioso, mas nunca deixe de apresentar o que for mais ambicioso”. Ele, então, disse uma frase de que nunca me esqueci: “O mundo está cheio de gente para cortar as asas de quem sonha. Deixe que os outros usem tesoura”.

Então, eu acho que já há muita gente pensando no mínimo. Eu penso o máximo, e é nesse sentido que eu gostaria de ver se é possível, sim, mas sonhando com o máximo.

Eu mandei para vocês, e não sei se receberam, quatro perguntas: o que fazer para, em 20 ou 30 anos, o Brasil estar entre os países como maior desempenho educacional de base? Quanto custaria esse salto? Quais as fontes de financiamento possíveis e como executar?

Eu vou tentar responder essas perguntas...

O SR. BINHO MARQUES – Nós não recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Estava com medo disso. Quando vi as apresentações, estava pensando sobre isso. Não sei o que houve. Verei o que aconteceu na Secretaria, porque estamos fazendo isso.

Inclusive é uma técnica nova. Em vez de ouvir você fazer o seu relatório, eu fiz o meu relatório e submeto a vocês.

Eu mudo tudo, mas a partir de um ponto.

Então, vamos ver. O que tenho nesse texto que está aqui, e o darei atrasado para vocês, é um documento razoavelmente largo, mas vou...

O SR. BINHO MARQUES – Desculpe, mas só para repassar: em 20 ou 30 anos, melhor qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – No mundo.

Segundo, quanto custaria? Terceiro, quais as fontes de financiamento, e, quarto, como executar?

Vou passar muito rapidamente, porque ficarei no quadro – e pode ir passando – de financiamento. Esse aí.

Antes, quero dizer qual é a ideia que está por traz desse quadro. A ideia parte, primeiro, de que precisamos de um novo sistema. O atual tem de ir melhorando, mas ele não vai dar o salto. Isso, um pouco na sua linha.

Esse novo sistema, pelas nossas contas, deveria custar R\$9,5 mil por aluno. Esse é o valor que custa a escola nos países que estão muito bem. Esse valor corresponde exatamente ao custo mensal do professor, do salário. Em escolas de 30 alunos, o custo mensal, o salário mensal do professor é igual ao custo anual do aluno. Então, esse é o custo por aluno, e isso significa um grande salto. É um salto.

Hoje, isso deve estar em quanto, Binho? R\$3 mil?

O SR. BINHO MARQUES – Não. Está em R\$5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – No Brasil inteiro?

O SR. BINHO MARQUES – (Binho Marques) – É de R\$5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – São R\$5 mil na educação fundamental e média?

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Eu vou pedir ajuda ao...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, eu não vou precisar de mais dinheiro para fazer...De qualquer maneira tem de dobrar...

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – teria quase que dobrar. A educação básica.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Acho que esse é um ponto que precisa ser esclarecido. Nós estamos utilizando os dados do Siope. Então, os dados levantados pelo Inep são completamente disponíveis. A média nacional na educação básica está em quase R\$5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bom.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Eu convidaria, então, todo mundo a tomar conhecimento desse dado. Agora, há uma enorme variação nesses dados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso. Tentei corrigir essa variação. Vou chegar lá.

Eu achava que R\$5 mil estava em Brasília.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Não, não. Há muitos Municípios acima de R\$10 mil, muitos Municípios. Brasília deve estar chegando em R\$9 mil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pois bem, veja bem. Eu não sei onde estão colocando o dinheiro, então, porque, se você pagar R\$9,5 mil ao professor por mês, você tem um custo anual de R\$ R\$9,5 mil. Então, veja bem, esse é o custo anual. Aqui está o número da população, aqui está a percentagem de crianças na escola, que vai diminuindo. Aqui está o número de crianças na escola. Hoje, 2015 e 2034. Se você multiplica isso por isso, você tem aqui o custo de fazer essa mudança: R\$480 bilhões, R\$483 bilhões, e cai para R\$441 bilhões. Esse é o custo. Aí vamos ver... Além disso, precisamos de ensino superior; colocamos um bom aumento para 66. Tem ideia quanto é que está hoje exatamente?

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – O ensino superior? Dezoito mil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dezoito. Olha o aumento que colocamos: 66. Isso sobe para R\$508 bilhões por ano. De onde vem esse dinheiro? Essa é a questão desta nossa audiência.

Se formos olhar em percentagem do PIB, o PIB nesse período aqui, nós assumimos 2% ao ano, que é uma taxa bastante conservadora na história do Brasil, muito conservadora. Mesmo agora, fala-se em pibinho, está em 2%. Então, se colocamos 2% aqui, vai subir assim, vai chegar a R\$6 trilhões daqui a 20 anos. Quanto por cento precisamos para financiar isso? São R\$6,6%, dos quais, seis serão para esse novo sistema e zero do sistema atual, porque o sistema atual foi desaparecendo. É um desenho mais ou menos assim, imaginem, vai subindo o novo sistema e vai desaparecendo o sistema atual. Aqui estão somados os dois, é o custo dos dois, que implica ter escolas com esse valor e escolas com menos, melhorando essas escolas com menos.

Então, vamos ver. O custo que precisamos financiar seria, então, de 6,60. Com 1% para ensino superior, teríamos aqui a percentagem do PIB nessa área para fazer...

Ah, outras coisas: a educação não pode se limitar a ensino superior e educação básica, temos que criar um ambiente criativo, temos que erradicar o analfabetismo, temos que construir um sistema paralelo, temos que atender ainda por alguns anos o EJA (o EJA tem que acabar, o EJA é prova de falência da educação tradicional). Então, a gente colocaria mais isso aqui. Total, total, total, 8,5, incluindo universidade. Ou seja, onde vamos buscar esse dinheiro? Eu podia terminar aqui a reunião dizendo: vamos buscar no PNE, que dá 10% do PIB e ainda devolve 1,5% para o Tesouro, ou seja, ainda tem troco. Não precisa de 10% do PIB. Esse número mágico que se criou é que virou a grande bandeira.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – É um número par, um número bonito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É um número bonito, mas não se diz como aplicar e, se for olhar bem, não chegaria a tanto. Mas, de onde virão esses 8,5%? Vamos ver a outra tabela, a seguinte.

Quais são as sugestões que temos? Se for aprovado o PNE, ele terá esse valor aqui, 10% dos R\$6,68 trilhões. O valor que falta, aliás, que sobra; o valor que sobra é R\$160. Mas vamos supor – porque acho uma suposição bastante válida – que esse negócio dos 10% não vá pegar. Eu acho muito difícil. Então, quanto é que faltaria? Faltariam 381.

Desses 381,...

O SR. BINHO MARQUES – Mantidos os 5,7?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Hem?

O SR. BINHO MARQUES – Trezentos e oitenta e um, mantidos os 5,7. Faltariam...

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Cinco ponto sete de onde?

O SR. BINHO MARQUES – O atual. É mantido o atual.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, sim, sim, sim. Esqueci de falar aqui.

Quanto é que falta para aquele valor ali? Descontando o que se já se gasta: 5,7. Isso já está sendo gasto. O que falta é isto aqui.

Cento e vinte e sete. O que falta é isto aqui. Faltam R\$127 bilhões.

Aí, a gente faz algumas comparações: a receita do pré-sal – com que também não tenho grande otimismo, porque tem que saber se tem, se se consegue tirar, se o preço vai estar alto, é uma incógnita –, vai dar R\$35 bi. Se sair tudo direitinho, dará R\$35 bilhões de *royalties*. Então, ainda vão faltar R\$92 bilhões.

Aí, eu não botei de onde tirar, mas eu botei algumas comparações.

Olhem aqui: empréstimo subsidiado com dinheiro do Tesouro Nacional para financiar o BNDES, para Eike Batista, Friboi e outras coisas dessas – 90 bi. Bastava isso, cobria tudo, mas não vai dar para cobrir, porque não dá para parar isso, porque é preciso, também, o desenvolvimento econômico. Vamos supor que se tirem 45 aqui. Já reduz, aqui, para 48.

Renúncias fiscais: foram R\$170 bilhões, em 2013, para vender carro, geladeira. Diz-se: “Mas precisa disso.” Muito bem. Então, a gente reduz, aqui, para 100. Já sobram 70. É uma questão de querer fazer, agora, uma coisa que o Fernando falou aqui sobre a vontade: eu não sei se vai haver vontade para isso, se as pessoas estão dispostas a subir o preço do automóvel aqui, para poder colocar na educação, se os empresários vão estar dispostos a reduzir o dinheiro que recebem do BNDES para ir para a educação.

Tinha uma maneira mais simples de resolver tudo isso: aumentar a dívida pública, que já é alta. É verdade que é alta, mas teria que aumentar muito pouco e com retorno alto, porque, ao educar desse jeito, a produtividade cresce. O que você falou do PIB, não dá para a gente ficar contando com o aumento do PIB, mas haverá um aumento como houve na Coreia, que 40 anos atrás tinha a metade da renda *per capita* do Brasil e, agora, tem o dobro da renda *per capita* do Brasil. Não foi só a educação que fez isso, mas foi muito a educação.

Aqui, a gente colocou umas sem fazer conta nenhuma: emissão de dívida – do jeito que faz para o BNDES, faria para o MEC; aumento na arrecadação em função do aumento da produtividade da educação, que vai ter, aqui, é questão de esperar 10 anos, digamos, mas vai ter; imposto sobre as grandes fortunas, que não vai dar muito, mas vai dar alguma coisa, por que não? Por que não uma contribuição provisória sobre movimentação financeira para a educação, como a CPMF da saúde, que todo mundo era contra, que custava pouquíssimo para cada um, mas que dava um bom saldo de dinheiro e ainda ajudava a reduzir a lavagem de dinheiro? Por que não se cria uma CPMF? Uma redução de gastos de pessoal. Por que não dá para reduzir, aqui, este Congresso, os gastos do Congresso, da Justiça, de alguns setores que não estão correspondendo? Redução de gastos com propaganda. Aqui, no Distrito Federal, se a gente reduzisse o gasto com propaganda, dava para financiar quase que o Brasil inteiro.

Então, tem outras fontes, que são essas. Nós preferimos não fazer as contas e colocar aqui, mas você vê que não é um problema de escassez de recursos. É um problema de escassez de vontade para querer reorientar os gastos públicos e eu não sei se a gente vai ter essa vontade, por isso eu não sou otimista de que a gente vá fazer a revolução educacional. Criança não tem sindicato e os pais não percebem a importância de investirem 15 anos na criança, além de que a maior parte desses pais não teve educação. Então, para eles, a escola está boa, porque não tinham nenhuma.

Se se fizer uma pesquisa entre os pais da escola pública, eles vão estar satisfeitos, sim, porque ela é muito melhor do que antes, como a avaliação dos médicos do Mais Médicos. Estou dizendo isso, mas para elogiar. Para mim, é o programa melhor, talvez, desse Governo. Não digo o melhor porque tem outros bons. Comparem como estão os clientes desses médicos com como eles estavam antes de chegarem esses médicos. É um salto infinito, de zero para alguma coisa. Infinito.

Então, não há uma vontade política clara de querer fazer esses sacrifícios. Na hora em que você falar em redução de publicidade, todos os jornais e a televisão vão ficar contra a educação. Se você disser que vai tirar dali, deles, eles ficarão contra. Se disser que vai reduzir aqui, ficarão contra.

Eu falei em redução de gasto com pessoal. Isso implica um sacrifício de pessoal, um sacrifício grande. Vamos querer? Além do que gera um impacto na demanda da economia, porque é uma economia que depende desses gastos.

Imaginem imposto sobre grandes fortunas, que, inclusive, não vai dar muito, mas há reação contrária não só dos donos, mas de muitos analistas que dizem que isso vai levar o dinheiro embora do Brasil.

Então, eu creio que tem fontes de financiamento, tem recursos, falta vontade. O que nós estamos querendo, aqui, é criar um movimento que leve a essa vontade, a partir de quê? Daquilo que levou à abolição da escravidão: uma indignação com a desigualdade educacional. Indignação, vergonha, raiva de que uma criança, no Brasil – gostei muito da expressão, acho que foi sua ou do Binho, foi do Binho –, dependa do CEP. As crianças nascem com o CEP carimbado na testa: pá! Por esse CEP, se sabe que escola ela vai ter. A ideia, aqui, é quebrar.

Agora, a última pergunta: e como executar isso? Essa é a mais polêmica.

Eu gostaria de dar um pouquinho de tempo para cada um, não muito, porque às 4 horas a gente tem que estar lá no plenário, porque abre a sessão formal, ordinária.

É o seguinte: eu não vejo outra maneira de fazer isso se não for a União assumindo a responsabilidade pela execução desse programa.

Se deixar nas mãos das prefeituras, primeiro, elas não têm dinheiro. Segundo, elas não têm os outros recursos, porque dinheiro você poderia dizer: “Não tem problema de dinheiro, não.” A gente vai pegar quantas crianças tem a cidade em idade escolar, multiplicar por 9,5 mil e mandar para lá. Eles não vão conseguir aplicar isso. Eles não vão conseguir aplicar ali, porque é preciso dizer o seguinte: esse salário não seria para os professores em geral, seria para uma nova carreira, uma nova carreira federal. A gente espera atrair os melhores jovens da sociedade para essa carreira, por isso é que não se pode fazer rápido, porque, hoje, não tem esses professores. Hoje, eles estão querendo ser advogados, médicos, engenheiros, não querem ser professores. Então, vai ter esperar para daqui a alguns anos, para que os jovens comecem a procurar a carreira de magistério, em busca do salário.

Pois bem, se a gente deixar que as coisas sejam feitas na cidade, não vai ter esses jovens. Vai ter que ser um concurso nacional e os que passarem, como acontece com os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, como acontece com os da Justiça, vão ser mandados para lá. Quando eles fazem o concurso, já sabem para que cidade eles poderão ir e, aí, a gente faz a transferência desses professores. Os que estiverem lá e passarem ficam lá; os que não passarem, a proposta, ali, daquele curso já implica dobrar o salário dos professores que ficarão numa carreira em extinção, na medida em que vão se aposentando.

Os sindicatos ficam contra, porque tem duas carreiras, mas dobrando o salário. Por isso eu defendo que isso seja feito pelo Governo Federal, mas como executar por cidade? Ao invés de sair colocando escolas soltas por aí – que foi a ideia dos próprios Ciacs –, a cidade inteira passa a ter as suas escolas federais, com uma gestão descentralizada lá, como é a da escola técnica, como é a das universidades, mas com a carreira nacional.

Para resolver o problema do conflito, com tantos prefeitos que não vão querer, talvez, perder – embora, há pouco, eu ouvi um prefeito defendendo isso para valer, porque acaba com os gastos dele, mas muitos não vão querer perder esse controle, como dos sindicatos – a minha proposta é simples: a gente faz isso nas cidades que quiserem, voluntariamente. O prefeito chega ao Governo Federal, ao MEC, e diz: “Ministro, eu não tenho como manter a boa educação para as crianças do meu Município. O meu Município é pobre e nós não temos condições de fazer a escola que essas crianças merecem. Por favor, adote minha cidade.” E aí o MEC a adota. Obviamente, se chegarem todas, o MEC terá que ter um critério para fazer aos poucos. Repito: estes 8,2% são daqui a 20 anos, supondo o PIB crescendo. Então, não é uma coisa para hoje. Hoje dariam 12%, 13% talvez do PIB. Impossível, não só pelo dinheiro, mas porque não há recursos humanos para isso. Não temos professores nessa qualificação hoje, não temos como buscar.

Então a ideia é que seja por cidade, sob a responsabilidade do Governo Federal, com dois detalhes: com descentralização gerencial na própria escola – não precisa nem do prefeito, talvez –, com liberdade pedagógica e com uma secretaria estadual ou municipal de educação para definir currículo complementar, um currículo básico nacional. Agora, tem que ter um currículo local, uma história. Tem que ter um currículo com coisas da própria cidade, a geografia local.

Como colocamos o ensino médio com quatro anos e com uma atividade que faça com que o aluno saia com um ofício, o ofício vai depender da cidade. Então, teria uma orientação local na formação do currículo, teria liberdade pedagógica para o professor em sala de aula, não seria imposto pelo governo. Aliás, eu tenho recebido muita crítica de gente que é contra o Governo atual, dizendo o seguinte: “Se fizer isso, o PT vai controlar ideologicamente as escolas”. Isso é uma grande besteira, primeiro, porque acham que o PT vai estar para sempre? Segundo, eu não vejo o Governo do PT querendo manipular ideologicamente as escolas. Terceiro, tenho um exemplo prático: até hoje, os colégios militares dão aula sem falar em golpe militar. Eles não colocaram na história o golpe. Já são 12 anos do Lula, sem falar que Fernando Henrique também vem desse lado nosso, então, são 20 anos. Não houve essa intervenção, há uma liberdade.

Essa é a ideia. Eu gostaria de ouvir a opinião de vocês na ordem que vocês falaram.

Com o pouco de tempo, se quiserem complementar, comentar os outros e dizer o que acham dessa ideia.

O SR. FERNANDO REZENDE – Muito rapidamente, porque eu também vou precisar seguir no horário.

Duas observações: a primeira parte da sua exposição, sem eu ter tido acesso a ela, vai exatamente na direção do que eu estava sugerindo. Temos que rediscutir as escolhas quanto ao uso de recursos públicos. Gastar 5% do PIB com o que agora chamam de renúncias tributárias... Eu prefiro o termo antigo, que era “despesas tributárias”, porque são despesas, só que elas não são registradas como tal. Renúncia é uma palavra que não dá a devida característica. Gastar 5% do PIB com despesas tributárias dá para rediscutir se parte delas se justificam ou não; e parte delas poderia ser remanejada para outra coisa? Sem dúvida!

Vou tocar em um tema e posso comprar a inimizade de todos os meus velhos amigos da academia. Quando foi feita a escolha, no Brasil, para o ensino universitário público ser gratuito para todos? Também não sei. Tem que ser? Não tem um sistema de bolsas escolares hoje para todos os estudantes que não podem pagar universidade privada. Por que não se generaliza essa discussão?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É uma questão para analisar.

O SR. FERNANDO REZENDE – É uma questão. Estou querendo provocar as questões. É exatamente contrapor escolhas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tem que quebrar o tabu.

O SR. FERNANDO REZENDE – E qual é a prioridade? A prioridade é educação? Ótimo. Então, vamos discutir as escolhas, porque o espaço, dinheiro novo? Não há. Aumentar a dívida? Está difícil, o Brasil já gasta 5% do PIB com a dívida pública. Pode aumentar? Pode. Mas vai se criar problema à frente.

Segunda parte. A questão da execução. Eu confesso que precisaria refletir mais sobre a sua proposta, porque eu a estou ouvindo aqui com mais detalhes agora.

Eu tenho uma dúvida só. O seu modelo diz o seguinte: é por iniciativa do prefeito. O prefeito demanda ao Ministério da Educação que o Município dele seja federalizado. É um pouco o que o Município faz: “Adote uma praça”. Então a empresa vai lá e adota uma praça. “Adote o meu Município”. Vai lá e adota o Município.

Como a gente garante a perenidade desse processo? A vida política é mutante. Não é o meu ramo, mas é o seu. Muda-se a eleição e, no dia seguinte, o prefeito resolve sair. “Eu quero sair desse negócio”. Como é que fica? Eu só tenho essa pergunta por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu nunca havia pensado nisso. Eu confesso. Mas resposta que eu dou é a seguinte: depois que o Governo Federal entra, fica federalizada. Essa é a resposta. Mas é uma pergunta muito boa e que eu não havia pensado.

André.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR – Inicialmente, para ser rápido aqui sobre essa questão da federalização, eu também não teria uma opinião ainda formada sobre o assunto, mas a gente vê que não tem sido a tendência, por exemplo, na saúde. O movimento recente, na saúde, foi o de municipalização. Até na própria educação também a expansão da rede municipal tem sido a realidade nos últimos anos. Então seria uma grande mudança de rumo, vamos dizer assim, no nosso sistema.

Mas, dentro do sistema que temos hoje, falando do futuro, eu acho que as considerações que o senhor coloca sobre o volume de recursos que deveriam ser aportados é importante. Mas o mais importante é como vai se dar a distribuição desses recursos se mantivermos esse sistema municipalizado e o sistema estadual. Como vai se dar a distribuição desses recursos? Aí eu cito como exemplo os *royalties*.

Essa lei que passou aqui pelo Congresso e foi sancionada pela Presidenta, a de vinculação, segundo o senhor coloca aqui, destina R\$35 bilhões mais ou menos para educação. Desses R\$35 bilhões, a maior parte é o chamado Fundo Social, com 50%, que estão na mão da União; e não há nenhuma regra definida pelo Congresso de como a União vai repartir esses recursos, ou seja, quanto vai para os Municípios, quanto vai para os Estados.

Então, eu acho que, acerca da discussão sobre se precisamos de cem bilhões, precisamos distribuir melhor o que temos. Já é um começo, porque pelo que eu vejo, falta capacidade redistributiva no Fundeb. Se olharmos pelo Coeficiente de Gini, ele é quase zero, ou seja, ele não privilegia muito quem precisa mais, vamos dizer assim, que são os mais pobres, os que têm menores notas, de forma a compensar a concentração brutal que existem nas outras receitas. Se pegarmos a esfera municipal e a esfera estadual também, vemos que há uma distorção grande, mas, na municipal você tem uma concentração de recursos enorme em alguns Municípios. E essa lei dos *royalties*, infelizmente, dissociada da lei que está suspensa pelo Supremo, vai reproduzir essa concentração, porque vai garantir um recurso vinculado para poucos Municípios, que são os Municípios que hoje continuam recebendo de forma concentrada.

Então, essa lei que está suspensa no Supremo traria maior equidade na distribuição do recurso. Ela não trata da vinculação para a educação, mas eu acho que, no efeito final, ela teria um efeito mais benéfico porque estaria distribuindo melhor o bolo do que simplesmente ter vinculação num recurso que hoje é mal distribuído.

Seriam essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um detalhe sobre *royalties*. Coloca ali os R\$35 bilhões porque, havendo a federalização, os *royalties* ficaram todos no Governo Federal, porque é quem vai ser o responsável. Mas estou de acordo. A lei aprovada aqui não diz como é que vai chegar. E aqui, na linha do Fernando, eu temo que a maior parte disso vá para as universidades federais, porque têm poderes. Lá está escrito: “preferencialmente para educação de base”. Eu não entendo como uma lei coloca a expressão “preferencialmente”.

O SR. ANDRÉ AMORIM ALENCAR – Lei com adjetivo...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas está lá “preferencialmente”. Qualquer dia vão usar isso para acabar com a necessidade – que eu defendo – do casamento *gay*, dizendo o seguinte: casamento é preferencialmente entre homens e mulheres. Então, não precisa fazer qualquer outra coisa. Não faz sentido isso. Eu temo que o “preferencialmente” aí vá pesar a favor das universidades federais.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Bem, eu estou aqui representando o MEC, mas o braço de dados do MEC que é o Inep. E é um pouco, às vezes, antipático sempre termos de nos valermos da evidência empírica, mas a democracia precisa da evidência empírica.

Primeira coisa: é muito importante dizer que a educação de qualidade tem uma expressão, uma concretização muito clara: é trajetória regular e aprendizado. Quando não existe trajetória regular nem aprendizado ou um dos dois, não existe educação de qualidade.

Hoje, há uma quantidade grande de Municípios, com valores acima desses preconizados pelo Senador Cristovam, que têm trajetórias e resultados muito ruins. Isso me leva ao meu segundo ponto: temos que trazer para o debate temas que até agora não temos trazido. A repetência e a evasão, sozinhas, custam – e agora não tenho o dado empírico, ainda não tive ajuda dos meus colegas – em torno de 30%. Trinta por cento dos alunos que estão nas escolas, estão porque foram reprovados, evadiram, voltaram. Ou seja, nosso sistema é maior do que precisa ser para atender os brasileiros. Só que isso custa muito dinheiro. Uma mudança que deve ocorrer aí teria uma repercussão muito clara nesse valor. E esse valor, sozinho, sem grande mudança, já permitiria uma mudança enorme nos salários. Mas como isso não está na discussão, é impressionante. Há Municípios que convivem com taxas de não aprendizado dos alunos e continuam com um discurso, para mim, sem sentido. “Olha, você tem recursos, eu deveria ver melhores resultados.”

O resultado na educação que o Inep faz é o outro lado do direito. A gente não faz avaliação porque somos pessoas maldosas. Fazemos avaliações porque o direito que não é avaliado é uma utopia; é alguma coisa, não é direito.

Há um último ponto em que o Senador tocou e que eu gostaria de sublinhar. O art. 210 da Constituição dispõe: “Serão fixados conteúdos mínimos”, e, logo em seguida, ele fala que também cada lugar vai ter a parte do que o aluno deve aprender, a parte local, o que eu chamo de base nacional comum.

Senador, não nos referimos ao currículo por uma questão técnica, porque o currículo tem muito de opção da própria escola, mas dizemos que a base nacional comum deve estar presente em todas as escolas. Essa é uma das fontes de mais desigualdade. Por quê? Por que hoje uma criança que deu sorte, pelo CPF... Desculpe, pelo CEP, ela nem tem CPF. Se tivesse, seria mais fácil. Nós temos uma luta danada. No Brasil, não temos número de identificação. Então, o Inep teve que desenvolver um sistema e, hoje, a gente sabe quem são. Mas, percebiam, precisamos chegar a uma situação porque há coisas que todos os brasileiros devem saber. E isso é que o Secretário Binho está colocando. Quando falarmos do que todos devem ter, não pode ser só o físico, tem que ser também a questão do aprendizado.

O William tem esses estudos atualizados sobre gastos. Os valores com os quais a sociedade está trabalhando – é uma falha nossa, precisamos divulgar mais – são valores um pouco mais altos do que estão aqui. Eles vêm do Siope e vêm de uma metodologia que o Inep faz por causa das comparações internacionais. Não optamos por uma metodologia qualquer. Nós optamos por uma metodologia que nos permite comparar com outros países.

Então, é isto: dados, fechar desperdícios, base nacional comum.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu agradeço.

Há uma pergunta e, depois, um ponto que eu nunca coloquei, mas acho que devíamos colocar. Esses R\$ 5 mil incluem as escolas particulares? Não? Públicas.

É o seguinte: poderíamos colocar a linha dos R\$68 bilhões que as classes médias gastam com escola particular, e que não vão precisar mais. Está dentro do PIB, não está dentro das contas do Tesouro. Obviamente, como defendo a liberdade para a escola particular, poderíamos criar um sistema tipo ProUni para as escolas particulares. Do jeito que você falou, para as universidades, poderia também haver uma combinação da escola estatal com a escola particular, que ficaria pública na medida em que serviria ao público.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Só concordando, Senador, em vários lugares do mundo esse movimento ocorreu. Quando a escola pública atende às demandas da sociedade, a escola privada deixa de ter motivo, ela desaparece em muitos lugares.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É, em muitos lugares. Na Escandinávia, praticamente não há escola particular.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES – A Suécia, atualmente, tem mais. Eu estou me referindo a uma experiência recente no Canadá, onde a pública cresceu e melhorou, e com os *royalties* do gás xisto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Governador Binho.

O SR. BINHO MARQUES – Bem, eu quero concordar com o Prof. Chico Soares, mas, antes, Senador Cristovam, gostaria de ter acesso a essas informações. É até difícil falar sem ter muito contato com esses números. Eu fiz um cálculo grosseiro e cheguei a aproximadamente R\$300 bilhões só para salário de professores. Eu não tenho certeza sobre se esse recurso seria suficiente para garantir tudo que se pretende.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode ser, porque como o total é de R\$600 bilhões, eu acho que R\$300 bilhões seriam para os salários. Educação é sobretudo o professor.

O SR. BINHO MARQUES – É. Seriam em torno de R\$300 bilhões só para salário.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – As nossas contas incluem reconstrução de praticamente de todos os prédios escolares e equipamento com o máximo de modernidade, e horário integral.

O SR. BINHO MARQUES – Exato. Por isso fiquei em dúvida se seria compatível. Mas, de qualquer maneira, eu já peço aqui de vocês esses cálculos e a gente pode até emitir formalmente, depois, uma opinião sobre esse projeto.

Senador Cristovam, quando o senhor foi ministro, não sei se o senhor lembra, eu era secretário de educação estadual e, na época, havia um projeto seu de fardamento, enfim, havia um crescimento muito grande de centralização do Ministério da Educação nos seus propósitos. Quando o senhor abriu a palavra para os secretários, eu me posicionei, achando que o Ministério da Educação não deveria ser “prefeiturizado”. Na sua proposta, havia uma “prefeiturização” do Ministério da Educação. Eu estava sendo contra não para que Municípios e Estados se segurassem em ter autoria de escolas, propriedade de escolas ou coisas do tipo, mas porque existem tarefas mais adequadas para o Ministério da Educação. Num país grande, diverso como Brasil, algumas atividades são mais adequadas para um Ministério e outras são mais adequadas para uma prefeitura.

Volto a insistir aqui, já no campo das propostas, que a ausência de um sistema nacional de educação provoca essa ação, às vezes, bipolar do Ministério da Educação, que ora tende para a extrema centralização, ora tende para a extrema descentralização, por não haver uma definição clara, especialmente a regulamentação do art. 23 da Constituição, que estabeleça claramente os papéis da União, dos Estados e dos Municípios.

Eu acho que a sua proposta vai na contramão do que existe de mais contemporâneo, do ponto de vista da gestão das políticas públicas. Há uma tendência em nunca um ente que está mais distante da população executar uma tarefa que pode ser executada por alguém que está mais perto da população. Nesse sentido, cabe muito mais ao Ministério da Educação, especialmente ao Ministério da Educação de um país como o nosso, definir aquilo que está no campo das diretrizes, dos parâmetros e assegurar assistência técnica e financeira.

Então, nesse ponto de vista, eu concordo plenamente com o Prof. Chico Soares. O País ganharia muito se tivesse claramente uma definição sobre os parâmetros, sobre a base nacional comum, por exemplo. O que acontece, muitas vezes, é que o Ministério se afasta daquilo que ele deve cuidar e ele tenta fazer aquilo que a prefeitura ou o Estado podem fazer melhor do que ele.

Essa ausência de clareza de papéis é que, muitas vezes, faz com que cheguemos a uma situação como hoje. Por exemplo, aqui está dito que, com um custo/aluno de R\$9,5 mil, vamos estar, em 20 anos, entre os melhores do mundo. Mas, hoje, os dados mostram que já estamos com R\$5 mil. Se com R\$9,5 mil, estaremos entre os melhores do mundo em 20 anos e se, hoje, estamos com R\$5 mil, o que temos hoje? O gasto/aluno hoje, médio, no Brasil é em torno de R\$5 mil. Ou seja, se R\$9,5 mil nos colocar entre os melhores do mundo, com 5 mil, deveríamos estar num patamar muito melhor do que estamos hoje. Então, definitivamente, não é o volume de recursos que vai dizer, por si só, a qualidade. Para mim, o que vai garantir a qualidade é uma melhor definição dos papéis.

O Ministério da Educação não pode tomar determinadas iniciativas por não ter previsão legal para isso. Até o papel do Ministério da Educação precisa ser mais bem definido por lei. O papel dos Municípios e dos Estados precisa ser coordenado. Essa é uma discussão que tem mais de 80 anos. Desde o Manifesto dos Pioneiros, discute-se a precariedade da coordenação da coesão da educação nacional. Então, o Ministério da Educação precisa assumir mais o papel de coordenação e assumir menos papéis operacionais para os quais ele não tem capacidade.

Quando o senhor foi Ministro, eu me lembro de que, uma vez, eu bati à sua porta porque os nossos professores alfabetizadores estavam com três meses de salários atrasados. Não tem como o Ministério da Educação do Brasil rodar salários de professores com a agilidade com que roda uma prefeitura, um Estado. O que precisa é haver um papel supletivo muito claro, uma coordenação política da educação muito clara, um projeto muito claro de educação. Nesse aspecto, o Ministério da Educação deve cuidar muito fortemente, do meu ponto de vista, de qual educação devemos ofertar no Brasil inteiro, garantir as condições de formação dos professores para isso, garantir um monitoramento, uma avaliação disso e assegurar assistência técnica e financeira. A execução disso, com o Ministério da Educação, não vai ser a mesma coisa do que a administração de uma quantidade irrisória, digamos assim, diante de toda a quantidade de escolas que temos, das escolas federais.

Eu já ouvi o senhor falar várias vezes, comparando a qualidade das escolas federais com as demais. E aí a população, às vezes, acredita que, porque as escolas são federais, são boas. Não, não são boas só porque são federais; são boas porque são poucas. Mas se todas forem escolas federais, será que a qualidade será a mesma? São poucas e, mais do que isso, são poucas e com os melhores alunos, porque há seleção, porque estão nos melhores CEPs. O CEP desses alunos é outro, por isso são as melhores escolas.

Então, do ponto de vista do Ministério da Educação, a federalização não é a solução para a qualidade da educação. A solução para a qualidade da educação é uma clara definição dos papéis, uma definição clara de padrão de qualidade vinculado a recursos disponíveis, e, claro, a crescente melhoria dos recursos, que acho que é o que deve acontecer nesse PNE. Mesmo que não chegue a 10%, teremos um crescimento. Nós temos que aproveitar essa oportunidade de regulamentar melhor esses papéis, para que possamos ter uma educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fico muito satisfeito, mas podemos fazer um bom debate a partir de agora. Primeiro, de fato, as escolas federais se beneficiam de que conseguem crianças que são selecionadas.

Mas se colocarmos todas as crianças, desde a primeira infância, da maneira como são tratados os filhos dos ricos hoje, todos os alunos que entrarem no ensino fundamental serão igualmente preparados. É óbvio. Claro que, num primeiro momento, a desigualdade educacional dos pais fará a diferença. Mas é uma questão de tempo.

Por que uma criança que entra no Colégio Pedro II é melhor? Porque recebeu, desde os primeiros anos, estímulos psicológicos, estímulos pedagógicos. Se dermos para todos, quebrou isso. Eu até gostaria de dizer o seguinte: a gente pode fazer rumo a seleção ótima: nasceu, está selecionado. A seleção é no nascimento. Se nasceu no Brasil, está selecionado para ter uma educação desde os dois anos de idade que lhe dê a mesma condição, se tiver o mesmo talento, se tiver a mesma persistência, ao chegar aos cinco anos. Então, resolve, porque, a partir da seleção, o que faz o colégio federal melhor é que o salário é melhor, a seleção é mais rígida, as edificações são melhores. Então, esse é um ponto.

Segundo, como é que vai haver um programa comum, com a desigualdade das nossas cidades? É quebrar o CEP. Eu achei essa sua expressão boa. Vou usar muito. Tem que quebrar o CEP. Como é que a gente quebra o CEP? Só mandando dinheiro, não dá.

A gente fala muito que o Brasil é um país grande. O Brasil não é um país grande, o Brasil é um país desigual. A primeira característica é a desigualdade, depois é o tamanho. Como quebrar a desigualdade, a não ser através de uma centralização, digamos, de algumas coisas? Da gestão, não. Da gestão, não precisa nem de secretaria de educação. Na hora em que tivermos professores todos bem preparados, eles serão capazes de fazer a gestão com os pais. Aí, talvez, numa segunda geração, não nessa primeira.

Finalmente, o papel do MEC. Com isso, estou de acordo. A primeira coisa é que o MEC, para fazer isso, tem que se dedicar só à educação de base. A universidade tem que sair do MEC, como em quase todo lugar. A universidade só está no Ministério da Educação aqui. São Paulo não está, Minas não. Poucos Estados têm universidades estaduais dentro da Secretaria de Educação. Em muitos países, as universidades não têm ministério nenhum, ou têm um ministério próprio, ou têm ministério da ciência e tecnologia e ensino superior junto. Enquanto o Ministério cuidar de universidade e de educação de base, só cuida de universidades, porque são fortes, porque são grandes, porque têm sindicatos, porque o reitor é amigo do ministro, e o pobre secretário municipal não consegue ser. Então, o MEC tem que mudar.

Finalmente, sobre centralização. Eu quero descentralizar tanto que eu quero descentralizar até cada criança no Brasil inteiro. Quero que cada criança seja tratada igualmente, sem o CEP, sem a “cepelização”, vamos dizer assim. E aí não tem outro jeito.

Passado um tempo, eu acho que até pode vir, outra vez, a municipalização ou tudo, mas, para dar a igualdade, tem que haver um choque de federalização. Essa é uma ideia. Mas eu acho que a sua é válida, e a minha,

que eu acho válida, ainda não está aperfeiçoada. É, claro, estou aqui num debate, numa provocação, para ver como é que a gente melhora.

Há muitos pontos que eu não sei como resolver. Por exemplo, o que fazer com o dinheiro que os Municípios gastam hoje? Eles vão deixar de gastar, mas não podem jogar essa conta para a União. Esse dinheiro tem, de alguma maneira, de entrar na bolsa do sistema educacional ou assumindo responsabilidades específicas ou pagando um *royalty* ao contrário pela educação, mas tem que saber o que fazer com o dinheiro que os Municípios e os Estados hoje gastam. Esse é um ponto em que eu não trabalhei. A engenharia financeira não está resolvida. O que está resolvida é só a concepção, a arquitetura, digamos. Mas falta a engenharia. Falta muita coisa a que eu ainda nem dediquei tempo e acho que, talvez, só se consiga depois de se fazer passar a ideia.

Mas eu quero encerrar dizendo que o que queremos é criar uma indignação com a desigualdade educacional, seja pelo CEP, seja pelo CPF do pai, porque as crianças, hoje, estão marcadas pelo CPF do pai e pelo CEP de onde ele nasceu. Tem que se quebrar esses dois cadastros e criar uma indignação contra isso. Não é decente o País ter escola desigual para suas crianças. Ter roupa diferente não faz mal, ter casa grande ou pequena não faz mal. Tudo isso é desigualdade. Mas educação não é desigualdade. É imoralidade, se não for igual.

Era isso que eu tinha a colocar. Muito obrigado a vocês. Acho que foi um bom debate. Vamos ter outro, creio que, na próxima quarta-feira, e talvez terminemos, para aí termos um relatório final de onde buscar dinheiro para educação brasileira ser boa como o Brasil precisa e o Brasil merece.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 9 minutos.)

Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS Nº 36, DE 2013, COM A FINALIDADE DE DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PRAZO DE 90 DIAS.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 23 de abril de 2014, às 14 horas e 39 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes o Relator, Senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)** e a Senadora **Ângela Portela (PT-RR)**. Deixaram de comparecer os Senadores membros Vital do Rego (PMDB-PB), Cyro Miranda (PSDB-GO), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Amorim (PSC-PE), Paulo Bauer (PSDB-SC), Acir Gurgacz (PDT-RO), Senadora Ana Amélia (PP-RS), e Paulo Paim (PT-RS). A Reunião foi realizada no formato Audiência Pública. No início, o Relator fez uso da palavra para apresentar sua proposta. Após, foram ouvidos os senhores: Antônio Jacinto Matias, Vice-Presidente da Fundação Itaú Social; Nelson Cardoso do Amaral, Representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA; Marta Teresa da Silva Arretche, Professora Titular da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo; e Raul Velloso, Especialista em Finanças Públicas. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 36, de 2013, editado pelo Ato do Presidente do Senado nº 40, de 2013, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Conforme aprovação do Requerimento nº 3, de 2014, esta reunião destina-se à audiência pública de especialistas em educação e finanças públicas.

Informamos, ainda, que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal. Tais inovações buscam tornar mais dinâmica a participação da sociedade na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País.

O endereço para participação *on-line* é www.senado.leg.br/ecidadania. Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania e lá acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar seu comentário ou pergunta. Todos podem ver os comentários e perguntas nessa página do Portal e-Cidadania. Os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone do Alô Senado 0800-612211.

Hoje, nós vamos contar com a presença de quatro convidados, e eu gostaria de convidá-los a sentar à mesa: Sr. Antonio Jacinto Matias, Vice-Presidente da Fundação Itaú Social; Sr. Nelson Cardoso do Amaral, representante da Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento da Educação; Sr. Raul Velloso, especialista

em Finanças Públicas; a Sr^a Marta Teresa da Silva Arretche, Professora da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo.

De acordo com o nosso diálogo com o Relator, o Senador Cristovam Buarque, ele gostaria de dar uma dinâmica diferenciada na reunião: primeiro, ele quer fazer a apresentação e, em seguida, a gente passa a palavra para os nossos ilustres convidados.

Então, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um, à Senadora Angela Portela, aos senhores e às senhoras que vão fazer a apresentação.

A tradição dessas audiências é o Relator ouvir, ouvir e ouvir e, depois, fazer um relatório com base no que ele ouviu. Eu tenho tentado, até porque já ouvimos diversos – esta é a terceira ou quarta...

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sétima reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...é a sétima reunião. Depois de ouvir e trabalhar um pouco, eu preparei uma ideia, que até mandei para vocês, e eu gostaria, embora sejam livres para falar o que quiserem, de tentar ouvir qual é a opinião que vocês dariam se o relatório fosse mais ou menos como eu vou apresentar, ou seja, uma espécie de pré-relatório.

O que eu tenho colocado é o seguinte: primeiro, que nós procuramos não como financiar o atual sistema educacional – vamos passar uns eslaides –, mas como financiar uma revolução na educação. Essa revolução na educação nós defendemos que não é a melhoria do atual sistema, é a construção de um sistema novo que vai aos poucos substituindo o sistema atual; ou seja, uma nova carreira de magistério, equipamentos tanto da construção civil quanto da parte de equipamentos pedagógicos, todas em horário integral. Essa é a ideia. Um novo sistema educacional que substitua o atual.

Nós achamos, na nossa análise, que para chegar ao nível desejado para que daqui a 20, 30 anos o Brasil esteja entre os cinco a dez melhores países do mundo, nós precisaríamos de um custo anual/aluno de R\$9,5 mil. Nossas contas foram de R\$9,5 mil/ano do professor, ou seja, um salto considerável no atual.

Esse custo foi calculado levando em conta, primeiro, qual seria o salário capaz de atrair os melhores quadros da sociedade para o magistério. Não temos a atual situação em que os melhores jovens da sociedade vão ser advogados, engenheiros, isso, isso, isso e isso e, no fim, professor. O que daria para atrair? E nós concluímos que, para atrair, custaria R\$9,5 mil por mês. É uma coincidência muito lógica. O salário mensal do professor coincide com o custo anual/aluno se for em turmas de 30 alunos; se aumentar a turma, diminui esse custo anual; se diminuir o número de alunos, aumenta esse custo anual. E esse número coincide, aproximadamente, com aquele de países como a Coreia. Então, esse foi o nosso cálculo.

Aqui inclui a nova carreira e inclui, ao longo desses 20 anos, os professores atuais que não forem aprovados no concurso da carreira nova e que teriam o salário dobrado, dobrava o salário deles – depois eu explicarei qual é a dinâmica disso ao longo do tempo –, e inclui a construção de prédios novos, inclui a utilização dos mais modernos equipamentos, aposentar quadro-negro e colocar aquilo que as crianças de hoje gostam. Tudo isso está aqui dentro.

Agora, vamos ver aqui como a gente chegou ao custo total e de onde financiar.

A população brasileira vai evoluir dessa maneira aqui: a percentagem da população em idade escolar vai cair de 25 para 20. O número de alunos vai cair. Se a gente multiplica esse valor aqui dentro de um ritmo aqui, vai ter cidades com o novo sistema e cidades – aqui é que está... Nós temos dois tipos de cidades. A ideia é implantar esse novo sistema por cidades, ao longo de 20 anos.

Esse é o novo sistema, que a gente chamou de cidade com escola básica ideal. Esse é o sistema que a gente chamou de educação vigente. É um quadro mais ou menos assim: um vai crescendo, o outro vai desaparecendo. Então, ao longo dos anos, a gente vai implantando esse e desativando o outro. O custo, para ter a base no final, seria de R\$441 bilhões, o que daria uma proporção de 6,6% do PIB, levando em conta o PIB de 2034, supondo um crescimento de 2% ao ano, que é uma taxa muito conservadora.

Aqui há um momento de pico, gastar-se-ia mais do que no final, porque aqui ainda teríamos o novo sistema sendo implantado rapidamente e o atual ainda em fase de desativação lenta; quando chegar aqui, só vai ter esse, é zero esse aqui. Por isso, a soma aqui é maior do que essa.

Na medida em que se deseja, pode-se reduzir isso, alongando-se o período ou apressando-se as novas escolas substituindo as atuais.

Agora, vamos ver quanto de fato custaria isso em relação aos recursos novos necessários.

Veja bem, atualmente, a gente já gasta – ficou faltando uma linha aqui, que é o quanto gastamos atualmente. Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Cinco vírgula sete – faltou, não é? Atualmente se gasta 5,7%. A gente vai precisar... Mas aqui – deixe eu colocar mais coisa – é a educação de base, mas a gente não pode trabalhar só com educação de base. A gente tem que trabalhar também com os gastos das universidades.

Ensino superior. Nós supusemos o ensino superior também com um aumento em valor chegando a R\$70 bilhões em vez dos R\$45 bilhões. Nós levamos em conta aqui qual seria o gasto para ter um entorno positivo da educação. Eu quero chamar muita atenção disso. Não basta a escola, não basta a universidade, não bastam os institutos. Nós precisamos ter bibliotecas, teatros. Precisamos ter programa de educação para os pais que não têm educação ainda. E reservamos, portanto, um valor substancial de R\$62 bilhões para essa rubrica, que daria 0,9% do PIB.

Quando a gente analisar o custo total, ou seja, o novo sistema – o anterior já desapareceu – com a universidade com um bom salto, quase o dobro, e com o entorno, que é zero hoje praticamente, isso chegaria a 8,6%, R\$574 bilhões. Acontece que hoje já se gasta 5,7%. Não é isso? Agora, me desculpem, mas quanto é que se gasta hoje? Cinco ponto sete.

Então, quando a gente desconta... Aqui é o gasto total de que a gente vai precisar; aqui é o que já se gasta. Então, o que a gente precisa buscar é isso aqui. Isso aqui já está lá. O valor equivalente a isso aqui. Então, na verdade, a gente precisaria de 2,94% do Produto Interno Bruto de recursos novos, que equivale a R\$196 bilhões, já que o PIB vai ser de R\$6,64 trilhões se é que eu estou lendo bem daqui. Esse é o recurso de que a gente precisa. Essa é a percentagem. Esse é o valor de que a gente precisa: R\$200 bilhões.

Agora, vamos passar essa pasta para ver de onde se tira R\$200 bilhões. E aqui a gente faz umas sugestões. Eu não discuto a viabilidade política. Isso a gente pode discutir, se quiserem, aqui.

Se aprovado o PNE, que já reserva 10% do PIB, a gente vai ter R\$668 bilhões, ou seja, a gente faz tudo que está previsto e ainda sobram quase R\$100 bilhões. A gente pode devolver para o Tesouro R\$100 bilhões depois de fazer a grande revolução. É por isso que, inclusive, eu nunca me envolvi muito nesse assunto de 10% do PIB. Porque, pelos nossos cálculos, não chega a isso o que é preciso daqui a 20 anos. E, se gastar isso hoje – porque o PIB é menor, então 10% é menos que isso –, mas se gastar hoje, vai se jogar dinheiro fora, eu acho. O valor que sobra: R\$94 bilhões.

Mas vamos supor que essa será mais uma lei não cumprida no Brasil. Vamos supor que, mais uma vez, a gente faz um plano que não é cumprido e que os 10% não cheguem. Então, nós vamos precisar, se não for aprovado, mantidos os R\$5,7 bilhões, nós vamos precisar dos R\$377 bilhões. O que falta é R\$196 bilhões. É disso que a gente vai precisar. Já estava na página anterior.

Agora, vamos comparar com algumas rubricas que podem fornecer isso. Se a gente olhar a participação do *royalty*, calculam-se R\$35 bilhões daqui a 15 anos, mais ou menos. Então, se supõe que isso aqui está reservado para a educação. Claro que nós sabemos da incerteza disso. Ninguém sabe se o petróleo é isso, ninguém sabe o preço do petróleo, ninguém sabe o custo que vai ter, ninguém sabe o impacto ecológico. Mas, de qualquer maneira, teria. Só faltariam R\$161 bilhões.

Agora, vamos analisar alguns itens do orçamento brasileiro. Hoje, os empréstimos subsidiados pelo Tesouro para o BNDES estão dando R\$90 bilhões por ano. Ou seja, o Tesouro está dando R\$90 bilhões por ano para subsídios a empresas que nem sempre a gente sabe que estão trazendo o retorno que deveria. Se a gente esquecer os 35, já não vai ser tanto. As renúncias fiscais são 170 bilhões por ano. É quase o mesmo que se necessita aqui. Se parassem os subsídios, já haveria esse dinheiro aqui.

Mas vamos supor algo de que nenhum de nós gosta. Vamos supor que a gente fizesse uso de títulos. Nós poderíamos, através de títulos, obter o que é preciso, aumentando a dívida pública. Não é algo de que se goste, mas é algo que é possível de fazer. Só com a emissão de dívida, que é similar ao BNDES, dos governos, já equivale a 57%. A gente precisaria de aumentar cinco pontos, ou seja, 10% aqui. Não era algo absurdo.

Aumento da arrecadação em função do aumento da produtividade. Aqui é um ponto muito polêmico. Todo mundo sabe que a educação aumenta a produtividade de um país. O que pode se discutir é quantos por cento. A gente supôs aí, muito conservadoramente, que houvesse um ligeiro aumento do PIB graças a essa revolução educacional. Isso daria R\$102 bilhões. Então a gente teria R\$102 bilhões autofinanciado quando chegasse ao último ano. Nos primeiros anos, não.

Mais um item. Todo mundo ficou contra a CPMF. Mas por que não pensar outra vez na CPMF para a educação? Isso daria R\$91 bilhões.

Aqui eu ponho só por provocação, porque é muito pouco, mas o Brasil gastou, no ano passado, R\$2,3 bilhões com propaganda. Deve chegar a R\$4 este ano. Já ajudaria a financiar um pouco.

Ou seja, a gente colocou esses itens aqui. Não colocamos, por exemplo, imposto sobre as grandes fortunas, porque achamos que não vai dar muito. Mas quem sabe não seja uma alternativa? Seria emblemático, é verdade, seria emblemático.

Bem, essa é a ideia. Eu vou parar aqui e gostaria de pedir que, além das falas de vocês, tentassem me ajudar em duas coisas: justifica pensar no financiamento a partir de um sistema ideal, ou a gente vai fazer a partir de dar um jeitinho no que está aí? Segundo, esse ideal pode estar por perto desses R\$9,5 mil ou pode ser menos que isso, para termos uma boa educação?

E finalmente, isso aqui é só para dizer como é que a gente imagina. No que a gente apresentou, era assim o perfil de implantação: começa com o atual, 5,7%, vai chegar a um pico de 9,4%, não passa dos 10%, 10% está aqui, e aí cai até os 8,6%. Volto a insistir, incluindo a educação de base, universidades e outras instituições. E aquele valor, R\$62 bilhões, para o entorno educacional do País. Agora, essa curva pode ser ajustada. Ela pode inclusive ir mais para cá. O que a gente não pode admitir é que ela passe dali, porque aí fica irracional.

Mas fechando, isso aí só é possível se o Governo Federal assumir a responsabilidade pela educação ao longo de algumas décadas. Deixar isso nos Municípios não dá. Eles não têm o dinheiro, e são vontades diferentes, 5.564 mais o Distrito Federal. Então não dá. Teria que ser um trabalho nacional.

E eu vinha chamando isso de federalização da educação. Ultimamente, eu tenho chamado de adoção das escolas municipais pelo Governo Federal nas cidades em que o prefeito buscar. Quem não quiser, não entra nisso. Mas um prefeito que está vendo que não tem dinheiro para pagar bem os professores, que suas crianças estão ficando para trás, esses prefeitos chegariam aqui, com o apoio das Câmaras Legislativas, eu até acho do sindicato de professores, e diriam: “Presidente, por favor, adote as minhas escolas, porque eu não tenho como cuidar das minhas crianças.” E o Governo Federal, se viessem muitas cidades, definiria um cronograma e critérios para escolher quais adotaria, e não adotaria todas de uma vez, porque não há como. Eu acho até que não vai haver tantas para serem adotadas, porque os prefeitos ainda são muito ciosos e preferem às vezes manter as crianças numa escola ruim sob controle deles a colocar as crianças numa escola boa sob o controle do Governo Federal. Esta é a ideia: através de um processo de substituição.

Qual é o ponto que falta aí, além de muitos e das dúvidas, há um fundamental: como é que a gente faz a engenharia financeira, porque na hora em que esse dinheiro for pago pela União, os prefeitos vão ficar com dinheiro sobrando. Como é que a gente tira o dinheiro das prefeituras para colocar nas escolas daquela cidade, isso eu não fiz, nem sei como fazer, e é um trabalho posterior, se a gente achar que o caminho é esse. A engenharia financeira é diferente das fontes de financiamento. Essa engenharia é complicada. A engenharia legal também é complicada, do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista da implantação, com a ideia da adoção, não há problema, não precisa mudar lei nenhuma. Basta o Governo Federal se dispor a colocar Pedro II em cada cidade, colocar escola técnica na cidade, mas não uma, duas ou três, mas todas desse jeito.

Bem, essa é a ideia que eu venho pensando para o relatório, mas o relatório será feito com base nas audiências. Por isso que nós estamos aqui para ouvir vocês. É isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Cristovam, nosso Relator.

Passo a palavra agora, com muita objetividade, porque nós temos daqui a pouco a Ordem do Dia, para o nosso convidado Antonio Jacinto Matias, Vice-Presidente da Fundação Itaú Social. O senhor dispõe de 15 minutos para a sua apresentação.

O SR. ANTONIO JACINTO MATIAS – Obrigado, Srª Presidente, Senadora Angela Portela, Senador Cristovam Buarque, companheiros da Mesa, senhoras e senhores, eu vou procurar usar os meus 14 minutos e 59 segundos.

Tomei o cuidado de trazer um texto escrito, e se falhar na leitura, eu vou entregá-lo depois para ser registrado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Mas o senhor tem, se quiser mais algum tempo...

O SR. ANTONIO JACINTO MATIAS – Não, eu, não...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ...a gente disponibiliza.

O SR. ANTONIO JACINTO MATIAS – Eu acredito que consigo em quinze minutos.

Mas antes de fazer o meu pronunciamento, eu queria primeiro cumprimentar o Senado por esta iniciativa maravilhosa. Eu acho que... E ao vir, eu li com atenção o relatório que recebi do Senador Cristovam, ou pré-relatório, e fica um sentimento dividido. Eu acho que para todos nós que o lemos, fica um sentimento de esperança e de um pouco de desânimo, porque há um pressuposto para tudo que foi dito aqui pelo Prof. Cristovam, que é vontade política de este País assumir a educação como a sua maior prioridade, e essa vontade política, até agora a gente não a viu, pelo menos no grau que a gente precisaria.

Eu não sou especialista em contas públicas, mas felizmente aqui nós temos o Raul Velloso, que já me deu muitas aulas sobre isso. Acho que o Nelson pode também ajudar. Não sou um educador de formação, a Profa Marta Teresa pode cumprir bastante esse papel.

Tenho algumas opiniões sobre aquilo que o Prof. Cristovam colocou. Eu gosto, por exemplo, muito da ideia de se começar a entender a questão da produtividade *versus* educação. Acho que este País precisa entender que sem educação não há produtividade. A educação não é só para a produtividade, mas ela é importante.

Não sou educador, mas acho que posso trazer aqui talvez a experiência de mais de 20 anos gerindo uma fundação empresarial que tem um ambicioso projeto. Ela procura entender os desafios da educação brasileira, procura entender os desafios de uma educação de qualidade, pesquisa, estuda, desenvolve tecnologias, testa essas tecnologias, e quando confirmadas, sistematiza e disponibiliza para aprimorar políticas públicas. Esse é o nosso desafio. Então talvez essa minha experiência de 20 anos gerindo esse esforço possa ser de alguma utilidade aqui, e é esse o depoimento que eu trago.

Mas eu me permito também falar que a minha história de vida me autoriza a dizer que sou alguém muito interessado no sucesso da escola pública. Eu sou um filho de imigrantes, imigrantes humildes, uma mãe analfabeta, um pai autodidata, que nunca cursou a escola, infelizmente, e eles escolheram para o filho, para os dois filhos, colocá-los na escola pública, para que eles pudessem ser resgatados pela educação.

Eu cursei, consegui cursar a escola pública, que no meu tempo era elitista, ela servia à classe média. Não servia à classe alta, que já tinha as suas escolas, mas não servia às classes mais humildes. Tive excelentes professores, consegui chegar até o nível superior, sempre cursando a escola pública. E com isso consegui a minha redenção cidadã, minha redenção econômica. Também tive o privilégio de casar com uma professora e conviver durante mais de 30 anos com as agruras que ela tinha dando aula no ensino médio.

É por isso que eu acho que posso trazer alguma contribuição, pela minha experiência na Fundação Itaú Social e também no movimento Todos pela Educação.

Então não vou falar das fontes de financiamento. Eu aceito que efetivamente precisamos fazer crescer esse bolo destinado à educação, mas existem coisas que antecedem essa discussão do bolo, ou pelo menos devem caminhar junto com isso.

Permitam-me, então, fazer aqui as minhas considerações. Eu vou pregar para convertidos, de maneira que me desculpem, porque algumas coisas que vocês vão ouvir, vocês vão dizer “por que ele precisa falar isso?” Eu acho que isso precisa ser dito e precisa ser repetido, mesmo para aqueles que são convertidos. E eu tenho nesta mesa aqui uma pessoa pela qual eu tenho uma grande admiração. Eu já disse a ele que embora brinquem com ele, que ele tem um físico de Sancho Pança, ele é realmente um Quixote, que luta pela educação brasileira. Mas não é um Dom Quixote, porque nós não tocamos moinhos de vento. Nós não atacamos objetivos imaginários. Nós deveríamos estar atacando aquele que é o principal desafio brasileiro, que é a educação.

A educação é peça-chave para o desenvolvimento sustentável de um país, sabemos disso. O desafio de garantir educação de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros é de uma escala e complexidade que requer políticas de governo efetivas, aliadas a ampla participação dos diversos setores da sociedade. Isso não é uma tarefa para um governo, não é uma tarefa para um conjunto de governos. Antes de tudo, pressupõe a clara decisão política de se transformar a educação na grande prioridade nacional. Acho que, enquanto não tivermos essa concertação entre os diversos atores e não tivermos essa escolha muito claramente definida pela sociedade, que implique todos os agentes políticos e todas as lideranças brasileiras, nós vamos continuar discutindo como aumentar em mais 1 bilhão ou mais 5 bilhões a educação, mas não vamos discutir como eles estão sendo utilizados.

Para que o Brasil, em poucas décadas, possa estar entre os países com maior desempenho educacional, é inegável a necessidade de aumento dos investimentos públicos em nossa educação básica. O gasto *per capita* aluno no Brasil nesse segmento é muito inferior à média observada, por exemplo, nos países da OCDE, é a metade do que o Chile e o México já investem, e isso nos causa muita dor.

Esse é um aspecto primordial e ponto consolidado no debate da agenda política brasileira, inclusive com uma meta específica no Plano Nacional de Educação, sobre financiamento. Portanto, nós temos o debate, nós temos essa discussão. O problema é como implementar e como trazer essa qualidade à educação. E nós só conseguimos sustentar o nosso crescimento, se elevarmos o orçamento da educação e aumentarmos os resultados de aprendizagem. Precisamos de uma educação de qualidade.

O investimento para esse salto deve ser medido não somente pela elevação do volume de recursos. Acho que é absolutamente pertinente, e esta Comissão deveria de fato trazer alguma provocação para o País em relação ao volume de recursos. Eu não vou discutir a quantificação desses recursos, mas nós precisamos, antes de tudo, melhorar a utilização desses recursos, melhorar a gestão da educação brasileira. E eu me permito

então, fazer aqui alguns registros e pontuar alguns conceitos que entendo como prioritários se nós queremos qualificar essa discussão sobre a educação brasileira.

Nos últimos anos, sem dúvida experimentamos progressos nos sistemas de monitoramento de desempenho de nossas redes de ensino. Aprofundamos a busca por estratégias mais eficazes para a melhoria desses resultados. Mas infelizmente os dados do Pisa, que são os dados que nós temos para uma comparação com o que está lá fora, mostram que nós estamos ainda muito longe da oferta de uma educação de qualidade, e isso significa manter as grandes desigualdades sociais do País, onde regiões e segmentos populacionais continuam sendo segregados.

Eu acho que nós precisamos olhar a educação também como um gerador de equidade, como algum elemento de inclusão. Recente pesquisa da nossa Fundação Itaú Social, coordenada pelo Prof. Laércio Menezes, traz robustas evidências nesse sentido. Os resultados do estudo indicam que um aumento de 10% na nota de proficiência em matemática resulta em um aumento de 4,6%, em média, no salário dos estudantes cinco anos após a conclusão do ensino médio. Igualmente 10% na nota de proficiência em português resulta num salário 5% maior, em média, no mesmo intervalo de tempo. E aqui estamos falando de produtividade, porque o salário vem mais alto porque esses trabalhadores vão ser mais produtivos, porque mais educados.

Outros estudos já mostravam que os anos de escolaridade impactam a renda futura dos brasileiros. Há vários estudos que mostram isso, mas aqui nós vemos que não é apenas o tempo de escolaridade, mas também os resultados da aprendizagem. E nesse sentido, o aumento exclusivo de recursos financeiros sozinho não vai garantir a melhoria da qualidade da educação pública. É condição necessária, sem dúvida necessária, mas não é suficiente.

Os últimos dados do Pisa mostram que os sistemas educacionais que tiveram a maior taxa de crescimento são aqueles que atuaram em estratégias combinadas, como um suporte para a melhoria da qualificação das equipes escolares, a atração de talentos para atuar na rede de ensino, a responsabilização pelos resultados de aprendizagem e aproximação entre família e escola, alguns elementos que eu vou trazer aqui.

O debate sobre orçamento se fortalece e se qualifica quando nele incluímos as áreas prioritárias para a elaboração de políticas que garantam que o recurso alocado corresponda ao aumento da aprendizagem dos nossos alunos. Estamos falando aqui de padrões mínimos, estamos aqui falando de padrões de excelência. Ou seja, políticas consistentes com práticas de melhoria da aprendizagem.

Nas áreas de atuação da Fundação Itaú Social, identificamos alguns pilares que têm recebido destaque nas experiências de reformas internacionais e nacionais que vêm mostrando resultados. Partindo dessas constatações, tornam-se pertinentes propostas de ações que busquem esses resultados. E aqui eu junto também elementos que o movimento Todos pela Educação tem colocado, que a par de cinco metas, ele coloca bandeiras que são prioridades que a nossa educação devia ter, como por exemplo, aquela que diz respeito à efetivação da educação integral, para ampliar a exposição dos alunos ao ensino.

E aqui eu falo de educação integral muito além da escola em tempo integral, que já está no PNE, nós já vamos perseguir, é coerente com o que o Prof. Cristovam coloca, de reequiparmos todo o nosso patrimônio de escolas, é coerente com o que se fala de prepararmos os professores. Mas nós precisamos ampliar tempos, espaços e conteúdos de aprendizagem, dentro e fora da escola, não apenas dentro da escola, porque eles são fatores fundamentais na oferta de uma educação de qualidade com equidade, da qual milhares de crianças, jovens e adolescentes hoje são privados por não terem acesso a outras possibilidades de formação para além da curta presença na escola em seu formato tradicional. E nós precisamos entender como vamos fazer essa caminhada, essa transição, porque se hoje nós não conseguimos ter escolas em tempo integral para todas as nossas crianças, dentro de dez anos essas crianças serão adultos que não estão preparados. É preciso inovar então nas modalidades de oferta de educação integral.

Os recursos são escassos para a amplitude da demanda, e tendo clareza da intencionalidade pedagógica dessas vivências, a corresponsabilidade das diferentes instituições nesse processo é um ativo que precisa ser aproveitado e que virá a enriquecer e diversificar o processo de aprendizagem. A construção de políticas de educação integral exequíveis passa pela elaboração de diagnósticos das redes de ensino, com levantamento da demanda, da estrutura física e pessoal para atendimento, pela melhoria de articulação entre secretarias e setores da sociedade, pelo desenvolvimento curricular, formação continuada, otimização de processos de gestão e monitoramento da oferta. Os gestores e técnicos das secretarias de educação precisam de instrumentos de apoio e formação para desenvolverem seus planos de educação integral.

Outro elemento que eu gostaria de colocar é a aproximação família-escola. Eu não acredito que a gente possa dar a virada na educação sem que a gente faça as famílias começarem a se interessar pelo que está acontecendo com os seus filhos. Isso é um problema grave, e todos nós deveríamos estar muito atentos a ele. Relatórios recentes publicados pela OCDE indicam a aproximação entre família e escola como um pilar estra-

tégico das reformas de ensino que estão sendo implantadas em diversos países, especialmente em escolas vulneráveis, prioritárias na implantação dessas políticas. Há evidências robustas de que o envolvimento familiar tem impacto sobre a aprendizagem do aluno ao longo da sua trajetória escolar e também na redução de taxas de abandono e absenteísmo.

A aproximação entre família e escola demanda vontade política, criatividade e inovação. É necessário desenvolver propostas para além de reuniões de pais, que apenas informem boletins e notas. A escola deve se tornar um espaço convidativo para as famílias, com comunicados sobre a vida escolar de fácil entendimento para os pais, em especial aqueles que não tiveram acesso aos bancos escolares, mas também podem e devem acompanhar o dia a dia escolar de seus filhos. E esse é considerado um dos diagnósticos mais importantes.

Os pais que têm uma escolaridade inferior aos filhos se contentam com pouco, se contentam que eles estejam na escola. Nós precisamos trazê-los para a escola. Novos profissionais podem integrar a equipe escolar para colaborar com estratégias de aproximação entre os dois universos. Em parcerias com as secretarias dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Pará, a Fundação Itaú Social implantou um modelo de aproximação com a figura do coordenador de pais, que está tendo muito êxito. É um membro da comunidade que passa a compor a equipe escolar com essa função. Outras estratégias precisam e devem ser desenvolvidas.

Há outra bandeira que nós entendemos muito importante, que é o uso pedagógico das avaliações. Nós tivemos um progresso grande. O Brasil caminhou na aplicação e publicação de resultados de avaliações externas nacionais e estaduais. A gente está fazendo um diagnóstico já com isso. Há bancos de dados ricos, que permitem que os pesquisadores entendam isso, mas há muito pouco uso prático para quem atua dentro da sala de aula. Então, nós precisamos desenvolver e aperfeiçoar sistemas de avaliação que possam ser utilizados facilmente como instrumentos pedagógicos por professores, diretores, complementados por matriz e competências e habilidades que apoiem a orientação da prática em sala de aula e garantir que os sistemas de avaliação de desempenho ofereçam informações-chave, para guiar tomadas de decisão na alocação de pessoal, desenvolvimento profissional, efetivação, promoção na carreira, reconhecimento por desempenho, atrelados sempre a sistemas de responsabilização pelo aprendizado dos alunos.

Talvez a maior prioridade, que acho que todos concordam, é que precisamos priorizar a agenda de formação e a carreira do professor.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO JACINTO MATIAS – Esse é um item dramático, se ele não for resolvido, não teremos a educação que queremos e de que precisamos.

Mais três minutos.

Os programas de formação continuada de gestores e professores no Brasil são débeis e defasados, tradicionalmente acontecem fora do cotidiano escolar e carecem de componente prático de apoio técnico na escola. Sem esse apoio à prática, muitas orientações discriminadas pela secretarias deixam de ser aplicadas. Sem acompanhamento, diretores e professores tendem a manter, no dia a dia, os comportamentos que já são mais familiares. Precisamos oferecer assessoria técnica presencial, formar os professores em trabalho.

No conjunto de ações e qualificações dos educadores, precisamos ter estratégias diferenciadas por regiões e escolas prioritárias, para daí reter os profissionais adequadas, com remuneração diferenciada para os cargos de docência e gestão. Esse é talvez o ponto fundamental de qualquer reforma, de qualquer revolução, de qualquer salto de qualidade que a gente queira dar. Estabilidade de equipe, competência técnica, gestão e memória institucional são fatores estratégicos para conseguir como implementar medidas que possibilitem a maior eficácia do ensino. Precisamos atrair e desenvolver lideranças entre as secretarias de educação, formar bancos de talentos, aperfeiçoar a gestão e a governança de educação. Sem isso não conseguimos utilizar nossos recursos.

Precisamos que a Federação, no nosso sistema federativo, a União, os Estados e Municípios, tenha a capacidade de se articular. Não vou colocar em discussão a federalização do ensino básico. Até entendo que a federação precisa atuar, mas entendo também que é o Município apoiado pela Federação que tem que resolver o problema lá na ponta. Mas, de qualquer maneira, não estão cumprindo o seu papel, não estão se articulando, não vejo as secretarias estaduais de educação conversando com as secretarias municipais. Se estamos separando uma primeira fase de ensino para os Municípios, a seguinte para os Estados e o ensino superior para a União, precisamos, pelo menos, fazer com que eles conversem, porque um entrega o aluno para o outro, nem esse diálogo existe.

Precisamos encontrar mecanismos para que, nesse regime de colaboração, possa juntar a melhor das duas coisas: que é a inovação que a descentralização traz com a capacidade que os atores possam ter a partir de um regime compartilhado, em que, com a colaboração, se consiga o mínimo.

Acho que temos um papel importante para o Governo Federal, temos um papel importante para os Estados, temos um papel importante para os Municípios e eles precisam se articular. Em qualquer modelo, eles precisam se articular.

Defendo também a definição de um currículo básico de referência nacional. É impossível imaginarmos uma melhoria na qualidade da nossa educação – e esse é um tema polêmico que muita gente não enfrenta – sem termos um currículo mínimo e, mantendo alguma liberdade na ponta para se atender às características locais, assegure que os nossos estudantes tenham aquele conjunto mínimo de informações.

Acho que temos aqui um papel importante a discutir que é a questão do currículo. Sistemas educacionais de outros países que enfrentaram com seriedade a questão do currículo nacional tiveram saltos importantes.

Quero dizer só que essas contribuições – finalizando – que aqui estou colocando não são apenas opinativas, mas decorrem de 21 anos de pesquisas, de estudos, de testes, de análise comparativa, de experiências em nossas redes aqui, experiências em outros países e de parcerias com o Poder Público. Nossas tecnologias, uma vez testadas e comprovadas, têm permitido a que várias secretarias municipais e estaduais e o próprio MEC, com o programa Olimpíada da Língua Portuguesa e da formação de professores, possam se beneficiar dessa contribuição que a sociedade civil está trazendo.

Acho que é muito importante que esse processo de transferência de tecnologia seja apropriado pelas equipes da secretarias, e são essas equipes que vão assegurar a transferência desse conhecimento entre governos, não dependendo apenas do governo que está de plantão.

Entendemos que esse é um desafio de todos nós, ele é complexo, exige esforços de diferentes setores da sociedade, cada um respeitando seus papéis e campos de atuação.

Agradeço esse espaço que vocês me deram. Queria dizer, mais uma vez, que o esforço que é demonstrado nesta Comissão pode trazer muitos bons frutos para a discussão do nosso grande problema, do nosso grande desafio, que é a melhoria da educação brasileira, sem a qual não teremos desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Antonio Jacinto Mathias, que é o Vice-Presidente da Fundação Itaú Social.

Passo a palavra agora para o Sr. Nelson Cardoso do Amaral, que é representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.

O SR. NELSON CARDOSO DO AMARAL – Boa tarde a todos e todas.

Cumprimento a Senadora Angela, o Senador Cristovam, outros membros da Mesa, e agradeço a oportunidade de participar da Comissão, discutindo sobre essa temática fundamental para o futuro da educação brasileira.

A dinâmica que o Prof. Cristovam colocou, não imaginei que seria dessa forma, então vou me obrigar a pular coisas e fazer referências lá e cá, porque realmente acho que é interessante a metodologia adotada. Participei também da Câmara e vejo muito das ideias que foram implementadas aqui, a origem delas fruto daquela discussão, naquele momento, em que participou também o Daniel Cara, o José Marcelino, da USP Ribeirão Preto, que também é outro sócio da Fineduca. Não estou falando em nome desenvolvimento Fineduca, mas como membro da Associação.

Não vou seguir a metodologia que adotei por conta da fala do Prof. Cristovam, com a qual concordo, acho que é muito interessante debatermos na linha que ele apresentou, mas a primeira análise que faria e vou manter é essa realmente da relação entre os recursos e o resultado do Pisa.

Realmente é assustador quando vemos a relação recursos e Pisa. A Coreia – vou ter dificuldade aqui também –, mas é coisa da ordem de US\$60 mil em dez anos, cumulativamente. E é essa a conta que leva. Você pega R\$9,5 mil, transforma isso para dólar, poder de paridade de compra, que é essa tabela aqui, você tem em torno de US\$5,3 mil de poder de paridade de compra. Você multiplica por dez dá cinquenta e poucos mil dólares no prazo de dez anos. Então essa é a ideia de quando fazemos a projeção. Não vou detalhar isso, mas já fiz isso na Câmara, e não vou fazer aqui porque acho que não há necessidade.

Quando consideramos 10% do PIB aplicado ao longo do tempo, consideramos a redução da população, a dinâmica populacional e o crescimento do PIB – isso que fiz lá naquela época, só que não considere como o Prof. Cristovam, 2% do PIB, considere uma tabela do Ministério da Fazenda, em que fazer uma projeção até 2044; e é claro que ela fura o tempo todo, mas era o que tinha como pesquisador da área, não sou economista, sou físico de origem, e depois trabalhando na Universidade Federal de Goiás, como vice-reitor e pró-reitor, na época do Ricardo Bufaiçal, então me enveredei por essa área de financiamento da educação...

Mas aqui são 20 mil, então é realmente uma indelicadeza querer comparar o Brasil com Finlândia, com a Coreia, o Canadá, a Austrália, com esse nível de financiamento. É impossível querer fazer essas comparações.

Então é realmente necessário que seja dado esse salto financeiro para que possamos exigir da educação brasileira uma competitividade, certo grau de competitividade nessa tabela, quando ela for explicitada lá no futuro. Esse é um primeiro ponto que gostaria de comentar, concordando com essa análise que vocês fizeram, Cristovam e assessoria, de já colocar isso como uma premissa. Essa premissa acontecerá naturalmente se aplicarmos 10% do PIB e o País crescer, lá no final, então já partem do pressuposto de que isso é verdadeiro e já começam a atuar assim. Tudo bem, não há problema nenhum em raciocinar nessa lógica no meu entender.

Não perco a oportunidade de apresentar essa análise para desmistificar muitos discursos. Quando se fala que o Brasil aplica 5,7% ou 5% do PIB, já está tudo bem com a educação brasileira. Ouço isso demais em diversas análises e é preciso relativizar essa análise do significado do percentual do PIB. Para isso, é só pegar estas duas comparações aqui: a Bolívia aplica 6,4% do PIB e o Canadá 5,2% do PIB. Se pegarmos o PIB desses países, o da Bolívia é de US\$45 bilhões e o do Canadá de US\$1,278 trilhão. Então, a Bolívia aplica US\$2,1 bilhões e o Canadá, US\$66,5 bilhões. Se pegarmos a população em idade educacional da Bolívia, são 4 milhões de pessoas e se você pega a população em idade educacional do Canadá são quase 9 milhões de pessoas. Se olharmos só esse dado inicial, dizemos que está tudo bem com a Bolívia e que ela aplica até mais do que o Canadá; essa frase não tem lógica nenhuma se conhecemos um pouco da Bolívia e um pouco do Canadá. Se vamos para o último resultado que é o valor aplicado por pessoa em idade educacional, isso esclarece tudo. A Bolívia aplica US\$695 e o Canadá US\$7,731.

Sempre que tenho oportunidade de ter pessoas assistindo, gosto de deixar isso claro, porque é difícil essa análise completa, que é necessária ser feita. Só falar que o Brasil aplica 5,7% e que os Estados Unidos aplicam 5,3% do PIB é insuficiente. Tem que pegar o tamanho do PIB, o tamanho da população em idade educacional etc. e fazer tudo isso aí para concluir comparativamente ao Brasil com os Estados Unidos. Não basta a primeira informação, você tem que pegar esse conjunto de informações. É meio desconectado da discussão, mas, de alguma forma, está absorvida aí no contexto.

Como atuo atualmente na área de educação, sou professor do programa de pós-graduação em educação, é muito pouco falar que se aumentar o dinheiro da educação vai se resolver os problemas educacionais brasileiros, os problemas brasileiros e vai poder começar a fazer comparações com a Finlândia, com a Coreia etc.

A situação é muito mais complicada. Temos que saber que um pouco do que o Prof. Cristovam me propõe desses R\$62 bilhões que é gasto da União para financiar outros itens de educação de qualidade... O.k.! Acho que tudo é muito relevante, porém mais importante do que isso, que é um remendo, digamos assim, financiar atividades culturais para os pais, é corrigir essa grande desigualdade brasileira.

Este é resultado do censo demográfico, em que se tem a renda domiciliar. Até um oitavo do salário mínimo estão 10 milhões de pessoas, ou seja, muitas famílias têm renda familiar de até um oitavo do salário mínimo *per capita*. É aqui que está o Bolsa Família. Então, é muito grande a população que vive em situações complicadas de sobrevivência, são 35% que vivem de até meio salário mínimo *per capita* e, depois, 47% de até dois salários mínimos *per capita*, de dois a três salários mínimos para frente são só 17% da população brasileira. É preciso corrigir isso aqui porque, corrigindo essa desigualdade brasileira, vai-se automaticamente introduzindo capital cultural, como Bourdieu analisa, para as famílias, que também é muito importante no processo educacional. Não basta só jogar dinheiro na escola e esperar que o resultado apareça ali em seguida.

É só olhar a situação de Luxemburgo. Luxemburgo, no meu entender, tem que ficar muito mais preocupado que o Brasil com a situação dele, porque, se analisarmos, ele aplica lá US\$168 mil e está lá na posição muito próxima desses países aqui. Então, não é só jogar dinheiro na escola, há também todo um processo cultural que envolve os pais, como o Prof. Antonio Jacinto falou, envolve as famílias todas no processo e isso tem um fator importante no processo educacional. O Ipea chama de extremamente pobres esses aqui, de pobres esses outros e de vulneráveis esses dois.

Outra coisa é a dinâmica populacional que está totalmente incluída no processo de análise que foi feito. Vemos a creche, necessidade de 40% a menos, educação infantil, 42% a menos até 2050; o ensino fundamental, 43% a menos; ensino médio, 35% a menos e a educação superior, 31% a menos. A população em idade educacional vai reduzindo, como está no trabalho, 38% nesse período. Claro que o estudo para aqui em 2034, então está nesse entremeio. Esse é o resultado do IBGE.

De alguma forma, o estudo permeia também essa análise, que parece que existe alguma coisa mágica entre o percentual da população em idade educacional com a população total do País, alguma coisa em torno de 30%. Quando caem abaixo de 30%, os problemas educacionais ficam menores. É claro que os problemas do lado da Previdência Social ficam maiores, mas os do lado educacional, que é o que estamos debatendo, ficam menores.

O bloco OCDE, retirando Turquia, México, Hungria e Chile, tem 20,6% dessa relação; o Brasil, à época desse levantamento, tinha 45%; a Índia e a China – nesse trabalho eu comparava um pouco também com os

BRICS, a situação dos BRICS –, a Índia 46%, claro que a Índia e a China, com esse nível de população em idade educacional, de 557 milhões e 415 milhões, são países totalmente diferente dos nossos ocidentais; a África do Sul também complicado; Chile, com 31%, também já está bem mais baixo; a Hungria, 26%; o México, 36%; e a Turquia, 30%. Então, se o tempo corre, em 2050, estaremos com 23% se essa dinâmica populacional estiver calculada corretamente pelo IBGE. Já começaria a se aproximar, do lado da dinâmica populacional, dos países da OCDE. Esse é outro fator importante para o lado educacional.

E o terceiro é o crescimento do País. As políticas no mundo capitalista têm que ser desenvolvidas no Brasil de modo que o País cresça. Esses três fenômenos têm que trabalhar juntos para o processo educacional brasileiro ficar mais fácil de ser resolvido.

Isto aqui não vou comentar. Trata-se de uma abordagem mais ampla no sentido de que, ao longo do tempo, na minha interpretação, por conta da vinculação dos impostos para a educação, aumentaram muito mais as contribuições do que os impostos. É um detalhe aí da carga tributária, mas acho que não é necessário ficar discutindo agora.

Fui também pesquisar, quando começou toda a discussão do PNE, quais eram os percentuais do PIB aplicado. Vemos que países muito pobres da África aplicam valores elevados, muito elevados – Botsuana, 8,7%; Lêmen, 9,6% –; por outro lado, países desenvolvidos, Dinamarca, 8,3% e Noruega, 7,2%.

Vou pular essas coisas aqui também.

Esse aqui é um estudo, porque nós da área de financiamento da Fineduca ficamos muito indignados com o resultado apresentado pelo MEC de que 7% seriam suficientes, e ele trabalhou com esses valores por aluno. Então vejam que os R\$9,5 mil propostos pelo Prof. Cristovam é um valor substancial em termos de valor por aluno.

Esses são valores retirados do Siope, o Siope tem problemas, a própria Undime fez um estudo provando que o valor da creche é muito mais do que esse valor que está no Siope. Quando você pega os estudantes de uma escola, onde tem creche e tem ensino fundamental, você pode jogar os salários todos nesse ensino fundamental, então está jogando o custo da creche para baixo, porque os salários foram para o ensino fundamental, não estão contados como creche – a Undime provou isso.

Na época, trabalhamos com um projeto que foi desenvolvido pelo Inep, que considerou escolas de qualidade. E muitas dessas escolas de qualidade são federais. Vários colégios de aplicação, Prof. Cristovam, esse estudo pegou para fazer a análise. Então, a gente considerou esse estudo e jogou valores maiores. Mas se a gente pegar esses números todos não chega a 9.500. Então, 9.500 é um parâmetro muito interessante que vocês conseguiram.

Não sei como chegaram a 1% do PIB para a educação superior, porque eu fiz uma conta que chega a 1,329% do PIB, considerando a redução da relação público-privado, e a que a gente coloque EAD com custo maior do que o MEC previu. O MEC estava prevendo 20% e nesse estudo, a gente previu 60%.

Aqui é exatamente aquela análise que eu comentei. Se a população em idade educacional vai reduzindo, aplica-se 10%, e o PIB vai aumentando. Então, em determinado momento, por volta do ano 2030, chega-se a 5.900, que é mais ou menos o valor em que vocês estão trabalhando na Comissão.

Quanto às fontes de financiamento, existe um estudo do IPEA – é claro que vocês tiveram conhecimento do estudo do IPEA – em que se analisa a possibilidade do Imposto Territorial Rural, do Imposto sobre Grandes Fortunas, que está aqui na proposta, Imposto Predial e Territorial Urbano, a possibilidade de aumento do ITCD, do IPVA, etc., as elisões fiscais em termos do processo educacional para as escolas privadas, etc., etc., e a União também aplicar mais de 18; aplicar 20, de 25 para 30. Então, é nessa vertente aqui. É claro, garantir que realmente os *royalties* do petróleo, os recursos ligados ao petróleo e os hidrocarbonetos também possam ser dirigidos para complementar os valores necessários, etc..

É muito interessante a gente estar aqui, hoje, já nesse ponto de discutir fontes também. Ou seja, como financiar essa educação.

Só um detalhe antes de falar sobre o sistema de federalização, de adoção. Se a gente olhar a desigualdade brasileira que essa tabela apresenta, a gente pega as pessoas de 6 a 14 anos de idade que vivem nessas famílias e que podem pagar mensalidades, considerando que todos esses podem e aqui a metade pode, naquela desigualdade brasileira, se a gente pega os alunos de 15 a 17 anos, que moram com famílias que podem pagar mensalidades e considera esses aqui só, porque em geral esse jovem já vai para o mercado de trabalho, então essas famílias não podem fazer um esforço para o estudante cursar o ensino médio, e considerando que esses aqui, na educação superior, de 18 a 24 anos, podem pagar mensalidade e a metade desses também, a gente já vê um saturamento, na situação atual da desigualdade brasileira, para as pessoas pagarem educação. Ou seja, no ensino fundamental você tem 3.600 milhões já matriculados, você tem 3 milhões que poderiam pagar e você tem 3.900 milhões já estudando no setor privado. No ensino médio você tem 745, naquelas faixas

que poderiam pagar; você tem 987 mil já estudando. E na educação superior, você tem 4 milhões e você tem 4.700 milhões que já estão estudando.

O mercado educacional para a iniciativa privada está saturado. Está complicado para a iniciativa privada entrar e arrancar mais dinheiro da população sem ser uma responsabilidade dos recursos públicos. Por isso, no meu entender, tem que ser garantido mesmo, na aprovação do PNE, que os recursos públicos sejam aplicados na educação pública, e chegar a um determinado percentual.

Agora, se eu posso dizer alguma coisa e até aconselhar – não sei se eu posso chegar a esse ponto – sobre a proposta de adoção, de federalização que seja, eu diria o seguinte: no momento dessa discussão, como a gente está aqui hoje, no meu entender, essa proposta atrapalha um pouco a discussão. Já que por adoção seria por adesão, talvez essa discussão pudesse ser mais bem-elaborada com muito mais detalhes, porque eu teria muitas perguntas para fazer sobre como seria a parte operacional disso antes de eu ser contra ou a favor. Porque, no primeiro momento, a gente fica meio assustado. Como eu sou professor de universidade, e sou daqueles que, na minha universidade, eu proponho coisas meio estranhas também e eu conheço a maneira como o Prof. Cristovam, digo Professor, por que foi Reitor da UnB, desde o reitorado ele propõe e discute coisas, então, no meu entender, ela poderia ser deixada à parte nessa discussão ou então em paralelo, não precisa ser à parte, mas em paralelo, para ser mais bem-elaborada, discutir mais, ouvir mais sobre essa proposta, que pode ser, depois, uma proposta aprovada no Congresso brasileiro para a adoção de escolas pelo Governo Federal. Se todas as condições que vão existir na escola adotada também existirem na escola municipal e na escola estadual, depois basta verificar se a proposta de implementação dessa ideia pelo Governo Federal vai ser melhor ou não, e se ela está no Estado ou no Município. Aí o Governo Federal, se a proposta for aprovada na esfera federal, se ela convence a população do Município, no meu entender, vai ser assim, ou a população do Estado, para que haja adesão a que ela seja da esfera federal ou não. No meu entender, ela atrapalha. Eu não saberia me posicionar agora. A primeira sensação que eu tenho é de que a gente poderá criar uma monstruosa estrutura no País para cuidar daquela escola que está lá no campo, a 100 quilômetros de distância da sede do Município, a 80 quilômetros, uma escola que está lá, e o Governo Federal, aqui em Brasília, é quem vai ter que cuidar daquilo lá. Como é que vai funcionar isso? Ele vai ter que colocar delegacias do Governo Federal no Município? Delegacias do Governo Federal no Estado? Porque todo esse fluxo do estudo de vocês foi como eu fiz na época. E eu sou questionado toda vez por isso. Como é que ficam as pessoas que estão fora da idade? Como é que fica a educação de jovens e adultos? Como é que fica a educação especial? São tantos detalhes que eu fico imaginando o tamanho dessa estrutura e como será essa estrutura montada no âmbito federal para harmonizar e controlar tudo isso. Como é que seriam feitas as licitações? Precisaria consertar uma torneira lá na escola do campo. É uma licitação federal? É do âmbito federal? Acho que precisaria trabalhar um pouco mais isso tudo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – *(Fora do microfone)*

O SR. NELSON CARDOSO DO AMARAL – Pois é. Por isso que eu estou falando. Eu não estou sabendo disso. Estou sabendo agora.

Então, no meu entender, ainda está... Eu não vou dizer nem a favor nem contra. Eu gostaria de ver mais, debater mais sobre a proposta. Eu gostaria de ver mais detalhes para saber se perguntas que eu tenho sobre essa maneira de se estruturar, porque, realmente, é uma revolução. E uma revolução política também, porque você vai tirar poder dos entes da Federação, dos Estados e Municípios. E grande poder, que são as Secretarias Estaduais de Educação e as Secretarias Municipais de Educação, que basicamente não vão existir. Ou vão existir?

Então tem um monte de questões que, no meu entender, neste momento, estão misturadas aí e complicam muito.

A proposta, no meu entender, retirando esse aspecto e eu querendo entender um pouco mais por que se chegou a 1% do PIB para a educação superior, porque na minha conta é mais, considerando 50% de taxa bruta e 33% de taxa líquida, que tem que ser considerada também, o resto está tudo Ok..

Eu parabeno a equipe por esse caminho e essa maneira de abordar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Nelson.

Realmente é um grande debate a proposta de revolução na educação apresentada aqui pelo nosso Relator, Senador Cristovam Buarque. Mas eu vejo que, pelo nível de experiência e de conhecimento dos nossos palestrantes, sem dúvida alguma, contribuirão muito para esse relatório que será apresentado pelo Senador Cristovam. Nesse momento eu passo a palavra para a Professora da Faculdade de Ciência Política da Universidade de São Paulo Marta Teresa da Silva.

A SRª MARTA TERESA DA SILVA ARRETCHE – Muito boa tarde a todos.

Agradeço e cumprimento a Presidente desta Comissão, Angela Portela, pelo convite e a cumprimento pela iniciativa. Agradeço a lembrança do Senador Cristovam Buarque e a oportunidade de estar mais uma vez aqui.

Imagino que também tenho pouco tempo, como os outros, então vou me concentrar diretamente nos pontos que considero mais relevantes, seguindo o encaminhamento que foi proposto, no sentido de fazer um comentário sobre a primeira versão desse relatório. E agradeço aos colegas que me antecederam, porque já adiantaram um pouco do que eu pretendo dizer. Há algumas concordâncias.

O primeiro ponto, obviamente a iniciativa é de enorme relevância: a preocupação, no Brasil, com a qualidade da educação, vencida a etapa da inclusão, é hoje muito grande e a questão do financiamento é certamente crucial.

Com relação aos objetivos gerais da proposta, estamos todos de acordo que a educação é central para o desenvolvimento do País e que para isso são necessárias instituições sólidas, prioridades de longo prazo, prioridade para a educação básica e a educação superior e uma educação de excelência, compatível com aquela com a qual contam os países mais desenvolvidos do mundo.

Já entrando nos detalhes, penso que seria útil, do ponto de vista do relatório, fazer alguma menção ao problema do ensino profissionalizante. Eu não sei se está clara a ideia de que o ensino básico faria parte e compreenderia o ensino profissionalizante ou não, mas há um grande debate no Brasil sobre a necessidade do ensino profissionalizante tanto para a indústria quanto para os estudantes que não pretendem seguir carreira acadêmica e têm pressa para entrar no mercado de trabalho.

Então, penso que, dada a relevância da proposta, seria interessante alguma menção a como, no conjunto da proposta, está se pensando o ensino profissionalizante. Esse seria apenas um detalhe no conjunto.

E penso que estamos todos de acordo quanto à necessidade estratégica de termos escolas de tempo integral, equipadas com recursos modernos, prédios de boa qualidade, professores em tempo integral.

Então, do ponto de vista dos objetivos gerais, tanto a iniciativa quanto o trabalho têm muito mérito. Ele é muito claro, muito sintético e apresenta aquilo que é o objetivo de todos nós.

Mas eu gostaria de fazer comentários sobre o que me parece mais discutível e passível de polêmica na proposta. E penso que a ideia aqui é nos concentrarmos na questão do financiamento.

Eu colocaria – e é um ponto de vista mais pessoal – como última opção a ideia de financiar a educação com emissão de títulos públicos. Acho que essa seria uma medida altamente polêmica, que certamente reduziria os potenciais apoiadores da proposta, dado todo o debate sobre o problema do endividamento. E acho que há mesmo uma certa contradição entre a ideia de ter instituições sólidas, permanentes, financiamento de longo prazo e a ideia de financiar com emissão de títulos públicos e, portanto, com endividamento.

Entendam o espírito da ideia, que foi colocada como uma ideia... Bom, se nada mais der certo, essa seria uma alternativa. Mas penso que, do ponto de vista do relatório, seria útil enfatizar a ideia de que essa é realmente uma alternativa, dentre as alternativas possíveis, a menos desejável, dadas as consequências que financiar a educação pela via do endividamento poderiam gerar.

Eu gostaria então de me concentrar na ideia da... Eu penso que a iniciativa é muito meritória, porque, mesmo que o princípio de que se apliquem 10% do PIB no PNE seja aprovado, ou não, o problema será o mesmo. Será necessário a União, o Brasil, encontrar fontes de financiamento para a educação. O problema estará colocado do mesmo modo.

Então eu gostaria de me concentrar em dois pontos que eu acho que mereceriam uma discussão, um debate mais aprofundado entre nós.

Eu penso que as possibilidades políticas de se encontrarem novas fontes de financiamento para qualquer política social no Brasil exigem algumas pré-condições. E eu gostaria de retomar o exemplo da CPMF, porque ele me parece muito esclarecedor.

A CPMF foi objeto de um fenômeno que, no Brasil, vem crescendo e que é comum em outros países, que é o que a literatura em Ciência Política chama de revoltas contra a taxação. Elas são comuns, são crescentes, têm como base o que os cientistas políticos chamam de “o paradoxo de Rousseau”, que é o fato de que os cidadãos querem o máximo do Estado pagando o mínimo de impostos. Esse é um fenômeno também e um fenômeno que causa os problemas de déficit de financiamento nas políticas públicas.

Mas nós temos exemplos, no Brasil e no mundo, de políticas que obtêm tal legitimidade que, embora sejam polêmicas, encontram menos resistência para o pagamento de impostos.

A meu juízo, o Bolsa Família é uma política que, embora controversa, está nesse patamar de uma política que dificilmente será destituída, será desfinanciada, porque encontrou o reconhecimento de que há pouco vazamento e tem o efeito de tirar as pessoas da pobreza, melhorar a situação de vida e tal. Não existem políticas consensuais, mas existem políticas que alcançam o patamar de legitimidade que obtém financiamento.

Destoando um pouco dos colegas que me antecederam – é uma discordância de tom, mas ela tem conseqüências sobre o que eu vou dizer –, penso que a política de previdência, a política de educação e a política de saúde são as mais bem financiadas entre as políticas sociais. Os recursos são insuficientes, mas já houve no passado, do ponto de vista do financiamento, pactos em torno da educação, da saúde e da previdência. Quando comparadas às demais políticas sociais, essas políticas contam com fontes estáveis, recursos vinculados, fluxos regulares. Então, comparativamente, elas estão mais bem financiadas do que as demais políticas. No entanto, existe uma percepção generalizada de que esse dinheiro é mal-aplicado.

Voltando ao problema da CPMF e da geração de novas fontes de recursos para as políticas que já são financiadas, sobretudo aquelas formas de taxaço que são altamente visíveis como é a CPMF, porque era um imposto que a gente pagava cada vez que assinava um cheque. Então ela tem muita visibilidade. O cidadão tem que ter muita crença no destino desse dinheiro para dar apoio a uma forma de financiamento desse tipo.

Então eu penso que para a educação obter novas fontes de financiamento baseadas na tributação direta, que seria o caso da CPMF, a batalha da credibilidade pública da proposta teria que anteceder a batalha da obtenção de novas fontes de financiamento. E aí eu creio que há um trabalho a ser feito. Eu penso que – e isso eu vou falar isso no final, nos meus comentários finais; na verdade, não sou professora de educação, sou professora de Ciência Política e faço pesquisas na área de educação – a batalha da credibilidade da educação pública precisa ser travada. Há um viés negativo no que a imprensa divulga – eu vou dizer isso no final.

Eu tenho estudado, sistematicamente, nos últimos 11 anos, no centro que eu dirijo, o Centro de Estudos da Metrópole, o desempenho da educação municipal e posso dizer para vocês que a educação municipal vem melhorando sistematicamente. Há sólidas evidências disso. Eu já mostrei esses dados aqui. Não trouxe esses dados hoje, mas posso disponibilizá-los, com prazer, a qualquer momento. As desigualdades de desempenho entre as redes municipais vêm diminuindo.

Eu penso que há três trabalhos importantes: melhorar os nossos sistemas de avaliação; melhorar o nosso entendimento do que está funcionando, do que está permitindo essa melhora; e, terceiro, ter uma política muito mais abrangente, sistemática e coordenada de divulgação dos sucessos da educação pública no Brasil. Há vários casos de sucesso. E há um relativo sucesso que é amplamente desconhecido do público. Acho que essas medidas seriam necessárias para obter credibilidade na busca de novas fontes de financiamento.

Seriam os pais que pagam as escolas privadas que pagariam os recursos das novas fontes de financiamento. Eles, certamente, vão se revoltar. Nós teríamos uma revolta. Há uma grande chance de haver uma revolta na taxaço, caso a estratégia de obtenção de fonte...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eles vão colocar os filhos nessas escolas.

A SRª MARTA TERESA DA SILVA ARRETCHE – Mas eles têm que acreditar nisso. Então, para que eles acreditem nisso, a credibilidade da educação pública tem que ser obtida.

Esse foi o primeiro ponto. Em termos das fontes de financiamento, penso que a emissão de títulos públicos, certamente, seria a menos desejável. A obtenção de novas fontes pela via direta é desejável; porém, a sua aceitação, pelo contribuinte, a meu juízo, requereria uma batalha anterior de aumento da credibilidade da educação pública, que não é uma batalha simples, mantidas todas as condições atuais.

O terceiro ponto é sobre a proposta de federalização. Eu concordo com o Prof. Nelson que maiores detalhes dessa proposta precisariam ser conhecidos para que se possam avaliar, primeiro, os custos da transição que ela implicaria. Eu imagino que eles não sejam triviais.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA TERESA DA SILVA ARRETCHE – A ideia embutida no atual modelo de financiamento, que é um modelo que vincula os recursos que já estão nos Estados e Municípios ao gasto em educação, está associada a uma trajetória. Essa trajetória foi a de que os Estados e Municípios conquistaram transferências constitucionais automáticas na Constituição de 1988, e a estratégia de subvincular recursos à educação antecedia esse princípio da Emenda Calmon.

Mas a avaliação, no início dos anos 90, é de que, uma vez que politicamente seria muito difícil trazer de volta os recursos que já estavam com Estados e Municípios, você teria de obrigar Estados e Municípios a gastarem com educação.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA TERESA DA SILVA ARRETCHE – Então, eu penso que esse problema não deve ser ignorado, porque há um risco de que se onere a União sem poder recuperar recursos que estão com Estados e Municípios.

Há um problema que também já foi levantado pelo Prof. Nelson que diz respeito ao conhecimento sobre o que explica o baixo desempenho das escolas municipais.

Eu tenho uma história para isso. Não sei se ela está correta ou não e a submeto aos colegas.

A universalização da educação, no Brasil, coincidiu com a municipalização. Foram os Municípios que incorporaram os pobres, por uma questão de trajetória. Se tivesse sido o contrário, os pobres poderiam estar no Estado ou na União.

Os estudos que eu tenho conduzido no Centro de Estudos da Metrópole mostram uma altíssima associação entre desempenho das redes escolares e concentração de pobres.

Então, a minha história, a minha relação de causalidade para o baixo desempenho diz o seguinte: onde estiverem concentrados os pobres lá estarão todos os problemas que levam ao baixo desempenho escolar.

Então, a segunda questão que eu teria com relação à federalização é que, a meu juízo, até onde eu entendo esse problema, a solução da educação está menos em quem assina o cheque dos salários dos professores e mais em qual é a rede que acolhe a concentração de pobres.

Ainda que eu ache que o princípio da adoção flexibiliza bastante a ideia, ainda assim, o que me parece que é o grande gargalo, que é o problema da concentração de pobres, é um problema que mereceria uma atenção especial na proposta.

Para finalizar – suponho que o meu tempo está estourando –, eu gostaria de voltar ao ponto de nós termos análises mais sistemáticas sobre o desempenho escolar.

Eu volto a dizer: eu tenho me dedicado, de modo sistemático, a estudar o desempenho das redes escolares, no Brasil, com os poucos indicadores que nós temos.

As informações de avaliação escolar são limitadas. Penso que deveríamos fazer um esforço para aumentar os instrumentos de avaliação e melhorar os instrumentos de avaliação. Mas, com os instrumentos que nós temos, a minha conclusão, a despeito de tudo o que se diz contra, é de que o desempenho das redes escolares municipais e estaduais vem melhorando sistematicamente e as desigualdades vêm se reduzindo.

Eu penso que o risco de nós mexermos nesse sistema sem saber o que está afetando essa trajetória do desempenho é alto. Eu penso que antecede as estratégias de reforma entendermos melhor quais são os mecanismos que estão produzindo o sucesso ou o fracasso do desempenho escolar.

Por isso, eu penso que, para além da questão do financiamento, que é central, importante e estratégica, nós temos de pensar melhor e sairmos da chave de que a educação no Brasil é um fracasso absoluto – ela não é; ela não é, há progressos recentes – e entendermos melhor quais são os mecanismos que produzem bons resultados.

Eu tenho me dedicado a entender isso e confesso que tenho tido muita dificuldade de entender qual é a chave do sucesso e qual é a armadilha do fracasso.

Agradeço a oportunidade.

Eu gostaria de registrar a enorme contribuição do seu esforço na liderança desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Professora.

Eu passo a palavra para o Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO – Sr. Relator, senhoras e senhores aqui presentes, eu não preciso elogiar o trabalho do Senador, porque já estive aqui em outras oportunidades – nós nos conhecemos há muito tempo – e eu já fiz isso várias vezes. Todo mundo sabe da importância desse esforço para melhorar e ampliar o peso da educação. Difícilmente vai ter alguém que discorde disso. Não é possível que exista alguém que discorde desses dois objetivos.

Só que eu, infelizmente, não sou um especialista em educação nem uma pessoa que atua especificamente na área. Se eu atuasse, com certeza, eu estaria reforçando a maioria dos argumentos que foram colocados aqui.

O meu lado é o lado, para muitos, meio chato, que é o tal do financiamento. É onde a escassez aparece e sobre o que as pessoas, muitas vezes, não gostam de discutir, porque é sempre muito mais fácil falar daquilo que a gente pode colocar para frente, daquilo que é bom. E aqui eu vou falar basicamente de um problema de limitação orçamentária, de restrição orçamentária do País, e que, infelizmente, não podemos deixar de olhar.

E é por isso que o Senador me chamou, senão ele não teria me chamado.

Pois bem, Senador, nós estamos falando aqui muito mais de longo do que de curto prazo. Mas eu vou dar uma palavrinha no final sobre o curto prazo, se o senhor me der o tempo para isso.

Eu queria dizer o seguinte: nós temos um problema que é mal percebido ou não é percebido, no momento. E o senhor, a Comissão e todo mundo que assiste a esse trabalho importante que está sendo feito aqui, tem de ter em mente: nós estamos hoje, no Brasil – vamos esquecer, por enquanto, a educação –, com um problema muito sério, a que eu estou chamando – e eu acabei de escrever esse eslaide aqui, porque ele sintetiza muito do que eu vou dizer –, enfim, nós estamos vivendo uma situação em que as contas públicas estão insustentáveis.

Então, nesse sentido, é um momento ruim de você introduzir, desse ponto de vista, uma discussão que mexe tanto com finanças como essa que está sendo colocada aqui. Mas eu acho que temos de enfrentar e ver

os caminhos. Até porque, eu vou dizer aqui, de saída para vocês, não é muito difícil perceber como a educação está num lugar errado, como outros segmentos estão. Basta fazermos uma comparação de certo tipo de gasto entre 1987 e 2012, que eu tenho aqui e depois posso mostrar – é que não quero abandonar ainda aquele eslaide, pois é sobre ele que quero pisar muitas vezes –, mas se destacarmos o item, que é o item mais importante do Orçamento da União, ele tinha um peso de 22%, em 1987, e hoje ele tem um peso da ordem de 60%. Esse item eu chamo de transferências a pessoas. Isso aí é basicamente Previdência e assistência social. Esse é o grande ganhador pós-Constituição de 1988. Quer dizer, ele multiplicou o seu peso três vezes praticamente, de lá para cá.

Sobre o setor de educação, infelizmente, eu não consegui levantar o dado de 1987, mas meu palpite – é puro palpite – é que, no Orçamento da União, onde ele não é tão importante, ele é muito mais importante no Orçamento do conjunto dos Estados e dos Municípios, mas o setor de educação deve, como a saúde, ter mantido mais ou menos inalterado o seu peso, nesse mesmo período, enquanto o outro triplicou.

O item investimento – e eu vou falar rapidamente nele – caiu de 16% para 6%. Esse é o grande perdedor.

Muito bem. Então, até um pouco até na linha do que foi dito aqui antes, comparado com o investimento, a situação da educação – investimento é basicamente infraestrutura – não está tão ruim assim. Pelo menos, manteve o peso. Agora, realmente, nós nos tornamos um País transferidor de dinheiro para pessoas. Essa foi a opção colocada. Está aí. E eu percebo, pelas minhas andanças, que as pessoas não percebem isso aí. Eu chamo de a “grande folha” a soma desse item que hoje é mais ou menos 60% com o gasto do pessoal ativo em geral, que subimos para 73%. Isso domina completamente o Orçamento. Na educação, eu não sei se chega a 3%, pois não é um número exato, no Orçamento da União, o gasto com a educação.

Então, no Orçamento da União, a educação é irrisório, comparado com os demais itens. Mas enfim o drama que estamos vivendo agora é que, depois de tantos anos, de 1987 até hoje da implementação da nova Constituição, nós herdamos uma grande folha. E estou chamando de grande folha, porque tudo é pagamento para pessoa. É como se fosse uma grande folha de benefícios previdenciários, assistenciais e salários. Então, eu até, às vezes, meio brincando – e não gosto de fazer brincadeira com isso – não resisto e digo: como isso ocupa quase três quartos do Orçamento da União, podíamos ter um Ministério que administrava a grande folha deste tamaninho e fechar uma montanha de órgãos que, sinceramente, não são tão necessários assim.

Eu duvido que haja um País no mundo – eu já procurei e não achei – que tenha tal estrutura de gasto, como nós temos na União.

Mas, enfim, o drama é que ela tende a crescer de forma explosiva por duas razões básicas. Essa é a principal razão da não sustentabilidade das contas públicas. Isso significa que esse é um problema para o qual estamos tapando os olhos, mas não podemos deixar de mostrar, porque ele tem de ser resolvido. Isso condiciona tudo o mais do desenvolvimento e da evolução da economia brasileira.

É uma regra insustentável para o salário mínimo que hoje reajusta algo que representa um quarto do gasto federal insustentável, porque ela prevê o reajuste pela inflação mais PIB real. Quer dizer, nós precisamos pelo menos de uma regra que reflita a produtividade média da economia, que seria inflação mais o PIB real per capita; não, é PIB real total.

Essa regra é insustentável.

O outro problema é o envelhecimento populacional, que foi falado aqui, em outras ocasiões, mas, num outro sentido. No sentido de que, na educação, ele está economizando; aqui, ele está pesando fortemente. É a principal razão da não sustentabilidade.

A segunda razão é que nós temos uma situação de terra arrasada na infraestrutura, que é decorrência da queda do investimento, que precisa também de uma solução, porque isso aí já está travando e o Governo resiste a fazer com que o setor privado participe mais. Aí você fica num impasse. E, daqui a pouco, os gargalos se amontoam e a economia é travada, de fato, por conta disso.

Por último, a carga tributária é uma das maiores dos países parecidos com o Brasil. Ela já sufoca a economia brasileira. Isso já dá um sinal de que, dificilmente, vai haver apoio a qualquer proposta de aumento da carga tributária.

Então, isso mostra não sustentabilidade, porque, na realidade, você precisa aumentar o gasto na infraestrutura, você precisa reduzir a carga tributária e precisa reduzir o gasto com a grande folha, antes de pensar na educação.

Para piorar: emergência, porque isso aqui é a longo prazo. O Governo está perdendo a batalha do controle da dívida no curto prazo, que é um outro problema. Nós tínhamos ganhado essa batalha, e perdemos. Não estamos mais conseguindo convencer os agentes econômicos de que o Governo tem a capacidade de controlar a dívida no curto prazo.

Então, é um problema que surgiu sem necessidade, porque nós gastamos demais em outras coisas, ou deixamos de arrecadar, sem levar em conta que isso podia acontecer.

Então, no fundo a gente tem um problema de não sustentabilidade a longo prazo e readquirimos o de não sustentabilidade a curto prazo, pelo menos enquanto o Governo não conseguir provar que ele recupera esse aí. É nisso que ele está se empenhando no momento, mas ainda não conseguiu.

Pois bem. Para não parecer então que isso aqui é só uma história sem comprovação, eu vou mostrar rapidamente o seguinte: vejam, o Brasil, investimento em infraestrutura, você pega países, é de um estudo que eu peguei, Brasil, 1,7% do PIB contra números bem altos de Índia, China, demais países. Só para mostrar que a gente investe relativamente. É só olhar a situação da infraestrutura, não preciso falar.

Outra coisa, a carga tributária nossa, você vê que ela está acima da média. Se olharmos países com PIB *per capita* parecido com o nosso, estamos bem acima. Aquilo é só para ilustrar aqueles indicadores de não sustentabilidade. Não sustentabilidade significa simplesmente que tem que mudar cada item desses.

O outro, é a projeção do percentual das pessoas com 65 anos ou mais, 2012/2050, nós vamos sair de algo entre 7% para 23% do total. Este, seguramente, é outro problema.

Eu não trouxe o gráfico do salário mínimo, mas como ele sobe daquele jeito.

Pois, bem, na *Veja* desta semana saiu uma matéria, foi extraída de dados de um estudo que eu fiz, e o que eu disse lá é: “Sem reformas, como a da Previdência, as despesas do Governo Federal continuarão subindo cada ano, exigindo um aumento brutal da carga tributária”.

Então, vocês veem que esse item que eu chamo de a grande folha, despesas da grande folha: funcionalismo, Previdência e assistência social, em percentagem do PIB, estimado, em 2013, em 13,7% do PIB. Se não se fizer nada, esse gasto vai, sozinho, até 2040, para 28,5% do PIB.

Quer dizer, hoje, eu vi, pela discussão, que se quer mais ou menos dobrar o gasto da educação, em percentagem do PIB. Aqui, basta ficar parado que ele dobra, não fazer reforma que ele dobra. É nesse sentido que esse é um gasto insustentável, porque não tem como financiar esse aumento porque não há como aumentar mais a carga tributária. Eu tenho é que aumentar o gasto de investimento e tenho que aumentar o gasto de educação. Fazer um programa ousado, um programa de peso, como se está discutindo aqui. Mas como eu vou conciliar isso com essa situação que está acontecendo aí por trás das cortinas, sem ninguém querer dar bola para isso? Mas está aí. Isso aqui é resultado de um estudo cuidado, projetando item a item, mantidas as regras atuais.

E também, para não dizer que a gente não pensa em solução, tem solução, tem reformas que estão aqui detalhadas, não vou entrar nisso, que poderiam fazer o 13,7% virar 13,1%. Quer dizer, primeira coisa que temos que fazer é dar sustentabilidade às contas, fazer as reformas e aí vamos ver o espaço que se pode abrir para gastar mais em educação.

Só que tem aquele negócio da infraestrutura também, de que eu falei, que é um assunto que precisa ser atacado.

Na realidade, o título da matéria – isso não é meu –, ficou muito na linha do que penso: “O Brasil ficou velho antes de ficar rico”. Ele está ficando velho antes de ficar rico. Ele ficaria rico se tivesse, por exemplo, investido mais em educação ao longo dos últimos anos, mas ele vai ficar velho e não sei se vai ter o espaço para fazer esses investimentos tão importantes como esse da educação se a gente não atacar isso aí de frente.

Isso aqui é a estrutura do Orçamento da União, a grande folha está aqui, isso é dado de 2012, são quase 74% do total, você vê que educação é um pedacinho do “demais correntes” – porque isso aqui é só o gasto corrente, o investimento está ali, é muito pouco –, a educação ali, mas, no gasto corrente, a educação, pelas medidas do Ministério da Fazenda, entra com 3,9% do total.

Eu não preciso – ora, se eu olho 87%, como disse, isso aqui triplicou – fazer nada mais, só olhar para isso aí para saber o seguinte: é óbvio que esta errado; tem demais num e de menos no outro. Não precisa entrar numa análise profunda e isso precisa ser mudado, já que o total é difícil de aumentar, pela questão da carga tributária, isso aí tem de mudar.

Isso aqui foi uma conta que eu fiz, apenas para mostrar, mas isso já foi discutido aqui antes, não vou falar, que o peso dessa história do petróleo é pequeno em relação à necessidade de dobrar o gasto, mas isso o senhor já fez ali.

Ora, R\$26 bilhões, no ano de 2022, a preço constante... O Governo Federal, hoje, precisa convencer o mercado de que de ele vai arranjar este ano 0,9% do PIB, que significa, um PIB de R\$4 trilhões, ele vai precisar achar, aí, entre R\$4 e R\$5 trilhões, ele vai precisar de R\$40 bilhões ou um pouco mais para convencer o mercado de que a dívida é sustentável em curto prazo.

Ora, nessa hipótese aqui de derrubada da liminar, não chega nem aos 40, lá no último ano. Quer dizer, isso aqui em relação aos grandes problemas da economia é nada. Enfim, como também já tinha sido percebido em relação aos desejos associados à área de educação.

Eu já falei um pouco do curtíssimo prazo, para dizer por que, só mostrando a figura, que o desarranjo fiscal brasileiro, é que a arrecadação caiu para próximo de zero, o crescimento da arrecadação, o crescimento real, está aqui nos últimos 12 meses, em 2,2%, e a despesa cresce a 7,3%, e o Governo diz que a meta deste ano é de 4%, com a receita crescendo a 6,1%. Aqui falta arranjar R\$40 bi, 0,8 do PIB, fora outras pressões que não estão consideradas.

Quer dizer, tem um problema de não sustentabilidade a curto prazo em cima do qual nós temos o de longo prazo que não está resolvido.

Bom, isso é para mostrar que Estados e Municípios estão igualmente numa trajetória de queda do seu resultado fiscal, então, o problema não é só da União.

Há também esses fatores de risco adicionais: energia elétrica. A posição externa que pode piorar *versus* outros países que podem melhorar, e os Estados Unidos se recuperaram mais rapidamente, tudo são fatores de risco que nos cercam hoje.

Pois bem, enfim, o que queria então, Senador, para concluir, o que eu queria dizer aqui, é o seguinte, nós temos de fazer, como o senhor está se empenhando e outros Parlamentares estão se empenhando e outras lideranças e outros segmentos, em fazer uma grande transformação na educação. É óbvio. Não precisa entrar muito... É claro, tem muito ganho de eficiência a ser obtido; mas é claro que precisa haver uma mudança e precisa haver um reforço da educação para dar uma sacudida, até para melhorar aquela questão do velho antes de ficar de rico. A gente precisa ficar um pouco mais rico, e isso significa, no sentido de crescer economicamente mais do que vem crescendo. O Brasil precisa dar um salto, ele está involuindo. Quer dizer, é um absurdo a gente pensar que, com todas as riquezas que temos, a nossa posição relativa no mundo, nós estamos diante de uma não sustentabilidade a curto e a longo prazo das contas públicas, que nos incapacita, *a priori*, sem mudanças, a enfrentar essa questão da educação de frente com garra e com todo, vamos dizer, empenho e todo peso de que precisa para ser enfrentado.

Enfim, minha mensagem é esta. Infelizmente, não dá para discutir esse problema sem discutir o outro, porque senão a gente vai ficar rodando, rodando, rodando e não consegue dar nenhum passo. A questão é muito mais complexa, é maior e precisa urgentemente ser atacada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Professor Raul.

É uma pena que não tenhamos tempo – porque às 4 horas todos os Senadores devem estar lá no plenário, para votações – para levarmos adiante este debate, mas também já tomei muito tempo de vocês.

Eu quero dizer apenas que foi muito ilustrativo tudo que ouvi aqui e que consolida a minha opinião de que, primeiro, a gente precisa ir adiante com algo mais que melhorar o sistema que está aí, tem que fazer uma revolução; segundo, é muito difícil conseguir os recursos; terceiro, vamos ter que conseguir.

E aí como é que eu vejo? Diante do pessimismo do Raul – que é um pessimismo realista, eu comparto com todas as análises deles, são aritméticas –, o desafio é como administrar o tempo, porque a única maneira de reduzir a grande folha sem um problema social é através de uma revolução na educação, que diminua o número de beneficiados da grande folha, nem beneficiados dos dependentes da grande folha.

Se a gente coloca todas as crianças de hoje das famílias da Bolsa Família numa boa escola, daqui a 10, 11 anos a gente não precisa mais da Bolsa Família, está resolvido, essas crianças, educadas, vão ter uma produtividade, elas vão ter uma saída.

Se nós consideramos o resultado de uma educação, todas as crianças educadas, daqui a 30 anos, tiverem pago a Previdência de uma maneira tal que não haverá necessidade de déficit fiscal para cobrir a Previdência.

Então, a única saída é darmos produtividade.

Aquele 1,7% da infraestrutura não inclui a educação, a educação é uma infraestrutura. Se a gente investe em educação, a gente está aumentando aquele 1,7% em alguma coisa.

O desafio é como combinar o curto e o longo prazo. Esse é o desafio. E vai precisar de muita vontade política da sociedade brasileira, porque todos os itens que eu coloco exigem sacrifícios no presente. Quem é que vai abrir mão de comprar carro mais barato graças a subsídios? Quem vai querer fazer isso? Quem vai querer abrir mão de uma percentagem mínima para pagar uma nova CPMF? Poucos. Então vamos ter que escolher.

Agora, se ninguém quiser abrir mão de nada, eu creio que a gente deve se conformar em não ter saída, porque milagre não tem; milagre não tem, custa dinheiro e tem que sair de algum lugar.

O milagre da máquina funcionando traz a inflação e, aí, desestrutura tudo. Essa é uma proposta que a gente não colocou. A gente colocou dívida como uma provocação, além disso, imaginando que uma dívida que gera resultado é uma dívida boa, dívida ruim é a que não traz resultado. Se você endivida sabendo que aumenta a produtividade do país, que isso aumenta a receita e que paga a dívida é como comprar uma casa, você se endivida sabendo que vai ter um resultado ao não pagar mais aluguel, por exemplo, e ainda ter um patrimônio.

Então eu creio que vale a pena continuar trabalhando nessa linha, incorporando tudo que vocês trouxeram e por isso agradeço muito.

E creio que vai ser muito útil à população quando assistir a esta nossa fala pela televisão, hoje à noite ou amanhã, ou sábado pela manhã, que é o momento que eles gostam de passar, mas vai assistir, e a população vai despertar para as dificuldades e para as possibilidades de mudar a educação.

Muito obrigado a cada um de vocês.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS Nº 36, DE 2013, COM A FINALIDADE DE DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PRAZO DE 90 DIAS.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 7 de maio de 2014, às 14 horas e 20 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes o Relator, Senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)**, e a Senadora **Ana Amélia (PP-RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores membros Vital do Rego (PMDB-PB), Cyro Miranda (PSDB-GO), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Amorim (PSC-PE), Paulo Bauer (PSDB-SC), Acir Gurgacz (PDT-RO), Paulo Paim (PT-RS) e Senadora Ângela Portela (PT-RR). A Reunião foi realizada no formato Audiência Pública. No início, o Relator fez uso da palavra para apresentar sua proposta. Após, foram ouvidos os senhores: Alejandra Velasco - Membro do Todos Pela Educação, e Idevaldo da Silva Bodião - Membro do Conselho Diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um de vocês. A Senadora Angela Portela, Presidenta desta Comissão, pediu para que inciássemos os trabalhos, tendo em vista a quantidade de outras atividades que ela tem neste momento.

Por isso, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião – e, provavelmente, a última. Depois disso, vamos ter o nosso relatório – da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, criada pelo Ato do Presidente Renan Calheiros nº 36, de 2013, e editado pelo Ato também do Presidente nº 40, de 2013.

Conforme aprovação do Requerimento nº 13, de 2014, esta reunião destina-se à audiência pública de especialista em educação e finanças públicas. Informamos que esta reunião permitirá a participação on line de qualquer cidadão, por meio do Portal e-Cidadania.

Com isso, queremos incentivar um maior engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País. O endereço para participação é www.senado.leg.br/e-cidadania. Pelo site é possível o envio de comentários e perguntas e ainda acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião. Perguntas também poderão ser apresentadas por meio do telefone do Alô Senado: 0800-612211.

Hoje, contamos com a presença de dois convidados. Eu peço que sentem à mesa. Alejandra Velasco, membro da Ong “Todos pela Educação”, que tem merecido o respeito dos brasileiros, e Idevaldo da Silva Bodeão, membro do Conselho Diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que também tem apresentado um trabalho muito importante, sobretudo durante a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação.

Vou passar na ordem em que chamei, mas, antes, quero fazer uma pequena apresentação aos convidados.

Como vocês sabem, estamos aqui para discutir como financiar a educação. E há duas maneiras: como financiar a educação que está aí, ou como financiar a educação que desejamos que o Brasil venha a ter um dia.

Como Relator, escolhi fazer uma análise das fontes de financiamento para a educação que nós desejamos que, um dia, o Brasil tenha, e não apenas para financiar o atual sistema da educação. Nossa ideia é de que, para dar um salto, não vai adiantar investir muito no atual sistema educacional.

O atual sistema educacional é capaz de melhorar, mas não de saltar. Podemos melhorar em relação a nós, mas não saltar em cooperação com os países que já têm uma educação desenvolvida. Essa é a sensação que temos.

É preciso um novo sistema educacional no Brasil. E ele não vai ser possível, deixando nas mãos dos municípios. Acharmos que estes, além de pobres, são muito desiguais. Manter a educação pública no Brasil nas mãos das prefeituras é condenar a educação brasileira à desigualdade. E educação vai depender do CEP do

aluno. Ele pode morar numa cidade que tenha uma boa educação e outra que não dê boa educação, porque não pode, não consegue. Não é porque não tenha o recurso.

O que vamos apresentar aqui – e eu quero ouvir a opinião dos

(...)

dos que estão aqui, que aceitaram o nosso convite para esta audiência, é sobre isso que eu vou colocar, embora tenham todo o direito de falar outras coisas e até de não falar disso também, mas eu gostaria muito de ouvir a opinião de vocês.

Então, a ideia é que a gente vai construir um novo sistema que vai substituir o atual, que as 200 mil escolas de hoje serão substituídas por 200 mil escolas diferentes. A diferença será uma carreira nacional do magistério, o professor ser um funcionário público federal, e não mais municipal, portanto, com um salário alto, capaz de atrair para o magistério os melhores jovens que nós temos, buscando serem profissionais de nível superior. Que os que hoje buscam Medicina, Engenharia, Direito possam buscar também serem professores de História com um salário equivalente ao desses outros. Essa é a ideia.

Esses professores terão de ser muito bem remunerados, mas terão de ser selecionados com muito rigor, porque ao pagar bem a um professor criamos um problema: tem muita gente que não tem vocação, que não gosta de ser professor e que vai querer ser professor para poder pegar o salário, e vai ser um desastre completo, porque exige uma vocação qualquer profissão e algumas mais do que outras. Eu tenho escutado que algumas carreiras hoje estão com esse problema, porque têm contratado pessoas por um bom salário, mas na hora do trabalho não conseguem fazê-lo por falta de vocação, de talento específico.

Tem que haver uma boa seleção, mas não basta isso. É preciso que esses professores tenham dedicação exclusiva, absoluta. Vão ganhar bem, e só podem fazer isso. Mas mais do que isso: é preciso acabar com a estabilidade plena que os professores de hoje têm. Eles vão ser estáveis em relação ao prefeito, ao presidente, ao governador, mas não em relação a uma avaliação que será feita ao longo da carreira dele. Se nessa avaliação ele não mostrar competência, dedicação e resultado, será substituído. Para isso ele ganha bem.

E mais: além de ser avaliado, além de ser dedicado, além de ser bem remunerado, o bom professor hoje não é mais um artesão sozinho na frente do quadro-negro. Ele exige, para ser um bom professor, um prédio bonito, bem equipado, com os mais modernos equipamentos. Quadro-negro tem que ir para museu. Montar uma aula para uma criança que se acostumou com computador, com telefone celular num quadro-negro é como se estivéssemos torturando uma criança. Todo mundo reclama. Eu vi na televisão esta semana que as crianças ficam na sala de aula brincando no telefone. Claro. Comparado com o quadro-negro... Mas e se o sistema de educação fosse com uma lousa inteligente, em que eles, inclusive, se conectassem pelo telefone, levassem para casa a aula gravada no telefone? A aula fica interessante, a aula passa o recado.

O quadro-negro não passa o recado de uma aula de Astronomia, de uma aula de Biologia e até de Matemática, embora o quadro-negro tenha sido inventado há duzentos anos para ensinar Geografia. Quem inventou o quadro-negro foi um escocês professor de Geografia. E é difícil dar aula de Geografia só em quadro-negro, desenhando montanhas e rios. Mesmo a Matemática hoje tem métodos de aprendizagem que são muito melhores, mais eficientes, principalmente se a gente fizer isso usando os softwares pedagógicos que já existem.

Tudo isto: professor bem avaliado, bem remunerado, bem dedicado, bem selecionado, em escolas bonitas, bem equipadas, e isso tem que ser em horário integral. Quatro horas de aula não bastam para formar hoje uma pessoa no nível das exigências educacionais do século XXI. Só com quatro horas você não aprende bem a falar um idioma estrangeiro – e tem que falar uns três para estar preparado para o futuro. Você não consegue, em quatro horas, ter prática cultural nem esportiva na quantidade que a educação precisa oferecer, pois tudo isso tem que ser em horário integral.

Na nossa análise, fazer isso vai custar R\$9,5 mil por ano por aluno, o que é quase três vezes ou mais do que se gasta (...)

(...) que é quase três vezes mais do que se gasta hoje nas escolas públicas, mais de três vezes, embora seja menos do que se gasta nas boas escolas particulares, o que mostra a desigualdade no Brasil. O valor de R\$9,5 mil por ano por aluno permite pagar um salário mensal ao professor de R\$9,5 mil, supondo salas de 30 alunos. Se aumentar o número de alunos nas salas, pode-se até pagar mais ao professor, mas cai a eficiência; se botar menos aluno na sala, vai ter de baixar o salário do professor. Mas, para salas de 30 alunos, o número que dá o salário mensal do professor é o mesmo que dá o custo anual do aluno.

Eu vou mostrar para vocês quanto custaria isso e de onde é que a gente considera que podem vir os recursos.

Esse quadro que fiz junto com minha assessoria começa com a população brasileira. Tudo isso que estou dizendo leva, pelo menos, 20 anos. Nada disso que estou dizendo se faz de um dia para outro. Então, eu trabalhei com a perspectiva de 20 anos. Essa é a população brasileira. O interessante é que a população bra-

sileira cai, e o número de alunos vai diminuir por causa da redução na fertilidade, no número de crianças de cada família. Então, hoje, a gente tem que ter 50 milhões; daqui a pouco vai ter menos de 50 milhões e, aqui, 46 milhões. Nestes vinte anos o Produto Interno Bruto vai crescer. Nós supomos 2% ao ano, o que é muito baixo na história do Brasil. Nesses últimos anos tivemos pibinho, com crescimento de mais ou menos de 2%. Então, nós estamos sendo conservadores. Isso aqui deve ser maior. Isso é importante na hora de vermos de onde vai tirar o dinheiro.

O que estamos propondo é criar um novo sistema, que a gente chamou de “cidades com escola básica ideal”, que começa com um número pequeno de escolas até chegar a todas as escolas. Quando chegar a todas as escolas, isso vai custar R\$441 bilhões, que são calculados de maneira muito simples: pega-se o número de alunos e multiplica por R\$9,5 mil/ano de cada um deles. Então, esses alunos aqui – 46,454 milhões – vão custar R\$441 bilhões. Enquanto isso, o sistema educacional vigente vai diminuindo: no primeiro ano, ele ainda é quase todo do vigente; no último ano, já é zero. Quanto vai custar isso? Somando os dois, em cada ano, você tem: no primeiro ano, vão ser R\$379 bilhões; no último os R\$441 bilhões, porque zerou isso aqui.

Mas não basta pensar a educação como educação básica. Nós trabalhamos o ensino superior e supomos um aumento, quase dobrando o gasto com educação superior, passando de R\$48 bilhões para R\$70 bilhões. Com isso, quando a gente olha o gasto da União em todos os setores em ciência e tecnologia, a gente precisou fazer mais um gasto, que a gente chamou de gasto educacional com o entorno da escola, com as cidades, com as famílias, e para o qual a gente colocou inicialmente muito pouquinho, R\$2 bilhões, até chegar a R\$62 bilhões. Pode-se ver que é um bom gasto: para esses 200 milhões da população a gente gastaria R\$62 bilhões, para fazer teatro, para erradicar o analfabetismo, para dar curso para os pais que não estudaram, para atender jovens que não vão estar aqui na escola.

E aqui vem a soma de tudo: quando a gente soma a educação de base com universidade e com esses gastos educacionais com o entorno, a cidade, o total sobre de R\$441 bilhões para R\$574 bilhões. E aqui vem o importante: o quanto isso é do Produto Interno Bruto? Está aqui o Produto Interno Bruto, R\$6 trilhões; está o custo, R\$540 bilhões: 8,6%... (...)

Está aqui o custo: R\$540 bilhões, 8,8%, menos do que os 10% do PNE. Claro, daqui a 20 anos. Se a gente fizer essa conta para hoje, talvez os 10% nem cheguem, mas ninguém está pensando em hoje. Isso é um processo, isso leva um tempo. Oito vírgula oito por cento, incluindo tudo.

Há uma coisa interessante. Como a gente vai desfazendo esse sistema tradicional aqui, há um momento em que isso vai custar mais do que os 8,8%. Hoje, está em 5,7%. Quando a gente for implantar esse novo sistema, ainda na existência do atual, vai chegar a 9,4% – ainda menos do que os 10%. Mas, logo depois, ele começa a diminuir e chega a 8,8%. É importante.

Mas esse não é o dinheiro que a gente precisa, porque hoje já se gasta. Então, a gente pegou o que é preciso e subtraiu o que já se gasta, que é isso aqui, 5,7%. Aí você só vai... Vamos primeiro para cá: 8,8 menos 5,1, precisa-se de 2,9; 9,4 menos 5,1, precisa-se de 3,72%. É isso que a gente precisa. Não é isso que a gente precisa buscar de financiamento.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO (Fora do microfone.) – Novo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Novo. Não é um número absurdo, como vocês vão ver: R\$196 bilhões. É disso que a gente precisa para fazer o salto educacional brasileiro, além de um bom sistema gerencial, para ir transformando um sistema no outro, sem quebrar o atual.

Como incorporar os novos professores com os atuais, que não passaram no concurso federal? Como conviver numa escola professores que vão ganhar R\$9.500 com professores que vão ganhar menos? Embora, por esses cálculos, a gente aumentaria o salário de todos para R\$4.000, o que é mais do que dobrar – todos os das cidades onde vai haver o novo sistema. Então, eles não vão poder reclamar do ponto de vista salarial, mas vai haver o incômodo de saber que alguém ganha mais do que outro, esses problemas políticos que não estou para discutir aqui. Aqui, quero discutir financiamento.

Então, vamos analisar, na próxima tabela, onde a gente iria buscar esses R\$196 bilhões.

Aí está a tabela, em que começo supondo que o PNE seja cumprido. Aqui está quanto o PNE daria, os 10% do PIB: R\$668 bilhões. Correto?

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO (Fora do microfone.) – Com a sua projeção do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Exatamente, com a projeção do PIB para daqui a 20 anos, crescendo 2%. Então, na verdade, a gente não precisa nem buscar financiamento, a gente precisa saber o que fazer com esse dinheiro que sobra. Vão sobrar R\$94 bilhões daqui a 20 anos.

Mas vamos supor que o PNE não venha. Sempre é bom no Brasil a gente analisar...

Aliás, antes, eu falava em 5,1%, estou vendo aqui que é 5,7%, a percentagem de gastos atuais.

Se não for aprovada... Vai ser, mas se não for cumprida a proposta do PNE, aí o déficit, o que falta no vigésimo ano seriam R\$377 bilhões.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO (Fora do microfone.) – Acho que é o contrário, teríamos R\$377 bilhões e faltariam R\$197 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está certo. Inclusive, é o que está no quadro anterior. Na verdade, essa linha aqui talvez nem seja necessária. Não, isso aqui é o que se gastaria com a percentagem de hoje, supondo que o PNE não venha e que só fique nesses 5,7% mesmo. Se só ficar nisso, daqui a 20 anos serão R\$377 bilhões, então, faltariam R\$196 bilhões.

Vamos ver de onde pode vir isso. R\$30 bilhões é o que está previsto dos royalties de petróleo. Não é um dinheiro que vai mudar a educação, e estão vendendo como uma ilusão, mas já (...) (...)

como uma ilusão, mas já reduz os R\$196 bilhões para R\$161 bilhões.

Mas vamos continuar comparando isso com outros gastos. Aqui, coloquei o valor de R\$90 bi. Esse valor é o que, hoje, estamos subsidiando, com emissão de título do Tesouro Nacional para o BNDES. É a média anual. Anualmente, estamos transferindo para o BNDES transferir para um projeto que a gente tem dúvida se vai dar certo – não esqueçam que até o Eike Batista pegou um pedaço desses – R\$90 bilhões. Se a gente usar esses R\$90 bilhões, a gente já reduz esses R\$161 bilhões, aqui, para R\$71 bilhões.

Mas não vamos fazer isso. Vamos continuar vendo outros gastos feitos.

Recursos fiscais. Em 2013, o Governo abriu mão de R\$170 bilhões, sob a forma de isenções fiscais, para financiar automóveis, geladeiras, coisas que o povo está comprando. É óbvio que, para tirar o dinheiro daqui, o povo vai ter de sacrificar-se, e os empresários, também.

Mas a pergunta é: a gente quer, ou não, fazer a revolução educacional? Se não quer, deixa como está.

Mas que tem o dinheiro, tem.

Olhem: são R\$161 bilhões. Só com isso, sobriam R\$9 bilhões. Vamos supor que a gente tirasse metade daqui, R\$45 bilhões, e metade daqui, R\$80 bilhões, R\$120 bilhões. Só ficariam faltando R\$40 bilhões.

Aí, a gente continua com algumas outras.

Emissão de novas dívidas. Vamos supor que a gente decidisse fazer a mesma coisa que faz para o BNDES para a educação. Supondo um aumento de 5,7% da dívida, a gente conseguiria esse valor aqui, que cobriria o que está aqui. Ou seja, o que a gente fez aqui? A gente pegou esse valor e disse: "Quanto teria de aumentar a dívida para conseguir esse dinheiro?" 5%.

Não é uma coisa absurda aumentar-se 5% da dívida, embora não seja uma coisa muito boa. Aumentar a dívida não é uma coisa boa. A gente não quer aumentar a dívida. Mas é uma alternativa. A gente não aumenta a dívida para outras coisas? Não tem gente se endividando para pagar a escola do filho? Não tem muita gente estudando hoje em faculdade e se endividando? Não só pelo Fies, mas pedindo empréstimo realmente? Ou se endividando com universidade?

Então, bastaria aumentar 5%, e a gente já teria o dinheiro.

Vamos fazer uma análise que, acho, é a mais interessante, embora seja preciso alertar que se trata de uma estimativa. Ninguém tem como garantir esses R\$102 bilhões, mas, quando se investe em educação, aumenta-se a produtividade. Se você aumenta a produtividade, o PIB não será os R\$6 trilhões; o PIB será muito maior. E não fomos analisar: se o PIB crescer, com um aumento de 1,5% graças à educação...; ou seja, se a educação provocar um aumento do PIB de 1,5% – eu acho que é muito mais do que isso – e se a arrecadação continuar em 36%, nós conseguiríamos R\$102 bilhões diretamente da própria educação. A revolução na educação gerando recursos para financiar a revolução na educação. Muitas vezes, a gente se esquece de considerar isso. Mas é um fato: educação aumenta a renda nacional. Está provado.

A Coreia tinha a metade da renda do Brasil, 40, 50 anos atrás, e hoje tem o dobro, per capita. Uma parte foi a educação. Então, ela se autofinancia. Educação se autofinancia. Por isso, pode-se dizer que educação é um investimento; não é um custo. Custo é quando não traz volta, mas educação traz volta. Mas ainda não (...) (...) educação traz volta, mas ainda não paramos aí.

E se a gente criasse uma CPMF para a educação? A gente conseguiria R\$91 bilhões. Muita gente ficou contra a CPMF para a saúde, porque era desviada, porque pesar, não pesava aquele zero vírgula zero tanto. Muita gente ficou contra. Mas a gente quer ou não fazer uma revolução na educação? Se quer, tem que haver um sacrifício. O sacrifício de uma contribuição desse tipo, que era 0,38% – 0,38%, menos de meio por cento! – sobre as transações financeiras já daria R\$91 bilhões. Daria para aumentar para caramba o salário do professor, construir escola, botar horário integral, fazer quase tudo dos 160 de que a gente precisa; é mais da metade. Mais da metade viria daqui.

Como vocês veem, há muitas formas. Eu coloquei aqui só para chamar atenção: o Governo está gastando R\$3 bilhões de propaganda. Puxa! Por que a gente não pega esse dinheiro e joga na educação? Há muitas

formas. Há o problema político, as pessoas vão querer sacrificar isso aqui, aumentar o preço do carro, criar uma nova contribuição, aumentar a dívida com as consequências que o aumento da dívida traz inclusive sobre as taxas de juros? A gente vai querer fazer isso? Ou não? Bem, se não quer, o que a gente está fazendo aqui é perder tempo. Eu estou supondo que não é o caso de o Brasil querer ou não; o Brasil vai ter que fazer isso. Vai ter. Essa exoneração aqui, o que ela está fazendo é encher as ruas de carros; não se consegue nem andar mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Que é outro problema e está endividando as pessoas. Então, eu tenho a impressão de que vai ter que ser feito. Pode não ser este ano, pode não ser no próximo, pode não ser na eleição seguinte a esta, pode-se esperar o bicentenário da Independência, em 22, mas vai ter que fazer. E quando fizer, a gente tem que estar pronto para dizer de onde saiu o dinheiro. É isto que nós tentamos: mostrar como seria o sistema que a gente deseja, ideal, inclusive chama Escola Básica Ideal e como financiar essa construção.

Eu quero ouvir de vocês além do que vocês vieram dizer. Não quero tolher, estou querendo ouvir vocês, mas, ao mesmo tempo, se quiserem, eu gostaria de ouvir opiniões sobre as duas coisas. Justifica pensar que é necessário outro sistema ou continua com esse que está aí? Esse novo sistema tem que ser responsabilidade da União ou a gente continua deixando nas mãos dos pobres prefeitos? E se faz sentido esta engenharia financeira de mostrar que, com o PIB que a gente vai ter em 20 anos, melhor ainda, com o PIB que a gente tem hoje e que vai crescer, dá para pagar uma boa educação para toda criança brasileira.

Nós não somos um país, que não vou citar nomes, porque incomoda, que não tenha recursos. Nós temos recursos. Aí se diz: mas é um país grande. Mas é um país que é a sexta economia do mundo! Não é um país qualquer. Era isso que eu tinha para colocar.

Passo a palavra, agradecendo muito a sua presença, à Alejandra, para fazer sua exposição. Nós, em geral, damos 15 minutos, mas se for preciso mais, não se preocupe, que nós temos tempo desde que termine antes ou perto das quatro, porque começa a sessão no Senado e eles obrigam a gente a não fazer mais nada a não ser estar lá.

O SR. ALEJANDRA VELASCO – Perfeito.

Boa tarde.

Eu agradeço, em nome do Todos pela Educação o convite. Eu vou seguir um roteiro bem parecido ao do senhor. A gente, de fato, tem no que gastar. A gente não tem uma educação ideal. Aqui há alguns itens de infraestrutura, eu me pautei muito pelo Plano Nacional de Educação, pensando no projeto nacional, que é o projeto de nação que o Brasil tem. A gente observa (...) (...)

que o Brasil tem. A gente observa que muitos itens de infraestrutura, a maioria deles necessários para a educação, diretamente vinculados à qualidade de educação, ainda estão em níveis precários. Então, por exemplo, a gente tem a existência de biblioteca e salas de leitura, que a gente considerou inclusive sala de leitura, entendendo as dificuldades estruturais de se ter uma biblioteca em escolas muito pequenas, tendo que ter bibliotecário. Mesmo esse item, que é o que hoje é melhor no Brasil, a gente tem pouco menos de 45% das escolas com esse item de infraestrutura.

Para mim, a questão mais alarmante: laboratório de ciências, a gente tem em torno de 7% das escolas com laboratórios de ciências. Como é possível a gente ter uma educação de qualidade sem termos esses itens básicos? Isso no ensino fundamental.

No ensino médio, o laboratório de ciências ainda é um equipamento mais chave ainda do que no ensino fundamental, a gente ainda observa indicadores muitos baixos. Os indicadores do ensino médio são um pouco melhores. As escolas de ensino médio estão mais bem equipadas, mas se a gente ainda não está em uma situação confortável.

O Senador aqui mencionou o rendimento dos profissionais em educação. Atualmente, um profissional do magistério ganha 51,7% do que a média de profissionais com educação superior. Então, a carreira, definitivamente não é atrativa. A gente recebeu uma delegação da Tailândia que souberam que o magistério é uma carreira pública, enfim, souberam detalhes sobre a educação no Brasil, então, eles fizeram uma pergunta bastante interessante e muito básica: se o magistério é uma carreira pública e vocês querem melhorar a educação, como seria possível se eles ganham a metade do que um profissional com uma formação do mesmo nível? Uma pergunta muito básica.

O PNE coloca, aliás, não é o PNE, mas, sim, a Constituição, que universaliza o acesso das crianças de quatro a cinco anos de idade na pré-escola até 2016. Isso quer dizer que para 2016 a gente vai ter que criar um milhão de vagas na pré-escola. O ensino médio também vai precisar de expansão, se o fluxo continuar se corrigindo. Hoje, apesar de 81% de os jovens de 15 a 17 anos estarem na escola, apenas 54% estão do ensino

médio. Isso quer dizer que a gente terá que implementar em 3 milhões as vagas no ensino médio. Uma parte por correção de fluxo, então são vagas que vão deixar de existir no ensino fundamental, a outra parte são jovens que estão fora da escola.

O PNE também coloca como meta a oferta de educação em tempo integral na metade das escolas e para 25% dos alunos. Em 2012 apenas 10% das matrículas são em tempo integral. Isso significa que 9,4 milhões de alunos precisarão estudar nessa modalidade, o que é praticamente dobrar em 9 milhões de novas matrículas, se a gente pensar em uma jornada, hoje, de quatro horas e que passaria a ser de sete, pelo menos.

Em termos de desempenho, os senhores conhecem o Ideb, eu gostaria, aqui, de expressar o desempenho... (...)

um desempenho escolar no Brasil, em termos de percentual de alunos com aprendizagem adequada. O “Todos pela Educação” coloca como meta 70% dos alunos com aprendizagem adequada, e esta equivale à média dos países da OCDE. Não estamos aspirando aos níveis da Coreia, mas à média dos países desenvolvidos.

Hoje, o nosso melhor ponto é o ensino fundamental nos anos iniciais, língua portuguesa, e apenas 40% dos alunos alcançam a aprendizagem adequada. Nosso pior quesito é que 10% dos alunos do ensino médio têm aprendizagem adequada em matemática. Então, é preciso investir também na qualidade da educação.

Queria também colocar uma questão também abordada, embora não muito especificamente no Plano Nacional de Educação, que é a desigualdade, no sentido de que se eu preciso de mais recursos para combater a desigualdade na educação.

A desigualdade, no Brasil, está claramente na infraestrutura. São os estudantes com maior probabilidade, segundo os pesquisadores, de exclusão educacional, ou seja, alunos que estão na escola, porém não aprendem. Há altas taxas de matrículas, contudo nem todo mundo está aprendendo. Eles sistematicamente se encontram em escolas com piores indicadores de qualidades estatisticamente, que são piores equipamentos, piores instalações, escolas sem biblioteca, escolas com equipes pouco coesas tanto de gestão, quanto de professores, escolas com mais violência escolar. Tudo isso foi apurado a partir dos questionários da Prova Brasil.

Os professores desses estudantes são sistematicamente menos qualificados e mais sobrecarregados. Eles lecionam em mais de uma escola e têm uma carga de trabalho maior.

Essa desigualdade é claramente de raça e regional. Meninos pretos das Regiões Norte e Nordeste, cujos pais não têm o ensino fundamental completo, têm uma propensão maior, devido às condições que enfrentam, por uma questão natural, de repetir ou abandonar a escola. Enquanto isso, as meninas brancas da Região Sudeste, cujos pais têm ensino médio, têm uma probabilidade menor de fracasso escolar.

Então, é preciso garantir mais recursos e também distribuí-los de forma mais justa. É preciso conciliar critérios muitas vezes conflitantes: reduzir a desigualdade, mas também reconhecer quem está melhorando e quem alcançou a excelência.

Revisando um pouco o que já foi exposto nas comissões, há um argumento recorrente de que não necessariamente os municípios com mais recursos se desempenham melhor. Então, pra que mais recursos? Contudo, esse gráfico nos permite enxergar que não é bem assim. Os Estados que recebem uma renda per capita do Fundeb, que é um instrumento existente hoje para reduzir a desigualdade de recursos no Brasil, mínima têm, de fato, um ID menor.

Aqui, temos os valores dos per capita. Esse outro eixo tem a escala do Ideb. Então, de fato, quem tem menos recursos tem um Ideb menor. Há outros Estados com mais recursos e um Ideb menor, mas são casos pontuais.

Outro argumento recorrente (...)

outro argumento recorrente é que o Brasil já gasta muito, como proporção do PIB, em educação. Então, aqui, a gente tem o Brasil posicionado perto dos níveis mais altos de gasto em educação com o percentual do PIB e um desempenho baixo em relação a outras nações que gastam menos, mas alcançam um desempenho melhor. Porém, quando a gente analisa o dado per capita, é claro que o Brasil gasta pouco em educação. Se a gente vê o gasto de educação per capita contra o desempenho, o quadro começa a ter mais sentido.

Uma dificuldade grande para a gente apurar os gastos em educação é a divergência entre as fontes de informação. Eu trouxe um exemplo de um relatório recente do TCU em relação ao ensino médio, que mostra que a divergência entre o Siope e o Tesouro Nacional é de 16%, recursos reportados a mais pelo Siope. Então, a gente tem que trabalhar também uma questão básica de fontes de informação fidedignas para saber quanto está sendo gasto em educação. Aqui também resgatei um relatório do Ipea, que compara a necessidade de recursos adicionais, a estimativa do Senador fica bem no meio dessas duas estimativas, traz estimativas da campanha – não sei se há alguma atualização –, mas seria 5,4% de recursos adicionais; e estimativa do MEC, que gerava em torno de 2%. Recursos adicionais são necessários, mudam a estimativa de qual é a ordem.

O Senador já tinha falado sobre a desproporção no gasto, os Municípios gastando cada vez mais, também é do mesmo relatório do Ipea, os Municípios gastando mais, a União gastando menos proporcionalmente.

No mesmo relatório, coincidentemente, duas possibilidades de financiamento são apontadas. Uma delas é a diminuição da elisão fiscal, que gira em torno de 0,7% do PIB. Outra que também está presente nas tabelas é a diminuição das renúncias e subsídios fiscais, cuja estimativa é em torno de 3%.

Olhando um pouco o que já foi comentado nesta Comissão, o que foi apresentado anteriormente, acho que essa discussão não tem como fugir da discussão de uma reforma orçamentária, reforma fiscal, reforma previdenciária, lembrando que se for uma carreira interessante, uma carreira pública, isso também vai ter um impacto na Previdência, que hoje já tem uma situação complicada. Também se falou muito aqui na necessidade de infraestrutura, e a gente traz o mesmo comentário. Faltam estradas, mas também falta mão de obra qualificada. Os recursos humanos, a qualificação, é também um capital, é também um investimento.

Algumas preocupações que a gente queria compartilhar: a questão de que o petróleo não é uma fonte renovável, portanto, também não serão os recursos que dele virão. Então, é preciso encontrar fontes para financiamento das despesas correntes, tornar o financiamento da educação sustentável.

Outra reflexão é que é importante a gente (...)

a gente vive ouvindo novidades de políticas que concorrem com o financiamento da educação. Então, a opção por contribuições em vez de impostos, porque impostos têm uma vinculação, a redução de impostos para estimular o consumo, as renúncias e subsídios fiscais de outros tipos, outras políticas de cunho social que concorrem com a educação e que não tem talvez esse caráter de transformação mais estrutural.

A gente se preocupa, também, com o incremento de recursos sem um apoio técnicos dos Municípios para aumentar a eficiência e eficácia do gasto.

Programas a exemplo do PAR, que pudessem ajudar os Municípios a exercer melhor, executar melhor esse gasto são muito importantes que sejam estimulados.

E a última questão, também, a forma que esses recursos serão disponibilizados, se não é via Fundeb, se continuam incrementando os recursos discricionários, a necessidade de transparência no gasto se torna muito importante.

São essas, basicamente, as reflexões que a gente traz que essa questão é muito em sintonia com o que o Senador trouxe anteriormente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço muito, especialmente essas últimas tabelas de fotos de financiamento, que vamos usar bastante.

Bem, passo a palavra ao Idevaldo da Silva Bodião.

É assim que se pronuncia, né?

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Bodião, é, assim mesmo.

Bem, boa tarde, Senador, boa tarde, Alejandra, boa tarde a todos e todas aqui presentes, aqui, represento a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e em nome desta, agradeço ao Senador e ao Senado este convite para que estivéssemos aqui presentes nesta tarde.

Até onde posso ter entendido, esta é a última sessão desta série, somos, acho, os últimos de um conjunto de uns 15 especialistas oriundos de matrizes distintas que têm contribuído de alguma maneira.

Quero organizar minha intervenção, eu disse que ia fazer o possível para ser disciplinado em relação ao tempo e à proposição. A proposição, quando nos foi encaminhada pela sua assessoria, a assessoria do Senador nos enviou para além das tabelas que o Senador apresentou aqui um texto que é, entendo, um certo estado da arte das discussões neste momento. E, lá aparecem algumas proposições e algumas defesas que são um pouco mais extensas do que o Senador fez nessa apresentação breve.

Na verdade, vou fazer a apresentação, defendendo o ponto de vista da campanha, ao mesmo tempo, dialogando com as proposições que estão neste relatório atual.

Acho que uma primeira coisa, Senador, fiquei pensando depois da sua proposição, imagino que há determinadas proposições, determinados conceitos, determinadas elaborações que são novas e muito sofisticadas, nem sempre a sociedade está, vamos dizer assim, pronta ou madura para acolher a provocação, entendendo, aqui, a provocação no bom sentido.

Penso que a proposição que o Senador faz é absolutamente original. O meu discurso, vocês vão ver, em certa medida, é parecido, em algumas argumentações com O todos pela educação e com alguns que nos antecederam aqui. Acho que não tenho ouvido, ao longo dessa minha interlocução com o tema Financiamento da Educação, uma proposta que seja tão, vamos pensar assim, arrojada como a que o Senador está fazendo neste momento.

Temo que talvez a sociedade brasileira ainda não esteja madura. Penso que não será no próximo Governo que ainda vai ser possível uma discussão consistente com tudo o que ela significa.

A proposição que vou defender aqui não é (...)

A proposição que eu vou defender aqui não é, quer dizer, é uma proposição que, em alguns aspectos, converge, não só nos números, como os números que a Alejandra apresenta, mas em algumas considerações ela converge com a proposição do Senador e, em alguns aspectos, ela tem caminhos e faz opções diferentes e opostas. Isso não quer dizer que nós somos contra a proposição do Senador neste momento. A Campanha de verdade ainda não se sentou, de forma contínua, para discutir a proposta na sua plenitude.

Bom, pois muito bem, eu acho que uma primeira coisa que eu posso dizer é que nós... Ah, acho que é importante, antes de eu começar, ficar claro o que eu vou falar aqui, que é a defesa da argumentação da Campanha, que é, basicamente, o custo aluno/qualidade – diverge da proposição do Senador.

Para quem acompanha o percurso da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o custo aluno/qualidade é um tema com o qual a Campanha se envolve desde pelo menos 2002, intensamente desde 2003, na forma de seminários, para chegar em 2007 com uma publicação em que se explica esse conceito e se apresenta, também, uma memória de cálculo que leva aos valores que são os valores que a gente tem defendido e, periodicamente, são reajustados.

Então, esse discurso da Campanha não é um discurso novo, ele já tem mais de 10 anos, e nós consideramos que ele ainda é muito importante.

Eu acho que numa primeira coisa, Senador, nós concordamos – e penso que a Alejandra também concorda conosco –, é que precisamos de mais recursos para a educação. No entanto, nós não temos o mesmo apego a indicadores da educação como o Pisa, como o senhor escreve no seu relatório. A minha proposta, aqui, é de mais recursos, sim; o Pisa, talvez não.

Por que eu quero dizer isso? O Pisa tem avaliado, ao longo desse tempo – são avaliações bianuais –, alternadamente, Língua Pátria, Matemática e Ciências – eu acho que, no ano que vem, teremos avaliação de Ciências; no anterior, foi de Matemática, os números atualizados –, mas o Pisa avalia exclusivamente conteúdos escolares e disciplinares.

A argumentação nossa é a defesa da educação como um direito. A educação como um direito é mais ampla do que, simplesmente, apropriação de conteúdos, vamos chamar assim, operacionais “para o mercado de trabalho”.

Fico perguntando para mim mesmo: onde estão aqueles aspectos relativos ao desenvolvimento pleno de um indivíduo? Está na nossa Constituição, está na nossa LDB: a educação tem que garantir o desenvolvimento pleno do indivíduo, para atingir todas as suas potencialidades.

Onde estão no Pisa? Podemos incluir no Ideb, se vocês quiserem, ou para as avaliações de cada Estado. Eu venho do Ceará e no Ceará tem o SPAECE. Onde estão os traços que podem ajudar a gente a compreender e avaliar o desenvolvimento ou o grau de desenvolvimento pleno do indivíduo? Onde estão, em avaliações dessa natureza, por exemplo, a possibilidade, a fruição, a medida da interlocução com os bens da cultura, como, por exemplo, literatura, teatro, música, dança, artes plásticas e por aí fora?

Eu também não deixo de ficar incomodado porque a gente elege para definir o parâmetro de qualidade da educação uma instituição cuja obrigação, pela sua própria natureza, é cuidar de fomentar o desenvolvimento e o comércio internacional. Será que é essa, mesmo, a instituição que melhor pode avaliar o padrão da educação como um direito para o planeta Terra? Eu tenho dúvidas, eu tenho dúvidas.

Não é demais lembrar, e isso é uma situação incômoda, que se nós acompanharmos os documentos – eu vou chamar, aqui, das agências ligadas ao sistema ONU –, nos últimos anos, veremos uma troca da educação como um direito. O direito à educação vai sendo, gradativamente, substituído pelo direito à aprendizagem, que, no meu entendimento, é uma redução pobre do primeiro.

Então, os documentos que a gente vai ver na Unesco, ONU... E poderia até acentuar mais: as discussões da educação estão saindo do âmbito da Unesco, Paris, e estão mudando para o outro lado do oceano, Banco Mundial...

(...)

mudando do outro lado do oceano, o Banco Mundial. Esses são indicadores de que talvez a educação como um direito, que é a nossa pauta, que eu imagino que seja a expectativa do Senador, esteja sendo deixada de lado nas nossas grandes discussões.

Então, eu queria voltar a este tema. Eu tenho dúvida se é interessante para a educação do País pautarmos exclusivamente nesses mapas que aferem a aprendizagem conteudística de certas disciplinas. Não quero, com isto, dizer que não reconheço a importância para todos os outros passos do processo de alfabetização, do domínio das letras e dos números. Não se trata disto.

Acho que nós concordamos, Senador, e eu penso que com a Alejandra também, no reconhecimento de que há uma assimetria entre o ente que arrecada e o ente que presta serviço no âmbito da educação. Eu não vou repetir os números, mas, basicamente, são os números que a Alejandra apresentou. Grosso modo, a União

arrecada cerca de 57% – vamos arredondar para 60% – e os Estados e Municípios, juntos, arrecadariam cerca de 40%. Na verdade, 43%.

Por outro lado, quando a gente vai estudar os gastos efetivos em educação, isto se se inverte. Aquele que, efetivamente, arrecada mais é o que gasta menos. Do total de gastos em educação, os gastos da União são de cerca de 20%, enquanto que o Distrito Federal, os Estados e os Municípios aplicam quase 80%. Então, aquele que arrecada mais...

Eu penso que, em função dessa assimetria, que eu acho que reconhecemos, nós temos, no caso da proposta do Senador, uma leitura que... Agora, sim, a nossa solução é diametralmente oposta. Diante da assimetria, nossa posição é levar os recursos para aqueles que efetivamente prestam o serviço, enquanto que a proposição do Senador, se eu a entendi, é levar os serviços para aquele que efetivamente arrecada, federalizando.

E a nossa lógica é fazer isso sem criar – neste aspecto, acho que nós somos muito mais singelos do que a proposta transformadora do Senador –, é usar os mecanismos com os quais nós contamos neste momento: financiamento através do Fundeb. Para nós, o Fundeb deveria ser transformado num fundo único, lembrando que hoje, na verdade, embora a gente se refira ao Fundeb, talvez devêssemos nos referir aos Fundeb's, porque há um fundo para cada Estado. Então, construiríamos um fundo único que teria o seu valor ajustado em função do Custo Aluno-Qualidade. Neste caso, para nós, há uma diferença substantiva, entendendo que o Fundeb hoje opera com o que é possível. "Quanto dinheiro nós temos à disposição?" Junta o dinheiro vinculado dos Estados, Municípios, Distrito Federal e União, somam-se os alunos, faz-se uma conta – não é exatamente uma conta simples assim, mas, grosso modo, sim –, e esse dinheiro disponível é capaz de financiar isso com um valor per capita. É o dinheiro disponível, é o financiamento com o que é possível. E nós trabalhamos com o contrário, com o que é necessário. "O que é necessário para termos uma escola de qualidade?" E aí, então, nós nos somamos às descrições que o Senador faz aqui. Uma escola tem que ser bonita, tem que ser agradável, o professor tem que ganhar bem... E todas essas coisas comporiam ou compõem o Custo Aluno-Qualidade.

Os valores do Custo Aluno-Qualidade, no nosso entendimento, são valores que devem ser não só, os valores em si, reajustados periodicamente, anualmente, por exemplo, mas também o próprio conjunto de insumos e a sua participação específica, entendendo que, ao longo dessa evolução, devem aparecer novas proposições, novas demandas que hoje não são perceptíveis e que amanhã... Na verdade, por trás disto está a ideia de que o direito é um conceito progressivo e majorante. Você se dá conta dele e passa à fase seguinte, passa a entendê-lo como mais, passa a entendê-lo como mais e (...)

como mais e passa a entendê-lo como mais e implantá-lo como mais.

Volto a falar um pouquinho sobre isso. Vemos uma diferença, Senador. Se é que entendi bem, o senhor não fez alusão aqui, mas no texto a proposta é que, gradativamente, vamos chamar assim, a constituição do sistema único federal iria sendo aplicada a cada cidade ou a um grupo de cidades, anualmente, e toda aquela rede passaria a ser incorporada, até que ao fim todas estariam. Na nossa compreensão, isso teria uma desvantagem, que é você ter no ano zero ou no ano 1 um conjunto que recebe em plenitude. Grosso modo, eu pensava assim: a implantação da proposta, como o Senador faz, é uma implantação aos poucos para todos, naquele local. Se aquelas 500 cidades do primeiro lote receberão, vamos dizer assim, esse benefício da implantação, todas aquelas 500 receberão em plenitude o benefício, enquanto todas as outras continuam de fora. No ano seguinte, mais 500. Eu estou fazendo 500, para dividir por dez, 5 mil Municípios.

A nossa lógica, que é a lógica da majoração do Custo Aluno Qualidade...

(Soa a campanha.)

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Isso quer dizer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não se preocupe.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – O.k.

A nossa lógica da majoração do Custo Aluno Qualidade é gradativa, mas atinge todos ao mesmo tempo. No ano 1, o aumento do Custo Aluno Qualidade será distribuído igualmente para todas as redes.

Vemos uma diferença. Eu não tenho certeza ainda do que significa cada uma dessas coisas, mas eu vejo com preocupação essa forma diferente, como o Senador mesmo colocava, em momentos diferentes, eu ter tratamentos diferentes. No mínimo, para mim, é um desconforto.

O Senador fala a respeito de quais seriam esses insumos e assim a campanha os defende. Quais são os insumos necessários para construir essa educação de qualidade?

Eu concordo, Senador, que é preciso uma revolução muito grande, mas eu penso que a revolução, como é proposta pelo senhor, ou as modificações – no nosso caso é mais lenta –, como nós a pensamos, incluem necessariamente, pelo menos, três grandes grupos de questões, cada qual com seus aspectos e nenhum deles muito simples.

Primeiro, a questão financeira, que, no caso, o Senador faz aqui uma proposição, que está equacionada. Se ela vai ser aceita, esta é outra questão, mas está aí devidamente equacionada.

O Senador também aponta para outra questão, que é como vamos fazer administrativamente a incorporação dessas várias redes num único perfil, numa única matriz. Mas eu penso que nós temos, pelo menos, um conjunto de questões, que eu acho que não é menor do que essas, que são aquelas relativas às práticas pedagógicas. Não é só a garantia de recursos e um novo organograma institucional, vamos pensar assim, que vai garantir a mudança do padrão da prática pedagógica da sala de aula. Para nós, a questão mais importante é atuar junto com os quadros que estão hoje num rede municipal e estadual ou numa rede federal.

Nós não conseguiremos novos professores para 5 mil cidades, com essa nova concepção, em dez anos. Acho que não. Nós não temos conseguido mudar o perfil, o mapa, o desenho das práticas pedagógicas. E, nesse sentido, Senador eu tenho uma preocupação muito grande de que nos seduzamos com os artefatos modernos. Nem sempre o veículo ser moderno garante uma prática moderna. Eu tenho muita preocupação com relação a isso. Os tablets, as lousas, as possibilidades multimídias não são necessariamente veículos de práticas pedagógicas modernas.

Essa é uma conversa. Talvez possamos voltar ao tema.

Eu quero só acentuar um pouquinho. Eu não vou falar na qualidade dos prédios, dos equipamentos, todos já estão incorporados no discurso do Senador e da Alejandra, mas gostaria de duas palavrinhas a respeito do que me parece essencial (...)

Eu gostaria de duas palavrinhas a respeito do que me parece essencial, que é a incorporação de bons profissionais, bons profissionais. Não sei se devo dizer incorporação ou torná-los bons profissionais – os que já estão nas redes, neste momento.

Para a gente conseguir ter bons profissionais nessa rede de referência ou num conjunto de redes, eu falo nas redes como um conjunto, redes públicas, não há como fazê-lo sem bons salários e sem carreira. Acho que nós todos concordamos a respeito disso, não é? A profissionalização da tarefa docente não pode ser sacerdócio. Esse é um discurso para lá de unânime.

O que é que nós queremos com isso? Nós queremos que os bons alunos do ensino médio façam sua opção pela licenciatura ou pela carreira docente, coisa que não acontece hoje. Quase sempre hoje a carreira docente é uma carreira não de escolha, mas da falta de escolha. Aquele que não consegue entrar num curso de Engenharia vai fazer um curso de licenciatura, quando é o caso. Sobre isso também há uma discussão.

Basta olhar as notas de corte nas carreiras das licenciaturas. São carreiras relativamente fáceis de se entrar.

(Soa a campanha.)

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Eu estou terminando mesmo. Fáceis, fáceis, fáceis.

Curiosamente, no curso de Física, que é considerado difícil, é muito fácil de entrar, porque ou você vai ser pesquisador, e aí você precisa entender e gostar muito de Física, o que não é o caso da maioria, ou você vai ser um professor de Física, o que não é atrativo.

Penso que é importante neste caso não só termos uma legislação que estimule uma carreira, mas evitarmos repetir o que, para mim, foi o engodo da Lei do Piso.

A Lei do Piso Salarial – estamos falando de 2008 – não só definia um valor interessante para começar, como ela introduzia um parâmetro que, para mim, era significativo: a ideia do um terço na forma de atividades fora da sala de aula.

Pois bem, boa parte dos administradores – cinco Senadores do meu Estado foi uma parte deles, mas eu penso que outros que não assinaram também – estavam entusiasmadamente torcendo para a sua ADIN. E depois, perdida a ADIN, arguíram a inconstitucionalidade da lei. Depois, perdendo a inconstitucionalidade da lei, eu acho que fizeram o que me pareceu a tarefa mais perniciosa: esvaziaram a proposição do Legislador.

Entendo que a Lei do Piso tinha uma intenção clara: “Vamos deixar um terço de lado.” Era efetivamente fazer com que os salários fossem atrativos. Isso não é suficiente, mas é necessário.

No entanto, para fazer o salário ser reduzido – desculpem-me. Para fazer com que os salários cumprissem a Lei do Piso, boa parte dessas redes, a rede da minha cidade, Fortaleza, fez isso, incorporou aquilo que eram vantagens no salário base. De verdade, de verdade, o vencimento praticamente ficou o mesmo. Eu acho que não seria injusto dizer que os professores foram enganados.

Eu penso que nós temos leis e algumas vezes as leis, vamos dizer assim, fraudam o espírito da lei, que são coisas que não podemos deixar de lado.

Eu vou pular os aspectos que constituiriam, então, esse artefato da escola de qualidade, os laboratórios, salas de leitura, biblioteca, espaços de vivência. Tudo isso é absolutamente necessário e, que fique claro, nós não temos.

Quando nós entramos naquele quadro, o Brasil investe 4,5% ou 5% do PIB, que é o que investem, por exemplo, as grandes economias. Os Estados Unidos investem 4,5% do PIB. Os países da Europa da ordem de grandeza.

No entanto, entre outras coisas – teríamos que mexer nos PIBs, mas vamos deixar isso de lado –, esses países têm um parque escolar consolidado e bom. Não é o nosso caso.

Eu tenho vergonha da maioria das duzentas e cinquenta escolas da rede pública municipal. Com exceção das mais recentes, que nos últimos, talvez, dez anos, foram construídas no padrão MEC, com recursos do Governo Federal. As outras todas deixam muito a desejar.

O mesmo valeria para as escolas estaduais, com exceção daquelas que foram construídas com recursos do FAT e para se fazerem escolas profissionalizantes e do MEC também.

Antes das fontes de recursos, eu não vou trazer nenhuma novidade, vou me permitir um comentário...
(...)

não vou trazer nenhuma novidade, vou me permitir um comentário a mais, Senador, que é com relação à educação integral ou escola de tempo integral, que, para nós, da Campanha, são conceitos distintos.

A proposta do Governo, atualmente em prática do que eles chamam escola de tempo integral, que é o Mais Educação, simplesmente traz o aluno no contraturno para fazer as atividades diferentes: esportes, artes, também, dança, música, banda. Penso que este, seguramente, não é o caminho, fecho com V. Ex^a. No caso, na minha cidade, nem cinco horas, são quatro, que não são nem quatro. Então, estamos num patamar ainda muito primário da caminhada rumo a essa escola a qual o Senador advoga, e faço coro com ele. Acho que sou muito simpático a sua proposição da ideia de a escola se constituir, naquela localidade, num centro cultural. A escola não é o espaço exclusivo dos alunos da escola, não sei se me faço entender, não é? Então, com esses equipamentos, a escola poderia representar um grau de potencialidade da educação como um direito, para além daqueles que estão na escola, para além dos que estão matriculados na escola: os pais, os parentes, essas coisas todas.

Por último, sem trazer nenhuma novidade, estamos defendendo a aplicação dos 10% do PIB para a educação pública, recursos públicos para a educação pública e, pelo menos, por mais 10 anos. Penso que, se a gente conseguir, acho que talvez esteja faltando um pouco difundirmos essa ideia, talvez não precisemos investir os 10% do PIB o resto da vida da República brasileira. Neste primeiro momento, é necessário, por um período será necessário, mas, muito provavelmente, vencidas as etapas iniciais, construção e a qualificação, inclusive com o bônus demográfico e com o crescimento do PIB, é possível que com percentuais menores, consigamos manter. E, aí, fechamos com a posição do Senador, que, por um período, é preciso essa ordem de grandeza.

Achamos que o regime de colaboração está mal equacionado e precisamos mexer. Portanto, divergimos neste aspecto, porque mantemos as redes municipais, estaduais e federais. A ideia, como eu já disse, é transformar o Fundeb num fundo único.

Fizemos várias propostas de emendas no PNE, que significavam possíveis implementos de fontes de recursos: taxar herança, taxar grande fortuna, taxar exploração do petróleo, não só o pré-sal, em terreno, taxar exploração mineral. E acho que não podemos nos furtar, com isto, termino, de discutir uma reforma tributária e uma reforma que inclua uma compreensão, uma divisão mais equânime dos impostos.

Por último, e último mesmo, só para lembrar que a redução das taxas de juro representam, a simples queda do percentual dos juros da dívida, aportes muito importantes e significativo.

Finalmente, acho que já está na hora de começarmos a discutir a intocabilidade dos recursos para amortizar a dívida pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vou fazer alguns comentários e talvez colocar uma ou outra pergunta, e, no fim, passarei a palavra para que vocês falem e já concluam.

No que se refere à Alejandra, quero dizer que gostei muito do conceito de exclusão na escola, confesso que eu não tinha pensado nisso, nessa maneira de expor. Quando se falava em exclusão era criança que abandonava a escola, mas a criança pode ficar na escola e ser excluída do processo educacional. E, aí, se a gente for olhar assim, creio que deve haver uns 80% excluídos se a gente coloca até o final do ensino médio. Não acredito, Professor, que tenhamos mais de 20% dos nossos meninos recebendo uma boa educação até o final do ensino médio, não acredito. Uma boa educação que digo sair falando idioma fluentemente, sabendo a (...)

fluentemente sabendo a matemática para entrar bem em um curso de engenharia, se esse for o que ele escolher, ou sabendo escrever muito bem português, se escolher essa linha. Então, a ideia da exclusão merece ser mais trabalhada, não do ponto de vista de faltar elaboração, mas de ser mais usada. Eu vou usar mais isso.

Outra coisa que gostei muito em sua apresentação é a ideia de que se precisa de mais recursos e de distribuição mais justa e, aí, faço uma pergunta? Existe a possibilidade de uma distribuição mais justa com Muni-

cípios tão desiguais mesmo que a gente jogue dinheiro nele? Se a gente jogar o dinheiro nele, ele aumentar o salário do professor, mas tiver que escolher os professores dentro do seu Município, será que ele vai conseguir dar o salto?

Os juízes vêm de fora, os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Ministério Público são escolhidos nacionalmente. Um professor ser escolhido municipalmente isso basta para fazer a distribuição mais justa. Além disso, se é para fazer mais justa da União para o Município porque não fazer mais justa da União para o contra-cheque do professor diretamente sem nem riscos de desvios que a gente sabe que acontecem? E, quando a sua tabela de fontes, eu vou incorporar sua tabela, analisando, vendo, calculando, mas você me deu uma boa ajuda com a sua tabela.

Quando ao Professor Bodião eu queria começar dizendo o seguinte: se o piso incluir, além de matemática, ciência e as outras atividades o Brasil fica pior ainda. Fica pior ainda. Se a gente for colocar música clássica, banda de música, dança, o Brasil está pior ainda. Então, uma vez que não coloca para nenhum, pelo menos, serve como indicador de como estamos mal. E por que não ao ceder. Em vez de dizer porque tem que ser o Zedel, por que não?

Eu acho bom o Banco Mundial estar se dedicando à educação. Acho bom porque vivemos em um mundo da lógica econômica. De repente, os bancos têm mais credibilidade que os sindicatos de professores, mesmo que os sindicatos sejam muito melhores e mais eficientes. É bom ter bancos trabalhando na educação e se preocupando com isso.

O mecanismo de Fundeb que já contamos e, aí vem a mesma pergunta em relação ao Leonardo, eu temo que o Fundeb seja uma transferência de renda muito genérica para os Municípios, mesmo que atualmente muitos dos recursos do Fundeb para o Município, ele por ele não vai conseguir dar o salto porque não é uma questão só de dinheiro. É uma questão de recursos humanos, por exemplo, de recursos gerenciais, de prioridade. Tem prefeito que recebe o dinheiro do Fundeb e aplica no asfalto em frente à escola. Diz-se: “Mas a gente pode proibir”, mas encontra-se uma maneira. Daí, a ideia que digo do dinheiro da União ir para o contra-cheque do professor sob a forma de um salário federal como se faz com outras carreiras.

Sobre o problema da graduação, essa, sim, que é importante. O fato de que essa revolução não chegaria a todos de uma só maneira, mas hoje não está chegando. Hoje, é desigual e muito. Você tem um colégio Pedro II em frente a um colégio municipal. É completamente diferente a realidade educacional nessas duas escolas públicas. Se não me engano, 230 mil alunos estão em escolas públicas federais, muito mais privilegiados do que os outros. Portanto, por que não se espalha essas escolas pelo Brasil inteiro num certo ritmo? Além disso, a graduação seria mantida.

Na proposta da gente essa melhoria que está sendo feita ela continuava com saltos em algumas cidades. Entendeu? Não barraria a melhora gradual do custo qualidade/abono. Isso continuava no Brasil inteiro, mas em algumas cidades se faria um salto rápido porque tudo que se faz não se faz no País inteiro de uma vez.

Quando se fez aeroporto só tinha uma cidade – em duas – porque porque em uma só o avião não tinha como ir para lugar nenhum. Havia dois aeroportos. Indústria foi a São Paulo. Existe uma coisa chamada cronograma de planejamento. (...)

...é uma coisa chamada cronograma de planejamento. E aí uma coisa que eu tenho evoluído, eu diria, que são as cidades optarem por serem federalizadas ou não, as que não quiserem. Ser uma adoção. O Governo Federal adotaria as escolas cujos prefeitos chegassem à conclusão de que não tinham condições de dar uma boa escola para seus meninos. Então, essa cidade iria ao Governo Federal e diria: “Presidente, eu preciso que o senhor me ajude. Adote minhas crianças”. Não acontece isso quando tem seca, quando tem cheia? Não acontece isso quando um banco quebra e o Governo Federal chega lá na hora e salva o banco e ninguém fica sem receber a sua conta? Por que não faz com escola?

Então, o sistema de adoção quebraria essa ideia de imposição da federalização e ela seria feita no ritmo que o País estivesse querendo, através das pressões sociais dentro da cidade, do convencimento dos próprios professores. O Governo Federal pode inclusive dizer que só adota a cidade cujos professores de lá quiserem; se não quiserem, a gente não adota.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está entendendo?

Como hoje todo mundo quer que se ponha escola federal. Qual é a cidade que não quer uma escola técnica federal? Então, se quer uma, por que não quer todas?

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – E quererão. Ah, não sei, não tenho certeza. Não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu também não tenho.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – É de outra natureza. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Outra natureza.

Agora, uma coisa que o senhor trouxe é importante. Eu acho que isso tem que ser feito com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Descentralização gerencial no sentido de que a escola, ela própria, pode se autogerir. Ela própria, não precisa nem do prefeito. Com regras, com avaliações, mas ela se autogerir, e com uma secretaria municipal para definir os rumos do conteúdo. Não se pode definir conteúdo em Brasília para todas as cidades do Brasil. Cada uma tem a sua realidade, sua história, suas características. Mas aí a gente cria a secretaria. Em vez de perder seu tempo enfrentando greve para aumentar o salário, o que não consegue porque não tem dinheiro mesmo, aqui e ali dá 10%, ela se preocuparia em como ter um currículo eficiente para aquela cidade.

E, quanto à pedagogia, gostei quando o senhor falou disso, mas vou dizer uma coisa aqui. Acho que a gente não está nem ainda em tempo de se preocupar com método pedagógico. Estou preocupado com que a escola seduza a criança. A gente está atrás, não quer dizer que vou deixar de lado a pedagogia, não, porque método pedagógico é uma forma de seduzir. Mas nós estamos tão atrasados que hoje é convencer a criança de que a escola é um lugar bom para ela ficar seis horas por dia. Hoje é difícil convencê-la disso, a não ser os filhos dos ricos, que gostam das escolas porque são feitas para eles, com todos os recursos.

Então, era isso, e uma pergunta a mais.

Como é que a Campanha Nacional pensa aplicar os 10%? Porque ouço muito falar na reivindicação de 10%, mas não tenho ouvido muito falar em como esses 10% serão aplicados. Essa é a pergunta que eu faria.

Passo a palavra à Alejandra, que tem alguns minutos para comentar, se quiser, e para fazer qualquer outra consideração.

O SR. ALEJANDRA VELASCO – Eu gostaria de falar sobre duas questões, e a primeira é quase uma provocação do tipo: “é fresquinho porque vende muito ou vende muito porque é fresquinho?”. As escolas federais são boas em parte porque elas selecionam, porque elas são poucas. Então, elas trazem para si os que já são os melhores alunos e os melhores alunos, não por uma questão natural, mas pelo contexto desses alunos. O nível socioeconômico dos alunos nas escolas federais não equivale ao de qualquer escola municipal, mesmo esse exemplo que o senhor deu de uma na frente da outra. As redes têm mecanismos de transferência de alunos, e escola boa existe porque... (...)

e escola boa existe porque existe a escola ruim, a escola que abriga todos aqueles alunos que a escola boa não tem, e graças à qual a escola se mantém boa. Esse é outro mecanismo muito pernicioso, que em algumas redes seria explícito, essas transferências entre escolas, e, em outras, no jeitinho é que vai acontecendo.

A outra questão que eu disse é que mais recursos fazem a diferença. De novo, eu gostaria de tocar na questão da necessidade de maior transparência e da necessidade de apoio para a gestão tanto no nível da escola quanto em municípios menores, a gestão do sistema como um todo, que hoje se faz. Mesmo com os recursos discricionários, a gente tem pouco controle, tem pouca informação de como esses recursos são aplicados, se os municípios têm dificuldade para aplicar esses recursos que estão disponíveis por uma dificuldade de gestão e de aplicação desses recursos. Então, mais dinheiro realmente não faz diferença, mas ele, aliado a mecanismos de prestação de contas e mecanismos que ajudem ou que impeçam os municípios de investir no asfalto achando que estão investindo em educação, eu acho que são as opções.

Eu queria agradecer o convite. A gente fica à disposição para o que puder.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Professor.

O SR. PRESIDENTE (Idevaldo da Silva Bodião) – Vou tentar ser sucinto. É às 16 horas que começa o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Temos tempo.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Certo.

(Risos.)

Eu vou comentar duas ou três delas e tentar responder à pergunta que o senhor me fez diretamente.

Uma primeira informação. A Alejandra deve conhecer esse número. Se a gente tirar as escolas públicas federais e calcular a nota do Pisa só das escolas federais, o Pisa dessas escolas é equivalente ao das melhores redes da Europa. Mas aí há todas as considerações que a Alejandra fez, as quais eu subscrevo.

Acho que houve um tempo em que a escola pública brasileira era boa. Eu sou nascido em São Paulo e vivo no Ceará. A grande escola do Ceará, de Fortaleza, na década de 50, era uma escola pública estadual, o Liceu do Ceará. E uma das grandes escolas de São Paulo era o Caetano de Campos, uma escola pública, assim como o Pedro II era a referência para o Brasil. O currículo para o Brasil era o currículo do Pedro II, com tudo que isso significa.

Acho que, infelizmente, a síntese que a gente pode fazer, que é ruim, é que a escola pública foi boa quando ela atendeu a outra classe social. Esta é a questão. Claro. Claro. Claro.

O processo de democratização do acesso à escola, que surpreendentemente para nós foi grande na ditadura militar, numericamente foi grande, ele sempre foi acompanhado de um decréscimo substantivo da qualidade.

Se bem que qualidade é um conceito difícil para a gente discutir. Mas vamos pensar naquilo que era reconhecido como qualidade naquele momento. Então, as escolas federais têm um padrão de qualidade, mas elas não são para todos. É isso que acho que estamos querendo. O que nós queremos é transformar, imagino que é a base da argumentação do Senador, transferir isso para todas as escolas públicas brasileiras, o padrão das federais. Eu penso que essa é a lógica com a qual o Senador trabalha.

Eu acho que concordo, tem razão o Senador. Eu não posso dizer isso para todos os outros Estados, conheço um pouco o interior do Ceará. E afora algumas poucas cidades... Quando eu digo poucas, quero dizer poucas mesmo. O Ceará tem 184 cidades. Afora Fortaleza e algumas poucas cidades – Sobral se sobressaiu nos últimos anos, por uma conjunção favorável –, mas a imensa maioria das cidades cearenses não tem quadros qualificados para administrar com segurança, densidade e a profundidade (...)

segurança, densidade e a profundidade necessários os seus próprios sistemas de educação, não só uma fragilidade nos professores, mas nos próprios sistemas.

Portanto, eu sou simpático à ideia de uma seleção. No entanto, ela não é necessariamente articulada à federalização. Não quer dizer que sou entusiasta dessa ideia, mas ela já existe. O MEC está, de alguma maneira, implementando uma grande prova, um grande processo de seleção e avaliação de professores – faz-se uma prova num determinado momento, tem-se um quadro de professores que passaram naquela prova que ganha o status de um concurso público –, que então poderão ser aproveitados pelas várias redes, sem que eles sejam especificamente ou exclusivamente selecionados lá no Municípios. São coisas para pensarmos um pouco mais.

Ao contrário do Senador, eu vejo com muita preocupação o desvio da Unesco – que, em princípio, seria o órgão do sistema ONU que deveria cuidar da educação, assim como a FAO cuida da segurança alimentar – ao perder espaço para o Banco, porque me parece que a lógica é completamente diferente. Morro de medo da lógica exclusivamente produtivista que pode ser – e eu acho que está sendo – gradativamente ampliada. Qual é o meu grande temor? O sistema produtivo atual, assentado na lógica da mundialização da produção, globalização de mercados, não precisa de todo mundo na escola. Então, a lógica do educação para todos não é a lógica do Banco Mundial e não precisa ser. Eu não tenho por que acreditar na benemerência do empresário e nem dos bancos. A lógica do sistema é: “Se eu posso ganhar um, por que vou ganhar só 99 centavos?” Esse é o meu temor. É que pela lógica de um sistema produtivo atual excluam-se gradativamente cada vez mais as crianças da escola.

Vou me permitir ser um pouco mais arrojado aqui. Acho, Senador que a nossa escola não tem mudado porque ela está dando certo. Estranha a frase, não é? Mas, para completar, há a pergunta: está dando certo para quem? Essa é a essência da minha preocupação quando eu vejo os mecanismos de decisão, de implementação e de formulação. Não é só em financiamento, na formulação das grandes matrizes. Vai se discutir a partir de 2015 o pós-2015, dentro da Agenda EPT. Não é? Eu tenho medo que a agenda EPT, pós-2015, tenha sido formulada no Banco Mundial e não há por que ser otimista em relação a isso, essa é uma preocupação grande que eu tenho.

Quanto à ideia do opcional, vamos estudar com um pouco mais de cuidado a adesão opcional. Eu acho que ali inclui as cidades aderirem, inclui algumas possibilidades interessantes e algumas preocupações.

Eu gosto da ideia, Senador, quando o senhor propõe que não é possível em Brasília definir quais são os conteúdos, as práticas da escola para o Brasil inteiro. Está absolutamente correto, eu tenho total adesão e solidariedade. No entanto, vejam, o Enem hoje e os vestibulares ontem que definiam o currículo e a prática da escola média. O Ideb hoje e o Saeb ontem que definiram gradativamente as práticas da sala de aula. Se nós formos ao Ceará, às vésperas da provinha do Spaece, da provinha do Paic, vamos ver as professoras todas preparando seus alunos para irem bem na prova. E eu acho que isso não é educação de qualidade, eu acho que isso não é a qualidade da educação. Então, as grandes avaliações levam a isso: a balizamentos uniformes e se conformam... É curioso, acho que a maior parte das pessoas que não esteve diretamente ligada a isso sabe que nós temos parâmetros curriculares nacionais desde 1998, que ninguém cumpre. Desde 1998 eles existem para a escola de ensino fundamental, séries iniciais, e ninguém cumpre. Sabe qual é o parâmetro curricular da escola brasileira – particular, inclusive, que migra sempre que possível para a pública? O vestibular, o Ideb, a Prova Brasil, o Spaece e vai por aí afora. (...)

...e vai por aí afora.

Para finalizar, a lógica com a qual nós trabalhamos, para onde iriam, para onde irão, na nossa proposição os 10% do PIB. A nossa metodologia para chegar a esse número, que não é um número aleatório – na verdade, a conta da Campanha é um pouquinho mais, 10,54, no seu momento; o número é o de 2011, está correto. Nós

usamos a mesma metodologia que o MEC, que é diferente da do Senador. Pela do Senador, as metas se completarão num prazo – 20 ou 10 anos, no caso do PNE –, o Senador leva o PIB para aquela data, leva a projeção de crescimento de alunos para aquela data e faz a conta. A lógica do MEC que nós usamos foi trazer todas as metas para hoje e operar com os valores de hoje. Foi isso que nós fizemos.

E fizemos uma contabilidade. Quanto custa ter uma biblioteca com valores mínimos? A ideia da Campanha foi definirmos o que chamamos de Custo Aluno-Qualidade Inicial, sendo que esse inicial é o início de um valor que pode ser progressivamente maior. Então, quanto custa uma biblioteca mínima? Bom, depois nada me impede de aumentar para além, engrandecendo o acervo da minha biblioteca. Qual seria um laboratório de informática mínimo para uma escola de x alunos? Ora, eu posso melhorar a performance de laboratórios e de computadores por alunos e ir se crescendo, está bem? Então, o Custo Aluno-Qualidade Inicial é o mínimo do mínimo. E o que se fez naquele momento foi assim.

Considerando o PNE como estava desenhado naquele momento – de lá para cá, ele já sofreu mudanças, algumas conquistas importantes, mas alguns retrocessos na compreensão da campanha –, a gente fez as contas e, considerando o Custo Aluno-Qualidade, quanto custaria para implementar cada uma daquelas metas. Então, são metas de ampliação da escolarização, educação infantil, creche e pré-escola, por exemplo; completar a universalização do ensino fundamental, ensino médio, ampliação da taxa de matrícula e tentando chegar nos 85% de taxa líquida, e assim todos os outros valores, e chegamos àquela compreensão.

Na verdade, a nossa proposição, para que o CAQ seja cumprido, considerando as metas do PNE, é preciso cerca de 10% do PIB, em valores hoje, 10 ou um pouquinho mais. Essa foi a metodologia e é assim que nós estamos defendendo. Esse é o discurso público da Campanha.

De qualquer maneira, Senador, fica aqui a promessa da Campanha. Em meu nome, faço essa promessa de levar essa discussão para que a gente aprofunde no âmbito da Campanha as discussões da sua proposição. Pessoalmente, acho que ainda o Brasil não está maduro para isso.

Agradeço o seu convite.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

Quero dizer que eu adoraria debater mais ainda com vocês, até porque eu não estou seguro de que a minha proposta é boa, não. Tanto que agora adaptei nesse negócio da adoção das escolas. Tem que procurar, tem que saber qual é o melhor. Agora, tem uma coisa de que discordo muito da maioria dos que trabalham com isso, é que vocês não têm ambição. Vocês estão sendo modestos demais...

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Eu reconheci, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...nas ambições que a gente precisa ter. Mesmo que diga...

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Senador, reconheci. Reconheci que a nossa é mais singela do que a sua.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Singela, não. Singelo é um adjetivo muito bom. Eu gostaria que a minha fosse assim. Aliás, a Federação é singela, é simples; as escolas são da União.

Eu acho que a gente precisa quebrar esse vício de que escola no Brasil não pode ser a melhor do mundo. Tem que quebrar. Agora, não pode ser de repente. Não pode ser em poucos anos. Talvez em 20, 50, mas a meta de chegar lá na Coreia, se é que é a Coreia que a gente escolhe, ou se a gente acha que a Coreia já está ficando atrasada. Está entendendo?

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos fazer a ambição de que a gente tem que ser campeão de futebol. Por que a gente pode ser campeão de futebol e em educação temos de ser o 88º e ninguém liga?

Então, a minha preocupação é essa. Eu não sei se o melhor caminho é esse, mas a ambição tem que ser a de ser igual aos melhores do mundo. Tirei o singular, a melhor, as melhores, e aí vamos discutir.

Quanto à colocação de como gastar o dinheiro, acho que os cálculos de vocês são muito bem-feitos, mas a minha pergunta é como fazer com que a biblioteca apareça numa cidadezinha que não tem as menores condições nem recursos? Em que você mandando o dinheiro para lá, os livros não vão aparecer; e não é por corrupção, é por uma questão de lógica da cidade viciada, antiga, numa educação sem qualidade. (...)

...numa educação sem qualidade.

Quanto a substituir a Unesco, estou de acordo. Substituir a Unesco pelo Banco Mundial seria um retrocesso, mas ter também o Banco Mundial acho que seria positivo. Quanto mais gente querendo, embora venham com uma visão distorcida em relação à nossa de educação para todos, eles querem uma instrução. Mas

eu sou otimista de que a elite está descobrindo que tem de ter educação para todos, porque, com a economia do conhecimento, a gente não precisa mais apenas de operário com habilidade manual; a gente precisa de operário e operador, na verdade, com alta formação. E aí só tem um jeito: dar educação boa para todo mundo para ver quais são os grandes talentos. Se você não der educação boa para todo mundo, está jogando fora um talento potencial.

Então, eu tenho a impressão de que a gente vai terminar descobrindo e percebendo que vai ser preciso mesmo, a elite vai perceber que tem que educar todos, embora no fim não tenha emprego para todos. Aí vai ser outra coisa.

Quanto às federais, estou de acordo, e trouxe um trabalho que a gente fez aqui, que mostra em que posição estaríamos no Pisa se fôssemos federais, mas estou de acordo.

Alejandra, as federais são tão excepcionalmente boas por causa da seleção, mas elas não são boas por causa da seleção; elas são melhores ainda por causa da seleção. Mas elas já são boas pelos salários que pagam, pela seleção que fazem, pelos equipamentos físicos. Uma escola técnica federal, mesmo que ela não selecionasse os alunos, já seria melhor do que as outras. Agora, se é por causa da seleção que elas são tão boas, vamos acabar com a seleção dando aquilo para todos, vamos oferecer isso para todos. Mas tem um problema: é que o aluno chega com as suas deficiências. Então, o aluno que chegar numa escola maravilhosa, mas for filho de um analfabeto não vai acompanhar igual, por isso é que, se não me engano, 80 bilhões para o Entorno, para fazer com que as casas comecem a participar da educação, com que os pais comecem a ser educados também. De qualquer maneira, é desigual o desempenho. Por isso é que esse processo só vai dar resultado na próxima geração.

São os filhos dos atuais alunos das escolas federais que vão realmente construir a educação boa, supondo que é federal.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Sim, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está entendendo? Então, estou de acordo. Porque as escolas poderiam ser... Se não fosse a seleção, elas não seriam tão boas. Mas elas são boas por algumas razões. E, de fato, quando a gente analisa – é uma pena que eu não tenha para projetar, eu não pensei nisso –, quando a gente projeta a posição em que nós estamos nesse tal Pisa, supondo que é um critério ou não, o critério, a gente dá um salto... Acho que vão tentar colocar. Será que conseguem? A gente dá um salto tal que o Brasil sai de um dos últimos para eu acho que um dos quinze melhores do Brasil... As federais estão melhores do que as particulares, na média.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Até porque as particulares, as melhores das melhores são particulares, por uma mensalidade igual às da Suíça, mas há as sem qualidade também.

Então, de fato, se todas fossem federais, nós estaríamos nessa posição; nós estaríamos entre a Estônia e a Alemanha.

O SR. IDEVALDO DA SILVA BODIÃO – Na frente da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Acima da Bélgica, da Polônia, da Noruega. Porque é um grupinho especial, realmente. Mas, se a gente fizer todas iguais a ela e acabar a seleção, no primeiro momento ela não vai ser assim, mas, logo depois, termina chegando a isso.

Bem, creio que tivemos uma boa audiência, gostei muito. Vocês, inclusive, trouxeram coisas dentro daquilo que pode ser usado realmente, usaram o que a gente mandou e fico muito satisfeito.

Não se preocupem com o público pequeno porque isso vai passar na televisão para o Brasil inteiro. E o Brasil inteiro vai assistir e ver que tem gente preocupada e acreditando que é possível o Brasil ser campeão em educação e não só em futebol, aproveitando para dizer que, com 17 dos jogadores da Seleção, jogando no exterior e vindo aqui só emprestados para jogar aqui, porque a Seleção de hoje do Felipão, dos 23, só seis jogam no Brasil. Quatro! Só quatro jogam no Brasil. Ou seja, na verdade, os outros têm passaporte... (...)

Ou seja, na verdade os outros têm passaportes brasileiros, mas vêm emprestados jogar no Brasil.

Então, mesmo assim, a gente quer ser campeão com os jogadores emprestados, que os times europeus nos emprestaram. Eu acho que a gente pode ser campeão também na educação. O mais difícil, porém, e você tem razão, Idevaldo, é que a gente provavelmente não está maduro ainda para isso. Nós ainda estamos...

Olha ali, ali a gente mostra porque aí o pessoal da televisão vê. Isso aqui é uma avaliação que é feita nesse organismo, OCDE. Aqui estão os primeiros. São duas cidades da China.

Olha aqui, a China está fazendo o processo de federalizar por cidade. A média chinesa está lá atrás, mas já há duas na frente do mundo inteiro. Se eles forem fazendo isso, aos poucos a China vai ficar aqui.

Quem me ajuda a ler... Aqui são as federais, ali as particulares. Aqui é a média do Brasil, vejam como a gente está lá atrás. Aqui são as estaduais e aqui as municipais. Está entendendo?

Como a gente traz isso para cá? Federalizando. Acho que muito dificilmente faríamos esse processo sem o Governo Federal ter um papel mais ativo da educação, com descentralização gerencial e com liberdade pedagógica.

Aliás, sobre descentralização, as pessoas dizem que o Governo Federal vai impor os seus métodos. O colégio militar, que está entre os melhores, o Governo Federal não se meteu até hoje no currículo dele. Nós temos quantos anos de governo de esquerda neste País e até hoje as aulas deles dizem que em 1964 houve uma revolução maravilhosa. Ninguém conseguiu interferir lá. Ou seja, há descentralização. Eu estou achando até que a gente tem que respeitar, desde que os pais sejam envolvidos.

O Brasil respeita isso. As universidades federais têm autonomia; as escolas técnicas têm uma grande autonomia. É possível haver a descentralização gerencial.

Então fico satisfeito de fechar com esse aqui, que considero um bom exemplo para justificar a federalização. Lembrando o que disse a Alejandra, aqui a gente está nessa posição tão boa porque os alunos aqui são escolhidos e já entram bons. Se a gente generalizasse isso, a gente ia vir para cá, pelo menos no começo, ou para trás até um pouco. Mas aos poucos a gente chegaria aqui.

Era isso.

Agradeço a vocês. Agradeço a todos que participaram.

Eu queria apenas ler alguns comentários que chegaram por internet. Quero dizer que isso aqui foi transmitido, ao vivo, pelo canal e-Cidadania do Senado.

Chegaram aqui algumas colocações. Uma do Venilton Toledo: "Federalização já."

Fábio Freitas: "Se os políticos pararem de roubar, já ajuda bem."

Isso é verdade, Fábio, mas se eles não roubarem e continuarem fazendo estádio de futebol em vez de escola não vai mudar muito também não, porque existe a corrupção no comportamento político e existe a corrupção nas prioridades das políticas. Tem que acabar com o roubo, mas tem que fazer também o uso correto.

O Iuri também fala em federalização.

O servidor Seduc cita uma frase do Immanuel Kant em que diz que as crianças têm que ir para escola não só para aprender, mas para conviverem.

A Andréa Márcia: "Para algumas pessoas, crianças deveriam estar em pé, com o celular na mão e jogando." Isso é verdade, hoje tem gente que acha que devia ser assim.

André Silva: "Se eu fosse um Senador político no Brasil teria vergonha de ver uma reportagem como a que passou no Fantástico dias atrás." Eu fiquei também, por isso estou aqui.

Diego Hermes: "A educação precisa ser financiada pelo Governo com um percentual maior que 10%."

Leni de Sá: "Não quero meu filho sendo usado para nada."

Valmir B. Silva: "Ué, já não estava decidido que royalties do petróleo seriam aplicados na educação?" É verdade, Valmir, mas venderam o que mais de fato vem. E muitos de nós, eu inclusive, alertamos. Primeiro que ninguém tem certeza se esse petróleo tem naquela quantidade. Ninguém sabe se vai dar para explorar tecnicamente daquela profundidade. Ninguém sabe qual vai ser o preço. Mas, se tudo der certo, vai dar só 30 bi e a gente precisa de (...)

e a gente precisa de 450.

Tiago Melo: "No País se prega menor autonomia do professor e menos estudo individual do aluno. Isso não permite ensino de qualidade. Um problema existente na área educacional é a ausência de professor de educação básica no debate. Até socialite é mais ouvida num debate do que professores." Mas aqui estão professores.

Paulo Bastos: "Para divulgação e reflexão do Alô Senado. Sem educação não tem solução, mas além da instrução é preciso saber do direito e dever do cidadão."

Agora, tem um aqui que para eu não censurar eu vou ler, mas é a prova de que a gente precisa melhorar a educação no Brasil.

Carla Cunha Costa: "Tudo que a gente diz esses canalhas e vagabundos aprovam." Eu não entendi nada dessa frase e achei grosseira, mas eu não censuro. É a prova de que a gente precisa melhorar a educação.

Está encerrada esta audiência.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS Nº 36, DE 2013, COM A FINALIDADE DE DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PRAZO DE 90 DIAS.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião da **Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil**, realizada em 18 de dezembro de 2014, às 14 horas e 39 minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. Estiveram presentes o Relator, Senador **Cristovam Buarque (PDT-DF)**, e a Senadora **Ana Amélia (PP/RS)**. Deixaram de comparecer os Senadores membros Vital do Rego (PMDB-PB), Cyro Miranda (PSDB-GO), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Amorim (PSC-PE), Paulo Bauer (PSDB-SC), Acir Gurgacz (PDT-RO), Paulo Paim (PT-RS) e a Senadora Ângela Portela (PT-RR). Na oportunidade foi apresentado o Relatório Final do Senador Cristovam Buarque, mas não colocado em deliberação por falta de quórum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil criada pelo Ato do Presidente nº 36, de 2013, aditado pelo Ato do Presidente nº 40, de 2013, ambos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação dos trabalhos realizados pela Comissão pelo Relator, Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra, com muito prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Ana Amélia, é com muita satisfação que tenho aqui a oportunidade de apresentar esse relatório, que nos tomou algum tempo para fazer e que entreguei já faz um mês ou dois, e estamos chegando ao final do ano com a oportunidade de debater.

Creio que aqui vai ser apenas para a conclusão formal e que, no próximo ano, esta Comissão continuará funcionando.

Nós tivemos a participação de um número grande de palestrantes – peço só que mostre aqui, por favor. Quem está cuidando aí disso?

(Apresentação PowerPoint.)

Aí está a lista dos Senadores membros.

Vamos passando, rápido.

Aí está a lista dos palestrantes, uma lista grande, ouvimos, tudo isso está anexado.

E, o passo adiante, nós trabalhamos o relatório com a ideia de preencher esses itens, que vou falar sobre eles, mas querendo responder a quatro perguntas.

O que fazer para que, em 20 a 30 anos, o Brasil esteja entre os países com o maior desempenho educacional do mundo? Nós não partimos de como financiar a educação que está aí. Não financiar, por exemplo, o piso salarial, mas o que é que nós queremos.

Quanto custaria esse salto?

Quais as fontes possíveis de financiamento?

Como executar as ações?

Acreditamos que esses quatro pontos são suficientes para darmos o salto.

Quando a gente foi analisar a educação, partimos, primeiro, da ideia de que queremos abrir a porta do mundo da inovação para o Brasil, e um dos itens é a educação de base. E continuamos trabalhando como deveria ser essa educação.

O resultado está no quadro que vem a seguir, em que nós chegamos à conclusão aqui, Senadora, de alguns pontos... conclusão aqui, Senadora, de alguns pontos.

Primeiro, que nós não vamos chegar à educação que precisamos, a ideal, melhorando o sistema que está aí. Nós chegamos à conclusão de que, enquanto a gente melhora esse sistema, vai ser preciso criar um sistema paralelo, novo, diferente, com professores diferentes, com regimes diferentes, com escolas diferentes. Enquanto um vai diminuindo, o outro vai surgindo.

E trabalhamos como seria e quanto custaria esse novo sistema em 2034. Está aí: nós estimamos que, para os nossos professores serem selecionados entre os mais preparados da sociedade... Hoje, os jovens melhores, pelo número de disputa, vão para o direito, vão para a engenharia, vão para a medicina. Quanto a gente deveria pagar para que os melhores jovens da sociedade dissessem: quero ser professor. E aí chegamos à conclusão de que deveriam ser R\$9,5 mil de salário por mês em média. E calculamos – alguém tem aqui aquele negocinho de apontar? – quanto seria isso para todos os professores em 2034; todos os alunos e todos os professores. Isso custaria R\$252 bilhões. A previdência deles, 35; o salário de funcionários, 50; a construção de escolas novas, 79; incluindo aí, também, a desapropriação de terrenos ao lado das escolas atuais para construir prédios melhores.

Porque é uma coisa interessante: todo mundo acha natural desapropriar terreno para fazer um viaduto, mas para ampliar uma escola ninguém quer, ninguém nem comenta, como se fosse uma hipótese rara.

Quanto seria em equipamento? Essas salas de aula dessa escola ideal, como a gente chama, não teriam mais computador; seriam equipamentos modernos. O custo total de tudo isso seria de 441 bilhões para um número de alunos de 46 bilhões, que é o que se estima que vamos ter em 2034, o que é uma diminuição em relação ao número atual, porque está diminuindo o número de crianças nessa idade.

Então, o custo anual por aluno seria de 9,5 bilhões. Vejam que coincide esse número anual do custo por aluno com o salário mensal do professor. Toda vez que a média é de 30 alunos por sala dá o mesmo valor: 9,5 mil. Intervenção fora do microfone.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim, o custo anual, 9,5 mil. E aqui o salário mensal do professor é 9,5 mil, que, multiplicado pelo número total de professores, dá isso aqui.

A partir daí, isso aqui está incluindo a universalização, desde...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS. Fora do microfone.) – A Educação Infantil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, ainda sem a Educação Infantil. Nós chegamos à conclusão de que, com esse mesmo custo, a Infantil daria.

E temos o custo incluindo para a universalização. Isso aí seria o custo para a universalização; o valor do custo anual, que seriam 55 bilhões.

Depois, nós calculamos, então, quanto seria o custo total.

Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS. Fora do microfone.) – O custo total está lá já.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aí, vem o custo total.

Adicionando o custo da Educação Infantil ao custo da Educação Básica, chegaríamos a 497 bilhões. Supondo um crescimento do PIB de apenas 2% ao ano – que é uma média baixa na história do Brasil, embora pareça alta pelas crises de recessão que vivemos hoje –, o custo, o PIB seria de 6,7 trilhões; de 4,8 passaria para aquilo. Então, o custo total, 497 bilhões da Educação Infantil e da Educação de Base custariam 7,4% do PIB. Ou seja, está abaixo do que a LDB determina.

Hoje, já se recebe 5,1. Então, o adicional que a gente precisa para dar o salto é passar de 5,1 para 7,4; vão ser 156 bilhões. E aí nós fomos atrás de saber onde encontrar esse dinheiro, que não é um dinheiro tão grande quanto se imagina.

E acrescentamos mais uma coisa, um gasto. Não dá pra ficar só na educação de base e ensino primário. Quanto precisaria ...e ensino primário. Quanto precisaria para mudar a universidade? E aí chegamos a mais um custo, de pular de 48 bilhões atualmente para 80,2. Isso aqui eu justifico, comparando com outros países.

Aí vamos para outro item de gastos, que é um programa amplo de educação da população, ou seja, da pré-escola à escola, à universidade, e um programa amplo de educação, que inclui erradicar o analfabetismo, que custa 1 bilhão por ano, em cinco anos; de biblioteca, teatro, escola, programa de formação, tudo isso para fazer a educação não apenas ser uma coisa das crianças, mas também ser da população.

O custo total, incluindo os quatro itens, ensino infantil, educação de base, a universidade e mais esse programa de educação das massas. Tudo isso, em 2034, custará 497...

Intervenção fora do microfone.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não, 497 é a educação que a gente viu, mais 80 bilhões mais 62 daria 640 milhões, que ainda fica um pouco abaixo dos 10% do PIB. Nós achamos que se colocaram 10% do PIB para não gastar, porque o PIB não tem dinheiro, não existe, é imaterial. Dinheiro está ou na conta bancária das pessoas ou no cofre do Governo ou nos impostos que pagam os empresários, é aí que está o dinheiro. Mas ninguém quis colocar uma percentagem disso, porque aí ia ter gente gritando. Ao dizer que é do PIB ninguém reclamou. Reparou que ninguém reclamou quando disseram que se iam gastar 10% do PIB? Porque dá a impressão de que não vai tirar dinheiro de ninguém, mas vai tirar de algum lugar.

É esse lugar que a gente foi atrás para saber de onde era. E fomos às fontes de financiamento. Identificamos 15 fontes de financiamento.

Isso é o que falei há pouco, sobre o PIB, déficit de 32, haverá, portanto, um déficit... Pode passar.

O déficit, comparando o que a gente precisa gastar, os 640, com o que já se gasta, o déficit é de 215. É aqui que a gente tem que saber onde conseguir esse dinheiro. E aí como é que fomos ver?

As 15 fontes – vocês vão ver – vão dar quatro vezes mais do que é preciso, mas o que importa é quais são as fontes. Então, vamos às fontes.

Primeira fonte, o aumento da produtividade obtido com a própria educação. Com isso, nós obtivemos... Pode passar, porque já vou direto aí.

Nós estimamos que esse aumento pode dar até 100 bilhões e a maneira de estimar isso está apresentada no relatório em detalhes. Fizemos um estudo: 100 bilhões, em 2034, nós ganharíamos só pela melhoria da educação.

Segundo, a poupança obtida com a redução nos gastos sociais. Na hora em que você estiver, em 2034, com toda criança com excelente educação, ela não vai precisar mais de Bolsa Família. ... Mesmo a saúde fica mais barata. Muitos programas sociais ficarão desnecessários no dia em que a educação for de qualidade para todos. A gente estimou em 100 bilhões.

Emissão de Tesouro. Aqui começa a entrar no mais polêmico – tesouros públicos –, por que não emitir dinheiro do Tesouro, o que implica aumento da dívida bruta para 5,3 – mas por que não? – para pagar a dívida que nós temos com a educação? E veja que nós não levamos em conta aqui o que fez o Governo agora com essa medida de quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ninguém aceitaria se fosse para a educação, mas aceitou para vender mais carro.

Aí a gente foi e analisou aqui. Imposto sobre Grandes Fortunas, 56 bilhões, que é muito moderado. Quando vocês veem no documento, cujos detalhes não vou apresentar aqui, é muito moderado.

Criar uma CPMF só para a educação, 99 bilhões ou 93, daqui não vejo bem. Por que não? Muita gente foi contra a CPMF. Eu, felizmente, nunca fui. Achava que era um imposto que cobrava bem e que permitia evitar muitas das fraudes existentes hoje e que estão sendo discutidas. O que houve é que não foi bem aplicada. Mas por que não fazer uma para a educação? (...) foi bem aplicado. Mas por quênão fazer um para a saúde, para a educação?

Redução nos sacrifícios fiscais: hoje, chegam a 240. Só isso aqui dava para cobrir tudo, para o Brasil ter uma educação da máxima qualidade, mas está para as desonerações. Claro, cada coisa dessas aqui tem um custo, cada uma dessa aqui descontenta alguém: essa aqui vai descontentar quem compra carro, pode trazer até um problema de crescimento, mas dinheiro existe – o Governo abriu mão desse dinheiro, para vender mais caro, ao invés de colocar na educação.

Uma taxa verde sobre o combustível: isso vamos ter que fazer de qualquer maneira, porque não dá para continuar com uma economia, no mundo que está em aquecimento, gastando-se tanto combustível fóssil. A gente criaria um imposto que, ao mesmo tempo que dificulta consumir combustível fóssil, ajuda na educação.

Liberação de recursos de deduções do imposto de renda para financiar escolas particulares: sou contra acabar com isso hoje, não. Com as escolas que estão por aí, de má qualidade, a gente tem que continuar dando incentivo para pagar as escolas particulares das classes médias e altas. Mas e quando a escola for boa para todos, que é o que se imagina que vá haver? Então, isso aqui vai deixar de ser necessário, porque as escolas públicas terão qualidade.

Suspensão de gastos com a publicidade governamental: são 4,3 bilhões. Vocês vão ver que, no fim, a gente não propõe tudo, porque sobraria dinheiro demais – dá quatro vezes mais! A gente só põe, ou escolhe alguns deles, ou um pouquinho de cada um, mas é a discussão política, e não é a discussão da Comissão. Então, o meu relatório era para saber onde é que se consegue tanto dinheiro assim.

Outro: recursos recuperados na Justiça dos casos de corrupção, que podem não ser muito, mas dariam 9 bilhões, segundo estimativas que fomos atrás – não, doze –, para ver.

Criar um fundo do BNDES: por que não? E está lá estudado como seria isso – 9 bilhões.

Taxação sobre os ganhos nos mercados acionários: a venda de ações; pagar certo imposto. Acho que colocamos tão pouco que aqui são trilhões de reais – achamos que isso não afugentaria ninguém.

Aporte dos ganhos obtidos com os ativos dos fundos de pensão: esses ativos de pensão podem ter uma parte investida, colocando bem pouquinho, é quase que simbólico aqui, mas só para não dizerem que não tratamos disso.

Aporte de ganhos obtidos com investimentos nas reservas internacionais: as reservas internacionais do Brasil, que, felizmente, são muito altas, são aplicadas, por uma questão de segurança, em títulos, sobretudo da dívida pública americana, cujo investimento é muito, a rentabilidade. Sugerimos que, dos 240, 100 bilhões, apenas, saiam desse investimento de muito baixa rentabilidade e vão para um investimento com mais alta rentabilidade – aí já seriam 10 bilhões.

E, finalmente, o lucro líquido das empresas estatais, porque uma parte desse lucro líquido não vai para a educação, ao invés de ficar no Tesouro. Não estou falando das ações particulares, privadas, não, mas do lucro líquido da União: isso dá 887.

Vocês viram que a gente precisava de 240, se não me engano, ou seja, o dinheiro existe. A gente pode compor aqui, tirando um pouco de cada ou escolhendo de qual desses tirar o dinheiro, e presando mais para o outro. Não vamos entrar nesse detalhe, mas fizemos um exercício de que trata o próximo slide.

No próximo slide, o exercício é se a gente fosse mexer, tirando apenas uma pequena parte disso. Aqui está o total que a gente coloca; aqui está a percentagem, segundo o uso, sempre está só 20% desse – 20% desse, 20, 20! E aqui há um que é só 0,8; o de outro, só 10%, não 20; há um de 100% o aporte dos ganhos; há outro de 50%, o aporte dos ganhos com o fundo de pensão.

E fomos colocando: um, 100%, liberação das escolas particulares, porque, nesse aqui, já não vai ser mais necessário esse dinheiro. Por isso, ficou um valor maior. Então, calculamos quanto seria ou quanto seria isso aqui, quanto daria. Daria R\$215 bilhões, ou seja, seria capaz de cobrir praticamente tudo, só cobrando uma pequena percentagem de cada uma das fontes.

E nós fizemos aqui, depois, um pequeno exercício. Quais são? Nós fizemos quais são as críticas para cada uma dessas fontes, ou seja, nós vamos pegar esta: poupança obtida com redução nos gastos sociais; necessidade de tempo para a proposta obter os resultados ao longo de 20 anos; cortes e intangibilidade nos ganhos; como provar que os ganhos são decorrentes da melhoria... Não. Nesse tem um erro. Está repetido. Foi um erro de digitação.

É difícil provar, mas há muitos estudos internacionais que mostram. Nós fomos analisando um por um, inclusive alguns que podem levar a uma perda no crescimento, como a desoneração.

Mas o que nós vimos é que o Governo desonerou R\$256 bilhões e o crescimento foi pífio. Então, nada garante que, tirando isso, o crescimento vá ter uma queda muito grande. Fomos analisando para cada um. Não vamos ter tempo hoje aqui de ver.

Pode ir passando.

Já terminei.

Fomos ver qual é engenharia política e administrativa para viabilizar aquilo, que é o mais difícil. O dinheiro existe. Difícil é convencer as pessoas a tirarem de outro lugar para lá. Difícil é a engenharia de executar o projeto.

Nós achamos, mas não é um tema para a Comissão, que, se não tivermos o Governo Federal com uma participação mais ativa, não vamos conseguir fazer isso. Aqueles duzentos e tantos bilhões, se jogarmos no Município, eles não vão conseguir fazer, na maior parte deles. Alguns, talvez sim, mas a maior parte deles não. Por exemplo, o salário do professor de R\$9 mil. Difícilmente conseguimos o professor com a competência que desejamos no próprio Município. Vai ter que ser um concurso nacional, vai ter que fazer como fez com o Mais Médicos, não indo buscar no exterior, mas indo buscar em outros Estados, como hoje o Enem faz para arranjar alunos para a USP, que é a melhor universidade brasileira. Os melhores alunos do Brasil inteiro escolhem a USP. Então, há uma mobilidade no Brasil. Ministério Público, para a Justiça, Banco do Brasil, Caixa Econômica, tudo que é federal consegue uma mobilização. O Enem consegue uma mobilização de alunos.

Então, vamos ter que fazer um processo de adoção das escolas pelo Governo Federal. Vemos algumas dificuldades. Por exemplo, a dificuldade mesmo daqueles que elaboraram o PNE e o transformaram numa bíblia e não querem aceitar essa ideia de que se faça isso, porque dizem que já está resolvido com 10% do PIB, além da imensidão do royalty do petróleo. Esse royalty do petróleo, nós estudamos e colocamos, é no máximo R\$30 bilhões vamos ter dele. É uma das fontes, só que não colocamos nas quinze, porque essa já tem a lei que permite. Então, não precisamos ir atrás.

Mas não tem jeito, e olhe que hoje eu já desconfio que não vai chegar nem a isso, pelo preço do petróleo, porque a Petrobras não vai ter, na sua situação atual, o dinheiro necessário para fazer o investimento que é preciso. Não vai ter. Eu estou achando que a crise da Petrobras e aquela do preço do petróleo fez do pré-sal uma eventualidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Anula muito os efeitos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Anula. Então, é preciso buscar essas fontes.

Aí, vamos para as dificuldades institucionais. Vale a pena ver.

que vale à pena ver. Apenas 38% dos Municípios têm receita – a receita total – capaz de pagar esse salário aos seus professores. Total. Suponha que se feche a prefeitura, que se feche a câmara legislativa, que se feche tudo, que não se faça coleta de lixo para pagar 9.500 aos professores. Só 38% dos Municípios conseguiriam, o que mostra que pouquíssimos conseguiriam isso. Veja que os impostos todos são federais – aqueles impostos que eu citei -, não são municipais. Eu não coloquei aumentar, por exemplo, o IPTU nem matrícula de carro. Não coloquei impostos federais.

O Município que quiser reservar 35% – aqui são só 100% – para investir nisso, mesmo assim a gente vai ter um número pequeno de Municípios que conseguiriam: 0,7% tem receita capaz de financiar a educação de 9.500 por aluno.

Então a única forma de oferecer os recursos e a qualidade é aumentar a responsabilidade da União. A federalização já elevou a qualidade de colégios como Pedro II, escolas técnicas. Seria fazer o mesmo com mais escolas nos Municípios que quiserem.

Essa é a diferença da ideia da federalização para a ideia da adoção. A federalização dá ideia de que é o Governo Federal quem toma a iniciativa. A gente está propondo que seja o Município que queira.

Continuando, aqui é um exemplo que a Senadora já conhece, de como seriam as escolas. Aqui é a posição dos países na educação. O Brasil está aqui, se não me engano. Tenho dificuldade de ver daqui. Não, é aqui, não é? O Brasil está aqui, longe dos melhores. Aqui se todas fossem estaduais; aqui se todas fossem municipais. Se todas fossem como a média das particulares o Brasil estaria aqui. Se todas fossem federais, o Brasil seria um dos 15 melhores. É claro que hoje tem uma distorção. É que os alunos dessas escolas são escolhidos entre os bons alunos que faziam a prova para entrar. Mas quando todas forem não tem por que ser diferente, depois de alguns anos, é claro, de funcionamento.

Como fazer isso? A adoção federal das escolas municipais; a reengenharia da refundação; a engenharia da... Tem um texto para cada um desses aqui. Cada um desses está tratado no relatório que não vai dar para a gente fazer aqui.

Então, apenas para concluir, mostrar como seria a transição: o atual sistema vai diminuindo; o novo sistema vai surgindo. Esse é o custo total. Aqui não tem nada; aqui só tem desses. É mais ou menos isso. Então a gente vai e um dia todos seriam dessa qualidade.

Esse é o relatório, Senadora, só com uma pequena consideração final, que pode parecer, que é o seguinte... Antes da conclusão – não, é a conclusão mesmo – eu quero dizer o seguinte: com vontade política de parte das lideranças da população seria perfeitamente possível, com o sacrifício de curto prazo de outros setores, fazer a revolução educacional de que o Brasil precisa.

Não adianta essa ideia de que a gente tem que botar mais dinheiro aqui sem tirar de algum lugar. Há uma ilusão. O Brasil é um país que gosta de ilusão.

A maneira de fazer ao longo da história, colocar dinheiro aqui sem tirar daqui, foi a inflação. O governo fabrica dinheiro, manda para cá. Aí quem está aqui pensa que não foi daqui, mas os preços começam a subir. É a maneira ilusória que o Brasil escolheu sempre, como escolheu os 10% do PIB sem dizer de onde sai o dinheiro. Nós gostamos de ilusões.

Se nenhuma dessas alternativas for utilizada e outras não forem edificadas, é claro – pode ser que tenham outras que eu não consegui ver –, não será possível realizar as metas que o Brasil merece. O País continuará com o seu futuro comprometido por falta de uma população com educação de elevada qualidade, como a gente vê hoje. O País está perdendo porque as portas do mundo da inovação continuarão fechadas, como ficaram ao longo da história do Brasil, em ciclos como o do açúcar, da borracha, do café, do ouro e da prata ou como no momento da revolução industrial do Século XIX, que não pudemos aproveitar, sobretudo pelo estado deplorável da educação que tínhamos. Fizemos do Brasil um país rico que tínhamos. Fizemos do Brasil um país rico, mas sempre atrasado, ineficiente economicamente e desarmônico socialmente.

Mais uma vez, o Brasil atravessa uma revolução industrial, agora baseada no conhecimento que vem da educação de qualidade. E novamente estamos em dúvida sobre como obter os recursos necessários para uma revolução educacional que requer o gasto de 9,6% do PIB, dos quais cerca de 6,2% – considerando todos os níveis educacionais – já são gastos hoje. Os 5,1% que eu coloquei são para a educação de base, mas, quando a gente coloca todos, já gastamos 6,2%; a gente só precisa pular de 6,2% para 9,6%, ou seja, o sacrifício que a gente precisa fazer é de 3,4% do PIB. Não é uma coisa impossível. É como se, da renda de uma pessoa, ela tivesse que tirar 3,4% a mais para pagar a mensalidade, no próximo ano, de uma escola melhor para o filho. Não é impossível. Vamos usar a comparação com uma pessoa: a pessoa já gasta 6,2, mas não está contente com o colégio; vai para um outro, onde vai pagar 9,6, ou seja, o sacrifício que tem que fazer é de 3,2; é questão de diminuir a quantidade de cerveja no fim de semana, e já consegue melhorar a escola do filho.

Para sabermos quais serão as consequências de não executar um ousado plano alternativo para a educação, ao custo desses míseros 9,6%, basta comparar a história de países que investiram substancialmente em educação nas últimas décadas com o que aconteceu com o Brasil por causa de nosso desprezo pela educação de base e nossa recusa em fazer os investimentos necessários: ficamos para trás, pois, mesmo aumentando o PIB tradicional, não ingressamos no mundo dos países inovadores, nem construímos uma sociedade justa. Basta lembrar aqui o exemplo mais conhecido de que, 40 anos atrás, a Coreia do Sul tinha a metade da renda per capita do Brasil; hoje tem o dobro. Não foi só a educação, mas foi, sobretudo, a educação.

Então, concluímos que, outra vez, estamos assistindo, do lado de fora, à passagem do trem da revolução científica e tecnológica que acontece graças, sobretudo, à educação. Nada do que a gente usa aqui – isto, isto aqui –, nada disso foi inventado no Brasil. Mesmo que fabricado aqui, 30% a 40% vão para quem inventou. Cada remédio que a gente toma no Brasil, mesmo que fabricado num laboratório brasileiro, vai uma parte do valor para o laboratório que inventou lá na Suíça. Não tem futuro este País. Sem falar nas implicações de amanhã haver um bloqueio, amanhã não poder comprar, amanhã haver uma crise fiscal, amanhã haver uma crise do dólar, uma crise cambial – uma crise cambial como a que nós estamos tendo. Tudo isso acarretará que vamos ficar sem

os produtos, porque aqui a gente não inventou, aqui a gente não pode fabricar. Com uma diferença em relação ao passado: desta vez, temos recurso e percebemos o que acontece ao redor. A gente não tem mais desculpas.

Por isso, eu concluo – há alguns anexos de que não preciso falar aqui nem demonstrá-los –, dizendo que eu espero que este relatório que a gente fez seja um relatório preliminar, como ele é, que seja debatido, discutido; que talvez aqueles mesmos personagens que chamamos ou outros venham debater agora em cima disto, fazer críticas, mostrar outras fontes, eliminar algumas destas, porque as críticas que a gente fez podem não ter sido suficientemente enfáticas – eu quero ouvir outros dizerem “este aqui não dá, porque vai trazer prejuízos” –, e aí chegarmos a um relatório. Eu acho que o Senado daria uma grande contribuição se pudesse chegar à conclusão aqui, com um relatório do Senado ao Brasil – não é ao Governo apenas –, dizendo: “Olhem aqui a nossa contribuição de como dar o salto educacional, quanto custa e de onde vem o dinheiro”.

Essa foi a lógica que nós seguimos, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria louvar a riqueza, o detalhamento do trabalho feito pelo Senador Cristovam e sua equipe técnica, porque ele não oferece só um diagnóstico claro, mas dá o caminho e a receita para superar o problema do financiamento da educação, que é o tema desse relatório.

Senador, hoje V. Exª está fazendo uma analogia absolutamente adequada, dizendo que, com 10% do PIB, resolvemos o problema da educação; mas é um número intangível; ele pode variar de acordo com o desempenho da economia e agora do pré-sal; quer dizer, que valor o pré-sal vai ter agora, com o petróleo despencando? Mas despencando. Mas, quando V. Exª alia a questão econômica, vem outro detalhe: nós estamos, hoje, nos programas do MEC, importando livros da China. E aí o que aconteceu? Nós destruimos ou desassistimos a indústria gráfica brasileira da edição, da editoração. E, agora, com o dólar a três, vamos voltar a ter que comprar aqui, só que a indústria não vai estar pronta para entregar tudo que se precisa. Veja, nós não conseguimos fazer uma administração de equilíbrio, para exatamente estarmos preparados para o futuro. Nós temos imprevisibilidade.

Então, isso apenas reflete o grau de imprevidência que nós temos. Hoje, antes de vir para cá, eu presidi a Comissão Mista de Orçamento. O Dr. Arno Augustin, Secretário Nacional do Tesouro, mostrou que o aumento do gasto que o Governo foi obrigado a fazer uma nova meta de superávit primário decorreu de aumento dos gastos em educação e saúde. É ótimo. Agora, eu pergunto para ao senhor: aqui, em Brasília, que o senhor governou, esse aumento significou oferta maior? Porque aumentar o investimento só tem sentido se o cidadão perceber a melhora no atendimento. Porque, se o dinheiro ficou consumido no custeio do sistema, e não no atendimento de ponta... Do remédio na Hora Certa, na farmácia que fornece o remédio de uso contínuo, ou da vaga no hospital para internação, ou da cirurgia de emergência. Tudo isso é atendimento de ponta. Então, aumentou o recurso em saúde e educação, porém nós não sentimos no mesmo momento uma melhora substancial.

É claro, eu reconheço que no Rio Grande do Sul já houve uma melhora, mas estamos longe de chegar a esses níveis que V. Exª lembra aí, de todos os rankings que temos que fazer cotejo mundial de padrão de referência de qualidade. E nada acontece na economia, se nós não investirmos em educação.

Então, esse relatório do senhor, como eu disse, é completo, porque traz diagnóstico, quais os caminhos, respondendo a quatro perguntas básicas e encontrando as soluções.

Claro, eu também como política, aqui, como colega sua, sei que há muita coisa polêmica aí que vai suscitar. Agora, como disse V. Exª, se cada um der um pouquinho, é mais fácil. Porque é muito bom dizer. O PIB é dos outros, Senador. Agora, quando chega no meu lado, como é que vamos fazer?

Então, eu entendo que V. Exª teve exatamente esse rigor, e cabe agora ao Congresso, como representante da sociedade brasileira, dizer: acolho ou não acolho; ou começo a discutir parte disso que foi proposto pelo Senador Cristovam Buarque.

Portanto, eu queria cumprimentá-lo, sinceramente, como interessada no assunto – e penso que é um compromisso nosso. Fiquei muito, digamos, impressionada e também com a qualidade e o conteúdo do seu relatório, feito com rigor. Espero que os Senadores também acompanhem o que foi feito.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os senhores e declaro encerrado os trabalhos da Comissão.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião
é encerrada às 15 horas e 12 minutos.)

Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

(ATA NÃO APRECIADA POR FALTA DE QUÓRUM)

Edição de hoje: 146 páginas
(O.S. 15772/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

